

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos / International Journal of African Studies

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

Director: Maciel Moraes Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da Redacção: FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

Nº de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Semestral

Nº de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Tipografia: Clássica, Artes Gráficas, S.A.

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Editor: Miguel Silva

Revisão de texto: Ângela Carvalho

Revisão Gráfica: Henriqueta Antunes

Conselho Científico/Advisory Board: Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Cristina Oswald (UNL), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHESS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Capela (CEAUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa).

Conselho Editorial/Editorial Board: Isabel Galhano Rodrigues, José Ramiro Pimenta, Maciel Moraes Santos, Nuno Costa.

Secretariado: Raquel Cunha

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Reunião semanal do grupo de mulheres “Ajuda Mútua”, no Bairro do Papelão (Uíge - Angola).

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

N.º 18 - 1.º semestre - 2012

Índice

Editorial 5

Ética e Cooperação: desafios de um desenvolvimento inclusivo

Valores e Desenvolvimento

O Desenvolvimento e a Ética 11
Manuela Silva

Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mútua Exclusão 19
Guilherme d’Oliveira Martins

Solidaridad Internacional también en tiempos difíciles. Repensando la justificación de la cooperación internacional en la crisis económica 23
Luis Arancibia Tapia

Accountability nas ONGD - Conceito e Perspectivas, Tipologias e Prioridades 33
Filipe Pinto

Projetos energéticos da EDP em África: Caso de estudo Kakuma 53
Jorge Mayer

Desenvolvimento inclusivo

A quality based framework to challenge Development Aid Management: defies derived from Human Resource cultural background tension 63
João L. Serras Pereira | Justen Nosoliny

A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011) 71
Miguel de Barros

Papel das associações no desenvolvimento rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau 83
Catarina Lopes

O Silêncio e as Palavras: Reflexões à volta da participação e do poder na promoção do associativismo em Cabo Verde 97
Elizabeth Pilar Challinor

Perspectivas de desenvolvimento a partir de “dentro”: o caso de Cabo Verde no contexto da África Ocidental 117
Eufémia Vicente Rocha

As Escolas Comunitárias de Luanda: Um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Angola	135
Carolina Mendes	
<i>Ke Mese</i> , a casa do professor em S. Tomé	
Partilha de uma experiência de construção	153
Sandra M. C. Fernandes Sofia R. V. Alexandre	

Entrevista

Joanna Wheeler Idaci Ferreira.....	165
<i>Entrevista conduzida por Ricardo Santos</i>	

África em debate

Uma herança identitária: o trabalho forçado

Mariners-Slavers and slave ships in Atlantic, 18 th and 19 th centuries: the perspective of captives and the slaveholders logic	175
Jaime Rodrigues	
Entre contendias e sociabilidades	
Escravos e Pobres Livres na cidade Jacareí/SP/Brasil	191
Maria Aparecida Papali Valéria Zanetti	

Patrimónios Africanos

Entre a tradição e a informalidade: a arquitectura popular em São Tomé e Príncipe	201
Ana Silva Fernandes Manuel Fernandes de Sá Rui Fernandes Póvoas	
O restauro do pelourinho da <i>Cidade Velha</i> – Cabo Verde (1962-1970)	
Um processo de legitimação e consagração da memória	225
Vera Mariz	

Notas de Leitura

Magie, médecine, missions, saudades, scandales et sympathie	251
René Pélissier	
Aneel Karnani - Fighting the Poverty Together: Rethinking strategies for business, governments, and civil society to reduce poverty	269
Susana Costa e Silva Miguel Filipe Silva	
Mário Maestri - Coleção Malungo	275
José Capela	
Tiago Moreira de Sá - <i>Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola</i>	283
Carla Prado	

Resumos	289
----------------------	-----

Legendas das ilustrações	297
---------------------------------------	-----

Editorial

Inauguro esta primeira revista de 2012, congratulando aquilo que consideramos uma relação de parceria bem sucedida e profícua. Em Janeiro deste ano, no âmbito das celebrações dos 25 anos da ONGD – Leigos para o Desenvolvimento, juntamente com o Centro de Estudos Africanos e a Universidade Católica do Porto, concretizámos um Seminário na cidade invicta, que procurou provocar uma reflexão aprofundada em volta de questões associadas aos valores e ao desenvolvimento, tendo como tela de fundo o “mundo” da lusofonia. São a ética e o desenvolvimento inevitavelmente incompatíveis? É a solidariedade uma barreira ao crescimento económico? É o voluntariado uma escola moderna de cidadania? Será a cooperação uma ajuda à democracia? Existe conflitualidade entre o desenvolvimento e a complexidade cultural e das identidades?

Interpelações como estas foram debatidas construtivamente a partir de diversas perspectivas, através de uma reflexão alargada sobre os processos de desenvolvimento que têm ocorrido nos países lusófonos, sendo analisadas as abordagens de diferentes actores sectoriais, os resultados alcançados e as aprendizagens decorrentes desses processos. Pretendeu-se aprofundar a relação existente entre os mecanismos de desenvolvimento e os valores éticos e humanos, procurando perceber-se em que medida estes valores são tidos em conta nas decisões políticas, empresariais, sociais, culturais e religiosas.

Através da organização do Seminário, alicerçaram-se entre as três instituições parceiras as bases para o que já hoje é uma realidade: a intervenção conjunta em projectos de desenvolvimento em Angola e São Tomé e Príncipe. Também a partir do evento, o gentil e honroso convite do Centro de Estudos Africanos em colaborarmos na organização desta edição. Se o Seminário preparou o terreno, a revista constitui também a evidente edificação de um património partilhado que combina reflexão e prática. Por todos estes motivos reafirmar o sucesso e a proficuidade da relação. Bem-hajam!

Explicada a origem deste número denominado de Ética e Cooperação: desafios de um *Desenvolvimento Inclusivo*, cumpre-me explicar com brevidade a sua estrutura e conteúdo. Ainda que em articulação, divide-se em três partes centrais.

A primeira parte debruça-se sobre o tema de dossier e organiza-se em dois blocos. O primeiro intitula-se *Valores e Desenvolvimento* e reflecte a problemática quer do ponto de vista global - como é exemplo o artigo da Professora Manuela Silva, quer do ponto de vista mais específico no que respeita ao posicionamento ético dos indivíduos e das organizações prosectoras de desenvolvimento. O segundo bloco intitula-se *Desenvolvimento Inclusivo – Problemas e Práticas* e é composto por uma série alargada de elevados contributos, tendo sido alguns deles participantes convidados no Seminário em referência, como é exemplo o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, actual Presidente do Tribunal de Contas de Portugal.

Sublinha-se na segunda parte desta edição o diálogo em formato de entrevista a duas investigadoras do “Norte” e do “Sul”, Joanna Wheeler e Idaci Ferreira, que pela sua experiência de trabalho e investigação têm interagido com o terreno e com a sociedade civil, e que aqui nos apresentam as suas visões sobre as dinâmicas do desenvolvimento e de alguns dos seus actores chave.

Finalmente, a terceira parte, África em Debate é povoada por artigos centrados nas problemáticas associadas aos patrimónios africanos e ao trabalho forçado.

Termino com uma citação de Espinosa, da obra Ética, como sinal de agradecimento e inspiração. “Um homem livre em nada pensa menos que na morte, e a sua sabedoria não é uma meditação da morte, mas da vida.” Ao Centro de Estudos Africanos e a todos os que contribuíram na construção deste número 18 da revista Africana Studia, muito obrigado.

Filipe Pinto

Presidente da ONGD - Leigos para o Desenvolvimento

Ética e Cooperação: desafios de um desenvolvimento inclusivo





Valores e Desenvolvimento

$$\begin{array}{r} 19 \\ + 16 \\ \hline \end{array}$$



O Desenvolvimento e a Ética*

Manuela Silva**

P. 11-17

1. Quando falamos de desenvolvimento sem adjectivarmos o vocábulo, parece-nos que todos nos entendemos e nos estamos a referir a uma mesma realidade: uma evolução no sentido de um mais, uma progressão. Se valoramos esse mais, positiva ou negativamente, tal depende do contexto do discurso. O desenvolvimento de um cancro é certamente um desenvolvimento muito negativo e preocupante; o desenvolvimento de uma árvore ou de uma criança é apreciado positivamente.

Para o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa, o desenvolvimento é definido como “*progresso de um estado a outro de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito que o anterior*”. Aponta como correlatos as palavras: aumento, prolongamento, propagação. Também ajudará a compreender o sentido da palavra desenvolvimento o recurso à sua etimologia. Desenvolver é uma palavra composta de *des* + *envolver* ou seja significa o acto de retirar aquilo que envolve, o que prende, o que está retido pelo véu, escondido ou ocultado. Nesta acepção, desenvolver é libertar de algo que trava uma progressão.

À imediatez do sentido da palavra desenvolvimento na linguagem corrente, não corresponde, porém, uma unanimidade deste mesmo conceito, no campo semântico, tanto no domínio da teoria económica e da teoria sociológica, como na prática das políticas públicas ou na intervenção social.

Cabe, desde já, advertir que não é indiferente o conceito que se possa ter do desenvolvimento quando aplicado à economia e à sociedade. O mesmo vocábulo pode indicar realidades muito distintas e até antagónicas, como adiante se verá.

Também, como referirei posteriormente, o tema tem sido objecto de debate ao longo de todo o século passado e continua a sê-lo nos nossos dias, nomeadamente quando o relacionamos com a ética.

2. A este propósito, quero começar por recordar o n.º 14 da Carta Encíclica de Paulo VI, a bem conhecida *Populorum Progressio*. Aí se escreve: *O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo.*

Esta carta encíclica foi publicada em 1967, quando a generalidade dos países do mundo ocidental experimentava a euforia de um crescimento económico ímpar através da industrialização e da intensificação do comércio internacional, cujo modelo procuravam exportar para outros países (nomeadamente para as ex-colónias que, paulatinamente, se

* Artigo baseado na comunicação feita no Seminário sobre *Lusofonia. Desenvolvimento. Ética*, promovido por Leigos para o Desenvolvimento e realizado na Universidade Católica – Porto, 18 Janeiro 2012.

** Professora ISEG/UTL. Aposentada.

foram tornando países independentes durante a década de cinquenta). Podemos dizer que, então, estávamos perante uma concepção quantitativa do desenvolvimento e que este se confundia com o “simples crescimento económico”. Os países eram classificados em desenvolvidos e subdesenvolvidos (estes últimos, mais tarde, eufemisticamente designados por “países em vias de desenvolvimento”).

A uma tal distinção correspondia o entendimento de que o desenvolvimento de cada território seria uma questão de tempo e que para acelerar o processo não haveria mais que aplicar o mesmo método que permitiu o crescimento económico nos países mais desenvolvidos, nomeadamente: a modernização da agricultura mediante recurso a novas tecnologias de cultura intensiva, a criação de infra-estruturas (vias de comunicação, electrificação, abastecimento de água, ...), a criação de indústrias para exportação e para substituição de importações, tudo com recurso ao capital estrangeiro e com plena abertura ao mercado internacional.

Conhecendo o contexto, compreende-se melhor o alcance do pronunciamento do Papa Paulo VI.

Também no campo da teoria económica, foram aparecendo vozes críticas acerca deste modelo de crescimento económico baseado nas exportações, substituição de importações e capital estrangeiro. Tais críticas tinham por fundamento várias ordens de factores, designadamente, entre outros, os seguintes:

- agravamento da pobreza e desestruturação das comunidades rurais locais (por via de uma agricultura intensiva, implicando deslocalizações de população para centros urbanos sem capacidade de acolhimento e de oferta de novas oportunidades de trabalho);
- modelos de consumo com introdução de novos produtos importados e consequente agravamento do custo de vida;
- obstáculos ao pretendido crescimento económico inerentes ao factor humano e sua fraca literacia, à mentalidade e à organização social, os quais bloqueavam ou inviabilizavam certos projectos ou pelo menos retardavam a sua implementação;
- crescente desigualdade entre uma pequena elite local que aproveitava dos benefícios do investimento estrangeiro e da modernização em curso e uma maioria ainda mais empobrecida por ter sido privada da sua agricultura de subsistência.

Autores como Celso Furtado, Alva e Gunnard Myrdal, Richard Joly, Dudley Seers, Raul Prebisch e muitos outros devem ser recordados como pioneiros na crítica da teoria do crescimento económico e do enfoque posto na dimensão quantitativa, bem expressa no indicador mais comum e, lamentavelmente, ainda hoje em uso - produto interno bruto (o PIB). Não conhecemos os seus nomes, mas não podemos também deixar de evocar tantos homens e mulheres que, ao longo desses anos da década de 50 e 60, tal como agora, nas missões cristãs, em diferentes e remotos lugares, foram e estão dando corpo a um verdadeiro desenvolvimento, contribuindo, pela sua acção de presença missionária nos ditos países subdesenvolvidos, para melhorar o nível de instrução das crianças e dos adultos, para cuidar das doenças e ensinar práticas de prevenção, prestar assistência na maternidade, dotar as comunidades locais com infra-estruturas básicas, como sejam o abastecimento de água potável ou a melhoria do saneamento local. São eles e elas os heróis do verdadeiro desenvolvimento do “homem todo e de todos os homens” para recorrer à afirmação-síntese de Paulo VI.

3. A crítica dirigida à confusão entre crescimento económico e desenvolvimento conheceu sucessivos aprofundamentos dos quais destaco cinco que deram lugar, entre outras, às seguintes adjectivações:

- desenvolvimento sustentável
- desenvolvimento endógeno ou autónomo
- desenvolvimento equitativo
- desenvolvimento humano
- desenvolvimento ético e responsável

Foi no começo da década de 70 que surgiram as primeiras críticas académicas à ideia de um crescimento ilimitado que estava subjacente aos modelos de crescimento económico então preconizados.

A obra do Clube de Roma, *Limits to growth*, deu o sinal de alerta pondo em evidência fenómenos tão complexos como os seguintes: a probabilidade de esgotamento de alguns recursos não renováveis em horizontes temporais precisos e não muito afastados; a acumulação indevida de resíduos; o aumento do dióxido de carbono; e, por todas estas razões, chamando a atenção para a inviabilidade de generalização do nível e estilo de vida em vigor nos países ditos desenvolvidos ao conjunto da população do Planeta. Note-se que, na data em que o estudo do Clube de Roma foi publicado, ainda não havia ocorrido a implosão da União Soviética, nem tinham aparecido na cena mundial os países emergentes de grande dimensão populacional, como a China ou a Índia.

As previsões do Clube de Roma não foram tomadas, na altura em que foram dadas a conhecer, com a seriedade devida e foi preciso esperar mais de uma década para que os responsáveis políticos de nível mundial tomassem consciência da gravidade da situação a que um crescimento económico sem limites tinha conduzido e de como o objectivo de mero crescimento económico, “inchamento” como se lhe chamou caricaturando a situação, deveria dar lugar a um objectivo de desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que, obrigatoriamente, integrasse uma dimensão ecológica.

A este propósito, ficou célebre o Relatório Brundtland (1987) em que se retoma o conceito de satisfação de necessidades básicas como componente fundamental do desenvolvimento e se lhe associa, como igualmente indispensável, a dimensão da solidariedade com o Planeta e com as gerações futuras. Este Relatório deveria vir a servir de referência para algumas das Cimeiras Mundiais acerca do futuro do nosso destino comum.

Por uma outra via se chegou a um outro conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento endógeno, também designado por desenvolvimento autónomo.

Para este conceito, contribuíram sobretudo os antropólogos e os seus estudos, demonstrando que todas as comunidades, por mais remotas que sejam, dispõem de um conjunto de valores, saberes e práticas de organização de vida colectiva, que lhes são específicas e que merece ser respeitado, não sendo desejável impor-lhes modelos únicos de estilo de vida e de progresso económico. O seu desenvolvimento far-se-á partir das suas realidades específicas e por aproveitamento dos respectivos recursos potenciais. Assim sendo, o desenvolvimento endógeno requer maior autonomia e não deve confundir-se com mera importação de novas tecnologias e modernização forçada.

No começo da década de 70, no âmbito dos trabalhos do Banco Mundial, surgiram estudos demonstrativos de que o crescimento económico e o objectivo de “mais ter” que lhe esta-

va associado não se repartiam equitativamente pelas populações abrangidas; ao invés, o mero crescimento económico dava origem ao agravamento das desigualdades e este, por seu turno, além de não ser política e eticamente defensável, constituía factor de bloqueio do próprio pretendido crescimento económico.¹ Esta abordagem haveria de ser retomada mais tarde, já na década de 90, com maior relevância quando se tornou consciência do incontornável problema da pobreza massiva em muitas regiões do Mundo.

A este propósito, merece destaque a introdução do conceito de desenvolvimento humano e todos os esforços feitos no âmbito das Nações Unidas no sentido de criar indicadores apropriados para dar a conhecer esta dimensão do fenómeno do desigual desenvolvimento humano à escala mundial.

A partir de então, a comunidade mundial passou a dispor, anualmente, de um sistema de indicadores de desenvolvimento humano que muito tem contribuído para pôr em evidência as diferentes dimensões da pobreza e de como o desenvolvimento deveria tomar como seu objectivo nuclear a erradicação (ou redução) da pobreza, sobretudo no caso dos países menos desenvolvidos.

Como é sabido, o início do segundo milénio foi assinalado com a celebração de um Pacto assinado por Chefes de Estado e de Governo de compromisso com objectivos e metas concretas de redução da pobreza até 2015 e disponibilização de verbas de cooperação com o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

Continuando na indagação da relação da ética com a evolução do conceito de desenvolvimento, cabe, ainda, referir o conceito de desenvolvimento humano. Em rigor, esta expressão é pleonástica, na medida em que o desenvolvimento é humano ou pura e simplesmente não existe como tal. Ainda assim, o adjectivo tem o mérito de traçar uma clara e decisiva fronteira em relação ao mero crescimento económico. Enquanto este último se refere ao mais ter, maior produção, maior consumo, mais tecnologia, mais capital investido, o desenvolvimento humano aponta, como objectivos e caminhos, a qualidade de vida das pessoas, os valores relacionais, a autonomia pessoal, a capacitação individual, o melhor ser. Para o enriquecimento deste conceito, muito tem contribuído o pensamento de Amartya Sen, prémio Nobel da Economia em 1998, ao dar relevo ao papel constitutivo e instrumental da liberdade no processo de desenvolvimento.²

Por último, e não se trata de pretender ser exaustiva, tem interesse referir, ainda, o conceito de desenvolvimento ético e responsável. Trata-se de um conceito que, de algum modo, pretende recuperar as dimensões anteriormente já referidas. É construído com base na declaração universal dos direitos humanos e dos valores que lhes subjazem. Tem o mérito de proporcionar a investigadores, docentes, governantes e actores sociais uma plataforma de entendimento politicamente validada ao mais alto nível, o que, em algumas situações concretas, é particularmente relevante. Fale-se do direito à vida, à liberdade, à participação, à erradicação da pobreza, etc..

4. Este percurso pela história de alguns dos principais conceitos do desenvolvimento permite deixar bem claro que o desenvolvimento não pode confundir-se com o mero crescimento económico e o seu desígnio de mais produção, consumo e acumulação de riqueza ou com o acesso indiscriminado à modernidade, como esta foi introduzida e é experienciada no Ocidente.

1 Vd. Richard Joly e outros – *Redistribution with growth*.

2 Cf. Sen (1999) – *Development as Freedom*.

Gaulet (2002), num esforço de síntese, enumera seis componentes necessárias e imprescindíveis para que possa falar-se de um verdadeiro desenvolvimento:

- uma *componente económica*, de criação de riqueza autêntica e de melhores condições de vida material, equitativamente distribuída;
- uma *componente social*, de fomento de bem-estar em relação a bens e serviços fundamentais no domínio da saúde, educação e cultura, habitação e emprego;
- uma *dimensão política*, que inclui a salvaguarda dos direitos humanos, a liberdade política, o respeito pelos valores universais, a emancipação legal do indivíduo e um governo democrático;
- uma componente *cultural*, que reconheça a identidade cultural dos diferentes povos e comunidades e promova a auto-estima das pessoas;
- uma componente *ambiental*, no duplo entendimento de prossecução de um ambiente saudável e de sustentabilidade;
- uma componente de *auto-determinação política e económica*
- e, ainda, uma dimensão de *vida plena*, incluindo nesta o respeito pelas crenças e suas manifestações simbólicas dirigidas ao significado último da vida, da história, da realidade cósmica e às possibilidades de transcendência.

É interessante destacar como se faz eco desta perspectiva alargada do conceito de desenvolvimento no último Relatório sobre o Desenvolvimento no Mundo, elaborado no âmbito do PNUD (2011). Assim, logo nas primeiras páginas do citado Relatório, afirma-se: *O Relatório deste ano (2011) é dedicado ao desafio do progresso sustentável e equitativo*. E, antecipando conclusões amplamente documentadas no corpo do texto, acrescenta-se: *Uma dupla perspectiva demonstra de que forma a degradação ambiental intensifica a desigualdade através de impactos adversos em pessoas que já se encontram em situação desfavorecida e como as desigualdades no desenvolvimento humano agravam a degradação ambiental*. Uma tal evidência empírica é da maior importância para a condução das políticas públicas nacionais de desenvolvimento, mas também para a definição de prioridades no âmbito da cooperação intergovernamental na ajuda ao desenvolvimento e mesmo para a afinação dos critérios que orientam a acção do voluntariado em programas de desenvolvimento. Em reforço da ideia de que a sustentabilidade e a equidade devem caminhar a par, no mesmo Relatório se afirma, peremptoriamente, que *“seria uma grosseira violação do princípio universalista, se nos tornássemos obcecados pela equidade intergeracional sem, ao mesmo tempo, considerar o problema da equidade intrageracional”*. Recordam os autores do relatório que ideias semelhantes já estavam presentes no Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e numa série de declarações internacionais, a começar com a Declaração de Estocolmo de 1972 e, mais recentemente, na Declaração de Joanesburgo de 2002. Cabe perguntar por que razão as estratégias de desenvolvimento continuam a não dar o devido relevo a objectivos de igualdade de oportunidades e a subestimar a correcção das desigualdades e a erradicação da pobreza na respectiva concretização.

5. A crise, que eclodiu sobretudo no mundo ocidental e considerado desenvolvido, veio obrigar a repensar a questão do que entender por desenvolvimento. Num artigo que publiquei no jornal *Le monde – versão portuguesa*, tracei um breve retrato da presente crise. À maneira de síntese, escrevia:

“Reconhece-se que a crise desencadeada pelo colapso de algumas instituições financeiras sediadas nos Estados Unidos, no final de 2007, tem, afinal, natureza não apenas financeira e localizada, mas sistémica e com dimensão global, pondo em causa o sistema de economia de mercado e mesmo a organização social, que lhe está acoplada, designadamente os esquemas de segurança e de protecção social.

Disfuncionalidades do sistema, que vinham a ser denunciadas, há décadas, por alguns especialistas, adquirem, agora, maior visibilidade e por isso suscitam preocupação mais generalizada entre actores económicos e líderes políticos. É assim com a insustentabilidade ambiental do modelo energético de industrialização e crescimento económico, o consumo voraz e irresponsável por parte de alguns estratos populacionais e regiões do mundo, o desperdício e a obsolescência produzida, a excessiva concentração da riqueza e a muito desigual repartição do rendimento, a persistência de níveis de pobreza e exclusão social intoleráveis face aos níveis de produção e produtividade alcançados e, mais recentemente, o desemprego massivo e a crescente exclusão social existentes em alguns países, com conseqüente risco para a democracia”.

No mesmo texto concluía nestes termos: *“A crise teve o mérito de desocultar uma realidade de risco sistémico que estava latente e por isso há quem escreva ‘esta crise me encanta’, por ver nela uma saída para novas e mais justas vias de democratização da economia e das sociedades, isto é, para prosseguir na via de um verdadeiro desenvolvimento humano e sustentável”.*

E então deixava a pergunta, que continuo a achar pertinente e actual: *“Estará a crise a constituir uma real oportunidade de mudança sistémica?”*

Por ora, são ténues os sinais de que assim venha a acontecer a curto prazo. Com efeito, a crise financeira, no mundo ocidental e também à escala mundial, vem-se aprofundando como se pode confirmar através de um conjunto de indicadores: o endividamento crescente a nível de famílias, empresas e estados; a especulação financeira desenfreada; a drenagem de recursos de capital para actividade financeira especulativa, por esta se apresentar mais lucrativa a curto prazo, mas não para a economia real e a produção que vai definhando por falta de recursos para investimento, a persistência de modelos consumistas e predadores do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o desemprego estrutural e a intensificação da exploração do trabalho humano, o agravamento das desigualdades na repartição da riqueza e do rendimento com sérios reflexos na coesão social, o agravamento da incidência e intensidade da pobreza e ameaça de maior empobrecimento colectivo, etc..

Neste quadro de análise, assistimos a que as questões do desenvolvimento foram remediadas para segundo lugar nas preocupações dos governos nacionais que, amarrados aos modelos de política económica neoliberal, procuram, tão só ou prioritariamente, assegurar objectivos de equilíbrios macroeconómicos, nomeadamente, no que se refere às contas públicas e às balanças de transacções com o exterior. As estratégias de desenvolvimento a prazo passaram, silenciosamente e sem uma crítica política à altura dos verdadeiros interesses dos cidadãos, dos estados para os gabinetes de planeamento das grandes empresas transnacionais que, obviamente, procuram impor os seus próprios desígnios, ou seja os interesses dos respectivos accionistas e gestores, os quais, só por acaso, são coincidentes com um desenvolvimento equitativo e sustentável de todo um povo ou região.

Outro dos impactos negativos, do ponto de vista do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, associados à crise, traduz-se na quebra das verbas atribuídas pelos Governos dos países mais ricos à cooperação no plano mundial, as quais têm ficado aquém dos compro-

missos politicamente assumidos, com conseqüências negativas em programas fundamentais, como seja o combate a doenças endémicas evitáveis ou a assistência na maternidade.

Também não são de ignorar os fenómenos de corrupção e tráfico de influências, associados à frequente promiscuidade de papéis entre os agentes do sector público e do sector privado, com destaque para as administrações das grandes instituições bancárias e empresas de referência, refractárias, quanto podem, ao papel regulador dos Estados e defensoras de maior liberalização dos mercados, incluindo o mercado laboral onde se gera a maior parte do rendimento da maioria da população, pelo efeito cruzado do acesso ao emprego e do nível de remunerações ou das pensões.

Tendo por pano de fundo esta análise, resta esperar que seja a sociedade civil através das suas organizações sem fim lucrativo e também as igrejas e suas organizações de acção social e caritativa que, motivadas por razões de ética de bem comum e de responsabilidade pessoal e comunitária, considerem a crise como oportunidade para repensar o modelo económico-financeiro actual à luz de valores civilizacionais que não querem perder.

Termino com uma afirmação do Papa Bento XVI na sua encíclica *A Caridade na Verdade*, afirmação que procura encorajar este olhar esperançoso sobre a mudança, tão necessária e indispensável, quanto complexa e de difícil concretização, e a exigir, por isso, o empenhamento de todas as pessoas e suas organizações: *“As grandes novidades, que o quadro actual do desenvolvimento dos povos apresenta, exigem em muitos casos novas soluções. Estas não-de ser procuradas conjuntamente no respeito das leis próprias de cada realidade e à luz duma visão integral do homem, que espelhe os vários aspectos da pessoa humana, contemplada com o olhar purificado pela caridade. Descobrir-se-ão então singulares convergências e concretas possibilidades de solução, sem renunciar a qualquer componente fundamental da vida humana”* (n.º 32).

18 Janeiro 2012



Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mútua Exclusão *

Guilherme d'Oliveira Martins**

p. 19-22

A evolução recente da vida económica e social no contexto da globalização obriga-nos a compreender que o desenvolvimento humano tem de constituir uma preocupação fundamental no sentido da superação da crise. A profundidade dos efeitos da presente situação em termos de justiça exige que a criação seja devidamente valorizada em lugar da especulação e do imediatismo. Neste sentido, o valor da cultura, da comunicação, da educação e da ciência ganha um significado essencial. Se a cultura põe em confronto a sociedade humana e a transformação do mundo e da natureza, a verdade é que só se a economia estiver atenta a esse efeito é que será possível pôr as pessoas em primeiro lugar e pensar as respostas à crise a partir do desenvolvimento humano e da consideração da eminente dignidade da pessoa como factores de rotura relativamente à inércia destrutiva a que temos assistido. Numa palavra: cultura e desenvolvimento são faces da mesma moeda, completando-se através da criatividade e da justiça.

1. A crise financeira que vivemos e cujos efeitos sentimos duramente deve-se às seguintes razões: o crédito barato gerou a ilusão de que poderíamos viver sem criar riqueza; passámos a viver acima das nossas possibilidades com os recursos das gerações futuras e caímos na ilusão perigosa de que o crescimento é ilimitado e desonera-nos das responsabilidades ligadas à justiça distributiva e à equidade. Perante estas circunstâncias colocou-se na ordem do dia a ilusão contabilística e o imediatismo, com consequências trágicas. Se se falou muito de cultura, no entanto tem-se falado pouco da capacidade criadora e de uma economia humana. Bento XVI, na encíclica “*Caritas in Veritate*”, alerta para a necessidade de romper com o ciclo vicioso – aumento das necessidades e esgotamento irremediável dos recursos naturais. Estamos perante o conceito de desenvolvimento humano que tem de voltar a ser valorizado – o que obriga a recordarmos Paulo VI quando nos dizia que o desenvolvimento é o novo nome da Paz.

* Intervenção proferida na sessão de encerramento do Seminário “*Lusofonia: Valores e Desenvolvimento*”, promovido pela Organização Não Governamental para o Desenvolvimento *Leigos para o Desenvolvimento*, no âmbito das comemorações do seu 25.º aniversário. Porto, Auditório da Universidade Católica Portuguesa, 19 de Janeiro de 2012

** **Presidente do Centro Nacional de Cultura.**

2. O desenvolvimento humano é um conceito qualitativo que se contrapõe ao mero crescimento económico, de índole quantitativa. Etimologicamente, economia significa a regra da casa (*oikos + nomos*), estamos diante de uma noção intimamente ligada às pessoas concretas e à sua relação comunitária. Também, ecologia (*oikos + logos*) tem a ver com o conhecimento da casa. Em ambas as palavras estamos a lidar com as relações interpessoais que obrigam à ligação efectiva entre liberdade e responsabilidade. Ao falarmos da relação triangular entre economia, sociedade e cultura estamos-nos a reportar à exigência de encarar a economia como um ramo do conhecimento que apela ao aprofundamento da compreensão entre as pessoas e a uma relação equilibrada com a natureza. A sociedade tem de ser entendida como comunidade de pessoas livres e responsáveis, enquanto a cultura corresponde à capacidade criadora da humanidade em bases de sustentabilidade, equilíbrio e justiça. A cultura tem, assim, a ver com a vida e não pode ser vista como um luxo dispensável e não essencial.

3. Se há pouco referi que o desenvolvimento é um conceito de índole qualitativa, ligado aos valores humanos, à capacidade de conhecer e compreender e à ética da dignidade e do respeito mútuo – importa salientar que a economia humana obriga a percebermos que a sociedade se humaniza pela criação da pessoa pela pessoa. Como disse François Perroux, temos de entender a dialéctica da vida económica e social que relaciona o dom, a troca e a coacção. O dom tem a ver com a gratuitidade que se exige na relação intersubjectiva de respeito mútuo e de reconhecimento da dignidade de todos – com vista à realização da justiça. A troca decorre da relação que se estabelece na sociedade e no mercado, tem a ver com a satisfação das necessidades e a realização de escolhas a que a raridade e a escassez sempre obrigam. A coacção relaciona-se com a exigência da criação de condições para a confiança e para a coesão, que determinam a existência de um regime jurídico, a subordinação aos princípios do Estado de direito e a consagração de condições de segurança e de justiça, visando o respeito da eficiência e da equidade para todos.

4. A crise financeira cujos efeitos sofremos é, assim, uma crise de valores éticos – que afecta gravemente a evolução da economia como realidade humana. Em lugar da consideração dos meios e dos fins e da ponderação dos recursos disponíveis e das necessidades a satisfazer, bem como da partilha de responsabilidades, assistimos ao primado do imediato e da indiferença, do consumismo e da ideia perniciosa de um progresso material sem limites. A verdade é que não é possível continuarmos cegos e surdos relativamente ao esgotamento dos recursos naturais, ao esquecimento de uma concepção sustentável do desenvolvimento, à subalternização do equilíbrio ecológico e à tentação de continuar a consumir os recursos das gerações futuras. Quando lemos os “*Actos dos Apóstolos*” e deparamos aí com a partilha comunitária dos bens disponíveis, esquecemo-nos de que não estamos perante uma metáfora utópica, mas sim diante de uma exigência permanente e actual de verdade e de justiça. De facto, o reconhecimento do direito de propriedade e a liberdade de iniciativa económica não podem fazer-nos esquecer a figura do abuso do direito, a justiça distributiva e a função social da propriedade, já que os bens escassos são-nos dados para serem geridos tendo sempre em consideração a sua função pessoal e comunitária. Quando Paul Ricoeur fez a distinção entre a solidariedade e a caridade, apontou para o facto de a primeira noção ter a ver com a relação entre sócios, membros de uma sociedade

ou de uma comunidade de destino, com obrigações e deveres mútuos de cooperação e de defesa de interesses comuns, enquanto a caridade, ligada à noção de cuidado, segundo a raiz etimológica da palavra, se relacionar com os próximos, chamando-nos ao conceito de amor cristão (*agapé*). O que está em causa na relação ética subjacente à existência de uma comunidade é a complementaridade entre a autonomia e a liberdade individual, por um lado, e a responsabilidade pessoal, por outro. Como pessoas dotadas de dignidade todos somos responsáveis – individualmente, comunitariamente e na relação interpessoal de respeito mútuo e de interacção. Eis o que está no centro da criatividade da cultura. Somos sujeitos activos, somos cidadãos, somos agentes de criação na relação transformadora que estabelecemos com a natureza. Daí a importância da cultura como herança e memória, mas também como criação – por contraste à ilusão das economias de casino e à indiferença.

5. E chegamos à lusofonia como exemplo de criação cultural em acto. Falamos de diálogo entre culturas e de uma cultura de várias línguas. Mas não há aqui contradição. A língua portuguesa é um importante veículo de identidade e de diferença, de unidade e de diversidade. António Alçada Baptista viu bem ao falar de um espaço de afectos – não tanto como uma referência idílica ou utópica, mas como um ponto de encontro plural e complexo. O que é a identidade da lusofonia? Não uma tendência uniformizadora e eurocêntrica, mas um encontro de forças centrífugas e centrípetas. Daí as várias culturas que têm de ser valorizadas: desde o cais europeu a África, ao Brasil, mas também ao Índico e ao Extremo Oriente. O “papiar cristão”, a língua franca do século XVI, é um símbolo que corresponde a várias culturas e comunidades. Quando chegamos às Molucas, por exemplo, compreendemos que a memória dos portugueses é ainda hoje baseada no facto de termos sido sobretudo comerciantes e missionários, mais do que conquistadores ou burocratas. Deixámos as especiarias (o cravinho e a noz-moscada) e tornámos próspero um lugar que vivia isolado do mundo... E foi esse diálogo cultural que nos enriqueceu mutuamente e que não pode ser esquecido.

6. Cultura de várias línguas? Não há aqui nem paradoxo nem incoerência. Quando falamos de uma cultura de projecção global não podemos deixar de referir que há sempre várias línguas envolvidas. Como? Antes do mais, refiram-se os crioulos, mas também as línguas locais ou regionais dos Países de Língua Portuguesa. A diversidade linguística é um factor de enriquecimento cultural. Por outro lado, num mundo global há complementaridades entre as línguas de maior projecção planetária que devem ser aprofundadas. Deste modo, as três línguas europeias de maior projecção mundial (o inglês, o espanhol e o português) deverão considerar estratégias complementares de que todos beneficiarão num tempo em que o multilinguismo deve ser favorecido e incentivado, como garantia de melhor comunicação e de enriquecimento cultural.

Compreende-se, assim, que uma das respostas à actual crise financeira e de valores exige uma atenção especial à cultura, à língua, à educação e à ciência – em suma, trata-se de perceber que hoje é a aprendizagem, a capacidade de aprender mais e melhor, que caracteriza o desenvolvimento humano.

Só há economia para as pessoas se o valor da cultura for realçado. Em lugar da ilusão, do imediatismo e da indiferença, temos de contrapor o universalismo da dignidade humana, como tem sido salientado por Edgar Morin. E é pelo reconhecimento da dignidade

que podemos ligar criação e justiça, liberdade e responsabilidade, identidade e diferença, autonomia e respeito mútuo. No fundo, quando se fala de crise de valores estamos, a um tempo, a chamar a atenção para a consideração de uma hierarquia que não inverta a relação entre meios e fins, entre técnica e sentido. Os instrumentos não podem esquecer os fins, a técnica não pode ocupar o espaço do sentido. A valorização da cultura não corresponde, assim, a uma qualquer panaceia, mas sim à consideração dos fins (e não apenas dos meios) e de um sentido humano para a acção das pessoas no tempo. A economia para as pessoas exige a consideração da cultura e da projecção universal da dignidade humana. Só assim a justiça e a verdade não serão vãs.

7. De tudo o que fica dito, importa responder à pergunta que nos foi formulada de início. Julgo que a crise financeira, com que nos debatemos, que o primado do imediatismo e da indiferença formulam facilmente uma resposta. Ao falar de cultura referimos a criatividade e a capacidade de inovar. Cultivar é lançar a semente à terra e colher o fruto. Estamos no cerne da sociedade baseada nas pessoas. A cultura não pode, assim, ser vista como um luxo ou uma flor de botoeira. Durante as últimas décadas criou-se a ilusão de que a riqueza crescia por força do aumento da velocidade de circulação da moeda. Os resultados estão à vista. Cultura e desenvolvimento, criação e justiça têm de se ligar, como duas faces da mesma moeda.

Afinal, o que mais vale é o que não tem preço – e, no entanto, criámos uma mentalidade em que tudo se compra e se vende. A cultura permite a criação e pôr a economia ao serviço das pessoas. O desenvolvimento não pode confundir-se com o crescimento material sem limite. Cultura e desenvolvimento completam-se e só pode haver desenvolvimento humano se for criador e justo.

Solidaridad Internacional también en tiempos difíciles. Repensando la justificación de la cooperación internacional en la crisis económica

Luis Arancibia Tapia*

p. 23-31

International Solidarity In Tough Times

El filósofo Peter Singer comienza su libro “The life you can save” (Singer, 2009) con un cuento que sitúa al lector ante un hipotético dilema moral: una persona va camino a su casa cuando ve a un niño ahogándose en una poza ¿Qué debe hacer? ¿Salvarla a pesar de los riesgos que conlleva y los costes que puede significar o abandonarla y permitir que se ahogue? Singer señala que siempre que ha planteado esta pregunta la respuesta ha sido la misma: debería salvarle pues la vida del pequeño es mucho más valiosa que los pequeños costes e inconvenientes que se producirían. Eso es exactamente lo que cada uno de nosotros cree que haría si nos encontrásemos en una situación así. Sin embargo, Singer nos recuerda que a diario nos hallamos en una situación parecida, en un mundo en el que más de 900 millones de personas pasan hambre y cerca de 24000 mueren cada día por enfermedades directamente relacionadas con la malnutrición¹ y, sin embargo, no siempre actuamos salvando las vidas que podríamos.

En este momento marcado por la grave crisis económica en Europa, especialmente en los países periféricos de la Unión, la pregunta que surge con creciente fuerza es: ¿Por qué tengo que ayudar al niño que se ahoga, si yo mismo estoy preocupado y sufriendo graves problemas? Probablemente hemos de adaptar el cuento de Singer, incorporando, por ejemplo, el dato de que la persona que puede salvar al niño ahogándose tiene una urgencia importante que atender en su casa o que lleva puesta su única ropa que se estropeará si se lanza a la poza a salvarle. En cualquiera de estas variaciones, sin embargo, nuestra respuesta probablemente no cambie significativamente: salvar la vida del niño que se ahoga es más importante que la tarea de que le espera y más valiosa que la ropa que lleva puesta, por difícil que sea su situación económica. Con este relato, Singer nos presenta una adaptación de la parábola del

* Director adjunto de la Fundación Entreculturas – Fe y Alegría España. Boston College Visiting scholar.

¹ FAO (2010). El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo 2010: La Inseguridad Alimentaria en Crisis Prologadas, Roma, disponible en (<http://www.fao.org/docrep/013/i1683s/i1683s.pdf>).

buen Samaritano², que de un modo tan significativo ha marcado el concepto de solidaridad en nuestras sociedades occidentales: “¿Quién actuó como el prójimo?” es probablemente la pregunta que más ha motivado la solidaridad internacional en las sociedades occidentales. Trasladando la parábola del evangelio, o la versión moderna del relato de Singer, al ámbito de la solidaridad internacional en nuestro contexto actual de Europa Occidental, la pregunta que surge es: ¿Tenemos la responsabilidad de salvar al niño que se ahoga (o atender al herido de la parábola que yace en el camino) si nosotros mismos estamos llenos de urgencias y dificultades propias? ¿Por qué preocuparse por la cooperación internacional cuando hay tantos problemas internos? ¿Qué justifica la ayuda al desarrollo (pública, de instituciones privadas y de personas particulares) de los que están lejos, cuando muchas personas cercanas están pasando también por dificultades y problemas? ¿Cuál es la motivación, si es que hay alguna, para destinar parte de nuestros recursos (tiempo, dinero, personas,...) a la ayuda internacional cuando se están recortando tantos gastos necesarios en nuestros estados del bienestar, en nuestras empresas, en nuestra economía familiar? Y aun suponiendo que existen razones para mantener la cooperación al desarrollo en este contexto, ¿Cómo debería ser la ayuda al desarrollo en estos tiempos de dificultad y de crisis?

Plantear esta preguntas en este momento, no es solo un ejercicio teórico sobre las motivaciones de la ayuda al desarrollo, sino una necesidad real. Es imprescindible justificar la solidaridad internacional (tanto pública como particular) con argumentos sólidos y actualizados, en un contexto de restricción y limitaciones como el actual, en el que se multiplican los cuestionamientos sobre su oportunidad y conveniencia. El conjunto de los países donantes han reducido la ayuda pública al desarrollo un 2.7% en el último año y algunos de los más afectados por la crisis lo han hecho en cifras muy superiores a la media (por ejemplo, España ha recortado un 44% la Ayuda Oficial al Desarrollo desde el año 2010). No se dispone aún de información sobre el apoyo privado a la solidaridad internacional, pero diversos estudios han recogido el desgaste de la cooperación en una parte creciente de la población, de la clase dirigente y de la opinión pública. Hace algunos años, la cooperación estaba de moda; ser solidario era moderno y actual. Muchos organismos públicos, empresas, colectivos, personas se acercaron al mundo de la cooperación atraídos y presionados por una opinión pública que, de forma mayoritaria, valoraba muy positivamente la cooperación con las personas más desfavorecidas de nuestro mundo. Hoy, por suerte, muchos de ellos perseveran, resisten y mantienen su compromiso con los pobres de la tierra, demostrando que la solidaridad verdadera no entiende de modas pasajeras, sino que se configura como un criterio orientador que aporta luz y sentido a la vida personal y social. La perseverancia de la solidaridad con aquellos que están lejos, cuando los problemas propios se multiplican, constituye un motivo de esperanza y sentido en tiempos de incertidumbre y desasosiego como los actuales. Sin embargo, las voces cuestionando el sentido de la cooperación en este tiempo de dificultades se alzan con fuerza en distintos ámbitos de la vida política y social³ y nos obligan a revisar y fortalecer los argumentos que justifican la solidaridad internacional con las personas más desfavorecidas de nuestro mundo. Son tiempos de crisis y cuestionamiento de la solidaridad internacional, pues ante las dificul-

² Lc, 10, 27-35.

³ Un buen ejemplo, lo podemos encontrar en este artículo del diario británico Dailly Mail en el que se critica la decisión del primero ministro David Cameron de mantener los recursos para cooperación internacional, a pesar de los recortes del gasto público acometidos por su gobierno. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2012074/David-Camerons-foreign-aid-How-money-squandered.html>.

tades nuestra sociedad tiende a replégarse sobre sí misma y centrarse en nuestros propios problemas exclusivamente. No obstante, puede ser también una ocasión para fortalecer, afinar y desarrollar los argumentos y motivaciones que justifican nuestra solidaridad con aquellos que sufren pobreza más allá de nuestras fronteras.

Las motivaciones de la solidaridad internacional

Para explicar en una sola frase los motivos por los que sigue siendo necesaria la solidaridad internacional a pesar de las dificultades domésticas, podemos recurrir a una expresión de Paul Collier: “la lucha contra la pobreza se debe basar en una mezcla de compasión y autointerés”⁴. Los análisis y estudios que han profundizado en la justificación de la solidaridad internacional encuentran dos grandes ámbitos de motivación: los principios éticos (en especial, la justicia y la solidaridad) y la búsqueda del propio interés inteligente (o el egoísmo ilustrado como también ha sido llamado) (Ruthan, 1989). En el fondo, podemos encontrar dos grandes argumentos para justificar la solidaridad internacional: su bondad (porque hemos de hacerlo) y su conveniencia (porque nos interesa hacerlo). Por lo general, ambos argumentos se presentan de modo enfrentado, dando lugar a dos concepciones y diseños estratégicos diferentes de la cooperación tanto pública como privada. En principio, esta oposición parece lógica: si la cooperación actúa movida por un principio ético debe ser desinteresada y si lo hace por interés propio no cabe hablar de motivaciones morales. Sin embargo, en el mundo real existe un territorio en el que ambas motivaciones se encuentran y resultan compatibles entre sí. Ese espacio de intersección entre la solidaridad y el interés, debe ser impulsado y extendido en un contexto marcado, por un lado, por la urgencia y las necesidades de una gran parte de la humanidad y, por el otro, por la limitación de recursos y el cuestionamiento público de la ayuda externa. El terreno en el que la cooperación solidaria y altruista se encuentra con el autointerés inteligente, debe ser potenciado e impulsado en estos momentos. Defender la cooperación internacional con una combinación de estos dos argumentos, no significa que conceder a ambos el mismo peso, ni la misma fuerza imperativa. La cooperación internacional se justifica desde el principio de justicia con todos los seres humanos que son sujetos de derechos (y responsabilidades) inalienables y desde la solidaridad que nos vincula con aquellos que más sufren. La cooperación no necesita de los intereses para justificarse. Por tanto, debe estar basada en los principios éticos que la dan sentido y su praxis debe orientarse por esos mismos criterios. Sin embargo, en estos tiempos de globalización y de crisis económica, la justificación de la ayuda internacional encuentra una motivación complementaria en el autointerés inteligente de las propias sociedades económicamente desarrolladas. Esta motivación “egoísta” resulta en numerosas ocasiones compatible con el carácter desinteresado de una cooperación fundamentada en los principios de solidaridad y justicia. En el contexto actual de creciente cuestionamiento de la solidaridad y despreocupación por lo que sucede más allá de nuestras fronteras, se trata de un argumento que puede ser resaltado y utilizado adecuadamente: una cooperación basada firmemente en la solidaridad con los más desfavorecidos y la justicia con todos los seres humanos, puede ser ahora también una cooperación conveniente y necesaria para los intereses de los países donantes.

4 Un resumen didáctico de la opinión de Paul Collier se puede encontrar en el video que recoge su charla en los encuentros TED: http://www.ted.com/talks/paul_collier_shares_4_ways_to_help_the_bottom_billion.html.

Para impulsar una cooperación que se mueve en ese territorio compartido hay dos tareas necesarias: 1) fortalecer la justificación ética de la cooperación en un contexto adverso, pues en ella reside la motivación nuclear de la ayuda y 2) señalar los ámbitos en los que el propio interés puede ser compatible con una cooperación fraterna y solidaria.

Fortalecer la motivaciones éticas de la solidaridad internacional en un contexto de limitaciones y dificultades domesticas

La justificación moral de la cooperación internacional requiere ser fortalecida y sus argumentos afilados en un contexto cada vez más adverso como el actual. Por ello vamos revisar los principales argumentos que se utilizan para criticar la cooperación internacional y fundamentar las motivaciones éticas de la cooperación a partir de ellos.

1. *“Ya tenemos bastante con nuestros problemas; en un contexto de dificultad nuestra prioridad deber ser atender nuestras propias dificultades internas”.* Este es un razonamiento frecuente en nuestros tiempos, que suele tener amplio eco en la opinión pública por su simplicidad y porque alude a un modo de funcionamiento lógico: cada sociedad deber ser responsable de su propio desarrollo y, por tanto, primero hemos de resolver nuestras propias dificultades y solo después podremos ayudar a otros con las suyas. Nuestras responsabilidades son primariamente con los nuestros y solo después con los otros.

Este argumento que parece razonable y acorde con la naturaleza humana, en realidad oculta un elemento fundamental: los problemas a los que enfrenan nuestras sociedades y los que trata de afrontar la cooperación, no son semejantes, sino cualitativamente diferentes. No es posible la comparación entre nuestras propias dificultades internas en las sociedades occidentales, incluso en estos tiempos de recortes y graves penurias sociales y económicas domesticas, y los problemas que sufre la quinta parte más pobre de la humanidad. Según datos de Naciones Unidas, 1.400 millones de personas están por debajo del umbral de la pobreza (1.2\$ al día), es decir, poseen una renta per cápita 70 veces menor que la española o casi 50 veces menos que la portuguesa⁵. Se estima que 10 millones de personas mueren cada año como consecuencia directa o indirecta del hambre y la esperanza de vida sigue siendo casi 30 años mayor en nuestros países que en África⁶. Del mismo modo, aunque la mortalidad infantil en los países del Sur se ha reducido de forma muy significativa en los últimos años y desde 2006 son menos de 10 millones los niños y niñas que mueren antes de los cinco años de edad, la probabilidad de supervivencia de los mismo sigue siendo 13 veces mayor en los países desarrolladas. Estos datos son solo una muestra de los muchos que pueden utilizarse para reflejar la enorme disparidad entre los problemas que sufren los 1.000 millones de personas más pobres de nuestro mundo y nuestras propias dificultades. Aunque estas se estén multiplicando como consecuencia de la crisis y requieran una atención y una prioridad mucho mayor por parte del conjunto de la sociedad y de las autoridades, no dejan de ser comparativamente menores si los miramos desde una perspectiva más amplia y global.

5 Según el Fondo Monetario Internacional la renta per cápita en España fue 32.360 \$ y en Portugal 22.413\$ en 2011. Fuente IMF World economic database <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>.

6 Según datos de Naciones Unidas la esperanza de vida en España es de 81.8 años y en Portugal de 78.4. El conjunto del continente africano tiene una esperanza de vida de 52.8 años y algunos países como Mozambique (39.2), Suazilandia (39.6) no llegan a los 40.

¿Cómo puede fortalecerse por tanto el apoyo a la cooperación? Es necesario redoblar el esfuerzo por visibilizar los problemas y dificultades en los que aún vive una buena parte de la población de nuestro mundo y mostrar que todavía somos privilegiados pues, a pesar de las grandes dificultades que estamos viviendo en nuestro entorno cercano, estas no son comparables con las que afronta una buena parte de la población mundial.

2. *“Es cierto que una parte de la humanidad tiene problemas más graves, pero no son nuestros problemas, no tenemos nada que ver con ellos.”* Otro argumento para descalificar la solidaridad internacional, aun reconociendo la gravedad de la situación en la que vive una buena parte de la humanidad, es considerar que esos problemas no tienen que ver con nosotros y por tanto no tenemos porque sentirnos corresponsables de su solución. Sin embargo, este razonamiento, de nuevo, esconde, al menos, dos hechos relevantes. Por un lado, oculta que la pobreza de buena parte de nuestro mundo tiene una parte de sus causas en el modo en el que las relaciones internacionales están configuradas. No son solo los problemas sociales, económicos y políticos locales los que impiden la erradicación de la pobreza en muchos países del Sur, sino que, por el contrario, el mundo desarrollado es también corresponsable (por diferentes motivos de carácter histórico, comercial, financiero, cultural,...) de los mismos. Por otro lado, incluso para aquellos que consideren que esta corresponsabilidad no es tal, en un mundo crecientemente globalizado como en el que vivimos, no es sostenible argumentar que la supervivencia de otros seres humanos no constituye una responsabilidad nuestra, solamente porque están más allá de unas fronteras que, sin embargo, cada vez tienen menos fuerza y significación. Limitar nuestras responsabilidades morales a nuestro territorio nacional, en un contexto donde lo local se hace global y donde las fronteras nacionales se disuelven en todos los ámbitos de nuestra organización social, económica, política y cultural, constituye un anacronismo insostenible. No podemos decir nunca más que no sabíamos lo que sucedía, ni que no nos sentimos vinculados con la pobreza, el subdesarrollo y la miseria de nuestro mundo. Por el contrario, la solidaridad internacional es una ocasión para extender el límite de los que consideramos prójimos, de los que consideramos nuestros, de aquellos de los que nos sentimos responsables. La cooperación solidaria es un cauce para expresar nuestra cercanía, y proximidad con aquellos que más sufren; es un modo de vincularnos e implicarnos ante una realidad de la que somos corresponsables.

3. *“Por graves y cercanos que sean los problemas, no está en nuestra mano solucionarnos. No podemos hacer nada significativo para erradicar la pobreza de nuestro mundo”.* Muchas de las críticas a la cooperación internacional y de los argumentos de muchas personas para no contribuir con la solidaridad internacional, responden a este argumento: no podemos hacer nada significativo para cambiar las cosas y lo que hacemos (la cooperación internacional) no ha tenido, ni va a tener un impacto relevante en la erradicación de la pobreza. Este argumento es más complejo y elaborado que los anteriores, pues recoge dos aspectos que son ciertos y que en demasiadas ocasiones a lo largo de las últimas décadas, la cooperación internacional, en especial la realizada por medio de los gobiernos, ha olvidado: 1) las causas de la pobreza en nuestro mundo son muy complejas y no existen recetas sencillas, ni fórmulas mágicas que aseguren su solución y 2) la participación de las personas pobres y excluidas en su propio desarrollo es fundamental y el papel de las sociedades (y gobiernos) del Norte es, por tanto, secundario y subsidiario. Estos son dos principios esenciales que la

ayuda internacional occidental ha tendido a ignorar en demasiadas ocasiones, actuando desde la prepotencia y la ingenuidad de pretender que solo la cooperación internacional es capaz de estimular los complejos procesos sociales, económicos, políticos, culturales,... que generan desarrollo.

Sin embargo, esto no significa que la solidaridad internacional, no constituya una contribución decisiva para muchas personas, comunidades y países. Desde el punto de vista macro, la Ayuda oficial al desarrollo, a pesar de todas sus limitaciones y errores, es un factor decisivo para explicar la mejora que se ha producido en el mundo en los principales indicadores de salud, educación e ingresos durante las últimas décadas. Recientemente, por ejemplo, el Banco Mundial⁷ se hacía eco de cuatro estudios diferentes promovidos por UNU-WIDER en los que se concluye que “la ayuda ha tenido un impacto entre moderado y robusto en el crecimiento económico entre 1970 y 2007” (Channing Arndt, August 2011). Por otro lado, desde el punto de vista de la solidaridad internacional promovida a través de organizaciones de la sociedad civil, existen multitud de ejemplos que muestran el impacto en pequeñas comunidades, en la organización de la sociedad civil, y en la puesta en marcha de soluciones imaginativas, eficaces y baratas para luchar contra las consecuencias de la pobreza. Como señalaba recientemente Bill Gates, “la cantidad de dinero relativamente escasa que se ha gastado en desarrollo ha mejorado las perspectivas de futuro de miles de millones de personas, y puede hacer lo mismo para miles de millones más si decidimos seguir invirtiendo en innovación... estamos seguros de que si la gente escucha historias vitales que ellos mismos han ayudado a mejorar, querrán hacer más, no menos”. (Gates, 2012) Probablemente el contexto actual exige una mayor atención al impacto real de la cooperación y un esfuerzo mucho más intenso por parte de todos los actores, en conocer y comunicar los resultados de la misma. Una mayor presión y atención social a los resultados y al impacto real de la cooperación, puede constituir un estímulo eficaz para introducir mejoras en la misma y para promover aquellos programas y prácticas que muestren una mayor capacidad de transformación de la realidad.

4. *“Es cierto que nos hemos comprometido a destinar una pequeña parte de nuestros recursos a los que menos tienen, pero ese compromiso debe ser revisado en un contexto tan difícil como el actual”.* Han pasado más de cuarenta años desde que se estableció el compromiso de dedicar un 0.7% de la Renta bruta disponible de los países industrializados al desarrollo de los países del Sur. Sabemos que este compromiso ha sido sistemáticamente incumplido por todos los países desarrollados, excepto por un pequeño grupo⁸ y que en conjunto el total de recursos públicos destinados a la cooperación es inferior a la mitad de dicho compromiso: 0.31% en 2011 (CAD - OCDE, 2012). A la luz de la revisión de su cumplimiento, cabe considerar que se ha interpretado como una declaración de voluntad no vinculante, más que como un compromiso real. Sin embargo, vivimos un momento en el que la credibilidad, la reputación, el cumplimiento de la palabra dada y la seriedad con los compromisos asumidos constituyen una preocupación esencial de nuestros países. Nues-

7 Un resumen y las referencias de los cuatro estudios pueden encontrarse en el blog del Justin Yifu Lin, Chief Economist and Senior Vice President del Banco Mundial. <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/on-aid-and-growth-reflections-ahead-of-busan>.

8 En la actualidad, solamente Luxemburgo, Holanda, Suecia, Noruega y Dinamarca destinan más del 0.7% en concepto de ayuda oficial al desarrollo.

tros gobernantes intentan cuidar con esmero esta imagen de fiabilidad ante los agentes económicos internacionales. Precisamente nuestros compromisos y responsabilidades globales deberían ser igualmente honrados con el máximo cuidado, conscientes de que no solo tenemos una responsabilidad moral al haber comprometido nuestra palabra, sino que nuestra reputación e imagen de seriedad depende del cumplimiento de todos nuestros compromisos, también, e incluso especialmente, de los que asumimos con aquellos que menos poder tienen.

No se trata de ignorar las dificultades y hacer planteamientos puristas pero irreales. El contexto de ajuste fiscal y la recesión actual hacen imposible cumplir plenamente en estos momentos con los compromisos internacionales asumidos en materia de solidaridad internacional. Eso no significa que deba renunciarse a la palabra dada, sino que debe realizarse una reflexión sincera para determinar una senda realista, pero ambiciosa con el fin de poder honrarlos en el menor plazo posible.

En definitiva, los argumentos que cuestionan la solidaridad internacional en estos tiempos de dificultad, esconden aspectos esenciales de la realidad y aun recogiendo elementos que deben ser tenidos en cuenta para mejorar el impacto de la misma, no son suficientes cuestionar los compromisos asumidos. En tiempos de dificultad y limitación, como los actuales, se evalúa la verdadera hondura, arraigo y calidad de nuestra solidaridad, cercanía y compromiso con los que menos tienen. La solidaridad internacional se convierte en un termómetro excepcional para comprobar la calidad y ética de nuestra sociedad, pues esta se confronta y constata de manera definitiva en la relación y el compromiso con aquellos que menos tienen y menos cuentan. En la solidaridad con los que están en circunstancias mucho peores que nosotros en estos tiempos de dificultad nos jugamos el juicio sobre la calidad moral de nuestras sociedades desarrolladas: nuestra solidaridad con los más débiles puede solidificarse y mostrarse robusta y firme incluso en tiempos de adversidad o, por el contrario, puede derrumbarse revelando su escasa hondura y enraizamiento en el conjunto de la sociedad.

El autointerés inteligente compatible con la solidaridad y la justicia

Como decíamos antes, estos argumentos morales que justifican la solidaridad internacional, pública y privada, pueden complementarse con la búsqueda inteligente de nuestros propios intereses para impulsar y mejorar la solidaridad internacional. Como señala muy acertadamente el CIECODE, “en el mundo interdependiente del siglo XXI, apostar por el desarrollo no sólo es lo más justo, sino también lo más inteligente” (Fanjul, Enero 2012). En esta misma línea el Primer Ministro británico, David Cameron, señalaba que “el compromiso con la ayuda no es solo moralmente correcto, sino que está firmemente basado en nuestro interés nacional. Vivimos en un mundo crecientemente interconectado, en el que los problemas de lugares remotos pueden tener consecuencias en nuestra casa. La cooperación es de vital importancia para abordar las causas profundas de los problemas globales que amenazan nuestro futuro (enfermedades, drogas, terrorismo, cambio climático,...)” (Department for International Development, UK, 2011). La confluencia de las motivaciones éticas y el autointerés no es automática, ni se produce en todas las ocasiones, pues solamente algunas motivaciones interesadas pueden encontrar encaje y acomodo razonable en los principios éticos que sustentan la solidaridad. Algunos posibles ámbitos en

los que nuestro propio interés en el medio y largo plazo puede resultar compatible con los principios éticos son los siguientes:

1. El desarrollo de los países del Sur es un factor que contribuye a nuestra estabilidad futura, pues nuestra seguridad y nuestro bienestar están en riesgo en un contexto de desigualdad y pobreza como el actual. No se trata de una advertencia ingenua y alarmista, sino de la conclusión de cualquier análisis riguroso sobre los factores de riesgo de nuestra propia seguridad y estabilidad. El ex presidente norteamericano George W. Bush, poco sospechoso en este sentido, lo señalaba con claridad en uno de los discursos del estado de la nación: “La protección de nuestra nación de los peligros del nuevo siglo requiere algo más que inteligencia y poder militar. Requiere también un cambio en las condiciones que alimentan el resentimiento y permiten que los extremistas se aprovechen de la desesperación. Así que EE.UU. está usando su influencia para construir un mundo más libre, esperanzado y compasivo. Se trata de una reflexión en nuestro propio interés nacional” (Bush, January 28, 2008) Sea cual sea la consideración sobre la política exterior estadounidense, el texto ilustra muy gráficamente la necesidad e importancia que el desarrollo de los países del Sur tiene, para nuestra propia seguridad estratégica. La cooperación no es solo un planteamiento idealista de personas bienintencionadas pero ingenuas que desconocen el funcionamiento de la “real-politic”, sino un modo efectivo de combatir uno de los focos de inestabilidad e inseguridad que amenazan nuestro bienestar. La terrible desigualdad de nuestro mundo y la desesperación generada por la pobreza constituyen dos factores de riesgo, que una estrategia inteligente debería desactivar a través del desarrollo y el acceso a mayores grados de progreso y libertad.

2. Algunos de los mayores desafíos que afrontamos son problemas globales que requieren soluciones globales, fruto de la cooperación internacional. Los bienes públicos globales son aquellos cuyos beneficios se extienden más allá de las fronteras, beneficiando al conjunto de la población mundial. La sostenibilidad ambiental, la seguridad, la salud, el conocimiento y la gobernanza constituyen los cinco principales sectores en los que identifican estos bienes públicos globales (Velde, febrero 2012). El desarrollo de los mismos beneficia a todos los países y por ello existe un creciente consenso sobre la conveniencia de que sean financiados con recursos de la cooperación internacional. Por ejemplo, la mejora de la educación de los jóvenes africanos genera beneficios que van más allá de estos países, al generar una mano de obra cualificada, una ciudadanía conscientes y responsable, una población ilustrada todo lo cual conlleva indudables beneficios que trascienden el continente africano y benefician a todos los habitantes. Por ello, una cooperación que promueva el desarrollo de bienes públicos globales puede ser una cooperación solidaria y justa y también inteligente y conveniente para los países desarrollados.

3. El desarrollo de los países del Sur constituye una oportunidad de progreso de nuestras propias sociedades. Existen múltiples ejemplos que muestran las oportunidades que el desarrollo de los países del Sur puede generar en los países industrializados. Así lo han entendido los responsables políticos, económicos y sociales de algunos de los países más desarrollados, que han sido capaces de mantener (e incluso incrementar) los recursos de cooperación al desarrollo en medio de fuertes recortes presupuestarios. Probablemente el Reino Unido es el país que mejor ejemplifica esta línea de pensamiento, integrando la

política de cooperación internacional como un elemento central de su estrategia de acción exterior.⁹ Otros países (en especial los nórdicos, Canadá, Alemania,...) avanzan también en la concepción de la cooperación como un instrumento de poder blando (soft-power) para ejercer liderazgo e influencia en un mundo complejo y multipolar. Vivimos un tiempo de crecientes dificultades en los países occidentales, en particular en la Unión Europea, que está provocando un desinterés por la pobreza y el subdesarrollo más allá de nuestras fronteras. La solidaridad internacional es cuestionada por los líderes políticos que parecen haber perdido cualquier estrategia de largo plazo y cuya única preocupación es la consolidación fiscal y la recuperación de la crisis financiera. También una parte de la ciudadanía y sus instituciones sociales prefiere concentrar sus preocupaciones y recursos en los problemas domésticos más inmediatos y cercanos y tienden a desinteresarse por aquellos que están lejos. La pregunta sobre la oportunidad y necesidad de la solidaridad internacional no es superflua, sino que exige una revisión de las motivaciones y justificación de las misma, para hacerla atractiva y necesaria en un nuevo contexto de mayor adversidad. Fortalecer los argumentos éticos que justifican la solidaridad internacional a pesar de nuestras dificultades internas es una prioridad. Junto con ello, conviene desarrollar los argumentos que sostienen que la solidaridad activa con aquellos que más sufren puede ser también conveniente y beneficiosa para las sociedades desarrolladas, desde una perspectiva interesada e inteligente. La cooperación internacional, tanto pública como la realizada por los ciudadanos y la sociedad organizada, solo logrará sobrevivir y mantenerse viva en tiempos de adversidad y llevar a cabo las reformas y transformaciones que necesita, si está fundamentada en una adecuada combinación de sólidos, potentes y actualizados argumentos éticos con el desarrollo de una inteligencia estratégica capaz de identificar las oportunidades del desarrollo y los riesgos de la injusticia social actual.

Referências bibliográficas

- Bush, G. W. (January 28, 2008). State of the Union Address.
 CAD - OCDE. (2012). *Official development assistance: Preliminary report 2011*.
 Channing Arndt, S. J. (August 2011). Aid effectiveness: open the black box. *UNU-WIDER Working paper n.º 2011/44*.
 Department for International Development, UK. (2011). *UK aid: changing lives, delivering results*. London.
 Fanjul, J. P. (Enero 2012). *Hacia un Libro Blanco de la política española*. Madrid: CIECODE.
 Gates, B. (25 de Enero de 2012). Alegato en defensa de la ayuda a los más pobres. *El País*.
 Ruthan, V. W. (1989). Why Foreign Economic Assistance? *Economic development and cultural change*, Volumen 37, n.º 2, pag 411-424.
 Singer, P. (2009). *The life you can save: acting now to end world poverty*. USA: Random House.
 Velde, D. W. (febrero 2012). Aid financing for international public goods? *Overseas Development Institute Opinions*.

9 El gobierno británico ha decidido mantener sus niveles de Ayuda oficial al desarrollo en el 0.56% de su RNB en un contexto de recortes generalizados en todas las partidas presupuestarias. Esta decisión ha provocado las críticas de parte de su electorado y de algunos sectores del propio partido conservador.



Accountability nas ONGD – Conceito e Perspectivas, Tipologias e Prioridades

Filipe Pinto*

P. 33-51

Introdução

Actualmente, cada vez com mais frequência, ouvimos falar de *accountability*. Particularmente no contexto do sector das Organizações não governamentais de desenvolvimento [ONGD], é já recorrente o recurso ao conceito, em particular, proveniente do Estado ou de empresas que, no âmbito da sua responsabilidade social, têm fortalecido a sua intervenção, quer como doadores, quer como parceiros de intervenção. Aparece expresso numa panóplia de discursos e anima um igual número de discussões. É, contudo, realmente escassa a literatura sobre *accountability*, nomeadamente, nas ONGD e, particularmente em Portugal e em língua portuguesa. O que está escrito sobre *accountability* são normalmente contribuições dispersas e fragmentadas, quase sempre de forma adjacente a outros conceitos ou temáticas.

Encerrando o termo ainda muitas incertezas e dúvidas, interessa portanto contribuir para a sua clarificação, bem como compreender as práticas a ele associadas. O artigo, para além de apresentar a evolução e amplitude do conceito, procura reflectir sobre as prioridades de *accountability* que as ONGD estabelecem. Constatada a vasta diversidade de *stakeholders* com quem as ONGD interagem - desde doadores, beneficiários e até consigo próprias, e as diferentes expectativas de *accountability* que esses *stakeholders* têm sobre as ONGD -, a discussão é conduzida na procura de uma visão integrada capaz de compreender como é que estas organizações lidam com múltiplos pedidos de *accountability*, às vezes até incompatíveis.

Motivos relevantes para a *accountability* nas ONGD

A partir da década de 80 do século XX, as ONGD cresceram, em tamanho e escala, ultrapassando diversas vezes os Estados nos fundos que movimentam e no impacto geográfico que produzem por operarem activamente em dezenas de países em simultâneo. Se, por um lado, este crescimento teve origem na retracção da intervenção estatal directa, por outro, este fenómeno deveu-se também, na perspectiva de Edwards e Hulme (1995), à crença generalizada por parte dos doadores de que as ONG são mais eficientes e eficazes

* Membro da Equipa de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa e Presidente da ONGD Leigos para o Desenvolvimento.

do que os governos na provisão de serviços sociais básicos, são mais capazes de chegar aos pobres e são actores chave nos processos de democratização - mesmo sem grande evidência. Em virtude destes desenvolvimentos, os governos passaram a canalizar crescentes montantes da ajuda oficial ao desenvolvimento através destas organizações. Esta disponibilidade de fundos oficiais revelou vantagens para as ONGD, permitindo ganhar escala na realização das suas operações e reforçar a voz no desempenho do seu papel de agentes de pressão e *advocacy*. O outro lado da moeda diz respeito à possibilidade destas organizações perderem a independência da sua base social, podendo facilmente ficar reféns das agendas dos governos que as financiam, tornando-se susceptíveis de se desviarem da sua missão. Conforme argumentam Edwards e Hulme (1995), a única forma que as ONGD têm de assegurar que o desvio não aconteça é serem capazes de construir fortes sistemas de *accountability*, que permitam monitorizar a sua governação, estratégia e *performance*. Compromissos sérios de transparência e desempenho efectivo são intrínsecos a práticas responsáveis e basilares para a legitimidade das ONGD e da ajuda ao desenvolvimento.

Tal como as ONGD têm crescido em número e em visibilidade em muitas partes do planeta nos últimos 30 anos, também tem aumentado o carácter controverso das práticas associadas a estas organizações. Crescentes denúncias públicas ligadas a organizações internacionais vastamente conhecidas têm sido reportadas, de negócios pouco lícitos, conflitos de interesses, gestão danosa e falta de transparência. Apesar da preocupação pública acerca do comportamento desviante das ONGD parecer ter aumentado, não é evidente que proporcionalmente ao número total de organizações o número de casos deste tipo de comportamentos tenha crescido. Contudo, comportamentos problemáticos por parte de algumas ONGD afectam a confiança colocada na legitimidade da sua actuação, sendo-lhes exigida gradualmente mais transparência e clareza na *accountability* (Brown e Jagadananda, 2007).

O conceito de *accountability*: amplitude e perspectivas

Ao longo do tempo, filósofos e pensadores políticos têm-se preocupado em compreender os processos de exercício do poder, prevenir abusos e mantê-lo em consonância com ideais padronizados e regras estabelecidas. Actualmente, na perspectiva dos agentes reguladores, a *accountability* permanece preocupada com estas questões, tentando aplicar formas de verificação, supervisão e constrangimento institucional no exercício do poder. Isto implica tanto medidas de "*answerability*" (providenciando uma prestação de contas sobre as acções realizadas), como de "*enforceability*" (punição ou sanção por *performance* deficiente ou irregular) (Bellour e Newell, 2002).

Durante os últimos anos, o discurso sobre *accountability* tem conquistado terreno nos debates sobre o desenvolvimento. Tendo sido apropriado por uma plêiade de doadores internacionais e investigadores, a *accountability* tornou-se um conceito flexível que vai sofrendo pequenas alterações em função do contexto e da agenda (Bellour e Newell, 2002) e ganhando em amplitude. Investigadores do desenvolvimento e das ONGD, como Edwards e Hulme (1996, p. 967), definem *accountability* como "os meios pelos quais indivíduos ou organizações reportam a uma autoridade reconhecida (ou autoridades) e são responsabilizados pelas suas acções". Acrescentam ainda que uma

accountability efectiva comporta a existência de: (a) uma declaração de objectivos em concordância com padrões de *performance* estabelecidos; (b) transparência nas decisões e relacionamentos; (c) veracidade nos relatórios sobre recursos consumidos e resultados alcançados; (d) um processo de avaliação por parte das autoridades supervisoras que lhes permitam aferir se os resultados são satisfatórios; (e) mecanismos concretos de recompensa ou penalização para com os responsáveis pela *performance* (Edwards e Hulme, 1995).

Já Cornwall *et alia* (2000) alargam a abrangência do conceito sugerindo que *accountability* não tem apenas a ver com “ser responsabilizado” por outros, mas também por “assumir a responsabilidade” por si próprio. Nesta perspectiva, o conceito enforma não só uma dimensão legal mas também moral. A *accountability* é concebida para além da legalidade, como uma decisão livre e voluntária das organizações, que a assumem como um compromisso ético de dar informação sobre variadas dimensões das suas políticas e práticas, ultrapassando por isso o princípio de prestação obrigatória. Deixa de ser vista apenas como uma reacção a imposições de actores externos mas também como um comportamento proactivo, interno à organização, capaz de assegurar que a confiança pública seja consolidada (O’Dwyer e Unerman, 2010b; Ebrahim, 2003a).

O problema em definir claramente *accountability* aumenta não só por ser uma construção social, mas também pela observação de que muitas vezes as organizações enfrentam várias *accountabilities* que mudam com o tempo. As organizações estão envolvidas num processo permanente e complexo de tentar equilibrar a *accountability* que é conduzida externamente (*top-down*) com a que é desenvolvida internamente. Conforme Ebrahim (2003b, p. 815) coloca de forma bastante completa, a *accountability* é vista como:

“Um conceito dinâmico e complexo. Pode ser definida não só como os meios através dos quais indivíduos e organizações são responsabilizados pelas suas acções, mas também através dos meios pelos quais indivíduos e organizações assumem a responsabilidade interna de construir a sua missão organizacional e valores, de se abrirem a si próprios ao público ou escrutínio externo, e por avaliarem o desempenho em relação aos seus objectivos. Accountability opera ao longo de múltiplas dimensões – envolvendo numerosos actores (financiadores, beneficiários, si próprio), usando vários mecanismos ou padrões de performance (externos ou internos, explícitos ou implícitos, legais ou voluntários), e requerendo vários níveis de resposta organizacional (funcional e estratégica)”.

Independentemente da variedade das abordagens e definições, a maioria dos estudos sobre *accountability* nas ONGD referem os assuntos: a) governação (assembleia geral, direcção, associados); b) integridade financeira (origens de fundos, métodos de angariação de fundos, sistemas de contabilidade e auditoria, uso de fundos, etc.); c) capacidade e segurança organizacional (políticas, processos e sistemas de gestão); d) eficácia da *performance* (nível de benefícios e tipos de impactos experimentados tanto pelos membros, beneficiários ou público em geral); e) credibilidade da advocacia (veracidade, rigor, autoridade, justiça e natureza da representatividade das campanhas e declarações públicas); f) acesso a informação pelos *stakeholders*; g) resposta a queixas e reclamações.

Figura 001 – Dimensões da *Accountability*



Fonte: autor

Finalmente, refere-se o conceito entendido por Brown e Honan (2001), por claramente assumir que as ONGD são *accountable* quando são capazes de responder pelas suas promessas de *performance a stakeholders* chave. A perspectiva que apresentam não é muito diferente da acima citada, de Edwards e Hulme (1996), no entanto, sublinha a *accountability* como uma relação que se estabelece entre dois ou mais actores. Admite de qualquer modo que um actor pode ser *accountable* relativamente a objectivos abstractos, como a edificação dos direitos humanos ou o serviço empenhado a comunidades excluídas, independentemente das interpelações dos doadores, parceiros ou até beneficiários. Aceita a possibilidade de que as organizações se possam sentir *accountables* para com objectivos morais e que a sua *accountability* primária é sobretudo para com as causas por que se batem. Nesta óptica, as expectativas dos outros apenas se tornam importantes por se alinharem com esses deveres. No entanto, consideram acima da razão apontada, que a *accountability* é uma relação concreta entre duas ou mais partes. Defendem que as ONGD, têm de lidar com múltiplas *accountabilities*: aos doadores que fornecem recursos, aos reguladores responsáveis por certificações, aos beneficiários que usam os seus serviços, aos parceiros que cooperam em projectos, aos recursos humanos internos que investem os seus talentos e tempo, e aos membros que esperam ser representados (Brown, *et alia*).

A perspectiva alinha-se com a maioria das anteriores e argumenta que a ideia de que a *accountability* define as relações é importante não só do ponto de vista teórico mas também prático. Isto é, se por um lado um acordo estabelecido entre partes inclui um lado moral sobre o dever de o fazer cumprir, contém simultaneamente um lado prático que força a sua aplicação. Claro que outros atributos da relação, como as diferenças

de poder, influem bastante sobre a capacidade de algumas das partes fazerem com que outras sejam *accountables*. As ONGD podem ignorar *stakeholders* menos poderosos e incapazes de forçar as suas reivindicações, no entanto, não deixam de ser *accountables* em relação a eles.

Accountability ascendente e descendente

No contexto das ONGD a forma mais comum de *accountability* é a *accountability* ascendente, que reconhece que as ONGD são *accountables* àqueles que provêm fundos e que querem saber como o seu dinheiro foi gasto (Ebrahim 2003a, Ebrahim 2003b, O’Dwyer e Hunerman 2010a). Este tipo de *accountability* reflecte-se em vários mecanismos diferentes, no entanto, usualmente, traduz-se na realização de relatórios de natureza quantitativa, segundo formatos preestabelecidos por cada um dos financiadores. Como cada financiador dá o seu enfoque particular e requer um tipo de informação específica, as ONGD, que na sua maioria recorrem a múltiplos financiadores, têm de prestar contas através de uma série de relatórios diferentes. Este modo formal de *accountability* exige informações predefinidas por cada doador, que são recolhidas através de formulários formatados preenchidos por aqueles que actuam ao nível do terreno. Essas informações, em cascata ascendente, vão subindo até resultarem num relatório produzido pela ONGD para cada financiador (Chapman e Okwaare, 2006). Porque estes formatos são usualmente rígidos, não permitem habitualmente espaço para informação suplementar narrativa, nem para as ONGD receberem feedback posterior.

Reciprocamente, a *accountability* descendente reconhece que as ONGD devem ser *accountables* não só para aqueles que as financiam mas também para com os seus beneficiários. Recentemente, alguns governos que financiam a ajuda ao desenvolvimento têm vindo a assumir que, para a concretização efectiva da ajuda ao desenvolvimento, é necessário para as ONGD o envolvimento e diálogo com os beneficiários, a crescer a serem *accountables* para aqueles que proveem fundos (O’Dwyer e Unerman 2010b). Tal reconhece a necessidade e a vontade de aprender a partir da experiência e do conhecimento dos beneficiários. Para as ONGD e financiadores pressupõe a capacidade de serem flexíveis e adaptarem os seus serviços de ajuda de forma a irem ao encontro das reais necessidades dos que operam ao nível do terreno, tanto recursos humanos da organização, como beneficiários (Agyemang *et alia* 2009 in O’Dwyer e Unerman 2010b). Reconhecendo as potenciais vantagens da *accountability* descendente, alguns governos começaram mesmo a pressionar as ONGD que financiam, a adoptarem mecanismos de *accountability* descendente. Esta pressão pode no entanto conduzir a uma rigidez nos mecanismos de *accountability* descendente a serem usados nos projectos em que as ONGD estão envolvidas, que desafiam a inerente flexibilidade e adaptabilidade dos mesmos (O’Dwyer e Unerman, 2010a).

Pressões para implementar *accountability* descendente também têm levantado questões ligadas com as assimetrias das relações de poder entre ONGD e beneficiários, pois os beneficiários podem ser resistentes a questionar ou criticar aqueles que os apoiam, com receio de serem vistos como pouco reconhecedores. Como um objectivo central da *accountability* descendente é também o *empowerment* dos beneficiários, questões de diferenças de poder têm de ser enfrentadas para que a *accountability* descendente seja genuína.

Accountability funcional e estratégica

As relações de *accountability* entre ONGD e os seus doadores, em particular agências oficiais e fundações, têm-se tradicionalmente fixado na *accountability* funcional. Este tipo de *accountability* é orientado para o curto prazo, focada numa relação de *accountability* reduzida à prestação de contas no seu sentido mais limitado, no modo como se usam os fundos concedidos e nos resultados imediatos (Ebrahim, 2003a; Edwards e Hulme, 1995). Utiliza mecanismos de avaliação e monitorização incutidos pelos doadores a fim de ficar demonstrado como as ONGD consumiram determinados recursos financeiros para desenvolverem propósitos específicos. Pelo contrário, a *accountability* estratégica diz respeito a uma *accountability* que tem como horizonte os impactos de longo prazo, privilegiando relações que não se limitam aos doadores, tomando em consideração actores como beneficiários e parceiros. Centra-se numa *accountability* sobre os impactos que as acções da ONGD têm sobre as outras organizações (Edwards e Hulme, 1995), considerando o ambiente amplo onde se movem e utilizando mecanismos de *accountability* como a participação que, mais do que instrumentos, são reconhecidos como processos (O'Dwyer e Unerman, 2007). Importa, por isso, reflectir neste ponto qual é a abordagem adoptada pelo sistema de ajuda ao desenvolvimento para melhor compreensão do porquê da *accountability* funcional vingar sobre a estratégica. Fowler (1995) argumenta que o sistema de ajuda internacional se baseava na noção de subdesenvolvimento como um défice em capital, conhecimento e tecnologia. Nesse sentido, a transferência desses recursos para os países pobres, impulsionaria o crescimento económico e, conseqüentemente, retiraria da miséria as sociedades em questão. Acrescenta que esta visão sobre o desenvolvimento como um processo linear, conduziu à criação e multiplicação de pacotes de recursos e actividades a que denominamos de projectos. Este modelo assume que é possível prever um conjunto de relações causa-efeito, em que a presença de recursos económicos, do conhecimento e tecnológicos se transformam em mudanças sustentáveis e desejadas. Baseados nesta convicção, é possível definir e planear uma sequência de actividades que produzam transformações desejadas. Acresce que a prática da ajuda internacional, exige uma razoável cadeia de organizações que tem de estar perfeitamente encaixada, de modo a que os recursos disponibilizados cheguem ao seu destino – beneficiários – da forma prevista. Através de impostos ou dádivas, público em geral disponibiliza fundos às agências financiadoras, as agências financiadoras fazem chegar esses recursos às ONGD do Norte, as ONGD do Norte transferem-nos para as ONG do Sul, as ONG do Sul por sua vez fazem-nos chegar às organizações de base local e, finalmente, conseguem chegar a quem se destinavam. Atendendo a que cada uma das organizações que fazem parte da cadeia precisa de meios, têm os seus próprios objectivos e que se operam influências externas não calculadas, as finalidades e a *performance* têm de estar bem alinhadas para que o previsível possa acontecer.

A matriz de enquadramento lógico, baseada nesta convicção, é hoje um instrumento comumente utilizado nas candidaturas de projectos a financiadores oficiais internacionais, onde se inclui Portugal. Enquanto a metodologia se prova útil em assegurar que os projetos a implementar sejam internamente sistemáticos e coerentes, tem sido recorrentemente criticada por ser reducionista na análise que permite (Naidoo, 2010). Além disso, para que seja possível avaliar impactos de longo prazo e não apenas actividades e resultados de curto prazo, a lógica de projecto, normalmente de três anos, deve ser alterada em função do

tempo que for apropriado para as comunidades beneficiárias e adequada às exigências que um processo de transformação efectivo implica (Ebrahim, 2005).

Em suma, por um lado, as premissas de linearidade, às quais a ajuda ao desenvolvimento estão afectas, não correspondem ao modo complexo e contingencial em que se processa actualmente o desenvolvimento. Por outro lado, esta incompatibilidade complica a possibilidade de avaliar convenientemente a *performance* das ONGD através das metodologias mais usuais.

O problema entre doadores e ONGD coloca-se muitas vezes na discussão sobre se se devem avaliar processos como a “participação” e o “*empowerment*” ou se é melhor medir produtos mais tangíveis como o número de centros de saúde construídos ou o número de refeições servidas num centro de acolhimento para “meninos de rua”. A maior parte das vezes (Ebrahim, 2005) os doadores tendem a focar-se nos produtos, que normalmente são de curto prazo, e priorizam resultados mais facilmente mensuráveis em detrimento de mudanças mais ambíguas nos processos políticos e sociais. Tais opções podem “*distorcer a accountability por enfatizarem metas de curto prazo quantitativas e favorecerem estruturas de gestão hierarquizadas*” (Edwards e Hulme, 1995). Parte dos problemas que as ONGD enfrentam nesta área derivam da natureza qualitativa do seu trabalho, deste ser influenciado por factores que não estão sob o seu controlo directo e com questões relacionadas com a medição de *performance*. Para as ONGD, não há uma “*bottom line*” (Fowler, 1995) que seja evidente e os indicadores organizacionais são muito difíceis de encontrar. Ainda que estes problemas tornem a *accountability* estratégica extremamente difícil de mensurar, permanecendo preterida pela *accountability* funcional, têm-se procurado mecanismos alternativos, que permitam que os critérios de *performance* sejam negociados entre os principais *stakeholders* envolvidos no processo - ONGD, beneficiários e doadores (Emmens e Potter, 2004; Gatward e Zadek, 1995).

Accountability interna e externa

A já citada definição de Edwards e Hulme (1996, p. 967) de *accountability* como “os meios pelos quais indivíduos ou organizações reportam a uma autoridade reconhecida (ou autoridades) e são responsabilizados pelas suas acções”, acresceu a, também citada, concepção de Cornwall, *et alia* (2000) para quem a *accountability* não tem apenas que ver com “ser responsabilizado” por outros, mas também por “assumir a responsabilidade” por si próprio. Neste sentido, a *accountability* interna inclui a responsabilidade da ONGD para com a sua missão e para com os seus profissionais, desde quem toma as decisões até aos que intervêm no terreno. Para Smillie (1995), optar pela *accountability* interna significa que as ONGD podem aprender consigo mesmas e colocar metas e padrões a si próprias. Segundo princípios de transparência, os desafios reais sobem à superfície onde podem ser analisados, as boas práticas são partilhadas e surgem soluções sustentáveis. Longe de ser uma ameaça, a *accountability* interna respeita as dificuldades e os desafios que as organizações enfrentam. No entanto, a adopção deste enfoque é arriscado pois a honestidade pode ser mal interpretada e usada. Questionamentos críticos levantados pelas organizações a si próprias levaram a que doadores cortassem o financiamento a organizações que tornaram públicos os seus problemas (Bonbright, 2004). Tal como no capítulo anterior, a *accountability* para doadores, aqui denominada

como externa, domina e pretere claramente a *accountability* que se dirige internamente à organização (Ebrahim, 2005).

Na última década, inúmeras críticas têm sido tecidas às ONGD pela sua falta de eficácia em chegarem a populações carenciadas, em empoderar grupos marginalizados ou reduzirem a pobreza. Neste sentido, o desenvolvimento deveria basear-se na procura de conhecimento. A importância de aprender que metodologias funcionam e porquê, é essencial para a melhoria das práticas. Saber o que não funciona é também fundamental para a mudança. Mais do que meramente produzir ou transmitir informação, o conhecimento envolve a conscientização que se desenvolve a partir da experiência e da aprendizagem (Freire, 1970). Ao nível institucional isto é ainda mais real e a incapacidade de aprender com os erros acaba por se estender a grande parte da comunidade que trabalha no desenvolvimento. Fowler (1997, p. 64) coloca a questão neste termos:

“Uma fraqueza quase universal das ONGD está na sua capacidade, muitas vezes limitada, de aprendizagem, adaptação e melhoria contínua da qualidade daquilo que fazem. Isto é uma grande preocupação (...) Se as ONGD não aprendem através da sua experiência, estão destinadas à insignificância e vão atrofiar como agentes de mudança social. As ONGD precisam de, rapidamente, colocar no terreno sistemas que assegurem que elas conheçam e aprendam através dos resultados obtidos – e não daquilo que elas fazem – e apliquem então o que aprenderam.”

Britton (1998) apresenta vários obstáculos internos e externos que dificultam a aprendizagem nas ONGD, sendo um deles a necessidade imperativa de arranjar fundos para sobreviver e desenvolver os seus projectos. Neste sentido, um dos factores que contribui para a incapacidade de aprendizagem liga-se às expectativas dos doadores em geral. A actualidade exige velocidade, eficiência e eficácia, mas o desenvolvimento caminha devagar e as ONGD ao trabalharem em regiões e com populações em carência sabem que a eficiência e a eficácia são muito mais difíceis de alcançar do que parece. Por outro lado, nas ONGD está permanentemente instalada a tensão entre a necessidade de dar espaço para que a aprendizagem e a melhoria do trabalho se produzam (ao mesmo tempo que se deparam com novos desafios e constantes limitações) e a crescente necessidade de mostrar boa *performance*. Também as ONGD, ao terem prometido demasiado aos seus doadores em troca de fundos, foram aprisionadas nesse círculo vicioso. Para manterem ou aumentarem os fundos captados, apresentar resultados é essencial (Smillie, 1995). Por necessidade, rendem-se à negação de que apenas um fracasso que se repete, por não ter sido reflectido, é que é mau. Ainda que colocado de forma exagerada, errar deixou de ser natural e, deste modo, as experiências não se transformam em aprendizagens sustentáveis e significativas para ninguém.

O outro factor que contribui para a incapacidade de aprendizagem organizacional advém dos dois tipos de informações que existem numa ONGD: 1) de execução; 2) de mudança. O primeiro tipo de informação é facilmente mensurável, como por exemplo, relatórios de execução financeira, relatórios descritivos de actividades, orçamentos, etc., e o segundo diz respeito a informação qualitativa, contextual e mais efectiva em perceber a mudança gradual, tais como dados extraídos de processos participativos, diários de campo, etc. As ONGD partilham com os seus doadores o primeiro tipo de informações, mas os segundos reservam-se a transmitir apenas as histórias de “sucesso”. Isto leva a que as organizações

se dediquem incomparavelmente mais tempo a recolher informações do primeiro tipo, mais fáceis de processar e analisar, alinhando-se o padrão com as expectativas dos doadores e com os mecanismos por eles requeridos. Formulários, relatórios e avaliações rígidas fazem parte de um conjunto de instrumentos que não se compadecem com processos de reflexão lentos. Inclusive, muitas vezes, de acordo com estudos já realizados, os objectivos e resultados são presumidos através de dados que não reflectem um conhecimento efectivo sobre a natureza complexa e a incerteza do terreno (Ebrahim, 2005).

Smillie argumenta que parte da solução do problema implica uma mudança na percepção dos doadores e que incrementar a *accountability* através de relatórios e avaliações apropriadas, pesquisa e comunicação de descobertas pode contribuir para que o *status quo* se inverta (1995). Para já, num contexto em que as ONGD precisam de fundos para crescer ou sobreviver, mecanismos fechados que não promovam aprendizagens verdadeiras, fazem preterir a *accountability* interna e a conexão com os beneficiários de modo significativo.

Mecanismos de Accountability

As ONGD são *accountables* para múltiplos actores, doadores, beneficiários e para si próprias, e desenvolvem *accountabilities* diferentes para cada um deles de acordo com as suas necessidades, expectativas e exigências que, por vezes, como já foi referido, podem ser incompatíveis entre si. A *accountability* opera ao longo de várias dimensões, envolvendo múltiplos actores, usando uma série de mecanismos e padrões de *performance* e requerendo diversos tipos de resposta organizacional.

Nelson (2007) aponta três categorias amplas de mecanismos. A primeira categoria diz respeito a mecanismos legais que procuram assegurar que as ONGD sejam responsabilizáveis. Podem ser, por exemplo, procedimentos básicos de registo formal ou informação fiscal. A segunda categoria, em crescente multiplicação, refere-se aos chamados mecanismos “cívicos” ou promovidos/incentivados por “*stakeholders* externos”, criados no sentido de encorajar, dotar e apelar a uma melhor *performance* e *accountability* por parte das ONGD. Incluem organizações independentes *Social Watchdog*¹, *rankings*, prestação de informação (normalmente disponibilizada pelas próprias ONGD) e comunicação/*marketing* social. Podem ainda enquadrar mecanismos de participação ou consultivos através dos quais as ONGD são chamadas ou interpeladas a incluir actores chave nos diferentes aspectos das suas operações, governação, monitorização, avaliação e processos de informação. A terceira categoria diz respeito aos mecanismos de auto-regulação ou voluntários e podem ser resumidos em mecanismos tanto individuais como colectivos estabelecidos pelas próprias ONGD dentro do seu contexto sectorial.

Ebrahim (2003b) identifica cinco categorias de mecanismos de *accountability* usados pelas ONGD: relatórios, análises e avaliações de *performance*, participação, auto-regulação e auditorias sociais e analisa-os através de três dimensões de *accountability*: ascendente-descendente, interna-externa e funcional-estratégica. Distingue cada mecanismo enquanto “instrumento” ou “processo”. Os instrumentos referem-se a técnicas usadas para atingir *accountability*, são aplicadas durante um limitado período de tempo, podem ser documentados fisicamente e podem ser repetidos. Os processos são mais amplos e multifacetados,

¹ Plataformas, formais ou informais, de pessoas que procuram alertar sobre problemas sociais.

menos tangíveis e fechados no tempo. Enfatizam mais o caminho da acção e menos o resultado final, sendo que os meios se consideram importantes por si só.

Os relatórios são os instrumentos de *accountability* mais utilizados e são frequentemente requeridos pelos governos, que exigem o envio anual, para vários ministérios, de informações detalhadas sobre contas, estrutura organizacional e projectos desenvolvidos. Além destes, os doadores requerem relatórios relativos aos projectos que financiam, sendo muito variáveis as exigências de conteúdo e, por vezes, susceptíveis de algum grau de negociação. Tendo as ONGD vários financiadores, inclusivamente para o mesmo projecto, têm de despende muito do seu tempo a responder a formatos específicos. São instrumentos importantes de *accountability* na medida em que viabilizam informações sobre as operações das ONGD, no entanto, enfatizam uma *accountability* ascendente normalmente incidindo no relato sobre a execução financeira e outros indicadores incapazes de reflectir o trabalho efectivo destas organizações. Normalmente não atende à *accountability* descendente. Correndo o risco de perderem o estatuto legal ou fundos tão necessários, as ONGD respondem a estes requerimentos, por vezes, por mera formalidade.

As avaliações são também bastante utilizadas como instrumentos facilitadores de *accountability*, normalmente focados na *performance* ou análise de resultados. Podem ser feitas em diversos momentos do decorrer de um projecto e podem ser externas ou internas. Os financiadores de programas normalmente efectuam avaliações externas na fase final e, por vezes, também a meio do seu curso. Focam-se normalmente nas actividades e resultados imediatos e são determinantes para futuros financiamentos. Também as avaliações internas são bastante comuns, nas quais profissionais se envolvem no seu progresso, seja em redor dos objectivos dos doadores, seja dos seus próprios objectivos internos.

Avaliações internas ou externas comportam os problemas já discutidos e outros. Ebrahim (2005) não questiona a legitimidade dos doadores no direito de aplicação de mecanismos como relatórios e avaliações às ONGD ou à sua *performance*, o que questiona é o propósito de tornar as ONGD *accountables* através de uma visão que parece apenas querer impor um conjunto de regras de comportamento que acabam por desfavorecer a aprendizagem organizacional. Argumenta que esses mecanismos de *accountability* exigidos por doadores demasiadas vezes reduzem a possibilidade de aprendizagem pois: tendem a ignorar “o longo prazo, o quadro geral e a negligenciar as falhas” (2005, p. 61). Tendem a cumprir propósitos de controlo da *performance* e de gastos financeiros em vez de conduzir à melhoria de desempenhos futuros.

Com efeito, uma das questões que se levanta na perspectiva das organizações diz respeito à relevância das avaliações. Por um lado, a cultura das ONGD tende a sobrepor a acção à análise. Os profissionais das ONGD ganham mais satisfação ao promoverem acções de ajuda a aqueles que dela necessitam do que ao orientarem avaliações consumidoras de tempo e dinheiro (Ridell, 1999 citado em Ebrahim, 2005). Por outro, a tendência das avaliações dos doadores em focarem-se em projectos curtos limitam a sua relevância no exame de processos que decorram num prazo longo. A maior dificuldade, ainda, de responder às necessidades das ONGD, através de avaliações de projectos conduzidas por doadores, diz respeito à base de critérios usados para classificar o que é sucesso ou insucesso. A atribuição de fundos que assenta em critérios recompensadores das ONGD que conduzem a sua intervenção por uma abordagem baseada em “produtos” discretos já testados e que penalizam aquelas que se orientam por uma abordagem centrada em “processos” mais arriscados

e inovadores, não consegue responder às necessidades das ONGD que procuram estímulo para melhorar o seu modo de actuar (2005).

Acresce ainda que, apesar de fazer sentido que as avaliações sejam conduzidas para medir o progresso de projectos ou programas a partir de objectivos definidos, omitem as ONGD em si (Fowler, 1995). Estas podiam ser as duas faces da mesma moeda, mas não o são quando se mede o impacto de um projecto separado da apreciação sobre a organização. Se assim fosse, esse poderia ser o catalisador de uma ampla mudança organizacional, particularmente através da aprendizagem organizacional e da “*capacity building*”² (Ebrahim, 2005). As avaliações são um mecanismo que sublinha a *accountability* ascendente e funcional mas que encerram em si um enorme potencial de *accountability* descendente, quer das ONGD para os beneficiários, quer dos doadores para as ONGD.

A participação como mecanismo de *accountability* é bastante diferente dos dois anteriores. Para além de ser um processo e não um instrumento, é um princípio estruturante das ONG de desenvolvimento e faz parte das suas práticas diárias. Ainda que não caiba nas exigências desta pesquisa, tendo-se tornado uma *buzzword* do desenvolvimento, importa pelo menos distinguir brevemente diferentes níveis de participação. A partir de outros autores, Ebrahim (2003b) propõe quatro níveis gerais de participação. O primeiro nível refere-se à informação de um projecto planeado que é disponibilizada ao público através de um diálogo formal em reunião, onde participam membros ou líderes comunitários mas a decisão mantém-se naqueles que desenharam o projecto. O segundo nível inclui o envolvimento das comunidades nas actividades de um projecto em curso, podendo ser através duma contribuição financeira ou em trabalho para a implementação de um projecto e sua manutenção. Num terceiro nível as comunidades podem discutir e negociar as decisões da ONGD e até ter direito de veto sobre as decisões. Neste sentido podem exercer maior controlo sobre os recursos locais e actividades. E, finalmente, o quarto nível refere-se ao desenvolvimento de iniciativas por parte das pessoas e comunidades, independentemente dos projectos das ONGD.

As primeiras duas formas de participação são, não raras vezes, as propostas das agências estatais, doadores e até ONGD. Najam (1996 como citado em Ebrahim, 2003b) argumenta que é frequente, estas formas ficarem reduzidas a meros rituais entre comunidades e intervenores das organizações, onde o exercício de “voz” é meramente simbólico em detrimento de verdadeira acção política capaz de directamente desafiar as iniquidades políticas e sociais. Ao contrário dos dois últimos níveis referidos inicialmente, estas formas são incapazes de equilibrar as relações de poder que proporcionam uma efectiva *accountability* descendente. Ainda que muitos projectos se intitulem como participativos, os fracassos ou dificuldades de implementação e de concretização de objectivos podem revelar que não atenderam às necessidades, condições prévias, forças e potencialidades do terreno ao serem desenhados e implementados. Instrumentos como as avaliações podem ser cruzadas com a participação, ajudando a inverter o sentido da *accountability* ascendente, usando modalidades em que também a acção dos doadores e ONGD possam ser analisadas pelas comunidades.

Tal como a participação, a auto-regulação é também um processo e refere-se aos códigos de conduta e de *performance* desenvolvidos pelas redes e plataformas onde as ONGD se inserem.

2 Na literatura das ONGD o termo “*capacity building*” é impreciso e tem vários sentidos, no entanto, neste contexto refere-se ao fortalecimento organizacional, nomeadamente, em competências chave como liderança, gestão, finanças e captação de fundos, avaliação e programas, tendo em vista o desenvolvimento da eficácia e sustentabilidade da organização (Lewis, 2007).

Nascem como uma reacção a escândalos em organizações do sector e de um esforço para melhorar a sua imagem. Simultaneamente, ao enfrentarem os seus próprios problemas, o processo de desenvolvimento destes mecanismos voluntários contribui largamente para que as ONGD olhem para si próprias e criem uma identidade comum. Possibilitam o fortalecimento interno do sector e a apresentação colectiva da sua missão, valores e princípios à sociedade em geral. Se a heterogeneidade do sector das ONGD, com uma alargada variedade de tipos (associações, fundações, etc.), tamanho, áreas de actuação (cooperação, advocacia social, etc.), personalidades e estruturas, tem dificultado a reflexão sobre uma matriz simples de normas na qual este mosaico de organizações se encaixe, é também esta diversidade que muitos querem manter - advogando ser a sua força - sem regras. Contudo, ainda que as diferenças de posição sejam de considerar, Naidoo (2004) aponta que a necessidade exige que se considerem alguns parâmetros, no que toca a assuntos chave como o financiamento ou a tributação fiscal.

Em resumo, a auto-regulação apresenta inúmeras oportunidades para as ONGD melhorarem a sua imagem mas também a sua *performance*. Fornece mecanismos importantes através dos quais as ONGD podem melhorar a sua *accountability* para doadores, beneficiários e para si próprias.

A auditoria social, enquanto mecanismo de *accountability*, é simultaneamente processo e instrumento (Ebrahim, 2003). O seu objectivo é analisar, reportar e melhorar a *performance* e o comportamento ético, particularmente, através de diálogo com os *stakeholders*. É um mecanismo que integra vários dos mecanismos referidos atrás, o que lhe confere importância pela profundidade que comporta. Ainda que haja vários modelos, a maioria contém cinco elementos principais: identificação de *stakeholders*, diálogo dos *stakeholders*, uso de indicadores, melhoria contínua e comunicação pública (Gatward e Zadek, 1995). São várias as razões que se podem referir para o uso deste mecanismo. Por um lado, tem vantagens ao nível da gestão interna no que concerne à monitorização da *performance*. Por outro, permite recorrer às opiniões dos *stakeholders* – comunidades e financiadores – no desenvolvimento dos objectivos e valores, bem como na identificação de indicadores de *performance* adequados à complexidade do contexto onde as ONGD se movimentam, sejam eles sobre resultados de curto prazo ou impactos de prazo alargado. Pode ainda servir como instrumento para o planeamento estratégico e para a aprendizagem organizacional. E, finalmente, o facto das auditorias sociais serem verificadas externamente, fazem aumentar a reputação pública das organizações por, inquestionavelmente, comunicarem informações fundamentadas.

Apesar das vantagens apontadas, este mecanismo não deixa de conter defeitos. Em primeiro lugar, requer um investimento elevado, quer em termos de tempo, quer em termos de custo financeiro (Gatward e Zadek, 1995). Em segundo lugar, é incerto o impacto que uma auditoria social pode causar num financiador. A transparência é um princípio precioso mas que deve ter em conta o contexto e atender aos *stakeholders* que podem ter uma visão reduzida do cenário global. Para as ONGD, o uso deste mecanismo implica uma mudança de avaliações de projectos ou programas individuais, para uma avaliação ampla da organização como um todo.

A auditoria social pode melhorar a *accountability* ascendente e descendente, contudo, os *stakeholders* têm de ser sistematicamente integrados no diálogo, no desenvolvimento de indicadores e na avaliação de resultados. Como mecanismo de *accountability* interna, oferece um enquadramento coerente para a integração dos valores e objectivos organizacionais.

Um estudo sobre as concepções e práticas de *accountability* das ONGD portuguesas

Em 2011, uma pesquisa foi desenvolvida no sentido de identificar a concepção de *accountability* para as ONGD portuguesas e, simultaneamente, aferir as prioridades de *accountability* que estabelecem através das suas práticas. No sentido de concretizar estes propósitos, foi aplicada uma grelha de indicadores de transparência objectivamente verificáveis adaptada de uma ferramenta disponível no *site* da Coordenadora de ONG para el Desarrollo-España³, a vinte ONGD portuguesas. A partir da análise dos seus *sites*, foram identificados elementos associados à identidade e intervenção dessas organizações, verificadas as suas práticas de transparência e reconhecidas novas pistas que estenderam amplamente a abrangência (muito para além da transparência) do conceito de *accountability*. Complementarmente, e numa lógica dialéctica, foram realizadas entrevistas aos directores executivos de três ONGD, seleccionadas entre as vinte, a partir de critérios de semelhança e distinção. No que respeita à semelhança, considerou-se importante todas actuarem na cooperação internacional através de intervenção directa, com recursos humanos em países em desenvolvimento e com estruturas organizacionais mínimas compatíveis com o desenvolvimento de sistemas e mecanismos de *accountability*. Relativamente à diversidade, aspecto que se constitua de suma importância para a validade da amostra, foram utilizados critérios relativos: a) à dimensão; b) à identidade civil ou religiosa; c) ao carácter nacional ou internacional das redes e plataformas a que pertencem; d) às áreas e locais onde operam; e) ao n.º de recursos humanos expatriados; f) ao tipo de recurso humanos expatriados (voluntários ou remunerados); g) ao orçamento anual; h) e à origem das principais fontes de financiamento. Para os entrevistados, foi inquestionável a pertinência da *accountability* no contexto das ONGD, sendo reconhecida como um âmbito e um meio indispensáveis para o reforço da confiança institucional, da responsabilidade social, da cidadania democrática global e da participação colectiva plena que se deseja promover junto dos vários *stakeholders*. Na realidade, a análise e interpretação das respostas produzidas pelos directores executivos das três ONGD estudadas, permitiu que se alcançassem os objectivos delineados. Para os entrevistados, o conceito de *accountability* designa frequentemente uma prática, que contempla articuladamente várias perspectivas: 1) uma prestação de contas que vai para além da dimensão económico-financeira, abrangendo várias facetas da organização, nomeadamente, a sua *performance*; (2) uma obrigação legal e uma razão pragmática, que concede legitimidade e fornece apoio para poderem operar; 3) uma obrigação moral, assente na responsabilidade de assumir os efeitos das suas acções; 4) uma forma baseada no princípio da transparência, procurando claramente evidenciar a sua missão e *performance*; 5) uma relação estabelecida com os diversos *stakeholders* com quem interagem. Articuladas entre si, o conjunto de perspectivas enformam este conceito dinâmico e em mutação. No que diz respeito às prioridades de *accountability* que as OGD estabelecem, no quadro abaixo, apresenta-se um resumo da análise. Na segunda coluna do quadro “*Accountability* para quem?”, verificamos uma predominância da *accountability* ascendente. Muitos dos mecanismos utilizados no dia-a-dia das ONGD são respostas a exigências de financiadores ou entidades oficiais, sendo que reforçam uma *accountability* de supervisão. Ainda que a *accountability* para as comunidades se faça presente, grande parte dos mecanismos de

3 http://www.coordinadoraongd.org/uploads/descargas/herramienta_TRyBG_dic2010_v6.pdf.

accountability descendente estão ainda pouco desenvolvidos. A terceira coluna diz respeito aos motivos que levam as ONGD a usar esses mecanismos. Na maioria dos casos, esses motivos são externos, por advirem de exigências legais ou imposição dos financiadores. As ONGD deparam-se constantemente com a necessidade de fundos e a possibilidade de não os conseguirem manter reforça a *accountability* externa. Também o receio de perda de credibilidade é um factor importante que conduz ao desenvolvimento da *accountability*. Assinala-se também que por serem ONGD orientadas por valores, motivos internos também são frequentes. A quarta coluna caracteriza os mecanismos a partir da sua resposta organizacional primária. Relatórios e avaliações de projectos cumprem normalmente funções de curto prazo, focando-se em actividades e resultados imediatos. Notámos a potencialidade na incidência estratégica das relações ONGD-financiadores através da participação e constatámos consonância entre os entrevistados no enfoque estratégico da participação aliada ao *empowerment* das comunidades.

Tabela 001 - Características dos mecanismos de *Accountability* das ONGD analisadas

Mecanismos de <i>Accountability</i> (instrumentos e processos)	Quem é responsável? (ascendente, descendente ou próprio)	Motivação (interna ou externa)	Resposta Organizacional (funcional e estratégica)
Relatórios (instrumento)	Ascendente para doadores e órgãos de fiscalização	Exigência legal (externa) Requisito de financiamento (ameaça externa de perda de fundos ou situação fiscal)	Principalmente funcional, focada em resultados a curto prazo
Análise de <i>performance</i> e avaliação (instrumento)	Ascendente para financiadores Potencial significativo para descendente de comunidades	Requisito de financiamento (externa) Potencial para se tornar num instrumento de aprendizagem (interna)	No presente é essencialmente funcional, com possibilidades de ser estratégica focado no longo prazo
Participação (processo)	Descendente de ONGD para beneficiários ou comunidades Interna para próprias ONGD Potencial significativo para descendente dos doadores para as ONGD	Valores organizacionais (interna)	Principalmente funcional se a participação se limitar à consulta e implementação Estratégica se envolver poder de negociação dos clientes em relação às ONGD e das ONGD em relação aos financiadores
Auto-regulação (processo)	Para as próprias ONGD enquanto um sector	Perda da confiança do público devido a escândalos ou exageros nos resultados (externa: perda de fundos; interna: perda de reputação)	Estratégica no que diz respeito a alterações a longo prazo de códigos de conduta
Auditoria Social (instrumento e processo)			

Fonte: Quadro do autor adaptado de Ebrahim (2003b).

Na direção de uma *accountability* holística

Tal como apresentado e discutido ao longo deste artigo, as ONGD estabelecem várias relações de *accountability* com uma gama variada de *stakeholders*, incluindo governos, financiadores, membros e apoiantes, recursos humanos, parceiros do sector da ONGD, entre outros. É reconhecida também a profunda responsabilidade para com indivíduos e grupos que recebem apoio da ONGD ou grupos cujos interesses que as ONGD representam em campanhas de apoio.

São, conforme anteriormente explanado, praticamente inevitáveis os conflitos que surgem do peso das exigências de *accountability* de um conjunto tão complexo de parceiros. O perigo que se corre é que os *stakeholders* dos grupos mais poderosos – os financiadores e as autoridades públicas – possam dominar o discurso e a prática da *accountability*, sendo de ponderar que esforços conscientes sejam levados a cabo para uma discriminação positiva a favor dos que detêm menos poder e que são o centro da acção das ONGD.

Os beneficiários são centrais para uma nova fase da *accountability*. Tal como a satisfação das necessidades dos doadores se tem vindo a concretizar, na mesma medida os contributos e comentários dos beneficiários merecem estima e consideração. O paradigma já está em mudança e os agentes de desenvolvimento há muito que expressam o seu discurso em termos de descentralização e *empowerment*. Consultas aos beneficiários no início de processos estratégicos, o que pode ser chamado de participação ainda de nível um, são agora mais comuns. Além disso, o feedback dos beneficiários é já assumido como uma parte indispensável de avaliações de *performance*.

Também essa mudança de paradigma favorece a aprendizagem, na medida em que lições se possam extrair dos sucessos ou insucessos da intervenção. As falhas podem ser identificadas, tratadas e as ONGD devem, portanto, ser flexíveis e criativas nas respostas. Esse é um desafio particularmente difícil para as ONGD uma vez que estão relativamente isoladas de pressões externas para mudar o seu comportamento. Em muitos contextos do sul, os beneficiários têm poucas opções para escolher a “ajuda” que gostariam, e mesmo os financiadores têm uma capacidade limitada para avaliar a *performance* através de indicadores aptos para a medição dos impactos de longo prazo. A aprendizagem organizacional está, muitas vezes, subordinada à motivação intrínseca e à capacidade da ONGD para fazer uma auto-reflexão crítica. É igualmente dependente da boa qualidade dos feedbacks recolhidos dos beneficiários. Os dados são reunidos de várias maneiras, que vão desde entrevistas com líderes comunitários, grupos focais, até assembleias de aldeia. E esses resultados que se obtêm são então utilizados para compor padrões que possam ser partilhados pelas ONGD sobre a *performance* “do terreno”, proporcionando uma avaliação mais holística (O’Dwyer e Unerman, 2010b) do seu impacto, em comparação com as metas rigidamente padronizadas promovidas pela *accountability* ascendente e funcional.

Aqui, uma das palavras-chave pode ser negociação. Os principais *stakeholders* – desde financiadores a beneficiários – terão de entender mecanismos como a avaliação, como pontos de negociação do processo de desenvolvimento. Reforçar o envolvimento das comunidades beneficiárias parece ser a única forma de inverter a fragilidade da *accountability* descendente. Convocar o encontro entre os vários *stakeholders* e negociar, pode ser a maneira de lidar com as diferenças de pontos de vista sobre os padrões de *performance*, *bottom-lines* e resultados esperados. Drucker (1990, p. 110) antevê a necessidade de uma *accountability* estratégica e argumenta, “uma vez que os objectivos de curto prazo dos di-

ferentes stakeholders é provável que difiram, a negociação deve-se focar sobre os objectivos de longo prazo e da missão”.

A *accountability* holística tenta combinar *accountability* ascendente e descendente, idealmente com a adição de dimensões de *accountability* multi-direccionais (O’Dwyer e Unerman, 2010b). Esta perspectiva argumenta que se as responsabilidades das ONGD perante a ampla gama de *stakeholders* que afecta são reconhecidas, então os deveres conjuntos de *accountability* também devem ser reconhecidos. Advoga-se que a relação com os doadores tem de ser alterada de modo a que se consigam atingir os objectivos maiores por parte de todos os envolvidos. Defende-se que idealmente é essencial usar a experiência e o conhecimento dos beneficiários – o que requer um diálogo e negociação de *accountability* envolvendo o doador, a ONGD (e qualquer ONG intermediária parceira), colaboradores locais da ONGD e beneficiários (Agyemang *et al.* 2009). Em alguns casos os colaboradores locais das ONGD são relutantes em fornecer informações sobre aspectos operacionais que não correram bem, temendo o corte de fundos, à luz destes relatórios negativos (2009). A flexibilidade inerente às formas de *accountability* holística significa que deveria ser possível reportar erros e aprender com eles sem medo de consequências negativas, constituindo-se assim como oportunidades efectivas de aprendizagem, capazes de melhorar a eficácia da ajuda em projectos futuros.

Existe ainda um argumento moral para a *accountability* holística. O próprio conceito de ajuda é moral, pois não existe obrigação formal por parte de indivíduos ou empresas para providenciarem suporte aos países em desenvolvimento, embora muitos governos o tenham feito, por exemplo, comprometendo-se com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A razão pela qual voluntariamente doamos dinheiro com vista ao desenvolvimento é porque reconhecemos que temos responsabilidade moral por aqueles que sofrem dos efeitos da pobreza, levando-nos isto à noção de “abordagem baseada nos direitos”. Tradicionalmente, o desenvolvimento era visto como uma actividade onde aqueles que têm recursos generosamente “dão” parte daquilo que é seu, por compaixão, àqueles que se encontram em situação de necessidade. A partir do final dos anos noventa esta mudança na visão sobre a ajuda ao desenvolvimento ganhou terreno e a abordagem baseada nos direitos para o desenvolvimento enforma a visão das relações da ajuda de uma perspectiva diferente. Reconhece que todas as pessoas têm certos direitos humanos básicos e que a pobreza extrema impede o acesso a alguns deles, como a alimentação, o abrigo, etc. A partir desta perspectiva, a ajuda é vista como um direito, em vez de ser vista como uma benesse que se concede àqueles que se encontram em situação de pobreza e que devem estar agradecidos por qualquer coisa que recebem. A perspectiva baseada nos direitos provou ser útil ao ligar os esforços de redução da pobreza com cidadania, leis e *accountability* (Lewis, 2007). Esta mudança de abordagem teve consequentemente implicações na prática das ONGD, como por exemplo: a) o aumento da transparência em relação aos seus princípios e valores quando interagem com outros actores do desenvolvimento ou populações locais; b) a transição para uma concepção das pessoas e comunidades locais com quem as ONGD trabalham como cidadãos activos em vez de meros recipientes de assistência; c) a necessidade de entenderem como funcionam as instituições locais num determinado contexto e a complexidade das políticas locais; d) a renovação do compromisso de trabalharem com os mais pobres; e) um envolvimento mais completo com o sistema legal, procurando fortalecer as populações locais no conhecimento dos seus direitos; f) e o encorajamento de melhor *accountability* entre governos e cidadãos (IDS, 2003).

A *accountability* descendente e holística, contendo na sua base o *empowerment* e a participação, é o centro da abordagem pelos direitos pois fornecem mecanismos de diálogo entre os doadores, as ONGD e os beneficiários, reforçando ainda a eficácia, transparência e sustentabilidade das operações das ONGD. Também central a esta abordagem é a presença de relações de parceria efectivas, onde há diálogo e interacção. Relações de parceria que sejam trabalhadas entre financiadores, ONGD doadoras, ONGD locais e beneficiários, que permitam um diálogo que facilite o feedback e a aprendizagem em todas as direcções (O’Dwyer e Unerman, 2010a).

É contudo difícil obter tal *accountability* holística. O’Dwyer e Unerman (2010a) referem que mesmo ONGD doadoras em países desenvolvidos que têm promovido uma forte retórica de apoio à *accountability* descendente, na prática, muitas vezes não a têm aplicado através de mecanismos e compromissos efectivos requeridos para a concretização de *accountability* descendente como parte da abordagem baseada nos direitos. Um dos factores que tem provocado a falta de concretização apontada, poderá ser a falta de atenção por parte das ONGD do Norte em assegurar que as ONGD parceiras locais implementem mecanismos de *accountability* descendente.

A única forma da *accountability* descendente funcionar pressupõe a existência de uma cadeia de *stakeholders* que esteja completa e que o diálogo de *accountability* presente ao longo dessa cadeia se constitua por financiadores, ONGD, ONG locais e beneficiários. De referir que pode dar-se alguma falta de atenção por parte das ONGD financiadoras em colocar demasiada pressão nas ONG locais para se envolverem no processo de *accountability* descendente e, relacionado com isto, poderá também haver resistência na transferência de influência e poder para o nível local. Outra questão significativa, deve-se ao facto de que a maioria dos beneficiários é conduzida pelo imperativo imediato de trabalhar para subsistir no dia-a-dia, podendo não ter possibilidade para se envolver num diálogo de *accountability* exigente em disponibilidade de tempo. Esta dificuldade muito concreta, pode tornar-se um problema na implementação de uma efectiva *accountability* holística, pela falta de capacidade dos indivíduos e comunidades beneficiárias se envolverem num diálogo de *accountability* como parte da abordagem baseada nos direitos. Onde tal situação ocorre, é importante que se mantenha a flexibilidade nos mecanismos de *accountability* descendente, tornando-se necessário o uso de mecanismos informais e apropriados à real capacidade das ONG locais e beneficiários (Gray *et alia*, 2006 in O’Dwyer e Unerman, 2010b). Deste modo, para não destruir os objectivos da *accountability* holística, as pressões de formalidade e relato detalhado escrito, típicas da *accountability* ascendente, devem ser acauteladas, pois podem impedir que o diálogo de *accountability* descendente se torne efectivo.

Esta perspectiva holística, de futuro, ou já presente, mas não consolidada, promove uma cultura de *accountability* mais inclusiva e construtiva que alinha melhor com as metas e os objectivos das ONGD e do desenvolvimento. Apesar do “discurso” tender a afastar-se do tom supervisor e tecnocrático, os mecanismos ainda não estão fortemente enraizados. É ainda preciso algum caminho até que a *accountability* contribua para melhorar a *performance* e alterar as assimetrias de poder. Urge portanto, que se concretize essa reforma.

Referências bibliográficas

- Bellour, S. & Newell, P. (2002). Mapping Accountability: Origins, Contexts and Implications for Development. [Working Paper N.º 168]. Institute of Development Studies. Sussex.
- Boonbright, D. (2004). NGO Accountability and Performance: Introducing Access. *Accountability Forum, Issue 2*, pp. 4 a 13.
- Britton, B. (1998). The Learning NGO [Occasional Papers N.º 17]. *International NGO Training and Research Centre*, Oxford.
- Brown, L. David & Jagadananda (2007). *Civil Society Legitimacy and Accountability: Issues and Challenges*. Washington DC: CIVICUS and Hauser Center for Nonprofit Organizations.
- Brown, et alia (2004). *Building Strategic Accountability Systems for International NGOs*, *Accountability Forum, Issue 2*, pp. 31 a 43.
- Chapman, J. & Okwaare, S. (2007). *Chameleons and Accountability: Linking Learning with Increasing Accountability in ActionAid International Uganda and the Ugandan Land Alliance*. In Jordan L. & Van Tuijl P. (Eds.). *NGO Accountability Politics, Principles and Innovations*. London: Earthscan.
- Cornwall, A., et alia (2000). Introduction: Accountability through Participation: Developing Workable Partnership Models in the Health Sector. *Institute of Development Studies, Bulletin N.º 31*, pp. 1 a 13.
- Drucker, P. (1990). *Managing the Non-Profit Organization*. New York, Harper Colins.
- Ebrahim, A. (2005). Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. *Non-profit and Voluntary Sector Quarterly, Vol. 34, N.º 1*, pp. 56 a 87.
- Ebrahim, A. (2003a). Making Sense of Accountability: Conceptual Perspectives for Northern and Southern Nonprofits. *Nonprofit Management and Leadership, Vol. 14*. 191 a 211.
- Ebrahim, A. (2003b). Accountability in Practice: Mechanisms for NGOs. *World Development, Volume N.º 31*, pp. 813 a 829.
- Edwards, M. & Hulme, D. (1996). Too close for confort? The Impact of Official Aid on Non-Governmental Organizations. *World Development, Volume N.º 24*, pp. 961 a 973.
- Edwards, M. & Hulme, D. (1995a). *NGO Performance and Accountability: Introduction and Overview*. In Edwards M., & Hulme D. (Eds.). *Non-Governmental Organisations – Performance and Accountability: Beyond the Magic Bullet*. London: Earthscan.
- Edwards, M. & Hulme, D. (1995b). *Beyond the Magic Bullet? Lessons and Conclusions*. In Edwards M., & Hulme D. (Eds.). *Non-Governmental Organisations – Performance and Accountability: Beyond the Magic Bullet*. London: Earthscan.
- Emmens, B. & Potter, J. (2004). *Auditing the People in Aid Code: A Tool for Human Resource Management*. *Accountability Forum, Issue 2*, pp. 70 a 81.
- Fowler, A. (1997). *Striking a Balance: A Guide to Enhancing the Effectiveness of NGOs in International Development*. London: Earthscan.
- Fowler, A. (1995). *Assessing NGO Performance: Difficulties, Dilemmas and a Way Ahead*. In Edwards M. & Hulme D. (Eds.). *Non-Governmental Organisations – Performance and Accountability: Beyond the Magic Bullet*. London: Earthscan.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gatward, M. & Zadek, S. (1995). *Transforming the Transnational NGOs: Social Auditing or Bust?*. In Edwards M. & Hulme D. (Eds.). *Non-Governmental Organisations – Performance and Accountability: Beyond the Magic Bullet*, London: Earthscan.

- Ids. (2003). *The rise of Rights: Rights-based Approaches to International Development. Institute of Development Studies Policy Briefing, Issue 17.*
- Lewis, D. (2007). *The Management of Non-Governmental Development Organizations.* London: Routledge.
- Naidoo, K. (2010). Boiling Point – Can Citizen Action Save the World?. *Development Dialogue, Volume 54,* pp. 55 a 75.
- Naidoo, K. (2004). The End of Blind Faith? *Accountability Forum, Issue 2,* pp. 14 a 25.
- Nelson, J. (2007). The Operation of NGO in a World of Corporate and Other Codes of Conduct [Working Paper N.º 34]. *Corporate Social Responsibility Initiative.* Cambridge.
- O'Dwyer, B. & Unerman, J. (2010a). Enhancing the Role of Accountability in Promoting the Rights of Beneficiaries of Development NGO. *Accounting & Business Research, Volume 40, Issue 5,* pp. 451 a 471.
- O'Dwyer, B. & Unerman, J. (2010b). NGO Accountability and Sustainability Issues in the Changing Global Environment. *Public Management Review, Vol. 12, Issue 4,* pp. 475 a 486.
- Smillie, I. (1995). Painting Canadian Roses Red. In Edwards M. & Hulme D. (Eds.). *Non-Governmental Organizations – Performance and Accountability: Beyond the Magic Bullet.* London: Earthscan.



Projetos energéticos da EDP em África: Caso de estudo Kakuma

Jorge Mayer*

P. 53-59

Enquadramento

A EDP é uma empresa multinacional de energia, presente em 13 países, focada essencialmente nos negócios do gás e da eletricidade, incluindo a sua produção, distribuição e comercialização. No seu setor, o grupo EDP pode considerar-se como sendo de média dimensão em termos mundiais, com forte presença no Brasil e investimentos significativos nos EUA, tendo mais de sete milhões de clientes de eletricidade e um milhão de clientes de gás.

A empresa está atualmente no 3º lugar no topo mundial das empresas de energias renováveis, e foi considerada líder mundial em Sustentabilidade, em 2010 e 2011, segundo a classificação do Índice Dow Jones da bolsa de Nova Iorque.

Tendo presente este enquadramento, o grupo EDP pretendeu encontrar um projeto de responsabilidade social que fosse internacional, e refletisse a sua aposta na Sustentabilidade e nas energias renováveis.

O campo de refugiados de Kakuma

Kakuma é uma localidade situada no distrito Turkana no Noroeste do Quênia, a cerca de 100 km da fronteira do atual Sudão do Sul. A palavra, Kakuma, em suaíli, quer dizer “ne-nhures”, o que expressa a sua distância de qualquer lugar digno de nota.

Esta localidade, inicialmente com poucos milhares de habitantes, conta atualmente com cerca de 60 000 habitantes depois de, em 1992, ter acolhido como seu vizinho o campo de refugiados aí instalado devido à guerra civil no Sudão, que durou 22 anos (terminou em 2005). A sua população tem oscilado ao longo dos anos entre os cerca de 45 000 e os atuais 80 000 refugiados. Se até há 3 anos atrás a maioria da população do campo era sudanesa, esse cenário alterou-se com o processo de repatriação para o Sudão (após o processo de paz), pelo que a maioria dos refugiados é atualmente oriunda da Somália. Além destas nacionalidades há ainda refugiados provenientes da Etiópia, Eritreia, Uganda, Burundi, Ruanda, Congo, etc.

Na região ocorrem frequentes tempestades de poeira e o clima é muito quente e árido, com pouca vegetação.

Na zona há problemas de desnutrição, malária e cólera.

* Fundação EDP.

Economia do campo de refugiados

É muito complexa e heterogénea a realidade do campo de refugiados, onde convivem pessoas aí instaladas há décadas com outras recém-chegadas. A esmagadora maioria é iletrada, ou com muito poucos estudos, e oriunda de dezenas de países e etnias diferentes. É de referir que alguns refugiados são agora maiores de idade e nunca conheceram outra realidade além da vivida no campo.

A vida económica do campo decorre em estreita relação com a da localidade vizinha (vila de Kakuma), pois os refugiados não têm legalmente o direito a ter negócios, fazer agricultura ou até a cortar árvores. Isto é assim na prática, exceto nos pequenos negócios que florescem no campo, maioritariamente promovidos pelos somalis e etiopes, cujas culturas são mais abertas ao comércio e menos à agricultura e pastorícia (áreas mais da preferência dos sudaneses). O rendimento varia enormemente, sendo a esmagadora maioria da população extremamente pobre.

As fontes de rendimento são os pequenos negócios, desde cabeleireiro, venda de telemóveis, acesso à internet, carregamento de baterias de telemóvel, iluminação noturna (em microescala), refeições e chá, entre inúmeros outros.

Além destes existem as remessas de dinheiro de fora do campo, que podem ser provenientes das famílias, quer do país de origem, quer dos familiares que foram renaturalizados num país terceiro, como por exemplo nos Estados Unidos da América ou no Canadá.

Outra importante fonte de rendimento é o trabalho para as múltiplas ONG's presentes no campo, quer nos seus escritórios, quer como agentes de campo.

A comida que é distribuída gratuitamente de duas em duas semanas (alimentos secos, maioritariamente provenientes dos Estados Unidos da América), é muitas vezes vendida no mercado negro para que as famílias possam colmatar outras necessidades. Esta prática é muito comum. É apenas de referir que em casos extremos há situações reportadas de mães que se prostituem por pequenos bens, ou comida, para si ou para as suas crianças.

Situação da eletricidade em Kakuma

A região não tem qualquer rede de eletricidade, assim todas as utilizações recorrem a geradores diesel, o que implica elevados custos de geração (nos quais o transporte tem uma quota parte significativa), e elevada manutenção devido ao elevado uso e fraca qualidade geral de muitos destes equipamentos. São comuns as avarias e longos tempos de reparação, quando possíveis.

As principais utilizações são a iluminação com uso de lâmpadas incandescentes ou tubulares fluorescentes.

Existe um reduzido número de geradores particulares que obtêm rendimentos de venda de iluminação a abrigos vizinhos. Normalmente estes serviços funcionam apenas das 18h às 22h, cobrando 3 a 4 euros mensais por uma lâmpada incandescente, o que é muito mais caro que o serviço de energia num país desenvolvido.

No caso de geradores ligados a instituições também existe o uso de ar condicionado.

Antes do projeto da EDP, apenas duas ou três instituições possuíam um reduzido número de painéis solares, a maioria com dificuldades de funcionamento relacionadas com a manutenção de baterias.

Quer no campo, quer na localidade, não existe iluminação pública, exceto poucas lâmpadas dispersas e isoladas colocadas por donos de lojas, como medida de segurança.

Marcos temporais do projeto em Kakuma

No final de 2008, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) solicitou à EDP uma doação para um programa de saúde e nutrição. A EDP respondeu com uma proposta de Investimento Social de Soluções Sustentáveis de Energia e Ambiente, que levou ao estabelecimento da parceria ACNUR-EDP para o campo de refugiados de Kakuma.

Em fevereiro de 2009, uma pequena equipa da EDP realizou a avaliação inicial no local, tendo apresentado em junho uma proposta de projeto para testar, à escala piloto, diferentes soluções para problemas de energia renovável e de natureza ambiental.

Em setembro de 2009, o ACNUR e a EDP assumiram publicamente o compromisso de implementar este projeto na Clinton Global Initiative em Washington. Nesse mesmo mês é enviado um elemento da EDP para Kakuma, para gerir a implementação do projeto.

Em setembro de 2010, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e o CEO da EDP visitam Kakuma para verem os resultados no terreno, tendo o projeto sido concluído no mês seguinte.

Equação energética de Kakuma

Desde a primeira missão em Kakuma, tornou-se claro que as necessidades energéticas da população de um campo de refugiados estão profundamente ligadas com a escassez de iluminação e com o calor necessário para cozinhar.

Assim, não era possível apenas considerar a geração de eletricidade no balanço energético do campo, mas era fundamental incluir a questão ambiental gerada pela enorme procura de lenha. Salienta-se que a região de Kakuma é semidesértica, com uma capacidade de carga do ambiente suficiente apenas para a vivência em regime de nomadismo, como fazem os locais Turkana. A existência permanente de quase 80 mil refugiados e cerca de 60 mil habitantes na vila geminada com o campo provoca efeitos ambientais devastadores na área circundante.

A desflorestação é muito elevada num raio de 20 a 25 kms do campo, e a lenha é colhida até junto das fronteiras, quer com o Uganda, quer com o Sudão, chegando a percorrer distâncias de 100 km para chegar a Kakuma. Nas vizinhanças do campo são reportados casos de violações de mulheres que tentam encontrar lenha.

Por outro lado, as elevadas temperaturas (média anual acima dos 35 °C), conjugadas com a muito fraca precipitação, originam um habitat com capacidade regenerativa muito baixa, o que resulta em períodos muito extensos de recuperação do ambiente.

Nestas condições, o exercício de práticas ligadas à agricultura é muito difícil, sendo acentuado pela ausência de conhecimentos técnicos que permitam minimizar as dificuldades e otimizar os processos.

Como referido anteriormente, a ausência de rede elétrica leva a que quase todas as operações do campo e na vila geminada se baseiem no uso de geradores a gasóleo, com elevados

custos de produção de eletricidade e de manutenção dos geradores, e com pouca fiabilidade. A parafina e o querosene são usados para iluminação interior das casas, fornecendo luz insuficiente e produzindo fumos prejudiciais à saúde.

Projeto Kakuma: teste de soluções

O projeto foi concebido com o intuito de melhorar o acesso à energia e à iluminação, aumentando a sustentabilidade do campo de refugiados. Pretendeu-se beneficiar não apenas a comunidade dos refugiados, mas também a comunidade local, usar os recursos locais tanto quanto possível e capacitar trabalhadores para garantir a manutenção dos sistemas e a sua futura expansão.

O projeto incluiu dez sub-projetos, que abaixo se descrevem:

Projeto 1 – Energia Renovável para edifícios

Consistiu em instalar sistemas de produção de energia renovável (principalmente fotovoltaicos) em 2 hospitais, 4 escolas, e outros 5 edifícios para alimentar circuitos de iluminação.

Projeto 2 – Energia Renovável para abastecimento de água

Consistiu em instalar um sistema de produção elétrica com painéis fotovoltaicos para alimentar a bomba de um dos furos artesianos que fornece água ao recinto das Nações Unidas.

Projeto 3 – Iluminação eficiente

Instalação de novos circuitos, ou restauração de circuitos existentes, nos edifícios beneficiados do projeto 1 para baixar a fatura energética com o emprego de lâmpadas energeticamente eficientes.

Projeto 4 – Luz para estudantes

Disponibilizar acesso barato a uma lanterna solar a cada aluno nas escolas. Foram disponibilizadas 4500 lanternas.

Projeto 5 – Luz para as famílias e para as ruas

Instalação de 31 postes de iluminação pública solares (na sua maioria desenhados e construídos no campo), alguns combinando carregamento de lanternas solares ou providenciando energia a casas próximas.

Projeto 6 – Energia solar para irrigação

Instalação de um sistema de bombagem baseado em energia solar aplicado a um poço raso para providenciar água para pequenos lotes de hortícolas.

Projeto 7 – Fornos solares

Testar o uso de 30 fornos solares de elevada eficiência com grupos de mulheres em reinserção social em pequenos restaurantes.

Projeto 8 – Purificadores de água

Testar o uso de 10 purificadores de água solares numa área onde cólera é recorrente.

Projeto 9 – Sustentabilidade ambiental

Testar métodos mais eficientes de controlar espécies invasoras, criar um centro de demonstração de irrigação para cultura agroflorestal e recuperação de um viveiro para plantio de árvores.

Projeto 10 – Empreendedorismo social

Desenvolver soluções para que uma pequena oficina de manteiga de amendoim passasse a funcionar apenas com energia renovável. Empregar e formar mão de obra local tanto quanto possível.

Abordagem EDP

A proposta da EDP para campos de refugiados baseia-se na verificação de que a presença de energia, em especial da iluminação, transforma a vida das pessoas. É motor de desenvolvimento. Um exemplo disto foram os resultados escolares obtidos após apenas três meses de conclusão do programa, com o quase duplicar do número de alunos com aproveitamento positivo.

O acesso à energia abre uma porta para novas atividades, mais segurança, mais tempo familiar, mais tempo produtivo, mais tempo de estudo, criando múltiplas formas de combate à exclusão e à pobreza extrema.

O projeto assenta na premissa que, mesmo no contexto de um campo de refugiados, é possível construir acesso à energia de forma sustentável, quer ambiental como financeiramente.

Isso passa pelo envolvimento e criação de parcerias com atores locais de forma a melhor adaptar os projetos à realidade. Estes atores são fundamentais na sustentabilidade a longo prazo das soluções implementadas, através da sua capacidade técnica (transmitida pela projeto), pela sua presença e envolvimento na comunidade local e pelo seu negócio associado cuja geração de renda permitirá cobrir os custos da manutenção dos sistemas.

A EDP gere, apoia e acompanha no terreno a instalação e lançamento dos projetos, assegurando a empresa toda a vertente de planeamento de soluções técnicas e de financiamento.

Sintetizando, o valor acrescentado desta abordagem da EDP baseia-se em cinco pilares, atendendo sobretudo as comunidades pobres das regiões *off-grid* (sem acesso à rede elétrica).

- Conveniência - Serviços integrados, incluindo financiamento.
- Proximidade - Gestão de projeto feita localmente pela EDP.
- Dinamização da economia local - Utilização de recursos locais, quando possível.
- Sustentabilidade - Capacitação de parceiros e utilizadores.
- Competitividade - Preços abaixo dos encargos energéticos atuais dos beneficiários.

Forma de providenciar os serviços

A maioria dos utilizadores pagam os serviços fornecidos de forma direta ou através de microcrédito aos prestadores de serviços, que são parceiros locais. Estes são responsáveis pela instalação, manutenção, reparação e serviço pós-venda.

A EDP vende a esses parceiros locais os serviços de consultoria e soluções. E assume o papel de integrador das soluções, sendo responsável pela arquitetura e definição do programa, pela construção de parcerias, pelo fornecimento de soluções e consultoria e pela captação de recursos financeiros e medição de impactos.

No caso de Kakuma, a EDP financiou o projeto na totalidade com 1,3 milhões de euros.

Os parceiros locais são críticos para o sucesso pois conhecem o mercado e viabilizam a sustentabilidade, sendo vários no caso de Kakuma com ênfase para os Salesianos Don Bosco.

Impactos do projeto Kakuma em 2010

Muitos foram os impactos positivos do projeto, listando-se abaixo alguns dos benefícios tais como:

- fornecer energia renovável e sustentável, a preços competitivos, reduzindo o consumo de combustível e as emissões de CO₂;
- permitir empregar melhor o tempo em atividades produtivas em vez da coleta de lenha;
- melhorar a segurança de pessoas e bens, em particular mulheres e crianças;
- eliminar a exposição ao fumo no interior das habitações;
- aumentar a produtividade no período noturno;
- permitir maior conforto individual e familiar.

Em termos sociais, o saldo abrange a comunidade de refugiados e a população local (cerca de 80 mil pessoas) beneficiadas por medidas como:

- instalação de iluminação solar em 11 edifícios institucionais;
- distribuição de lanternas solares a 4500 estudantes em 15 escolas (para benefício também das respetivas famílias). Esta medida traduziu-se na melhoria dos resultados escolares: pela primeira vez desde que há registo, alguns alunos obtiveram as notas mais elevadas (A e B), não houve notas mínimas (E) e 48% dos alunos conseguiu notas positivas, face à média de 25% nos últimos 8 anos;
- instalação de 21 postes com iluminação pública e familiar no campo;
- instalação de 10 postes com iluminação pública na rua principal da vila de Kakuma;
- instalação de 3 poços com irrigação agroflorestal;
- formação de 100 trabalhadores qualificados.

Em termos ambientais evitam-se cerca de 640 t/ano CO₂.

Em termos económicos poupam-se cerca de 50 000 L/ano de gasóleo.

Capacitação local

O projeto capacitou mais de 100 pessoas locais.

Tiveram lugar múltiplas formações acerca de temas como sistemas solares, culinária solar e combate a espécies vegetais invasoras, entre outros.

De maior destaque foi a capacitação em sistemas solares, sua instalação, gestão e manutenção. Cerca de 25 alunos de electricidade da missão dos Salesianos Don Bosco receberam treino e, após instalarem os primeiros dois sistemas acompanhados de técnicos EDP, realizaram as restantes 9 instalações autonomamente. No final, houve verificação das mesmas pelos técnicos EDP.

Este conhecimento técnico permitirá a sustentabilidade dos sistemas com recursos locais. Além disto, este treino abriu horizonte para potenciais negócios de alguns alunos que poderão encontrar emprego futuro na manutenção dos sistemas.

Cerca de 30 mulheres receberam treino na operação dos fornos solares, assim como em culinária solar.

Sustentabilidade futura do projeto

Tentou-se assegurar a sustentabilidade do projeto pela conjugação de três fatores distintos: utilização de recursos locais (tanto quanto possível), capacitação dos agentes locais de instalação e manutenção com geração de renda e, por último, a presença e os meios financeiros do ACNUR para garantir o financiamento que a manutenção extraordinária poderá exigir. É ainda de referir que o projeto gerou uma nova consciência local do potencial da energia solar, como é exemplo o facto da Organização Internacional das Migrações, após conhecer o projeto no final de 2010, começar a planear a instalação de cerca de 30 novos postes de iluminação pública e alguns poços rasos.

Perspetivas futuras

O nível de eletrificação em África situa-se apenas nos 41% e na Ásia nos 55%. Após a conclusão do projeto de Kakuma, a EDP pretende contribuir para o acesso universal à energia. Correntemente está a realizar múltiplos contactos no sentido de identificar clientes institucionais, fundos e parcerias globais, para iniciar projetos em países da lusofonia ou outros.

UCP, Porto, 19 janeiro 2012



C
CORREDOR DE
ESTACAS

Desenvolvimento inclusivo





A Quality based framework to challenge Development Aid Management: defies derived from Human Resource cultural background tension

João L. Serras Pereira*
Justen Nosoliny**

p. 63-70

Introdução

Development Aid interest has been strongly raised in the last decade. It came to the public knowledge as a number of actors in the field have been trying to raise concern of the living condition of a significant part of the world population. Actually, around a fifth of the world population lives below of what the United Nations defines as the poverty level – roughly USD \$1 or about 74 € a day. It is over 1 billion people.

Amongst those actors, one finds journalists and artists that systematically visit areas where poverty dominates and try to publicly expose problems, challenges and raise western concern in those areas, namely if these problems are derived from war, hunger, nutrition, health, etc.

As a result of the last 25 – 30 years of worldwide economic progress a number of different situations has occurred – there is the well-known and documented success of China in bringing out of poverty millions of people, there is the overall failure of the sub-Saharan Africa where most of the 1 bottom billion [1] live, that, for most of the situations live in overall economic conditions below of what achieved from the 50's thru the 70's in the XXth century. Other regions, such as South and Central America and part of Asia obtained a mixed set of economic situations, from apparently sustainable growth to increase in poorness actually widening the range of living conditions.

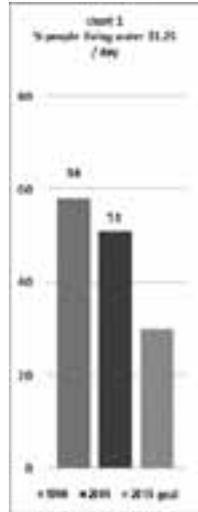
If an overall picture can be drawn out of the set of the observed situations, it is that, that success is likely correlated with was ability to establish three sets of policies: (i) the capability to protect to some extent the local market from foreign economic aggression, (ii) local improvement on overall quality delivery of goods and services and (iii) performing peer

* Consultant.

** Technical Assistance to the National Authorising Body.

review based processes and openness in order to promote innovation. The leading successes as well as key failures on these policies in China, Brazil, India, Mexico, Venezuela, the Maghreb and West Africa, do document to a significant extent the above assertion. In the above three axes, a common key trait is also found, documented and widely recognised: the relevant crucial player in bringing out a country out of poverty remains the country itself. Aid comes as a far, really far distant player.

In response to the above situations, and as concern of aid success has been raising, a number of politicians and field experts have been studying effects of the current aid strategies and, accordingly, modifying treats, strategies and funding schemes. Relevant to this are, are sequences of international treats and their reviewed addenda such as the Cotonu treat and its Paris and Accra revisions.



2. Delivering Aid

Public aid funding is structured in 2 major types: bi-lateral aid, directly from the donor country budget to the receiving country projects and government budgets, and multilateral aid, which comes either from the UN agencies, the European Commission budget or the European Development Fund also either to projects or to the receiving countries government budgets.

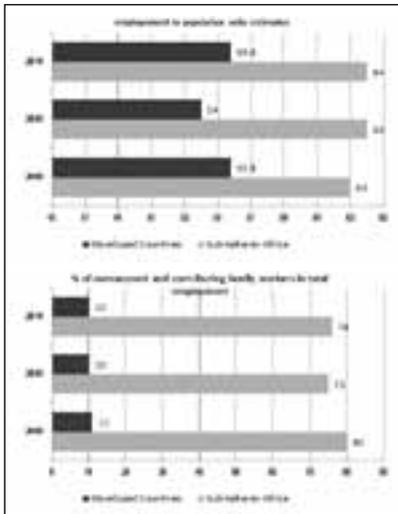
This aid is delivered under the framework of the 8 UN strategic millennium development goals¹ that provide the blueprint to rebalance human living conditions with a set of targets defined until 2015.

2.1. Human Development Goals

Due to a number of reasons, the progress of the sub-Saharan MDGs [2], under the current trends is compromised, as it is evidenced, for instance, on chart 1 with data from the MDGs progress report. Exceptions are Goal 3 target 1 (Equal girls' enrolment in primary school) and Goal 6 Target 1 (Halt and begin to reverse the spread of HIV/AIDS), but, in the latter case, incidence is still extremely high.

Checking, for instance, the crucial Goal 1, a goal that is closely related to economics sustainability, the 2011 report on the MDGs identifies some progress. Nevertheless, a closer look into the charts, evidences a key factor: albeit employment rate to population is not really improving and is not that different from Developed Countries (55.8%) to Sub-Saharan Africa (64%), another figure dramatically supports normal perception when visiting under developed regions: the percentage contribution of own-account and family workers, currently at 10% in Developed Economies, tops 76% in Sub-Saharan Africa as it is evidenced in charts 2 and 3, both derived from the 2011 MDGs progress report. This means that progress in reducing

1 MDG - The goals are: 1. eradicate extreme poverty and hunger; 2. achieve universal primary education; 3. promote gender equality and empower women; 4. reduce child mortality; 5. improve maternal health; 6. combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases; 7. ensure environmental sustainability; 8. develop a Global Partnership for Development.



vulnerable employment is stalling a conclusion stated in the abovementioned report.

Mostly dependent on the primary economic sector in activities such as agriculture, fishing, forestry, it may be observed in most of the countries in Sub-Saharan Africa, an actual degradation of their patrimony as deforestation gains terrain, control on fishing domains is low, and the real economy is, by far, informal and a simultaneous lack of capability from central public administrations to convey and administrate the law in rural areas, still the most inhabited, and also unable to capture the local sensibilities and problems in order to rapidly address and solve problems, such as, for instance, the problems of the land ownership, which regularly generate tensions increase and hinder local development.

2.2. Delivering Aid

Aid is mostly delivered through setting up and running specific Development Projects, framed under the abovementioned goals, a country development and poverty reduction strategic plan. Typically, projects are ran within a 3 year agenda, with a strong bias on using international or western resources, such as companies, consultants, products, etc. Teams need to be set up with local team carrying both management and actual development tasks, thus imposing a complex framework with staff coming from widely different backgrounds, with a wide range of cultural as well as technical experiences and skills. When a development project such, for instance, the construction or reconstruction of a building or a bridge has a strong material component, e.g. concrete & steel works, technical calculations, and very well establish implementation methods such as the civil construction methods, project implementation is relatively straightforward, challenges depending mostly on the sheer complexity of the project, potential resource limitations and logistics, all of them relatively well established domains.

However, increasingly, projects address non tangible problems such as Public Administration reorganisation, modernisation of services, retirement planning, social security, healthcare logistics, military control, citizenship, elections, education and higher education logistics, justice, eGovernance, etc. where cultural background, knowledge and project management become major challenges, which must add to additional challenges on integration of donor aid. Under these projects' typology – which is becoming the larger part of cooperation work and investment, both the coordination and the deliverable production work is much more complex that under the former typology. A number of non-dominated or even overlooked factors, most derived from widely different perceptions of the reality, of the attainable and desirable goals and of adequate paths to succeed. So, in reality, failure rate for these projects is extremely high leading both to delivery and beneficiary agents frustration and hinder actual development success.

2.3. Guinea-Bissau

Guinea-Bissau is a small country in West Africa, just south of Senegal. Official language is Portuguese and a surface of roughly 36,000 km² with an inland strong variation in area due to tide penetration. Guinea-Bissau roughly accounts 1.6 million people with a population growth rate of 2.2% and a GDP growth of, roughly 3.2%.



According to the MDGs Explanatory note on the 2011 HDR² composite indices, Guinea-Bissau's HDI³ value for 2011 is 0.353—in the low human development category—positioning the country at 176 out of 187 countries and territories. Between 2005 and 2011, Guinea-Bissau's HDI value increased from 0.340 to 0.353, an increase of 4.0 per cent or average annual increase of about 0.6 percent. The GDP is estimated at 416€ per habitant. However, when the value is discounted for inequality, the HDI falls to 0.207, a loss of 41.4 per cent due to inequality in the distribution of the dimension indices.

Also, although being one of Africa's smallest nations, Guinea-Bissau's population is divided between an excess of 40 plus ethnic groups with different cultures, local languages, capabilities having a somewhat common communication language, the Kriol, which contains strong resemblance with Portuguese but, as a language without really formal support, not only lacks some of the crucial terms that may distinguish or introduce accuracy in projects, but is keen to be influenced local powers with different religions, cultures, languages, etc. such as Senegal, Guinea-Conakry, etc. As a result, knowledge developed in one project tends not to be managed and lost; systematically, the next project must restart from almost scratch.

The above situation reflects that, correctly addressing multiculturalism in Guinea-Bissau becomes a core factor for programme success and thus, in order to tackle this type of challenge a novel management method is under development.

3. The Quality approach

During the transformation from craft to a full-fledged industry, Systems Engineering in ICT⁴, had to address the challenge that most of its elements, from requirements specification to project management, deploy and actual usage, were intangible. Therefore, methods had to be devised and tested so systems could be developed and delivered in a sustainable and controlled manner. For that, sets of standards were developed and agreed and, from 4 out of the established key concepts are likely to be good candidates to help address these issues: (a) CMM model ISO 15504, (b) Software life cycle ISO 12207 and Agile SDLC System Development Life Cycle methodology, (c) System testing standards, namely from ISO 29119 and (d) Risk assessment standard (ISO 13XXX) series.

² HDR: Human Development Report from the UNDP, United Nations Development Program.

³ HDI: Human Development Index.

⁴ ICT: Information and Communication Technologies.

3.1. Perceived Benefits and Strategic Approach

The basic founding idea is to adopt, streamline and adapt the key concepts from these well-defined and widely used standards to intangible development work thus defining an independent framework that may help managing the projects and quickly overcome the problems that derive from the multicultural background.

5 optimising	Focus on continually improving process performance. The organisation's ability to rapidly respond to changes and opportunities is enhanced by finding ways to accelerate and share learning.
4 quantitatively managed	Processes are measured and controlled. Using precise measurements, management can effectively control the development effort.
3 defined	Processes are proactive. The organization's set of standard processes is established and improved over time and used for the actual development processes.
2 managed	Development successes are repeatable. Projects are performed and managed according to their documented plans. Management processes are established to track cost, schedule, and functionality
1 initial	Processes are unpredictable, poorly controlled and reactive. They are usually ad hoc and the organisation usually does not provide a stable environment

Figure 1. The CMM Capability Maturity Model.

A complete process model for cooperation projects under the EDF⁵ was developed and translated into questionnaires as well as a novel set of project driving mechanisms were introduced, namely the risk assessment concepts from the ISO 13100 standard, the iterative and incremental development with fast feedback from concepts from Agile and the clear Requirements Specifications that are crucial to carry standard testing work.

Regarding the risk analysis a simplified approach based on the NPLF scale of the ISO 15504 model was adopted and the overall scheme applied to a number of running projects, along with SWOT analysis.

The expectation is that, by using a such independent model, project teams may be able to better coordinate efforts, global management can be performed in more consistent manner, assessment may also be improved and problems identified in earlier stages of the development projects.

3.2. The Model

A global Process Model was identified and detailed, including processes, work products, inputs and outputs. The overall model, totalling 56 processes and its organisation is presented in the below figure.

For all processes, a base set of specific practices is identified as well as a common set of higher level best practices, derived from current documentation and surveys.

5 EDF: European Development Fund

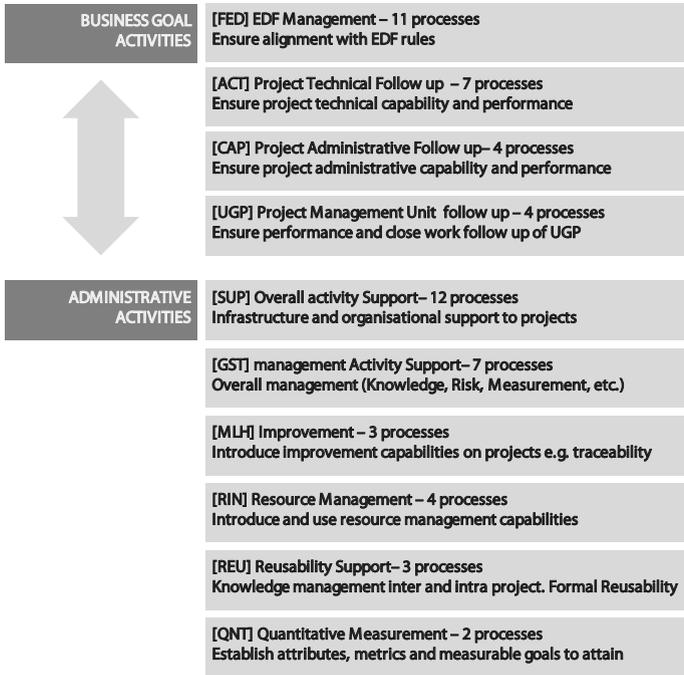


Figure 2. The Process Model.

Each Process is measured against a set of attributes; this measurement is used to establish how mature is the Project team carrying out the expected work within the project. The below table identifies the measuring attributes or dimensions and their levels.

Reference	Attribute	Level
PA 1	Specific Process practices and workflow	1
PA 2.1	Management Performance	2
PA 2.2	Work products management performance	2
PA 3.1	Process Definition	3
PA 3.2	Process deploy	3
PA 4.1	Process Measurement	4
PA 4.2	Process Control	4
PA 5.1	Process Innovation	5
PA 5.2	Process Optimisation	5

Table 1. Process Attribute

3.3. First Model Results

As the model was applied to a number of running projects, it quickly help identify some core issues, common to the observed set of projects: there is a recognised need both to document and index for traceability a number of additional components and improve detail and normalisation on projects and deliverables requirements definition, the so called, in development jargon, the “Terms of Reference” which were found, across many situations, inconsistent, and contradictory.

Another finding is that, within the observed Development Aid Framework, quality level as measured by the CMM framework is stalling at level 1, the most basic. Actually, most donors, are extremely demanding on administrative procedures and thus, most of management resources are used in the attempt to comply with a vast number of rules, forms, procedures, etc. and a relatively low level of effort is actually dedicated to the production of the technical deliverables thus hindering some success.

Finally, this first survey identified difficulties in the beneficiary profiting from the knowledge and many project outcomes. Once again, the reason for this can be traced back to the “over-informal” model of project results delivery; as the local skilled resources are normally low and having a biased occupation on the administrative side of the programmes, they tend to overlook the technical elements, which, in many cases are catered by expatriates. Within the above domains, adoption of better administrative supporting tools will necessarily improve not only the overall throughput but also the traceability and the retained knowledge on the projects.

4. Future Work

The Process Model is dynamic and adaptive to the evolving setup. It is planned to improve it to recent findings and improve its ability to cope with informal knowledge as well as with strong restrictions emerging from the capabilities of the expatriate technical assistants as well as from the local support. The relevant finding on low quality of requirements and technical delivery is already helping to improve the results of some projects, Nevertheless, the next planned steps are to uncover which are the really best practices that may lead to project success and success on which factors as they may be contradictory and which tools may help decision makers on defining priorities for project outcomes.

References

- [1] Paul Collier - The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can be Done About It.
- [2] UN – MDG Report Progress Chart 2011.
- [3] Giles Bolton – Africa doesn't matter.
- [4] Martin Meredith – The state of Africa.
- [5] Richard Dowden – Africa: Altered States, Ordinary Miracles.
- [6] Serge Michailof – Notre maison brûle au sud: Que peut faire l'aide au développement?
- [7] Raj Patel – Stuffed and Starved.

- [8] António Almeida – Gestão da Água – Incertezas e Riscos.
- [9] Rui Carvalho – Compreender + África.
- [10] Leandro Pereira – Gestão de Conhecimento em Projetos.
- [11] ISO 15504 standard.
- [12] ISO 13XXX series of standards from ISO.
- [13] João Pereira – Netframe: an independent quality framework based on the CMM model.
- [14] João Pereira – Naturally Risk Assessment Procedures and Evaluation.

A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)

Miguel de Barros*

p. 71-82

1. Introdução

O que podemos dizer quando falamos da democracia e Sociedade Civil? Segundo Chabal (2008) a prática democrática conduz a benefícios que exigem mais democracia (individual e institucional), contribuindo para abertura de espaços a diversos actores - Sociedade Civil¹ - gerando maior participação e consolidação democrática, compreendida como livre expressão e criação. A reivindicação do direito ao desenvolvimento não foi possível sem liberdade, o pluralismo de expressão e a participação popular na resolução dos problemas. Daí o fracasso de políticas nacionais de desenvolvimento anteriores atribuídas a imposição externa, num contexto de autoritarismo estatal e ilegítimo (Lopes, 1987; Galli, 1989; Cardoso, 1995; Koudawo e Mendy, 1996; Sangreman, 2003), contribuindo para que o falhanço dos programas de ajustamento estrutural se deva exactamente à falta de governos e populações livres (Sen, 2003; Rudebeck, 2004).

Ora, o presente artigo visa essencialmente identificar e analisar as origens e progressos da Sociedade Civil na Guiné-Bissau, desde a liberalização política (1991) até à actualidade. Volvidos 20 anos após a instauração do multipartidarismo e profundamente abalado pelo conflito político-militar (1998-99), o presente trabalho pretende igualmente explicar o actual entendimento do conceito e da “imagem da sociedade civil” no contexto guineense, nas suas relações com outros actores e no seu interior.

Assim, propõe-se reflectir sobre o conceito da sociedade civil, apresentando o caso da Guiné-Bissau, enquanto uma proposta conceptual que visa a superação do minimalismo institucional do carácter da democracia (realização de eleições e funcionamento das instituições formais), adoptando o colectivismo social (sentido da democracia), como forma de ampliar o campo de análise de outros actores e de captação das dinâmicas endógenas (Arato e Cohen, 1994; Avritzer e Santos, 2005).

* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

1 A dimensão do conceito aqui utilizado é aquele que reconhece múltiplas características de associação e de integrações políticas, institucionalizadas ou não, possibilitando assim o reconhecimento de outros valores culturais locais ou tradicionais.

2. A Transição Democrática na Guiné-Bissau: a participação no desenvolvimento enquanto mudança protagonizada pela Sociedade Civil

Segundo Forest (1992; p. 53), as organizações de massas criadas pelo partido libertador com objectivo de mobilizar a população para o desenvolvimento nacional, aparentemente, serviam para aplicar uma estratégia governamental exclusivista e antidemocrática em relação à sociedade. Esta tese é reforçada por Mendy (1996; p. 28) que demonstra a existência de esforços concertados do partido-estado em controlar a juventude², os trabalhadores³ e as mulheres⁴, e ainda, o monopólio dos meios de comunicação social, tentando impor a lógica monopolizada e unânime em nome da unidade nacional (e entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e a segurança nacional, respectivamente.

Entretanto, a adesão do país ao multipartidarismo, fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de Ajustamento Estrutural, teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros actores sociais colectivos (para além dos partidos políticos) enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas.

Nesta base, considera-se que a acção de alguns sectores da Sociedade Civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Órgãos de Comunicação Social, Associações Profissionais e de Base Comunitária) contribuíram de forma decisiva quer para o ensaio à democracia como na promoção do desenvolvimento, no combate às desigualdades sociais e melhoria das condições de vida das populações.

Analisando o papel de cada um desses actores no processo volvidos 20 anos da vigência democrática com muitas vicissitudes, pode-se encontrar percursos, dinâmicas e papéis de maior e menor intensidade consoante a conjuntura dos contextos (internos e externos) nos quais esses actores se inscrevem.

Deste modo, um dos actores reconhecidos dessa dinâmica é a Igreja Católica, que apesar das desconfianças da sua ligação às entidades coloniais, o seu envolvimento não abrandou face à independência e a crise social provocada pelo esvaziamento do *Estado-Providência* nos anos 80, favoreceu a reafirmação da sua influência social, nos domínios da saúde e da educação, sem deixar de incorporar na sua área de acção as comunidades islâmicas (Koudawo, 2001).

O conflito político-militar de 1998/99, que pôs término a 18 anos do poder absoluto do general João Bernardo “Nino” Vieira, contribuiu para dar à Igreja Católica uma nova dinâmica e projecção, desempenhando um papel de destaque, particularmente, o seu bispo D. Arturo Ferrazzetta, que defendeu e promoveu a paz, e esteve muito próximo da população. Outro facto que favoreceu a consolidação da autoridade moral herdada, prende-se com a nomeação do bispo D. Camnaté Na Bsing, em 1999 (primeiro bispo de origem guineense) após o falecimento do seu antecessor, tendo este adoptado uma atitude de “vigilância” em relação à governação e promoção de paz e justiça social.

No campo sindical, o impulso para o seu desenvolvimento foi favorecido pelas emendas constitucionais entre 1991 a 1993, no qual as liberdades fundamentais reafirmadas, contribuiu para a despolitização dos sindicatos, em particular da central sindical – UNTG - que

2 JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral e Pioneiros (Flores de Setembro e Abel Djassi).

3 UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

4 União Democrática das Mulheres.

declarou a sua independência face ao PAIGC. De acordo com Koudawo (1996, pp. 97-105), essa fase foi de uma efervescência em que quase todos os sindicatos demonstraram uma forte tendência para se autonomizarem afim de participarem de uma forma plena, como um pré-requisito para credibilidade, tal como foi o caso dos primeiros sindicatos independentes fundados no início dos anos 90 - SINAPROF - Sindicato Nacional dos Professores; SNTTC - Sindicato Nacional dos Transportes e Telecomunicações, ex-filiado à UNTG, só para citar alguns, que foram decisivos na denúncia das condições precárias de trabalho e salário na Guiné-Bissau.

A condição de liberdade política e concomitantemente a necessidade de manutenção dessa condição, impulsionou a evolução de uma acção colectiva com um renovado espírito de luta e desencadeou o surgimento de mais sindicatos, que só na primeira metade dos anos 90, superou o número de sindicatos existentes em 17 anos de monopólio. Na actualidade, para além da UNTG (que congrega 17 sindicatos filiados) existe a CGSI - Confederação Geral dos Sindicatos Independentes - com 6 sindicatos filiados, mas com os sindicatos mais activos (Justiça, Professores, Jornalistas, Transportes e Telecomunicações).

No campo das Organizações Não Governamentais - ONGs⁵, a abertura à democracia, permitiu um grupo de quadros nacionais constituir associações com projectos diversificados contra a degradação do Estado, assumindo um discurso baseado na “revitalização da sociedade” (Barros, 2004; Sangreman *et alia*, 2006). As primeiras ONGs concentraram o seu foco de actuação na promoção do desenvolvimento privilegiando os serviços de base (saúde, educação) e depois o ambiente e os direitos humanos. Contudo, até 1991, não existia no país, legislação sobre as Associações de Apoio ao Desenvolvimento (Solidami, 1991)⁶. A dinâmica da criação das ONGs conheceu um *boom* sobretudo depois do conflito político-militar de 1998-99, chegando a estarem registadas na Plataforma das ONGs mais de uma centena e meia de ONGs. Todavia, uma das fragilidades das ONGs desde a sua nascença, prende-se com o facto de dependerem quase que completamente do apoio externo (Handem, 2008, pp. 41-43), ou seja, a sua debilidade financeira, resulta da fraca capacidade de auto financiamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno (Sangreman *et alia*, 2006, p. 28).

Relativamente aos órgãos da comunicação social, estes evoluíram para um pluralismo maior, sobretudo no fim da primeira metade dos anos 90. Os primeiros a quebrarem o monopólio do Estado foi a imprensa escrita, com o surgimento do jornal Expresso Bissau (semanário privado criado em 1992), seguido depois das rádios privadas Pindjiguiti e Bombolom, ambas em 1995, respectivamente, fruto de iniciativa de jornalistas afectos à Radiodifusão Nacional. Se na fase inicial as iniciativas dos *Medias* privados tiveram que enfrentar a multiplicação

5 Promovidas por doadores ocidentais, num contexto geopolítico da queda do socialismo e a afirmação do triunfo da democracia liberal como a forma de organização política, as ONGs transformara-se em escolas de cidadania para os africanos - aprenderam a criticar os seus dirigentes, a tolerar opiniões diferentes, a respeitar o processo eleitoral, sendo ainda as ONGs mais entusiastas aos discursos liberal e actos autênticos emancipação associando a democracia, autonomia e desenvolvimento (Igoe & Ketsall, 2005, p. 12).

6 Para alguns autores (Koudawo, 1996; Igoe & Ketsall, 2005; Temudo, 2005; Lima Kallas, 2010), o novo discurso em torno das ideias de “sociedade civil” e “participação” foi centrada sobre as ONGs e no caso guineense, rapidamente absorvida e reproduzida por uma elite em busca de novas receitas nas políticas de austeridade. As ONGs tornaram-se os novos instrumentos para captação de recursos. Na compreensão de outros (Handem, 1991; Handem, 2008; Sangreman *et alia*, 2006), a aposta no sector não governamental constituía simultaneamente uma possibilidade de continuar a investir em instituições nacionais capazes de cumprir com o desafio do desenvolvimento (rural e social) no contexto de desmantelamento do Estado devido aos efeitos da política do ajustamento estrutural.

de medidas restritivas no quadro das licenças que eram apenas provisórias devido à falta de legislação específica que regulasse claramente o sector o conflito político-militar de 1998-99 teve efeitos catastróficos⁷ ao nível dos órgãos de comunicação social (Koudawo, 2000, pp. 98-99; 109), hoje, os *Media* constituem um veículo de maior diversidade de opiniões e o seu papel é insubstituível (sobretudo as rádios) no que diz respeito ao aprofundamento da democracia e o desenvolvimento do espírito de participação na vida pública por parte do cidadão. A maior vitalidade foi registada no campo das rádios de cariz comunitário e local⁸, dando maior visibilidade aos problemas que afectam o quotidiano das populações, podendo ser a própria população, em particular os jovens, os protagonistas da acção. Neste momento, a Guiné-Bissau conta com uma rede nacional de rádios comunitárias com cerca de três dezenas de rádios inscritas, que cobrem todo o país.

Uma das maiores dificuldades é o aspecto financeiro associado a alguma asfixia da máquina do governo⁹, contribuindo para que os *Media* sejam algo dependentes (vivendo quase que apenas dos serviços de publicidades e anúncios). Esta situação tem maior impacto nos jornais, tornando muitos títulos com menos audiências, irregulares e até efémeros devido ao contexto económico pouco favorável, podendo por em causa a liberdade dos *Media* e sobretudo dos jornalistas e dos profissionais.

Quanto às associações de diferentes tipos, verificou-se igualmente uma multiplicação a um ritmo acelerado com destaque para associações socioprofissionais (ordens de médicos, advogados, arquitectos, economistas, vendedores) e de base comunitária (urbano e rural), das mulheres e de jovens. O sector onde a dinâmica da vida associativa conheceu uma maior vitalidade durante a década de 90, foi o das associações de jovens e agrupamentos de mulheres (Handem, 2008, p. 18). Segundo Barros (2010, pp. 10-13), é na primeira metade do ano 2000 que o movimento associativo juvenil se desenvolveu mais acentuadamente, reforçando o carácter organizacional, com o surgimento das redes independentes (nacionais e temáticas) de associações juvenis – visando a promoção e uma maior participação cívica dos jovens no processo democrático.

É unânime nos estudos realizados sobre o associativismo guineense independentemente da sua base de inserção (Koudawo, 1996; Temudo, 2005; Handem, 2008; Barros, 2010; Lima Kallas, 2010) o carácter instrumental dessas organizações devido a filosofias de projectos dos doadores que privilegiam o trabalho directo com os grupos sociais (organizados formalmente) o que fez disparar o número de associações, quer na capital como nas zonas rurais do interior do país. Este fenómeno contribuiu para esvaziar as associações da sua agenda prioritária, condicionando o que realmente querem, podem e têm mandato de fazer.

Contudo, vários autores têm chamado atenção para outras estruturas autónomas da Sociedade Civil, baseadas em dinâmicas desencadeadas pelas associações ditas tradicionais/informais que desempenham papéis preponderantes na manutenção dos laços sociais, re-

7 Nessa fase, o princípio da liberdade de imprensa outrora em franca projecção foi seriamente enfraquecida por falta de um ambiente político institucional, económico e social favorável ao seu exercício efectivo. Os que mais sofreram foram as rádios privadas: as instalações da Pindjiguiti foi completamente saqueada, a Mavegro perdeu parte do seu equipamento e a Bombolom foi ocupada logo no primeiro dia do deflagrar do conflito, transformando-se na Rádio Voz da Junta Militar. Quanto as rádios comunitárias foram simplesmente silenciadas, visto que a maioria era gerida por ONGs. No pós-conflito, muitos jornalistas foram perseguidos, presos e espancados, jornais ameaçados de serem retirados os alvarás e invasão de espaços de algumas rádios.

8 Ao contrário dessas evoluções, a televisão não registou nenhuma evolução significativa para o pluralismo desde a liberalização política até à actualidade, continuando a funcionar a única televisão estatal, num regime irregular e quase que animador, mudando de direcção consoante a orientação e interesse dos sucessivos governos.

9 Só o jornal estatal *Nô Pintcha* tem uma edição online.

criação de solidariedades, protecção social e desenvolvimento de sociabilidades (Koudawo, 1996; Domingues, 2000; Chabal, 2008; Teixeira, 2008 e 2010; Borges, 2010; Trajano Filho, 2010). No contexto guineense, essas associações têm demonstrado grande produtividade e utilidade quer no espaço urbano como rural, sendo menos dependentes das lógicas de actuação do sector da cooperação ou privado.

Referimos a grupos de *Mandjuandades*¹⁰, grupos de interesse, agrupamentos, clubes, cuja acção em áreas geográficas contribuíram para a introdução de novas tecnologias e culturas, a integração dos jovens, promoção do estatuto económico e social das mulheres, o acesso a novos conhecimentos e, finalmente, a uma mudança de mentalidade sobre inclusão social das mulheres e participação dos jovens na tomada de decisão (ACEP, 2000, p. 120; Handem, 2008, p. 18).

Constata-se que mesmo existindo essas associações e dinâmicas antes da implantação do regime colonial e depois o liberalismo, muitas vezes são excluídas do debate público (Barros e Rivera, 2010). Na perspectiva de Barros e Rivera (2010, p. 615), esta forma de engenharia social desencadeada por actores como as *Mandjuandades*, *bideiras*¹¹ têm influenciado aspectos comportamentais e relacionais de grande parte dos guineenses, permitindo a afirmação não só de sociabilidades como de construção de alternativas de emprego, geração de renda e até influências na governação, alicerçados nas redes sociais, entre o localismo e o cosmopolitismo, como sujeitos sociais, contribuindo assim para desconstruir a dicotomia formal/informal mostrando a sua relação e intersecções.

De uma forma geral, pode-se considerar que nesta fase, o contributo mais significativo da Sociedade Civil guineense teve incidência em três pólos: a) assegurar os serviços de base (acesso a educação, saúde); b) promover os direitos humanos e da cidadania; c) informar, sensibilizar e consciencializar (ambiente, conservação, diversificação da produção).

No tocante aos serviços de base, o impacto do trabalho das OSC (Organização da Sociedade Civil) permitiu reduzir as desigualdades sociais gritantes que se verificavam em termos de direito ao acesso a saúde e educação e contribuiu para a revitalização anímica principalmente das zonas rurais. O desenvolvimento de iniciativas de cariz comunitário por parte das ONGs, igrejas e até por parte de associações camponesas e de jovens favoreceu a redução de impacto da ausência do Estado nas zonas rurais através de iniciativas que permitiram a construção de centros hospitalares e escolares geridas pela própria comunidade beneficiária (são casos da rede das escolas de auto-gestão e das escolas comunitárias).

Todavia, denota-se um grande nível de apropriação destas iniciativas devido ao nível de replicação que teve no âmbito nacional, numa conjuntura em que o Estado quase demitia da sua responsabilidade, é exactamente nestes exemplos que se constatou uma deficiência de coesão e colaboração entre as organizações intervenientes no mesmo sector ou região, por um lado, mas também a falta de coordenação, papel que deveria ser assegurado pelo Estado, levando as iniciativas mais inovadoras a serem descontínuas e não consolidadas.

10 Denominação em crioulo (língua nacional) das classes de idades. No entanto, são grupos informais, multi-étnicas de convivialidade (através de cantigas) ou associação entre coetâneos que reúnem para expressar solidariedade com os outros membros aquando dos baptizados, casamentos e falecimento (incluindo auxílio material e financeiro). O principal fim das *Mandjuandades* é de preservar e fortalecer o espírito de solidariedade e assistência mútua no seio do grupo e da comunidade.

11 O termo resulta da palavra “*bida*”, em português, significa *vida*. Aplica-se às mulheres que desenvolvem actividades comerciais de uma forma independente, por conta própria. Este processo é interessante para a compreensão das relações económicas, familiares e sociais, acerca das formas, como recorrem às diferentes representações que existem do «moderno» e do «tradicional», e como gerem os recursos sociais e económicos, de um modo fluido e informal, segundo as circunstâncias e as conveniências.

No campo dos direitos humanos e da cidadania, o desempenho das OSC, contribuiu de forma decisiva na salvaguarda dos direitos civis e deveres do Estado, através das denúncias de violação, prestação de apoio jurídico às vítimas, aconselhamento, mesmo quando essas acções punham em causa a própria segurança dos activistas e das suas organizações. Entretanto, se na fase inicial os detentores de poderes públicos estavam muito desconfiados da acção das OSC neste domínio, hoje existe uma consciência de que mesmo eles acabam por ser também beneficiários da sua acção tendo em conta as práticas de exercício musculado do poder político e militar na Guiné-Bissau. O mais paradoxal é que se chegou a um ponto em que era tida na Sociedade Civil como o principal defensor dos desfavorecidos e protector contra a violência do Estado, facto que contribuiu para desorientar as organizações presentes nesse campo para uma intervenção de cariz mais político (mediático) do que assegurar a defesa dos direitos humanos básicos dos cidadãos.

No campo de informação, sensibilização e consciencialização sobretudo no que concerne as questões ambientais, conservação do património natural e cultural (saberes tradicionais associados), diversificação da produção agrícola, a articulação entre o desenvolvimento de rádios comunitárias nas zonas rurais e periféricas com intervenção no terreno (capacitação, desenvolvimento de projectos, visitas de estudo e intercâmbios, produção de publicações, criação de casas de ambiente e cultura, escolas de verificação ambiental, introdução de tecnologias de produção adaptadas e ecológicas, gestão e animação de zonas naturais reservadas) contribuíram para o crescimento de uma consciência ambiental como nunca se viu no país e também proporcionou a um conjunto de comunidades e actores melhorarem as suas condições de vida, mesmo não saindo das suas localidades.

Contudo, essas dinâmicas embora tenham tido reconhecimento crescente ao nível dos actores estatais e da comunidade internacional, elas ainda são frágeis na medida em que o seu sucesso no terreno não acompanhou o desenvolvimento institucional através de uma plataforma que congregue e coordene a acção das OSC¹² e nem do ponto de vista estatal existe uma estrutura governativa que acompanha, supervisiona ou coordena a acção dos Actores Não Estatais.

3. A Sociedade Civil face à participação no desenvolvimento: compromisso ou beco sem saída?

O actual entendimento do conceito e da “imagem” da Sociedade Civil tem evoluído na perspectiva de projectos alternativos de democracia e da cidadania, nos quais ela é obrigada a assumir responsabilidades sociais evitadas pelo Estado (AVRITZER, 1994).

No caso guineense, o conflito político-militar de 1998/99 foi um teste favorável à responsabilização e compromisso da Sociedade Civil, que se organizou no denominado Movimento da Sociedade Civil para Consolidação da Paz e Democracia¹³. Não obstante a isso, os militares, nesta fase, desempenharam um papel muito mais activo e visível, na medida em que

¹² A plataforma das ONG está desactivada há mais de cinco anos e a organização do Movimento da Sociedade Civil para a Paz e Democracia é de cariz mais formal e menos vocacionado para a mobilização e espaço de acção das diferentes manifestações da Sociedade Civil.

¹³ Segundo Sangreman *et alia* (2006, p. 29), este teve como propósito a mediação do conflito entre as partes beligerantes e, simultaneamente, sensibilizando a Comunidade Internacional sobre a necessidade de continuar a apoiar a população e os esforços da consolidação da paz. Salienta-se que as acções de promoção do desenvolvimento se alargaram à fase do pós-conflito.

o fim do conflito, foi considerado como a segunda guerra da independência nacional¹⁴, reforçando o carácter já pesado da herança militar da luta para a independência (Koudawo, 2001; Sangreman *et al.*, 2006; Cardoso, 2007).

Contudo, os períodos de transição pós-conflito e pós-golpe para o presidente Kumba Yalá (2003) confirmaram a falta de confiança generalizada nos políticos e partidos¹⁵ e, consequentemente, reafirmaram a autoridade moral, política e social da Sociedade Civil, através da indigitação de uma figura da Sociedade Civil, ao cargo do Presidente da República de Transição, o empresário Henrique Rosa. Este período caracterizou-se, ainda, por uma intensa actividade política, durante o qual, os partidos ganharam um novo impulso, crescendo para mais de duas dezenas, tendo-se também, mobilizado para a militância partidária, amplos sectores da sociedade guineense, inclusive vários líderes de outras organizações da Sociedade Civil, como figuras ligadas à igreja, militantes das ONGs, sindicalistas, empresários e jornalistas.

Tal facto tornou este processo muito participativo, criando oportunidades de elevar e influenciar o debate público, de traduzir na agenda nacional algumas preocupações das populações mais carenciadas e de favorecer a reflexão e procura de alternativas para a governação. Mas esta polarização de vida pública à volta do debate político-partidário teve alguns efeitos perversos. Com efeito, este misturar de campos de intervenção e a proliferação de líderes políticos sem projectos nem compromissos para com o país, acentuou as clivagens sobretudo entre as ONGs (e as suas redes) e os sindicatos, agravou os riscos de recuperação do trabalho, das bases de apoio e da credibilidade de algumas das mais activas e influentes.

A estratégia política desses actores, outrora (e ainda) da Sociedade Civil, na qual muitos depositaram esperança para a materialização de uma forma de fazer “*política alternativa*”, acentuou a desolação e fez estremecer (algumas) boas relações com as organizações doadoras do Norte, quando face à derrota sofrida nas urnas e ao novo figurino político, assumiram posturas dúbias e fizeram alianças duvidosas. Algumas dessas alianças foram impostas aos seus partidos de forma autoritária (devido a estratégia de equilíbrio com as chefias militares), traindo princípios e compromissos assumidos com as suas bases de apoio e levando, em certos casos, à sua fragmentação, na sequência da partilha de responsabilidades no seio do novo elenco governamental, acusando profundas clivagens internas, como também na oposição (Barros, 2004).

As tensões políticas e sociais, desde esse período, aumentaram e intensificaram-se até a actualidade, contribuindo para um crescente clima de insegurança e incerteza face à ameaça de novas derrapagens de consequências imprevisíveis¹⁶. A fragilidade da Sociedade Civil, no sentido de redes sociais partilhadas que infundem nos indivíduos um forte sentido de

14 Devido ao envolvimento de forças estrangeiras do Senegal e da Guiné-Conacri no apoio ao governo, sem que o parlamento se tenha pronunciado.

15 A desenfreada luta pelo acesso e conservação do poder, numa perspectiva da “*visão patrimonial do Estado*”, a combinação de recursos limitados aliada à disputa pela sua posse têm sido, desde sempre, factores de instabilidade e de luta política na Guiné, visto que as posições administrativas são encaradas não com sentido de serviço à comunidade, mas na antecipação dos privilégios que o exercício da função garante (Nóbrega, 2003).

16 Desde a implementação do multipartidarismo, nenhum governo ou presidente conseguiram cumprir o mandato devido a golpes de Estado, assassinatos de políticos e militares em pleno exercício das suas funções (incluindo o Presidente da República em 2008 e dois chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas em 2005 e 2008, respectivamente, sem esquecer o líder da Junta Militar, morto em 2002). Estas mortes e a ineficiência do sistema judicial em julgar os responsáveis têm conduzido a um radicalismo na intervenção de vários actores devido a impunidade num país onde os militares ainda não dão mostras da submissão ao poder político (civil) e com tendências de divisão étnica.

individualidade ao contrário de outros contextos, onde permitiu o desenvolvimento do capitalismo (japonês), embora em detrimento das liberdades cívicas (Hirata, 1969) ou do reforço das instituições do Estado (cabo-verdiano), como defende Furtado (1998), no caso guineense conduziu à desestruturação do embrião daquele que poderia ser o “real” movimento da Sociedade Civil, devido à falta de uma visão partilhada no que concerne a participação política e conquista do poder político (Barros, 2004).

Porém, na actualidade, assiste-se a uma estratégia de acção das OSC mais consequente, integrada e duradoura do ponto de vista político, permitido maior engajamento e compromisso na sua relação com o Estado em alguns sectores. São casos da gestão das áreas protegidas nacionais, onde o Estado dispõe de uma estrutura ligada à conservação e conferiu a algumas OSC estatuto de animador principal das acções de desenvolvimento, como são casos da Área Marinha Protegida e Comunitária das Ilhas Urok¹⁷ e Parque Nacional de Cantanhez. Um outro sector importante no qual se têm verificado uma boa articulação e amadurecimento da colaboração entre as OSC e o Estado é no nível da transparência da gestão do dossiê do petróleo e indústrias extractivas, através de um Grupo de Trabalho que congrega departamentos estatais, associações, parlamentares, confederação camponesa, ONGs nacionais e estrangeiras actuantes no domínio de desenvolvimento durável, que a partir de 2006, por iniciativa de algumas ONGs, conseguiu colocar a questão do petróleo na agenda pública. Dois anos depois, criou-se o grupo que tem promovido alguma monitorização deste sector, através da adopção de um quadro legal que proteja o país (como por exemplo, lei da avaliação do impacto ambiental, lei do petróleo e das minas, ratificação de convenções internacionais). Também tem promovido formação aos parlamentares, responsabilização das empresas do sector, apoio às comunidades na protecção e salvaguarda dos direitos e, ainda em 2010, este Grupo de Trabalho assinou um memorando de entendimento com o governo (através do Ministério dos Recursos Naturais), com vista a apoiar o governo na busca de informações pertinentes para melhor tomada de decisões.

Contudo esta visão e abordagem da articulação entre as OSC e o Estado não é algo que ainda esteja generalizado e apropriado ao nível do país, se tomarmos em consideração as acções no domínio do Género e dos Direitos Humanos. No primeiro caso, essa abordagem sustentada na articulação não funciona porque as OSC que intervêm nesse domínio são muito fracas em termos de capacidades institucionais, muito dependentes do ponto de vista financeiro e os doadores só se centram no Estado, direccionando a sua atenção para estruturas estáticas e distantes da população mais necessitada e cujas lideranças estão mais engajadas na agenda do partido que sustenta o governo com vista à sua promoção.

Já no segundo caso (Direitos Humanos), apesar das sucessivas violações ao longo, sobretudo, da última década, o apoio às organizações de defesa e promoção dos direitos humanos na Guiné-Bissau não é uma prioridade da generalidade dos doadores. A percentagem de Apoio Para o Desenvolvimento relativa a actividades relacionadas com os direitos humanos foi de 0.89% no período de 2004-2009¹⁸. Aqui, a questão fundamen-

17 Primeira de cariz comunitária, tem a sua própria estrutura de governação, juntando à mesma mesa de concertação o Estado (através dos seus diferentes serviços desconcentrados), as comunidades locais (autoridades tradicionais, religiosas, jovens, mulheres e grupos de interesse), e ONGs. O foco principal desta área é o princípio da governação participativa e co-gestão de espaços e recursos vitais através da conservação, cultura e desenvolvimento. Esta iniciativa tem servido de modelo e inspiração a nível nacional e regional.

18 Para maior informação ver os dados da OCDE (2011), Guiné-Bissau: Aid at a Glance.

tal coloca-se em relação ao carácter menos profissional da actuação destas organizações (os recursos humanos são todos voluntários e só têm salários quando há projectos financiados) e a forte dependência financeira externa do país e destas organizações, visto que verbas disponibilizadas pelos doadores são mínimas e nem sempre coincide com as prioridades internas.

Nestes dois sectores (género e direitos humanos) nem existe uma política estruturada para a sua promoção e de apoio às OSC, apesar de algumas iniciativas nesse sentido, sobretudo por parte de alguns doadores multilaterais e entidades nacionais (Instituto da Mulher e Criança e Comissão Nacional dos Direitos Humanos). Daí que a questão do desenvolvimento das capacidades dos actores da Sociedade Civil, para além das capacidades de administração, e reforçar estruturas e organizações económicas e sociais da sociedade guineense, constitui-se hoje um dos principais desafios, com vista à coesão social e efectivação das diferentes intervenções.

4. Conclusão

A ampliação de espaços de diálogo entre o Estado e os cidadãos está altamente centralizado com todas as decisões no executivo governativo (Mepir, 2010) e também pela acção dos doadores (Roque, 2007) devido ao elevado nível de dependência do país do exterior. Mas a incapacidade do Estado na satisfação das necessidades básicas das populações e a dificuldade em estender a presença das suas instituições a todo o território fazem com que a inclusão cada vez mais dos actores ditos “não estatais” seja incontornável.

A participação da Sociedade Civil é encarada como um meio de prevenção do declínio da confiança no sistema político-social, demonstrando um claro *forcing* contra a desintegração social, através da vida associativa, permitindo deste modo o desenvolvimento harmonioso (Sangreman et alia, 2006, pp. 34-35). Mas será necessário um intenso e permanente diálogo entre os órgãos de soberania e as instituições públicas e a sociedade civil (incluindo o privado e o militar) na realização dos estados gerais que permitirão articular possibilidades e estratégias que favoreçam o consenso e o compromisso.

É deste modo que, sustenta Chabal (2008), o que assistimos em África torna inconcebível a separação do Estado e da Sociedade, mas sim, devem ser antes analisados como duas facetas do processo político. Para concretizar esta afirmação, o caso guineense historicamente marcado pelo autoritarismo (incluindo na vigência do regime democrático), vivendo de transição em transição, consequência do facto do Estado não ter conseguido “civilizar” a classe castrense e os sucessivos regimes políticos, fazendo com que nenhuma das transições políticas tenham sido consolidadas. Por outro lado, a Sociedade Civil é por vezes sitiada pela aliança entre a Sociedade Política e Militar, deixando de lado as reivindicações e demandas da população. Por fim, se as sucessivas transições democráticas continuam, no entanto, dificultadas pela debilidade económica do país, devastadas pelo conflito político-militar de 1998-99 e a instabilidade política, isso implicará necessariamente uma articulação entre as diferentes manifestações da sociedade civil (formalizadas e não formalizadas) na refundação de um novo modelo, cultura e compromisso. Esse modelo deverá implicar a projecção de um empreendedorismo económico e de um contrato social capaz de criar ingredientes para um mercado vital, isto é, se a economia estiver implantada numa Sociedade Civil mais ampla, como postula Keane (1998: 29) e que albergue as interações sociais baseadas em normas

como confiança, fiabilidade, honestidade, amizade, capacidade para o compromisso com o grupo e um reconhecimento mútuo não violento. É de salientar que alguns aspectos considerados como positivos do contexto guineense, como o facto de os conflitos internos e os incidentes político-militares ao longo da última década não terem mobilizado largos sectores da população (a qual continua a apoiar inequivocamente uma paz duradoura), deveu-se bastante a acção de uma Sociedade Civil que, apesar dos seus recursos limitados, é cada vez mais uma voz crítica, activa e comprometida. Este facto contribui para que hoje na Guiné-Bissau seja reconhecido o papel da Sociedade Civil na consolidação do Estado. Contudo, o apoio a estes actores e à promoção do diálogo entre estes e o Estado é uma dimensão que existe apenas nalgumas estratégias de doadores multilaterais e que deve ser reformulado e reforçado, sem perder de vista a projecção do sector privado. É neste sentido que o futuro das OSC na Guiné-Bissau se joga em termos de governação bem como de pertinência e sustentabilidade das acções promovidas ou apoiadas pelos doadores. Isto passará de algum modo pela existência de mecanismos de avaliação e integração das lições aprendidas, que poderiam ajudar a evitar ou controlar efeitos perniciosos das intervenções externas, capacidade de auto-financiamento e financiamentos internos, mecanismos institucionalizados de concertação interna entre actores nacionais (estatais, locais, não estatais, privados) e de diálogo e coordenação com vista ao reforço das capacidades individuais ou colectivas (instituições) nacionais.

Referências bibliográficas

- ACEP, (2000), *O Associativismo e o Micro-crédito na Luta Contra a Pobreza pela Promoção do Bem-Estar Rural: estudos de casos em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*, MTS-DC, Lisboa.
- Arato, A. & Cohen, J. (1994), Sociedade Civil e Teoria Social, *In Avritzer, L. coord., Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte: Del Rey, pp. 147 a 182.
- Avritzer, L. & Santos, B. (2005), Introdução. Para ampliar o Cânone Democrático, *in Santos, B. org., Democratizar a Democracia: os caminhos para a democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 39 a 82.
- Avritzer, L. (1994), Sociedade Civil, além da dicotomia Estado-Mercado, *in Avritzer, L. coord., Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte: Del Rey, pp. 41 a 80.
- Barros, M. & Rivera, O. (2010), A (Re)construção do Estado no Contexto dos Estados Frágeis: O caso da Guiné-Bissau, *in Actas do IIº Congresso África-Occidente - Corresponsabilidade en el Desarrollo*, Vol.II, Huelva, Fundación Europea para la Cooperación Norte-Sur, pp. 603 a 619.
- Barros, M. (2010), *Associativismo Juvenil Enquanto Estratégia de Integração Social: O caso da Guiné-Bissau*, Comunicação apresentada no CIEA7, CEA/ISCTE-IUL, Lisboa.
- Barros, M. (2004), A Sociedade Civil Guineense Face ao Desenvolvimento e a Consolidação da Democracia: compromisso ou beco sem saída?, *in Fórum DC*, Lisboa.
- Borges, M. (2010), Associativismo Feminino no Atlântico Lusófono: Bissau (África) e Cachoeira (Brasil), *in Havik, P. et alia orgs. Caminhos Cruzados em Antropologia e História*, ICS, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 291 a 308.
- Cardoso, C. (2007), *Da abertura à apertura: os desafios da transição política na Guiné-Bissau*, Codesria, Senegal.
- Cardoso, C. (1995), A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil, *in Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone*, Paris: Karthala.

- Chabal, P. (2008) Twilight Zone: Sociedade Civil em Angola, in Vidal, N. & Pinto de Andrade, J. eds, *A Sociedade Civil e a Política em Angola: enquadramento regional e internacional*, Lisboa, Firmamento, pp. XXI a XXXIII.
- Domingues, M. (2000), *Estratégias demínicas entre as bideiras de Bissau*, Tese de Doutoramento, Lisboa: FCSH-UNL.
- Forest, J. (1992), *Guinea-Bissau: Power, Conflict na Renewal in a West African Nation*, Boulder: Westview Press,
- Furtado, C. (1998), Democracia em África: Limites e Possibilidades, in *África*, USP, São Paulo, pp. 199 a 217.
- Galli, R. (1989), Estado e Sociedade na Guiné-Bissau, *In Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, N.º 8, Bissau: INEP, pp. 87 a 10.
- Handem, A. (2008), *Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau*, Projecto No Na Tisi No Futuro, Lisboa: IMVF.
- Handem, D. (1991), Desenvolvimento na Base e Participação Popular. Uma alternativa? in *A Problemática da Emergência das ONGs Nacionais nos PALOPs*, Lisboa, SOLIDAMI/FOVAD, pp. 83 a 111.
- Hirata, K. (1969), *Sociedade Civil e o Socialismo*, Tóquio.
- Igoe, J. & Kelsall, T. (Ed.) (2005), *Between a rock and a hard place: African NGOs, donors and the state*, Durham: Carolina Academic Press.
- Keane, J. (2001), *A Sociedade Civil: velhas imagens e novas visões*, Lisboa: Temas & Debates.
- Koudawo, F. (2001), *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal*, Coleção Kacu Martel, Vol. 14, Bissau, INEP.
- Koudawo, F. (2000), Os Media na Guiné-Bissau, in Nick, S. (Cord.) *Pluralismos de Informação nos PALOP*, Institut PANOS, Cascais: Principia, pp. 97 a 126.
- Koudawo, F. (1996), A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau, *In Koudawo, F. & Mendy, P. coord, Pluralismo Político na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP, pp. 67-120.
- Lima Kallas, M. (2010), *La participation politique dans la Guinée-Bissau de la démocratie libérale: rupture démocratique avec le régime 'autoritaire' précédant?*, Mémoire de Master 2, Département de Science Politique, Paris: Université Paris 8.
- Lopes, C. (1987), *A Transição Histórica na Guiné-Bissau: do Movimento de Libertação Nacional ao Estado*, Coleção "KACU MARTEL", Bissau: INEP.
- Mendy, P. (1996), Emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau, *in Koudawo, F. & Mendy, P. coord, Pluralismo Político na Guiné-Bissau*, Bissau: INEP, pp. 13 a 65.
- Nóbrega, A. (2003), *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP.
- Roque, S. (2007), *Construir o Colapso: Estado, Sociedade e Actores Externos na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCTE.
- Rudebeck, L. (2004), *Democratization and 'Civil society' in a West African Village*, Uppsala: Collegium for Development Studies, University of Uppsala.
- Sangreman et alia (2006), *A Evolução Política Recente na Guiné-Bissau: as eleições, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil*, Lisboa: CEa-ISEG.
- Sangreman, C. (2003), *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.
- Solidami (1991), *A Problemática da Emergência de ONG's Nacionais nos PALOP: 1.ª Reunião dos «Cinco»*, Lisboa: SOLIDAMI/FOVAD.
- Teixeira, R. (2010), *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau 1994-2006*, Recife: UFPE.

- Teixeira, R. (2008), *A Construção Democrática na Guiné-Bissau: Limites e Possibilidades*, Conferência sobre Pluralismo Político e Democracia na Guiné-Bissau, Bissau 17-18 Outubro, CODESRIA.
- Temudo, M. (2005), Western Beliefs and Local Myths: A Case Study on the Interface between Farmers, NGOs and the State in Guinea-Bissau Rural Development Interventions, in Igoe, J., & Ketsall, T. (2005), *Between a rock and a hard place: African NGOs, donors and the state*. Durham: Carolina Academic Press
- Trajano Filho, W. (2010), Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas mandjuandadis da Guiné-Bissau, in Trajano Filho, W. (Org), *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*, ABA, Brasília: Athalaia.

Papel das associações no desenvolvimento rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau

Catarina Lopes*

p. 83-96

“Será que a associação vai trazer comida para a casa?”
Dúvida de uma pessoa da tabanca de Tame¹

Introdução

O reconhecimento de que existem necessidades e direitos essenciais que não são respondidos constitui um dos elementos que envolve pessoas e grupos em lutas sociais. Tal como o refere Sakhela Bullungu, esta percepção de que existem “*relações sociais [que] podem (e devem ser estruturadas) ou reestruturadas*” [Santos, 2002, p. 135] conduz a diversas formas de agrupamento social, com vista a alcançar com mais eficácia as causas para as quais se pautam. O modelo de organização e a modalidade de protesto variam em função dos contextos em que estão inseridos, mas promovem globalmente princípios de democracia participativa.

Os movimentos cívicos organizados estão salvaguardados desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos do Homem, permitindo a cada pessoa o direito “*à liberdade de reunião e de associação pacíficas*” e o seu inverso, ou seja, o de não “*ser obrigado a fazer parte de uma associação*”.² Trinta anos volvidos, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem,³ aprovada para ratificação, reforça e alarga os direitos de associação ao considerar que “*qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses*”.

* FEC – ONGD portuguesa.

1 Afirmação reproduzida por Pier Tomás Mendes – membro da ASSOFITA, secretário do conselho fiscal e estudante na Universidade de Colinas do Boé (Tame, 2010).

2 Alíneas 1 e 2 do Artigo 20 da Declaração dos Direitos do Homem.

3 Convenção Europeia dos Direitos do Homem, aprovada para ratificação, pela lei n.º 65/78 de 13 de Outubro. Mesma referência encontra-se na Constituição da República da Guiné-Bissau (Boletim Oficial n.º 8, 26.02.1993, lei constitucional n.º 1/93, artigo 44 D).

O surgimento destas formas de associação reflecte essencialmente dois aspectos: 1) a existência de um sentimento de liberdade individual e de grupo; 2) o reconhecimento de interesses e direitos que devem ser garantidos. Assim se compreende que a existência de associações, sindicatos, cooperativas, organizações não-governamentais seja mais expressiva em países que se pautam por princípios de governação democrática do que em países e sociedades repressivas. De referir, no entanto, que o uso do conceito de democracia não se pode circunscrever a um modelo político (países democráticos *versus* países autoritários ou ditatoriais), mas a uma *praxis* social, em que a participação do indivíduo é um elemento na decisão colectiva.

Para além da relação de proximidade entre movimentos sociais e democracia, existe um outro elemento que concorre para o seu surgimento e crescimento e que se prende com a fraca capacidade institucional de alguns países. Em alguns *Estados frágeis*, (Ferreira, 2007) ou em zonas regionais com níveis de representação descentralizada baixos, registam-se experiências cívicas significativas que procuram responder a necessidades básicas não assumidas por estruturas do Estado.

Estes movimentos sociais proporcionam a oportunidade de todos os indivíduos, em particular os mais pobres e excluídos da esfera de decisão, poderem alcançar *necessidades básicas* (OIT, Fundação Dag Hammarsjöld), que de outro modo lhes seriam negadas. Estas necessidades traduzem dimensões que vão para além do material, mas que se reportam para outras como a social, a política e a moral, nas quais se integram conceitos como o da dignidade e do respeito⁴.

Tal como o refere Amartya Sen, a “*causa da pobreza levanta questões que não têm resposta fácil*” (Sen, 1999 p. 8). Tal como não existe uma resposta imediata para a interrogação do membro da comunidade de Tame, se “*a associação vai trazer comida para a casa?*”. Mais do que abordar questões de pobreza, este artigo pretende analisar a outra face da moeda: a das soluções que as pessoas procuram para alterar o contexto em que se encontram, através de movimentos cívicos. O modelo organizacional em análise será o da associação na Guiné-Bissau, em expansão na região de Cacheu.

Este artigo está dividido em quatro partes. Numa primeira, faz-se uma breve apresentação de experiências cívicas bem sucedidas na África do Sul, Guiné-Bissau, Índia e Colômbia; numa segunda, a resenha histórica sobre movimentos associativos na Guiné-Bissau dá-nos um enquadramento para compreender, na terceira parte, o papel das associações da região de Cacheu; na quarta parte, a análise centra-se no estudo de caso da associação de Tame, a ASSOFITA, a qual se fará uma devolução destes dados.

De referir que este artigo, integra-se na experiência de cerca de dez anos da ONG FEC em áreas sociais na Guiné-Bissau e no projecto de investigação “*o papel das organizações da sociedade civil na educação e formação: o caso de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*”, promovido pelo Centro de Estudos Africanos do ISCTE, com o apoio da Fundação Ciência e Tecnologia⁵.

4 Sugere-se a leitura do Relatório sobre a Pobreza do Banco Mundial 2001 ilustrativo da percepção de pessoas oriundas de 47 países em contextos de pobreza relativamente a perda das suas *necessidades básicas*.

5 Para mais dados, consultar: http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=255&Itemid=1.

1. Cidadania activa e democracia participativa

O formato e modalidade de organização destes movimentos sociais não existem no vácuo, mas dependem de diversos factores, nomeadamente de ordem histórica, político, sócio-cultural, económica.

O desenvolvimento dos direitos de cidadania encontra-se intimamente relacionado com a democracia. Da análise de alguns exemplos, é possível constatar que parte da expansão dos movimentos cívicos foi condicionada por um passado histórico de repressão. Assim se compreende que, tal como refere Nelson Pestana, “*nos Estados africanos, a sociedade civil parece ter-se tornado mais vigorosa e diversificada, com os processos de transição para a democracia, através das suas acções de reivindicação pela participação da população na gestão dos países*” (Pestana, s/d, p. 20). Com efeito, é possível verificar que os movimentos associativos em África começaram a surgir, sobretudo na década de cinquenta, com as primeiras independências. O processo de independência nem sempre foi acompanhado por períodos democráticos, razão pela qual alguns destes países registaram oficialmente poucos movimentos cívicos. De referir porém que ainda sob domínio colonial, alguns países já manifestavam experiências cívicas bem sucedidas. De forma similar em situações de conflito e de actos de repressão, assistiu-se tanto no passado como actualmente a formas criativas de resposta por parte das populações face à ausência de liberdade e de acção do Estado.

No período colonial, a Guiné-Bissau desenvolveu uma experiência associativa que iria influenciar movimentos associativos na África do Sul, sob o regime de *apartheid*. Em 1963, na sequência do Congresso de Cassacá do movimento de libertação guineense mais representativo, o PAIGC [Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde], criam-se as bases de um “*Estado em embrião*”, a partir de uma estrutura político-administrativa baseada na organização social guineense: o Comité de Tabanca. A composição deste comité remete para duas características fundamentais destas organizações sociais: a organização e a democracia participativa. O Comité de Tabanca era composto por cinco elementos, dois dos quais do sexo feminino, com funções precisas nos domínios políticos, económicos e sociais. Ao Presidente cabia a responsabilidade de gerir a produção agrícola; o Vice-Presidente a segurança e protecção do território; ao terceiro membro diversas áreas sociais, com destaque para a saúde e educação; ao quarto elemento a distribuição de alimentos para as Forças Armadas; ao quinto, o recenseamento, o registo e a contabilidade (Rudebeck, 1997). Dada a sua eficácia, o modelo organizacional do Comité de Tabanca continua a existir actualmente na Guiné-Bissau, ainda que com adaptações e variáveis, que se reflecte nomeadamente em Comités de Escola, e nas associações, que constituem a base de análise deste artigo.

Alguns elementos caracterizadores dos Comités de Tabanca são possíveis de rever em princípios da tradição democrática indiana, que influenciaram o pensamento e a actuação de Gandhi. Ainda sob o domínio inglês, os seus princípios assentavam na prática de uma democracia participativa, traduzida nos conceitos de *swaraj* (autogoverno), *swadeshi* (controlo comunitário sobre os recursos) e de *gram swaraj* (república-aldeia), que ainda hoje têm repercussões nalguns movimentos cívicos. A autosuficiência e controlo comunitário aproximam a “*república-aldeia*” indiana do “*comité de tabanca*” guineense.

Para além da herança passada, existe no presente destes países um aspecto em comum, que permite compreender o surgimento de movimentos cívicos com maior ou menor grau de expressão. Em todos, é possível verificar uma presença institucional frágil por parte do Estado marcada por “*ciclos de conflito*” que interrompem as opções políticas adoptadas de

governança democrática. A História da Guiné-Bissau é marcada por sucessivos episódios autoritários cuja democracia alcançada unilateralmente em 1974 ainda hoje não encontrou espaço de maturidade com os sucessivos estados de emergência que a caracterizam. O mesmo se passa com a Colômbia que vive desde 1960 uma democracia interrompida por frequentes ataques. A exceção vai para a Índia que desde a sua independência, em 1947, esteve sempre sob governação democrática, registando uma breve interrupção em 1977 com a Declaração do Estado de Emergência, que violou princípios básicos de liberdade. Concorrem diversos elementos que acentuam a fragilidade destes países: capacidade institucional fraca; ausência de monopólio sob o território (seja pela abrangência geográfica, seja pelos níveis de isolamento mais acentuados, seja por excesso populacional); *performance* económica baixa com níveis de distribuição social desigual; exercício da autoridade pela força; ausência de uma cultura de participação; falta de transparência e registo de níveis de corrupção altos, apenas para referir alguns.

Algumas destas fragilidades inibem a criação de movimentos cívicos, mas têm igualmente um efeito catalisador contrário. Na África do Sul, o Estado do *apartheid* não conseguiu anular o crescimento elevado de organizações cívicas na década de oitenta que contestavam o regime político. A criação de formas de autogoverno cresceu, nomeadamente através de “*órgãos de poder popular*”, com comités de rua e de área, com “*tribunais populares*” e “*unidades de autodefesa*”, eleitos e envolvendo todos os moradores de determinada rua, tornando-se uma forma expressiva de contra-poder.

De forma similar na Colômbia, o conflito armado entre guerrilha e militares reforçou o envolvimento da população de San José de Apartadó em formas de resistência pacífica desde os anos noventa. Para fazer face ao isolamento e aos sucessivos assassinatos de civis de San José de Apartadó por parte quer da guerrilha quer dos militares, a população criou, em 1997, “*comunidade de paz*”. Apesar dos sucessivos ataques, tem-se assistido a um aumento de pessoas que integram a “*comunidade de paz*”, ao desenvolvimento de sistemas de apoio solidários internos que protegem os membros da comunidade, permitindo que resistindo de forma pacífica, consigam manter áreas prioritárias sociais a funcionar.

Na “*época verde da independência*” da Guiné-Bissau, a população das zonas rurais apresentava como necessidades, em cada acontecimento público, uma escola, um posto de saúde e um Armazém do Povo (Cissoko, 1997). Nos encontros da FEC com comunidades e associações, desde 2001, as necessidades referidas prendem-se a uma escola (criação de infraestruturas, colocação de professores, formação, materiais bibliográficos), uma pequena farmácia comunitária e ou um centro de saúde.

Inscrevendo estas necessidades no quadro da Constituição da República da Guiné-Bissau, o Estado guineense assume em matéria de educação que “*todo o cidadão tem o direito e dever de educação*” pelo que “*o Estado promove gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino*” (Artigo 49.º, alínea 1 e 2). Em matéria de saúde, o papel interventivo do Estado parece vago, sem que se entenda objectivamente quais as responsabilidades estatais, ao considerar que “*a saúde pública tem por objectivo promover o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio-ecológico em que vivem. Ela deve orientar-se para a prevenção e visar a socialização progressiva da medicina e dos sectores médico-medicamentosos*” (Artigo 16.º).

Se os direitos sociais constituem elementos básicos para o desenvolvimento humano, não deixam de comportar implicações financeiras. Segundo Holmes e Sunstein, “*rights cost*

money. (...) All rights make claims upon the public treasury” (1999, p. 15). Se na Europa, as questões relativas ao suporte do Estado para o bem-estar social dos cidadãos estão na ordem do dia, em *Estados frágeis* como a Guiné-Bissau, as repercussões de um sistema tributário deficiente e quase inexistente a nível nacional acentua a incapacidade do Estado de garantir direitos básicos como os da educação e saúde para todos.

Face a um défice institucional, torna-se perceptível a razão do crescimento de movimentos cívicos no país. O número de organizações de base tem crescido. É neste contexto que se insere igualmente o surgimento e crescimento de associações, em particular na região de Cacheu. Apenas no sul do rio Cacheu, existem, segundo dados da CONGAI, 83 associações, que actuam em áreas sectoriais como a educação, saúde e agricultura.

2. Movimento associativo na Guiné-Bissau

É no período colonial, em particular na década de cinquenta, que se registam as primeiras associações no país. Com carácter recreativo, desportivo e cultural, o União, o Sport Bissau e Benfica, o Sporting Clube de Bissau e a União Desportiva e Internacional de Bissau, destinavam-se exclusivamente a cidadãos *civilizados*, globalmente estrangeiros. Em 1954, a Associação Desportiva e Recreativa da Guiné, impulsionada por Amílcar Cabral, líder da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde, dará um enfoque mais social à associação, integrando os nativos da Guiné a quem lhes era vedado a possibilidade de se reagruparem. Trinta anos depois da tentativa de criação de uma associação com guineenses, surgirão as primeiras manifestações organizadas de associação. A 30 de Outubro de 1984, surge a primeira associação legalizada: Associação dos Amigos da Criança, mais conhecida por AMIC. O aumento do exercício de expressão e associação surgirá com o anúncio da realização de eleições multipartidárias livres por parte do ora Presidente da República João Bernardo Vieira. Com o II Congresso Extraordinário do PAIGC (Janeiro-Fevereiro 1991), dar-se-á início ao processo de democratização do país. As alterações para a abertura democrática são lentas. Alguns indícios dessa abertura encontram-se na alteração da legislação, a 9 de Maio de 1991,⁶ nomeadamente com a abolição do Artigo 4.º da Constituição, que fazia do PAIGC a “*força política dirigente da sociedade e do Estado*”. Em Outubro de 1991, as alterações no quadro legislativo beneficiam a imprensa, introduzindo garantia de liberdade. Apenas dois anos mais tarde, a 26 de Fevereiro de 1993, a possibilidade de se associar é alargada a todos os cidadãos com outros objectivos que não sejam políticos. Segundo o artigo 44 D, “*os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei*”.⁷ A alteração à legislação iniciada em 1991 conduzirá à constituição cadenciada de partidos políticos, ONG, associações sem fins lucrativos e meios de comunicação social. Na década de noventa constituem-se legalmente 26 ONG e associações⁸. Em 2004, estavam registadas 117 ONG, sendo 16 estrangeiras⁹.

6 Boletim Oficial, n.º 18, 9.05.1991, lei constitucional nº1/91, artigo 4.º, p. 3 e a Lei regulamentadora dos partidos políticos, lei 2/91.

7 Boletim Oficial, n.º 8, 26.02.1993, lei constitucional nº1/93, artigo 44 D.

8 Dados do Guia das ONG dos PALOP: 5 ONG foram criadas em 1991, 5 em 1992, 2 em 1993, 1 em 1994, 4 em 1996, 2 em 1997, 2 em 1998 e 2 em 2000.

9 De referir que estes dados, embora úteis, não contemplam a totalidade da representação de organismos reagrupados da sociedade civil, pois muitos não se encontram registados na PLACON-GB e outros por não terem representação em Bissau ou não estarem integrados nestas redes.

Os primeiros anos de noventa evidenciam um clima de alguma instabilidade social. Durante o ano de 1994, o país é marcado por um conjunto de manifestações de descontentamento, de que se evidencia a greve que ficou conhecida como a primeira greve legal do país.¹⁰ Este enquadramento permite integrar o surgimento de associações no país, marcado por um descontentamento social crescente e por ausência de resposta do Estado aos anseios manifestados desde os primórdios da independência. Segundo Carlos Schwarz (1996), o movimento associativo na Guiné-Bissau está associado ao sector agrícola, em particular nos anos 70, no quadro do Projecto Integrado de Caboxangue. Inicialmente desenvolveu-se na zona sul do país, o que pode ser explicado pelo seu passado histórico de ter sido a primeira zona libertada durante a luta de independência. Este facto condicionou as pessoas destas zonas a resolverem de forma autónoma e em conjunto as suas necessidades sem esperar apoio externo. Ainda que a zona sul tenha assistido ao nascimento de associações na Guiné-Bissau, o fenómeno começa a ter mais expressão a norte do país, em particular na região de Cacheu, em que a mobilização das pessoas se tem organizado em torno de associações de “*filhos e amigos da tabanca*”, actuando em diversas áreas económicas e sociais, tais como saúde, educação e agricultura.

3. Papel das Associações dos Filhos e Amigos de tabanca na região de Cacheu

Para uma compreensão da actuação das associações, apresenta-se a organização administrativa do território. A Guiné-Bissau está dividida em 8 regiões e 1 sector autónomo, o de Bissau. Cada região subdivide-se em diversos sectores e estes em secções. As *tabancas* (caso da aldeia) ou *bairros* (espaços mais urbanos) equivalem ao mais pequeno espaço administrativo do país. Na sua origem, as *tabancas* eram compostas por pessoas do mesmo grupo étnico, progressivamente passaram a integrar membros de outros grupos, cada qual distribuído em *moranças* pertencentes a uma mesma família. Actualmente, as *tabancas* podem ter grupos de moranças de diversos grupos étnicos, como é o caso de Pelundo (manjacos, balantas e fulas), porém globalmente os manjacos são o grupo predominante. Os manjacos são comunidades animistas, ainda que a presença portuguesa prolongada tenha deixado algumas influências, nomeadamente patente nos nomes das pessoas, na opção religiosa e na presença de infra-estruturas que suportavam a administração colonial portuguesa. É frequente encontrarem-se “*Bernardos*”, “*Luíses*”, “*Pedros*”, “*Marias*”, “*Fátimas*” com apelidos como “*Gomes*”, “*Costas*” e “*Mendes*”, com práticas cristãs em complemento de outras crenças locais. Nas *tabancas* de Cabienque, Canhobe e Pelundo, existia uma escola no período colonial, constituindo, talvez por esta razão, a educação uma das preocupações iniciais das quatro associações em estudo.

A região de Cacheu reagrupa os sectores de Bula, Bigene, Cacheu, Caió, Calequisse, São Domingos e Canchungo. Com diversos braços de rio, esta zona apresenta terrenos férteis, ricos para a produção de arroz. Por outro lado, a própria geografia de algumas *tabancas* entre rios tenha levado as populações a procurarem soluções dentro das próprias comunidades, contribuindo eventualmente para a existência de um número tão elevado de associações na região. Para além da agricultura de subsistência, as comunidades desenvolvem a criação de gado.

10 A primeira lei sobre o direito de manifestação data de 1992 (Lei nº 3 /92 de 6 de Abril),

As “Associações dos Filhos e Amigos de Tabanca” estão todas sediadas na região de Cacheu, no sector de Canchungo cuja área total é de 662,9 km². As quatro associações em estudo localizam-se no sector de Canchungo: a Associação dos Filhos e Amigos de Canhobe [ASSOFAC], a Associação dos Filhos e Amigos de Tame [ASSOFITA], a Associação dos Filhos de Pelundo [AFIPEL] e a Associação dos Filhos e Amigos de Cabienque.

O surgimento destas associações decorre de diversos reconhecimentos presentes no Historial da Associação dos Filhos de Pelundo, a AFIPEL: *“a fundação dessa associação vem da carência de infra-estrutura no país. É nesta óptica que fundamos a associação: para ajudar o Governo. Sabendo que ele não tem capacidade de intervir eficazmente em todo o país por falta de recursos financeiros, que o país atravessa (...). É então nesta ordem de ideias que decidimos contribuir de acordo com as nossas possibilidades para o melhoramento da vila onde nascemos e nasceram os nossos antepassados”* (Historial da Associação de Pelundo, 2007).

Da análise da criação da AFIPEL, podemos destacar alguns elementos que encontramos na génese de outras associações: 1.º reconhecimento de necessidades não respondidas; 2.º reconhecimento das incapacidades do Estado em dar resposta a estas necessidades; 3.º reconhecimento da existência de meios – ainda que escassos – que permitem atenuar as dificuldades; 4.º sentimento muito forte de pertença a um local e a uma comunidade. A História da Associação de Canhobe (ASSOFAC) reforça novamente estes elementos, ao identificar a razão da sua criação: *“salvar a comunidade de Canhobe dos graves problemas sociais, porque já não sonhavam com nenhum tipo de desenvolvimento se não cada vez a vida mais primitiva, porque para além de não haver escola, a via rodoviária era raras vezes usada, as populações carregavam tudo na cabeça para Canchungo, percurso de 20 km a pé, para não falar da saúde”* (História da Escola e da Associação em Canhobe, 2007).

Da leitura do excerto da génese da ASSOFAC, é possível identificar quais os «problemas sociais» que mais preocupam as pessoas e que constituem as áreas de intervenção das associações nos seus estatutos: a educação, a saúde, as infra-estruturas, nomeadamente estradas que permitem diminuir o isolamento da tabanca. As associações de Pelundo, Canhobe e Tame estiveram envolvidas na construção de estradas de terra batida. O sector agrícola foi essencialmente desenvolvido por Pelundo com a criação de hortas cajueiras. Em matéria de saúde, exceptuando Tame, localizado a sete quilómetros de Canhobe, todas as outras tabancas possuem um centro de saúde estatal. Não foi possível verificar se as associações apoiam esta área. As quatro associações assumiram como prioridade de acção a educação. Globalmente constroem ou reconstroem pavilhões para a escola, equipam-na e entregam as chaves ao Governo (acto simbólico efectuado na inauguração da escola) para que coloque os professores, sendo geridos pela comunidade através das associações e da direcção da escola. O pagamento de um subsídio de incentivo ao professor surge como forma de garantir formas de sustento para que com os sucessivos atrasos salariais do Estado evitem fazer greves. Esta modalidade de escola que apenas existe na região de Cacheu ligada a associações passou a ser designada de Escola Pública de Iniciativas Comunitárias.

Dada a dimensão das tabancas e dificuldades de acesso entre algumas *moranças*, as associações apoiaram a criação de uma escola mais centrada e com mais população, designada de “*escola mãe*”, e outras em zonas mais dispersas de “*escolas anexas*”, que distam de dois a cinco quilómetros da sede. As associações assumem em relação à educação o papel que compete ao Estado, suprimindo a falta de escolas em lugares em que a resposta estatal ainda não se realizou.

4. Estudo de caso – ASSOFITA

Tame fica situada a 12 quilómetros de Canchungo e a 82 de Bissau. A população residente, essencialmente manjaca, distribui-se em 19 *moranças*, estimada em 5611 pessoas e 2725 pessoas migrantes fora de Tame. A agricultura constitui a principal actividade económica com predomínio do cultivo de caju, arroz e amendoim. Até 2010, Tame não possuía estrutura de apoio de saúde. Em contrapartida, o sector da educação é o mais desenvolvido, evidenciando o investimento da associação, da direcção da escola e dos docentes e da comunidade.

A Associação dos Filhos e Amigos de Tame, a ASSOFITA, surge legalmente a 19 de Fevereiro de 2002¹¹ reunindo nove pessoas, todas de maioridade, duas mulheres e sete homens, seis residentes em Bissau, dois em Cacheu e um em Canchungo. Tinham como elemento comum o facto de terem nascido ou vivido na tabanca de Tame. A maior parte dos seus membros pertence ao grupo dos manjacos, maioritário na tabanca de Tame.

A ideia de associação é anterior à esta data e surge da iniciativa de Bernardo Gomes e Joaquim Dentampol, ambos da tabanca de Tame. A intenção inicial estava orientada sobretudo para estudantes e pretendia ser um instrumento para solucionar as necessidades da tabanca. A primeira reunião realiza-se em Novembro de 1999. Apenas seis jovens participam dessa reunião. Bernardo e os primeiros participantes decidem ir às 19 tabancas para falar da importância da associação para Tame, muito centrados na reabertura da escola, que não existia desde 1978/1979. Partindo da sua experiência pessoal, estas 8 pessoas narram a sua história de vida. Tiveram todos de sair de Tame para prosseguir estudos: os seis jovens viviam durante a semana em Canchungo para frequentarem o liceu; Bernardo tinha estado na Gâmbia, em Bissau e Canchungo, marcado por uma forte experiência associativa fora da Guiné-Bissau. Passados quase quinze dias da primeira reunião, realiza-se a segunda, registando-se 57 participantes, entre os quais uma única pessoa de idade. Apesar dos protestos iniciais dos jovens para permanecer na associação, João Balur Mendes explicou porque queria ser membro da associação: em jovem vivera e participara activamente numa associação no Senegal e vira os benefícios que pessoas unidas com um mesmo objectivo podem ter.

A preocupação dos primeiros membros da ASSOFITA era de evitar a saída de jovens da tabanca de Tame para terem acesso à escola. Para fixarem habitantes em Tame, os associados previam a realização de três projectos: primeiro, a reabertura da escola, encerrada desde 1978-1979; segundo, a construção de um troço de 16 quilómetros de estrada em terra batida, que liga Tame ao cruzamento para a cidade de Canchungo; terceiro, a construção de um centro de saúde.

Para se alcançarem estes projectos, definiu-se uma cota diferenciada para estudantes [3000 CFA], mulheres [4000 CFA] e homens [5000 CFA].¹² Conscientes do futuro e da sua identidade sócio-cultural, a ASSOFITA registava a sua sede na tabanca de Tame, no sector de Canchungo, região de Cacheu, antecipando a abertura de delegações em qualquer zona do país ou no estrangeiro.¹³ A angariação de novos sócios fora de Tame começou em

11 A legalização está patente na Escritura realizada a 19 de Fevereiro de 2002 e na Certidão no Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, n.º 25 de 24 de Junho de 2002, tendo por base os Estatutos da Associação dos Filhos de Tame, aprovados em Bissau em Setembro de 2001.

12 3.000 CFA corresponde a 4,57€; 4.000 CFA a 6,10€ e 5.000 CFA a 7,62€ (taxa de câmbio a 655,957 CFA).

13 Estatutos da Associação dos Filhos de Tame, Artigo 2.º.

2000, em Bissau e em 2001 na região de Cacheu. O alargamento fez-se através da criação de novas delegações no estrangeiro, em Espanha, Portugal, França e Senegal. Em 2004, a proposta de uma delegação na Gâmbia não se realizou. Estas delegações têm um papel fundamental para o desenvolvimento de actividades propostas pela associação. Para além das delegações no estrangeiro, a ASSOFITA tem também delegações na Guiné-Bissau, nomeadamente na capital em Bissau, na zona norte, leste e no arquipélago dos Bijagós, em Bolama.

Dos três projectos inicialmente desenhados, a ASSOFITA conseguiu a partir das primeiras cobranças em Maio e Junho de 2000, altura da Colheita de Caju e dos apoios dos associados migrantes, dois dos seus propósitos. As comunidades de Canhobe e Tame, próximas entre si geograficamente, conseguiram reabilitar a estrada em terra batida.

A reabertura da Escola Pública de Iniciativa Comunitária Tomás Nanhungue foi possível em 2001. No início, construíram-se cinco pavilhões com o ensino básico elementar [1.^a – 4.^a classe]. Gradualmente e ao longo dos dez anos de existência da ASSOFITA o investimento canalizou-se sobretudo na educação, consciente que os resultados podem ter um impacto na melhoria de vida da população de Tame e na diminuição da migração. A escola Tomás Nanhungue, a escola-mãe, foi acrescentando níveis de ensino à proposta inicial, oferecendo educação até a 8.^a classe. Atenta às necessidades de outras moranças de Tame, a associação criou 5 escolas-anexas que funcionam em rede com a escola-mãe. Os jovens destas moranças podem estudar até à 4.^a classe, tendo de percorrer de 6 a 1,5 quilómetros da sua morança a Tame¹⁴ para continuarem os seus estudos na escola-mãe. Actualmente a escola Tomás Nanhungue recebe alunos provenientes da cidade de Canchungo e de Bolama.

O investimento na educação passou também pela criação de meios para fixar professores, oriundos de outras cidades do país. A associação em conjunto com a comunidade construiu uma casa para professores, de modo a poder estabilizar o corpo docente. Os incentivos envolvem também a aquisição de bicicletas para professores. Porém a maior contribuição da ASSOFITA e das suas delegações no estrangeiro tem-se traduzido num subsídio para professores e funcionários da escola.

Com estes projectos e acções contínuas, a ASSOFITA tem procurado responder ao objecto social, que está na sua génese, nomeadamente a da *“realização de obras de carácter social nomeadamente nas áreas de saúde, educação e de infraestruturas sociais com o apoio do Estado ou de outras organizações”* e na *“defesa e protecção dos associados orientados para as acções desenvolvidas pela associação”* [artigo 3.^o].

Uma das questões que se coloca para a *“defesa e protecção dos associados”* prende-se com os níveis de migração dos habitantes da tabanca de Tame. Do recenseamento efectuado por Bernardo Gomes, em Maio de 2010, é possível extrair algumas implicações para Tame e para a ASSOFITA. De referir, no entanto, que no recenseamento não se diferenciou as pessoas com e sem idade para pagar cota para a associação.

¹⁴ Apresentam-se sucintamente as distâncias entre a escola-mãe (Tame) e as escolas –anexas: até Pepás (6 km), Guepité (4 km), Canuau (2 km), Cabeh (1,5 km) e Pencontche (1,5 km).

Tabela 001 – Recenseamento populacional da tabanca de Tame – 2010

Moranças	N.º de casas	Residentes		Total	Migrados ou emigrados		Total	Total morança
		masculino	feminino		masculino	feminino		
Guepíte	9	23	54	77	49	53	102	179
Petchimah	15	52	75	127	99	111	210	337
Cabeh	35	151	204	355	115	106	221	576
Pentempel	17	187	218	405	47	5	52	457
Catchame	10	25	35	60	58	48	106	166
Peleper	16	87	72	159	108	142	250	409
Bebunghanhat	21	186	262	448	59	13	72	520
Caliutch	20	182	208	390	69	26	95	485
Canau	11	24	35	59	19	0	19	78
Pebós	16	26	74	101	77	65	142	243
Beluaba	22	212	265	477	41	14	55	532
Caluã	21	72	118	190	282	270	552	742
Pencontche	30	318	288	606	265	255	520	1126
Pefite	27	210	253	463	70	31	101	564
Canuau	29	272	305	577	72	42	114	691
Cancel - Tame	11	94	130	224	16	2	18	242
Patatcha	13	161	213	374	26	12	38	412
Pépas	43	223	296	519	63	27	90	609
18 moranças	366	2505	3105	5611	1535	1222	2757	7868

Fonte: Recenseamento 2010 (Maio 2010) realizado por Bernardo Gomes.

Apesar dos esforços desenvolvidos quer pela comunidade residente quer pela comunidade, a migração em Tame é muito elevada, rondando os 28,7%, equivalendo a quase um terço da população da tabanca. As repercussões destes movimentos reflectem-se na caracterização social da tabanca, na economia e formulação de necessidades dos residentes. A emigração manjaca tem algumas particularidades que têm influência na associação. Segundo Luís Costa,¹⁵ a emigração é sobretudo masculina. O primeiro elemento é homem, chamando ou tendo chamado outro membro masculino da família (irmão mais novo ou um primo) para “*companhia*”, pertencente à mesma *morança*. As mulheres permanecem na *tabanca* do marido, podendo mais tarde juntar-se ao marido e restantes familiares deste. Em média cada morança tem cerca de 20 casas, cada uma reagrupando diversas pessoas pertencentes à mesma família com um patriarca e suas esposas, num número que pode chegar a quatro, cada uma com seus filhos e outros familiares. Globalmente as moran-

¹⁵ Luís Costa é manjaco de Calequisse (entrevista 06/2010).

ças com mais de 25 casas são as que têm uma percentagem menos elevada de migração, excepção para Pentcontche. Das 18 moranças recenseadas, cinco evidenciam a gravidade da migração a nível local, sendo mais as pessoas residentes fora do que na morança [Guepite, Petchimah, Peleper, Pebós, Caluã]. Por outro lado, a população residente é sobretudo do sexo feminino [55,3%], o que comporta implicações em termos de equilíbrio de organização social e económica, já que nalgumas actividades agrícolas o trabalho recai sobre os homens. O caso da morança de Guepite merece uma atenção mais cuidada, pois para além de existirem 57% de pessoas fora da morança, 70% dos residentes são do sexo feminino. Se o padrão migratório manjaco é essencialmente masculino, esta morança poderá vir a perder uma parcela dos 30% de homens residentes, comprometendo o seu desenvolvimento.

No cruzamento de dados entre o recenseamento populacional de 2010 e os registos de pagamento de cotas dos associados [2005 a 2008], é possível verificar:

- a) Perda do número de associados em Tame nestes 4 anos. De 2005 a 2008, menos 771 pessoas cotizaram para a ASSOFITA. Assumindo o recenseamento populacional de 2010, ainda que incluindo pessoas menores que não podem integrar a associação, a percentagem de associados é simbólica para o número de pessoas residentes em Tame: em 2005, os associados correspondem a 19% da representação local; em 2006, a percentagem diminui para 7,2%, para no ano seguinte baixar novamente para 6,2% e encerrar em 2008 com 6% de associados de toda a tabanca.
- b) Destinatários iniciais da associação serem pouco representativos. A ASSOFITA foi inicialmente pensada para os jovens quer na qualidade de associados quer nos objectivos que pretendiam alcançar: diminuir o êxodo de jovens, nomeadamente para prosseguir estudos. Do total de associados de 2005 a 2008, os estudantes correspondem apenas a 14,7%, seguidos dos homens em 26% e das mulheres com 59%.
- c) Escassez de residentes associados. Comparando os dados dos residentes em 2010 com os associados de 2008, é possível verificar que 12 moranças têm uma percentagem de associados abaixo dos 15%; 3 moranças têm uma percentagem acima dos 15%, mas abaixo dos 25% e 3 moranças possuem associados acima dos 25%. O número mais elevado de associados poderá prender-se com a necessidade de contrariar tão elevada migração populacional. Com efeito, as 3 moranças com mais de 25% de associados [Catchame, Pepele e Pebós] apresentam também níveis de migração muito elevada, sendo o número de pessoas residentes inferior aos que vivem fora da morança. Talvez por esta razão, a morança de Catchame com 60 pessoas residentes e 106 migrantes tenha 78,3% de associados na ASSOFITA.

Face a escassez de associados residentes, compreende-se que os fundos da ASSOFITA provenham de diversas fontes e pessoas. Os fundos provêm de quatro formas: a) jóias de entrada dos membros; b) cotas dos membros; c) donativos recebidos; d) receitas extraordinárias. Uma importante fonte de receita deve-se às delegações no estrangeiro, com destaque para a Associação dos Emigrantes de Tame em Portugal (AET Portugal), a Asociación de Inmigrant Hijos de Tame de Espanha (AHT – España) e Association des Enfants de Tame em França (AET France) que contribuem com 70% das suas cotizações para a gestão de

fundos. O balanço da cotização de 2009¹⁶ permite verificar que os países têm uma contribuição diferenciada, evidenciando por ordem decrescente de valores monetários a Espanha (15.074,89€), Portugal (13.098,97€) e a França (4.340,00€), contribuindo com 87.553,20€ para a tabanca de Tame. A participação da Guiné-Bissau e do Senegal reflecte o poder económico dos respectivos países, registando contribuições inferiores.

A contribuição das delegações no estrangeiro e dos associados na Guiné-Bissau, em particular da tabanca de Tame, permitem pagar os subsídios de 30 professores, muitos com formação adequada para leccionarem os níveis de ensino da 1.ª a 8.ª classe a 978 alunos. Para além do subsídio, a ASSOFITA é um garante de estabilidade social já que estes pagamentos são efectuados regularmente nos últimos dias do mês. A repercussão desta medida num país marcado por sucessivos atrasos constitui um esforço para fixar e manter docentes numa escola mais isolada da região. Deste modo, é possível evitar greves por ausência de pagamento estatal e cumprir integralmente os dias lectivos. Este mesmo argumento é apresentado pela AFIPEL da tabanca de Pelundo.

Conclusão

“Os leopardos invadiram o templo e beberam o vinho dos vasos sagrados. Esse incidente repetiu-se com frequência. Por fim, chegou-se a calcular de antemão, a hora do aparecimento das feras. E a invasão dos leopardos foi incorporada no ritual”, Franz Kafka.

A interrogação inicial de Tame remete para uma ideia de Amartya Sen presente em *Pobreza e Fomes* (1999). A carência de alimentos caracteriza o estado de algumas pessoas, o que não significa necessariamente que os alimentos não existam ou não existam em quantidades suficientes para que ninguém tenha de se interrogar sobre ter *“comida para casa”*. A questão, ainda que comporte dúvidas, traz consigo também uma outra leitura. Reivindicar o direito à comida, à saúde, à educação é por si só um direito: o direito de inclusão numa sociedade nacional e supra-nacional que assume ser humano que *“todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”* (Artigo I). E, por fim, uma última leitura: é possível dar resposta a necessidades básicas, nomeadamente através de movimentos cívicos. Os *“movimentos de rua”* na África do Sul no período do *apartheid*, a *“comunidade de paz”* do povoado de San José de Apartadó, na Colômbia desde 1997, a *“república-aldeia”* da tradição indiana e retomada por Gandhi na sua luta contra o poder inglês, os *“comités de tabanca”* criados a partir de 1963 na Guiné-Bissau, são exemplos bem-sucedidos de que o desenvolvimento é eminentemente político e que implica movimentos organizados e democráticos. As *“associações dos Filhos e Amigos”* de tabancas localizadas na região de Cacheu procuram ser uma resposta para desequilíbrios sociais. A fragilidade do Estado guineense e a ineficácia para garantir direitos básicos para todos não foram assumidos passivamente pelas populações rurais. O número de intervenções participativas a nível nacional expressa uma vontade clara de reivindicação política e de respostas práticas a necessidades diárias. O caso da ASSOFITA em Tame é revelador da capacidade de antecipação e empenho dos seus membros. Dez anos antes diagnosticaram a frequência com que os *“leopardos”* invadiam o templo. No caso de Tame, os leopardos são apenas uma imagem para representar o êxodo de jovens e de população activa das 19 moranças à procura de uma *“vida melhor”*.

¹⁶ Acta n.º 8/2010 da Assembleia-geral ordinária das três direcções, em França de 20/02/2010.

O “*aparecimento das feras*” foi apoiado pela ausência de resposta estatal para necessidades básicas da população de Tame, que permitiria fixar pessoas na aldeia.

Depois de “*calcular de antemão*” a frequência do incidente, oito pessoas residentes na Guiné-Bissau e na tabanca assumem a criação de uma associação que viria a crescer com delegações em Espanha, Portugal, França e Senegal e em outras regiões da Guiné-Bissau. Dos propósitos iniciais, aquele que tem perdurado tem sido o do apoio à educação, implementando medidas de estabilidade social com o pagamento atempado de subsídios para professores. Passados dez anos, é tempo de voltar a antecipar e diagnosticar novos “*leopardos*” que possam pôr em causa o desenvolvimento da tabanca de Tame. Com efeito, a perda de associados residentes nos últimos quatro anos merece ser analisada no quadro da satisfação e identificação das pessoas em relação à associação para que outros sectores sociais possam ser garantidos.

As associações não estão isentas de fragilidades, em particular na organização de dados, porém não deixam de evidenciar níveis de maturidade elevados ao aceitarem serem estudadas e analisadas no âmbito deste projecto de investigação. Nas entrevistas efectuadas, sobretudo em Tame, a reflexão dos primeiros dados relativos aos associados originou novas perspectivas de acção para contrariar algumas dificuldades identificadas. A abertura para a crítica constitui um dos elementos-base de organização democrática. A forte ligação à comunidade e o reconhecimento de que já muito se fez em dez anos são elementos importantes para contrariar o isolamento e alcançar direitos essenciais para o seu desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- Cissoko, Mário (1997), “Ensino e questão linguística: do período da luta armada de libertação nacional à fase novembrista (1964 – 1990)” in *Nova Paideia*, Janeiro 1997, Ano 5, n.º 1, Bissau: INDE, pp. 7 a 20.
- Ferreira, Patrícia & Faria, Fernanda (2007), *Situações de fragilidade: desafios a uma estratégia de resposta europeia*, Maastricht & Lisboa, European Centre for Development Policy Management (ECDPM) & Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), (http://www.initiativeforpeacebuilding.org/resources/Estados_Frageis2007.pdf).
- Holmes, Stephen & Sunstein, Cass (1999), “Common sense about rights”, in *The cost of rights – Why liberty depends on taxes*, New York: Norton.
- Mateus, Dalila, (1999), A luta pela independência: a formação das elites fundadoras de FRELIMO, MPLA e PAIGC, Mem Martins: Inquérito.
- Péllissier, René (2001), *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 – 1936, volume I e II*, Lisboa; Editorial Estampa, 2.ª edição.
- Pestana, Nelson (s/d), *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE, Occasional Papers (cea.iscte.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download).
- Santos, Boaventura, org. (2002), *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schwarz, Carlos (1996), *Questões sobre a consolidação interna das Associações na Guiné-Bissau*, Bissau: Acção para o Desenvolvimento.
- Sen, Amartya (1999), *Pobreza e Fomes. Um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa: Terramar.

Rudebeck, Lars, 1997, *Buscar Felicidade. Democratização na Guiné-Bissau*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

World Bank (2001), *World Development Report 2000-2001 on Poverty Development – Voices of the Poor* (<http://www.worldbank.org/poverty/voices/reports.htm>).

Documentos

Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948.

«Estatuto dos indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique» constante do DL n.º 39666, de 20 de Maio de 1954, sob a responsabilidade do Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues.

Constituição da República da Guiné-Bissau, pela Lei Constitucional 1/93, de 21 de Fevereiro, 2.º Suplemento ao B.O. n.º 8 de 21 de Fevereiro de 1993 (Alteração e republicação da Constituição da República da Guiné-Bissau de Constituição aprovada a 16 de Maio de 1984 alterada pela Lei Constitucional n.º 1/91, de 9 de Maio, Suplemento ao Boletim Oficial n.º 18, de 9 de Maio de 1991, pela Lei Constitucional n.º 2/91, de 4 de Dezembro de 1991, Suplemento ao B.O. n.º 48, de 4 de Dezembro de 1991 e 3.º Suplemento ao B.O. n.º 48, de 6 de Dezembro de 1991).

Estatutos da Associação dos Filhos de Tame in Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, n.º 25 de 24 de Junho de 2002.

Historial da Escola e Associação de Canhobe, Pelundo, Cabienque e Tame, FEC 2007.

Acta n.º 8/2010 da Assembleia-geral ordinária das direcções de Portugal, Espanha e França, em França de 20/02/2010.

O Silêncio e as Palavras: Reflexões à volta da Participação e do Poder na promoção do Associativismo em Cabo Verde*

Elizabeth Pilar Challinor**

p. 97-115

1. Introdução

A discrepância entre o discurso e a prática, o plano e a acção, as políticas e a implementação no terreno já fez correr muita tinta na literatura sobre a cooperação, e mais especificamente, sobre a participação.

No estudo de caso de um programa de cooperação em Cabo Verde que pretendo analisar aqui, discuto as lacunas entre o discurso e a prática, à luz de diferentes abordagens teóricas sobre a participação. Examinando de perto as actividades de duas associações, demonstro como a compreensão do significado das lacunas requer prestar atenção, não só às diferenças entre os actos e as palavras, mas também requer uma atenção especial para ouvir e interpretar os significados do silêncio.

2. Participação e Poder: Enquadramento Teórico

O livro de Friedman (1996) intitulado *Empowerment – uma Política de Desenvolvimento Alternativo* identifica a participação como um elemento chave para pôr em reequilíbrio as relações de poder na sociedade. Segundo Friedman, a participação social e política da sociedade civil obriga o Estado a ser mais rigoroso na prestação de contas e aumenta os poderes da sociedade civil para gerir os seus próprios assuntos. Estes ganhos em autonomia e poder são acompanhados por uma capacidade de identificar e legitimar necessidades. A concepção de *empowerment* obriga a uma reflexão sobre o conceito de necessidade. Friedman identifica quatro interpretações diferentes do conceito (1996, p. 65). A primeira interpretação é a de uma necessidade intensa, identificada a título individual, através do mercado real ou potencial. Os indivíduos podem ou não dispor dos meios para satisfazer as suas vontades mais profundamente sentidas e quando não conseguem ficam desiludidos.

* Este artigo nasceu de uma comunicação apresentada no Simpósio Internacional "Antropologia e Cooperação para o Desenvolvimento" da Associação Luso-Galega de Antropologia Aplicada, Ferrol, Espanha, 8-11 Abril 2008.

** Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)/Universidade do Minho (UM) Portugal.

A segunda interpretação entende o conceito de necessidade como uma relação funcional: é necessário “A” para conseguir “B”. Trata-se de necessidades identificadas formalmente por especialistas que baseiam as suas decisões nos seus conhecimentos científicos e técnicos, e/ou na sua experiência profissional. A terceira abordagem interpreta a necessidade como uma reivindicação política que é feita por um grupo ou uma comunidade sobre recursos que são geridos no sentido do interesse comum. Neste caso, a necessidade já não é, nem um desejo pessoal, nem uma relação funcional: transforma-se num argumento político. Esta interpretação de necessidades políticas remete para o trabalho de Paulo Freire (1970) dos anos 1960, sobre a alfabetização como um processo político para despertar a consciência dos oprimidos e ajudá-los a reivindicar os seus direitos. O seu conceito de “*conscientização*” aproxima-se do conceito de “*empowerment*”. A quarta, e última interpretação do conceito de necessidade, descrita por Friedman, define-se como um direito adquirido e consolidado: uma reivindicação política, politicamente aceite e institucionalizada. A educação pública gratuita, serviços de saúde, o fornecimento de água potável e a segurança social constituem alguns exemplos de direitos consolidados.

No entanto, as reivindicações também podem ser discutidas de uma forma apolítica, em termos de necessidades funcionais. Friedman alega que a necessidade entendida como uma relação funcional foi a interpretação mais comum e influente na orientação das políticas e práticas de cooperação. A abordagem das necessidades básicas (*basic needs approach*) surgiu dentro da burocracia internacional nos anos 1970. Entender a necessidade como uma reivindicação política não era um conceito com o qual se trabalhava, pelo menos em relação à pobreza. As prioridades eram estabelecidas para os pobres, a partir de fora das suas próprias comunidades.

É este sentido de necessidades como reivindicações políticas por direitos, que Friedman subscreve para poder combater as relações desiguais de poder na sociedade. Estas relações constituem a verdadeira causa da pobreza. Muito mais do que uma relativa falta de rendimentos, a pobreza significa a falta do acesso ao poder social e político e também a falta de poder psicológico. O autor afirma que a cooperação pode ter um papel construtivo neste domínio e que o papel das organizações externas é o de apoiar as pessoas para que se livrem de dependências. Citando Diego Palma, afirma que as organizações comunitárias constituem um lugar onde as pessoas podem aprender a pôr a democracia (e eu diria, a democracia *participativa*) em prática: defender posições, ouvir a opinião do outro, tomar decisões em conjunto, conceber objectivos em comum e repartir o trabalho (Friedman 1996, p. 83).

Hoje em dia, o princípio da participação já foi de tal modo apropriado no domínio da cooperação que, de alguma forma, deixou de ser radical. Em 2001, Cooke e Kothari editaram um livro cujo título questionava se a participação constituía uma nova tirania. Agora, são poucos os projectos que não falam da participação ou do *empowerment*. Tornou-se politicamente correcto incluir a participação nas políticas de cooperação, na elaboração dos projectos e programas. No entanto, existem na literatura, críticas sobre a lacuna entre as políticas e as práticas no domínio da cooperação (Chambers, 1983, 1997; Abubakar, 1989; Long e Long, 1992; Booth, 1994; Rew e Rew, 2003), e mais especificamente, sobre a discrepância entre os discursos e as práticas no campo da participação (Bastian e Bastian, 1996; Mohan e Stokke, 2000; Okolie, 2003; Biggs e Smith, 2003; Novellino, 2003).

Uma parte da literatura analisa estes fenómenos como evidência da natureza neocolonialista da cooperação (Escobar, 1984, 1991, 1995; Ferguson 1990; Crush, 1995; Sachs, 1992).

Outras formas de interpretar estas lacunas têm sido a de distinguir entre uma participação “falsa” e uma participação “verdadeira” ou “espontânea”, e a de identificar diferentes níveis ou graus de participação. O Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), por exemplo, estabelece vários níveis de participação (1995) que distinguem entre um envolvimento mínimo dos beneficiários que são simplesmente informados das decisões tomadas pelas organizações e doadores, e um envolvimento máximo, em que os beneficiários, não são simplesmente consultados, mas tornam-se parceiros que partilham os processos de tomada das decisões. Este último nível aproxima-se da ideia de uma participação “verdadeira” ou “autêntica”.

O trabalho de Mosse (2005), sobre a relação entre os discursos e políticas de cooperação e as práticas no terreno, representa uma ruptura com estas abordagens. Analisando de perto o desenvolver do trabalho de DFID na Índia, ao longo de dez anos, Mosse não encara as discrepâncias entre discursos e práticas, nem como algo a colmatar, nem como evidência de intenções neocolonialistas. Segundo Mosse, é preciso reconhecer que a função principal das políticas (*polícies*) e planos de acção não é a de orientar a prática, mas sim a de legitimá-la. As políticas servem para mobilizar e manter apoio político para os projectos e programas mas não constituem bons guias para a acção, nem são fáceis de implementar. Por outro lado, a acção no terreno – a implementação dos projectos – também não segue as políticas: são as exigências das organizações e a necessidade de manter relações que determinam a natureza da intervenção. Embora a política e a prática constituam áreas autónomas que, muitas vezes, se contradizem, os actores envolvidos nos projectos – tanto os poderosos, como os subordinados – se esforçam por sustentar representações das suas actividades como resultado da implementação das políticas oficiais, de forma a garantir a continuação do apoio e dos financiamentos. Em vez de interpretar a discrepância entre os planos e a prática como uma lamentável lacuna entre a intenção e a acção, Mosse afirma que se trata de uma necessidade que é activamente mantida e reproduzida pelo conjunto de actores envolvidos (2005, pp. 15-17; 231). Tudo aquilo que não corresponde à versão oficial do projecto – a discrepância entre estes “registos ocultos” e “registos públicos” (Scott, 1990) – entra no que poderíamos chamar, o “reino do silêncio”. Território que o avaliador externo dos programas e projectos desconhece – o “reino do silêncio” – é habitado por seres com interesses diferentes, muitas vezes em conflito e cujo acesso ao poder social e político também é diferenciado. Mas o avaliador externo somente tem acesso ao “reino das palavras” onde parece existir uma relação estreita entre causa e efeito, onde a complexidade da vida social parece conformar-se com a lógica linear dos modelos de implementação.

3. Contextualização

Antes de penetrar no “reino de silêncio”, no estudo de caso de duas associações beneficiárias de um programa de cooperação, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, importa descrever o contexto. Cabo Verde, um arquipélago inabitado, descoberto por volta de 1460, com um clima árido e poucos recursos naturais, foi povoado pelos portugueses por causa da sua localização estratégica a cerca de 500 quilómetros da costa de Senegal. As ilhas serviram como uma base de apoio para os barcos que atravessavam o Oceano Atlântico e como um intermedi-

1 “Hidden transcripts”.

ário no comércio internacional de escravos. Santiago – a maior ilha do arquipélago onde se encontra a capital, Praia – foi a primeira a ser povoada. Faz parte das ilhas de Sotavento, juntamente com Fogo, Brava e Maio. São Vicente, Santo Antão, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista fazem parte do grupo de ilhas de Barlavento. A maioria das ilhas é montanhosa e gravemente afectada pela erosão.

Apesar das divisões iniciais na sociedade cabo-verdiana entre os europeus e os seus escravos africanos, os contactos entre as duas populações resultaram, ao longo do tempo, na emergência de uma população crioula. Com o fim da escravatura em 1878, os escravos libertados não encontraram a verdadeira liberdade. A escassez de terra cultivável obrigou-os a trabalhar para os donos das terras e como havia excedente de mão-de-obra, acabavam por ser explorados. O crescimento da população, a falta de acesso à terra para cultivar e a ocorrência frequente de fomes relacionados com a seca, resultaram na emigração em massa das camadas mais pobres da população para os Estados Unidos e a Europa (Carreira 1982 [1977]). Hoje em dia, a população de Cabo Verde, estimada em quinhentos e treze mil para 2010² é mais pequena que a população da Diáspora.

Cabo Verde conquistou a independência de Portugal em 1975. A partir desta data, a economia do país foi sustentada por recursos externos; nomeadamente, as remessas dos emigrantes e a ajuda externa. Somente dez por cento do território é potencialmente cultivável, e a época das chuvas é curta e irregular. Cabo Verde, consequentemente, produz menos do que vinte por cento das suas necessidades alimentares: o resto é importado (Ver Challinor, 2007).

Em Cabo Verde, o símbolo paradigmático da dependência da ajuda externa encontra-se nas frentes de trabalho de alta intensidade de mão-de-obra – designadas por AIMO na primeira república e depois, com a mudança do regime em 1991, por FAIMO³. Frentes de trabalho operavam no país desde o tempo colonial, como uma forma de segurança social estatal. Antigamente chamadas “Apoio às vítimas sinistradas pela seca”, constituíam uma forma supostamente mais digna de distribuir a ajuda aos mais necessitados. Em vez de receberem donativos, as pessoas carenciadas eram recrutadas como trabalhadores para construírem estradas e, depois da independência, para realizarem obras de conservação do solo e da água (CSA), a fim de combater a desertificação nas encostas das montanhas. As obras mais comuns eram arretos (pequenos terraços feitos de pedra) e diques de correcção torrencial (Langworthy e Finan 1997, p. 48). Os trabalhadores na construção dos arretos e diques incluíam serventes para carregar as pedras, cabouqueiros para abrir os caboucos⁴, pedreiros e o capataz responsável pela obra.

No tempo colonial, o Apoio não passava de um conjunto de medidas paliativas para atenuar o número de mortos provocado pelas secas que assolavam com frequência o arquipélago. As obras eram mal programadas e, às vezes, nem sequer acabadas (Meintel 1984; Bigman 1993). Depois da independência, a continuação de períodos de seca, em conjugação com outros factores, como por exemplo, questões relacionadas com a posse e o acesso à terra cultivável, tornou necessária a continuação de alguma forma de Apoio para garantir a subsistência da população:

2 African economic outlook (AEO). 2011. Table 1. Basic Indicators 2010. <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-1-basic-indicators-2009/>.

3 Esta mudança de sigla não indicava mudanças qualitativas em termos de organização ou funcionalidade das frentes (Ferreira Couto, 2001, p. 197).

4 O cabouqueiro abria os caboucos que são fossos ou valas para se assentarem os alicerces de uma construção.

O sector AIMO constituía...um “sector de transição”, uma “terapia de choque” para criar emprego numa larga escala e que absorvesse uma mão-de-obra inocupada e sub-utilizada durante uma grande parte do ano. Por isso, uma das regras fundamentais era fixar o custo de mão-de-obra em 60% do custo total do projecto ou do programa. Trata-se, portanto, de intensificação de mão-de-obra, tendo em conta o número de trabalhadores desempregados a absorver à custa de três tipos de trabalhos ou actividades: 1) trabalhos directamente produtivos; 2) construção de infraestruturas; 3) e/ou obras de carácter social (Ferreira Couto, 2001, pp. 187-188).

Os programas AIMO e FAIMO eram financiados através de um Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo dinheiro provinha da comercialização da ajuda alimentar externa. Contudo, atrasos na chegada da ajuda alimentar e as demoras na sua revenda resultavam em frequentes atrasos no pagamento dos salários (uma espécie de salário mínimo) aos trabalhadores: um dos factores que terá contribuído para os baixos níveis de produtividade em algumas Frentes. Um outro factor consistia nas falhas no acompanhamento e na assistência técnica. Uma possível causa de desmotivação dos trabalhadores (recrutados pelo Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas) em relação às obras de CSA é que, raramente, eram executadas nos terrenos cultivados pelos próprios trabalhadores. A questão da produtividade das Frentes começou a tornar-se uma preocupação. Esta foi uma das questões identificadas num programa de cooperação bilateral que visava a privatização das Frentes. Ocorreram várias tentativas de melhorar a produtividade das Frentes levadas a cabo pelo Estado que não cabe aprofundar aqui. A mais significativa foi a criação de uma empresa semi-privada – o Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas (INERF) – que, ao fazer trabalho por empreitada, obrigava os trabalhadores a cumprirem tarefas em vez de horários. Outra medida foi a transferência da gestão de algumas Frentes para as câmaras locais: embora, neste caso, como não trabalhavam por empreitada os objectivos parecem ter sido mais de cariz assistencial e político-partidário. No caso do INERF, embora houvesse algum aumento de produtividade nas obras de CSA, continuavam a ser executadas em terrenos que não interessavam aos próprios trabalhadores. Neste aspecto, o programa de cooperação introduziu uma novidade. Incentivou as comunidades locais a criarem associações que realizavam contratos directamente com o Estado para a execução das obras em terrenos cultivados por elas próprios. Teve tanto sucesso que, não só se estendeu a outras ilhas⁵, como acabou por servir de novo modelo para a gestão das Frentes. Hoje, em Cabo Verde, uma grande parte das obras de CSA são executadas por associações (Ver Challinor, 2008b).

3.1. Descrição do Programa

A organização responsável pela implementação do programa em Cabo Verde, a *Agricultural Cooperative Development International* (ACDI), sediada nos Estados Unidos, auto-designava-se como uma organização privada sem fins lucrativos. Os seus objectivos consistiam na promoção do crescimento económico e do desenvolvimento da sociedade civil nos países em vias de desenvolvimento. O financiamento do programa provinha do doador bilateral, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que tinha uma longa história de cooperação com Cabo Verde. O fomento de criação de associações locais começou em 1995, fundamentado em experiências anteriores que tinham recrutado e formado técnicos na área da agricultura, a nível local para

5 Santo Antão, Fogo e mais tarde São Nicolau.

o fornecimento de assistência técnica no âmbito de um Programa de Assistência Rural (PAR), iniciado em 1982. Com a persistência dos períodos de seca, o apoio à agricultura de regadio deixou de ter tanto impacto. Em 1986, o PAR formou mais técnicos, seleccionados a partir das comunidades locais, para poder oferecer uma assistência técnica descentralizada em Frentes de trabalho de CSA organizadas a nível comunitário. Os residentes identificavam as obras de CSA que eram precisas nas suas zonas, entrando em negociação com os técnicos do programa que trabalhavam em sintonia com o Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas. Sendo os trabalhadores residentes nas zonas onde eram feitas as obras de CSA, a motivação para produzir estruturas de qualidade e velar pela sua manutenção era muito maior.

Em 1990, o PAR acabou e os técnicos do programa foram integrados nas delegações locais da Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP). Em 1995, a USAID voltou a trabalhar em Cabo Verde com um novo projecto de dois anos, que visava aproveitar as experiências anteriores para uma privatização das FAIMO, a ser implementada pela ACDI. Esta organização identificou algumas associações locais, convidando-as a fazerem a experiência de celebrar contratos com a DGASP para a execução de obras de CSA. A assistência técnica foi garantida pelos funcionários das delegações, antigo pessoal do PAR. No mesmo ano, foram mobilizadas várias comunidades para estabelecerem contratos com o Estado a fim de realizarem “Frentes Adicionais”, com o objectivo final de se criarem associações. Os processos de negociação para a escolha das zonas de execução das obras e para a escolha dos trabalhadores nas Frentes ocorriam localmente a nível da comunidade, correspondendo, desta forma, ao objectivo da ACDI de promover a participação e desenvolvimento da sociedade civil.

Muitas das “frentes adicionais” conseguiram produzir obras de melhor qualidade, a um preço mais baixo: à semelhança das Frentes do INERF, estabeleciam tarefas que era preciso cumprir. A título de exemplo, os pedreiros, normalmente, construíam entre seis a dez metros de arretos por dia nas Frentes Adicionais, enquanto que nas frentes tradicionais do Estado construía-se muito menos e de qualidade inferior porque só era preciso cumprir um horário. O número de metros era decidido pelas comunidades em função da quantidade de pedra que havia no local, mas sempre com o objectivo de haver um excedente depois de serem pagos todos os trabalhadores. Quanto mais metros eram construídos por dia, menos dinheiro era gasto em salários e o excedente era distribuído como um bónus ou dividendo a todos os trabalhadores, que no caso da experiência de uma associação, chegou a equivaler a oito dias de trabalho, pago a quarenta e dois trabalhadores⁶. Uma vez criada a associação, o excedente também podia reverter para o fundo da associação, que, de acordo com os objectivos do programa, estava destinado à promoção de actividades geradoras de rendimentos, com o fim de diversificar os meios de subsistência da população.

Com a assistência do doador, as associações beneficiárias do programa juntaram-se em 1996 para criar uma associação-chapéu – a Organização das Associações de Agricultores, Pecuários e Avicultores da Ilha de Santiago (OASIS) – que se tornou o seu interlocutor junto do Estado para a negociação dos contratos de CSA.

6 ACDI, (Agricultural Cooperative Development International) 1997. *Santiago Farmer Associations are Leaders in Developing their Zones*. Press Release, Praia.

3.2. Melhoria no Acesso ao Poder Social e Político

Ao privatizar as FAIMO através da promoção do associativismo, podemos constatar que o doador facilitou o acesso ao poder social, que Friedman qualifica como o acesso às bases de produção doméstica, tais como a informação, o conhecimento e técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros. A participação das pessoas nas reuniões das associações, os lucros obtidos, a formação oferecida no terreno, em técnicas de conservação de solo e água, em contabilidade, em como aplicar o lucro em actividades geradores de rendimento e formação para despertar a consciência dos membros sobre os seus direitos e deveres constituem indicadores de um maior acesso às bases de poder social.

O programa também facilitou o acesso das pessoas a algum grau de poder político, definido por Friedman como acesso das pessoas ao processo de tomada de decisão, particularmente a que afecta o seu futuro como indivíduos. Trata-se do poder da voz e da acção colectivas. Consideremos os seguintes indicadores: as associações, e não o Estado, identificavam as obras de conservação de solo e água em lugares do seu interesse (embora fossem sujeitas a aprovação pelo Estado); as associações escolhiam os trabalhadores localmente e eram responsabilizadas pelo cumprimento do contrato e pela qualidade do trabalho.

Ao questionar as pessoas sobre a diferença entre os trabalhos de conservação de solo e água da câmara e os das associações, obtive as seguintes respostas:

- *Na associação dá-se tudo por tudo, na câmara trabalha-se menos;*
- *A associação paga os salários atempadamente, a câmara demora a pagar;*
- *Na associação trabalha-se mais porque se trata de uma empreitada. Na frente da câmara, as pessoas vão e não se esforçam no trabalho porque é do Estado. Então já não querem dar tudo por tudo;*
- *Na câmara, na medida que fazemos, vamos fazendo. Ninguém diz nada. Na associação, o trabalho é bem feito, dizem que tem que ser;*
- *A associação é para dar rendimento. A câmara é para olhar para o companheiro. (Porquê esta diferença?) Porque a associação é nossa, enquanto que a câmara é do Estado⁷.*

É evidente, nestas respostas, que a motivação para trabalhar estava ligada aos sentidos de pertença (*ownership*) e de responsabilização. O trabalho da câmara era visto pelas pessoas como algo que vinha de fora e que não lhes dizia respeito. A diferença na qualidade das estruturas construídas também era visível: na mesma aldeia foi possível averiguar a qualidade superior dos arretos feitos um ano atrás pela associação local, em comparação com os arretos recentemente construídos pela câmara em 2005 que já mostravam sinais de degradação. Contudo, acabadas as obras, a associação desta aldeia tinha saído do programa de cooperação em 2004 e, a partir dessa altura, não tinha conseguido celebrar mais nenhum contrato de obras de CSA com o Estado. Eram as frentes da câmara que, numa época pré-eleitoral, estavam a oferecer trabalho aos mais necessitados.

7 “Asosiason ta da kabalid, kâmara trabadju mas poku.

Asosiason ta paga faxi, municipiu ta dura ku paga.

Asosiason trabadju mas duru pamodi empretada. Kâmara, algen ta bai, ka ta desenpenha pa trabadju. Pamodi é di stadu. Daá es ka ta kre da kabalid.

Kâmara, sima nu faze, nu faze. Algen ka ta fla nada. Asosiason, ta fazedu dretu, ta fladu tem ki faze.

Asosiason é pa da rendimentu. Kâmara pa djobi companheru. (Pamodi kel diferença?) Pamodi asosiason é di nos propri, kâmara é di Estado.”

A saída da associação do programa fazia parte do plano adoptado pelo ACDI. Após cinco anos de financiamento, as associações beneficiadas davam lugar a outras. O objectivo era o de obrigar as associações a desenvolverem um papel mais activo para garantirem a sua sustentabilidade, em vez de dependerem do programa (ver Challinor, 2005b). A incapacidade da associação que tinha saído do programa de conseguir financiamento demonstra quanto os seus ganhos em poder social e político eram contingentes e precários. O estudo de caso, a seguir, indica que, mesmo quando o grau de *empowerment* atingido parece ser mais alto, é preciso prestar atenção aos significados do silêncio.

4. Estudo de Caso: O Silêncio e as Palavras

Funaná e Batuque são os nomes fictícios que atribuo a duas associações da ilha de Santiago que estudei de perto (Ver Challinor, 2005b, 2008a, 2008b). Os membros de Funaná, a associação que tinha saído do programa, pareciam estar desmotivados. Como não havia contrato de trabalho, já não pagavam quotas e há muito tempo que não se fazia nenhuma reunião. As pessoas que entrevistei afirmavam que a associação tinha acabado⁸. Contudo, no início do trabalho de campo, a minha presença criou algumas expectativas da “chegada” de um novo projecto. Depois de ter esclarecido o meu papel de ‘mera’ investigadora ficou o dever ético de que a minha investigação tivesse algum benefício para a associação. Aproveitei a proposta, que me tinha sido feita pela associação Batuque, de se organizar um intercâmbio entre as duas associações. Batuque ainda era beneficiária do programa de cooperação e o presidente tinha mostrado interesse em conhecer outra associação com a qual eu trabalhava de forma a puderem trocar experiências e aprenderem uns com os outros. Apoiar a realização deste intercâmbio pareceu-me uma boa forma de contribuir para tentar aumentar o acesso ao poder social das associações e, ao mesmo tempo, produzia novos dados para a minha pesquisa. Todos os nomes das pessoas foram modificados de forma a garantir o anonimato.

4.1. O Reino das Palavras

O intercâmbio realizou-se na aldeia da associação de Funaná que recebeu os membros de Batuque nas instalações da escola primária, durante um dia⁹, oferecendo lanche e almoço, financiados pelas duas associações. Junto com a comida, houve convívio informal, incluindo batucadas e dança. Durante a parte formal do intercâmbio, cada associação apresentou-se e houve uma troca de experiências sobre vários temas relacionados com o seu envolvimento no programa de cooperação. Falou-se de salários, contratos, perspectivas para o futuro e também da história de como é que cada associação tinha sido criada. Funaná surgiu no âmbito do programa de cooperação enquanto que Batuque já existia como associação antes de entrar no programa. Esta diferença entre as duas associações tornou-se um tema de discussão durante o intercâmbio cujo conteúdo importa analisar em algum pormenor, trata-se de “registos públicos” (Scott, 1990) que reproduzem o que o doador gostaria de ouvir, se estivesse presente, sobre a diferença entre a “verdadeira” e a “falsa” participação.

⁸ ‘Asociason sta paradu’, ‘Asociason dja finda’.

⁹ No dia 28 de Agosto de 2005.

4.1.1. O Espelho

Vice-Presidente de Batuque: 'Como é que começaram? Poderá haver algumas lições para nós...'

Silêncio...

Contabilista de Funaná: 'O antigo presidente veio bater na porta das casas das pessoas, perguntado se queriam criar uma associação...

havia financiamento de um programa...

Era preciso pagar 500 escudos¹⁰. Tiveram uma reunião no dia 02 de Março e a partir daí, começaram a reunir uma vez por mês...'

Vice-presidente de Batuque: 'Então assinaram o contrato e começaram a trabalhar sem tratarem dos estatutos da associação?'

Contabilista de Funaná faz sinal de 'sim' com a cabeça.

Vice-presidente de Batuque: 'Funaná já apareceu no Boletim Oficial?'

Silêncio...

Presidente de Batuque: 'Penso que (o vice-presidente) não está satisfeito com a vossa resposta. Ele quer saber se a associação foi criada por iniciativa própria.'

Membro ordinário de Funaná: 'Ouvi dizer que o presidente guardou o dinheiro para ele, eu não estava interessado...'

Presidente de Batuque: 'A associação veio de fora, não foi espontânea.'

Vice-presidente de Batuque: 'A nossa base é diferente. Nós juntamo-nos para analisarmos a situação, vocês copiaram ideais de outro sítio. Se calhar é por isto que estão nesta situação complicada¹¹. Se tivessem uma base mais sólida, as coisas seriam mais claras e saberiam o que fazer. Nós começamos sem fazer nenhuma reunião. Primeiro, pensamos sobre a nossa situação...depois convocamos uma reunião e analisamos os estatutos primeiro para ver se toda a gente concordava...

'Existimos cinco anos sem beneficiar de nenhum projecto... vocês começaram subsidiados porque já tinham um contrato. Por um lado foi bom, tiveram dinheiro. Mas agora não podem estar à espera de financiamento. Vocês têm que se juntar, não por causa do dinheiro, mas por causa da amizade...'

Membro ordinário de Funaná: 'É por isto que estamos parados. A nossa presidente já nos disse que não temos nenhum projecto para o futuro...'

As palavras do presidente e do vice-presidente de Batuque reproduzem o discurso politicamente correcto sobre como é que deve funcionar a “verdadeira”, “autêntica” participação.

¹⁰ Um euro era aproximadamente equivalente a cento e cinco escudos.

¹¹ “situason mariadu”.

A sua associação é representada como um modelo ideal de desenvolvimento endógeno. Em contrapartida, Funaná é representada como um exemplo do não desejado desenvolvimento exógeno que vem de fora e “copia ideias de outro sítio”.

Também é de notar que a presidente de Funaná não pronunciou uma única palavra sobre o tema. Ela falou muito pouco durante todo o intercâmbio e, embora estivesse sentada na mesa principal, tentou esconder a sua cara do público com uma jarra de flores artificiais que tinha sido posta na mesa. Estes sinais de timidez contrastavam com a eloquência e auto-confiança do presidente de Batuque que explicou, durante o intercâmbio, que a maneira de angariar fundos para a associação era não ter vergonha de pedir e de levar uma “vida de gato”. A presidente do conselho fiscal da associação concordou com o seu presidente. Ela trabalhava como monitora de educação de infância no jardim que funcionava no centro comunitário da associação, e referiu, a título de exemplo, o apoio recebido em materiais para o jardim que o presidente tinha solicitado ao primeiro-ministro. Exortou os membros de Funaná a seguirem o seu exemplo e de não terem vergonha de mostrar as necessidades e pedirem ajuda.

No decorrer das discussões, tornou-se evidente que nenhum membro de Funaná tinha acesso aos tipos de contactos referidos pelos presidentes do conselho directivo e fiscal de Batuque. A presidente de Funaná tinha sido eleita por ser considerada uma pessoa honesta que não iria roubar o dinheiro da associação, mas não estava integrada nas redes verticais necessárias para poder procurar financiamento para a associação junto do governo ou dos doadores. Na linguagem de Friedman, podíamos afirmar que lhe faltava o acesso ao poder social e político, e, conseqüentemente, carecia de poder psicológico – a auto-confiança que parecia abundar na pessoa do presidente de Batuque. Em comparação com Funaná, a sua associação parecia um caso exemplar e autêntico de desenvolvimento participativo. Contudo, a história da criação de Batuque não deixava de ser uma representação ou um “registro público” (Scott, 1990) com uma lógica linear de causa e efeito que não poderia corresponder, na íntegra, ao desenvolver actual dos acontecimentos. Partilhei este pensamento com a monitora do jardim, presidente do conselho fiscal de Batuque, que estava sentada ao meu lado durante o intercâmbio ao afirmar que, até agora, só conhecia o lado bonito da associação e que, como investigadora, gostaria de conhecer também outras coisas, como as dificuldades... Júlia respondeu sem hesitar: “*Há muita gente que não quer falar, mas eu não tenho problemas em falar*”. E foi assim que se abriu a porta para entrar no reino do silêncio e para ter acesso aos ‘registos ocultos’ (Scott, 1990) dos membros de Batuque.

4.2. O Reino do Silêncio

Até à data do intercâmbio, os meus contactos com os membros de Batuque tinham sempre sido mediados pelo presidente da associação que se prontificou para organizar reuniões com membros e com jovens da aldeia no centro comunitário. Na primeira conversa que tive na casa da Júlia, descobri que, ao contrário da versão oficial, a motivação para a criação da associação também tinha vindo de fora. Júlia explicou que antes de existir o centro comunitário, ela trabalhava como monitora numas instalações de fraca qualidade, onde as crianças se sentavam no chão. Dizia ter saído do jardim-de-infância um dia, e de ter ouvido um funcionário do PNUD a falar com o presidente dizendo que se não fosse criada uma associação nunca seria feito um novo jardim porque o governo não queria “pôr dinheiro

na câmara”. O funcionário acrescentou que criando uma associação, talvez conseguissem dinheiro para um centro comunitário. O PNUD também tinha um projecto de exploração de água e declarou estar disposto a ajudar a acabar de construir o único reservatório que havia na aldeia, que nunca foi acabada pela câmara, desde que se criasse uma associação. Não queria entregar o reservatório à câmara, preferindo responsabilizar as pessoas locais. Júlia assegurou-me que nunca contou esta história a ninguém e que nem o vice-presidente tinha conhecimento do papel do PNUD na criação da associação.

O facto de Júlia e o presidente não terem revelado publicamente esta parte da história indica que tinham consciência quanto era importante dar a impressão que a associação tinha surgido por iniciativa própria. Eram cúmplices na produção de uma representação politicamente correcta sobre a “autêntica” participação. O silêncio do presidente revelava a intenção de se projectar como um “autêntico” líder local. As conversas e os encontros que tive na casa da Júlia e, depois nas casas de outras pessoas, revelaram outra face da liderança do presidente.

4.2.1. A Ilusão de Inclusão

Os membros queixavam-se de falta de transparência na forma como os trabalhadores eram escolhidos e da forma injusta como tinha despedido alguns trabalhadores, queixaram-se de não saberem como é que o dinheiro do fundo estava a ser gasto, de nunca mais ter havido nenhuma reunião, do presidente fechar o centro comunitário à chave, negando o acesso aos jovens que queriam praticar capoeira, do computador que tinha sido doado estar à disposição exclusiva dos seus filhos... As queixas eram muitas e contrastavam com a imagem de amizade e solidariedade entre os membros transmitida pelo vice-presidente durante o intercâmbio. O silêncio durante o intercâmbio, não só de Júlia, mas também de todos os membros que tinham queixas contra o presidente, revela que sabiam que para manter a boa reputação da associação – essencial para angariar fundos – era preciso ocultar ao público os abusos de poder, a exclusão e as relações de desigualdade que existiam no seio da associação. Com o seu silêncio, foram cúmplices na ilusão criada de participação e inclusão. Os “registos ocultos” do vice-presidente da associação revelaram que ele também tinha muitas queixas do presidente e, juntamente com a Júlia, – presidente do conselho fiscal – tinha tentado, em vão, obrigar o presidente a prestar contas sobre o dinheiro gasto nas obras. O vice-presidente lamentou que, nem os estatutos da associação, que recordamos teriam sido supostamente elaborados de uma forma participativa e democrática, podiam ajudar os membros a exigir que fosse convocada uma reunião. Ao contrário da imagem projectada durante o intercâmbio, o processo de elaboração dos estatutos tinha sido manipulado pelo presidente, com a ajuda de um familiar jurista, para consolidar o seu monopólio sobre a associação. O vice-presidente explicou-me que ele e as outras pessoas que participaram no processo não se aperceberam da situação por falta de conhecimento e experiência: “*Podíamos dizer que éramos oprimidos. Estávamos a sair de um sistema de partido único*”¹². A participação das pessoas nas discussões e na aprovação dos estatutos propostos, consequentemente, não foi suficiente para salvaguardar os seus direitos.

Os estatutos estipulavam que a votação dos membros da direcção seria para três anos *renováveis*. O presidente também tinha o poder de *punir* membros. Os estatutos ainda conferiam o poder ao presidente do conselho directivo, em vez do presidente da assembleia-geral, de

12 A associação foi criada em 1997 seis anos depois das primeiras eleições multipartidárias do país (ver Challinor, 2005a).

convocar as reuniões da assembleia-geral. Além de ter o poder de decidir se havia ou não reuniões, o presidente também escolhia quem participava, assim, as pessoas que não eram ‘chamadas’ pensavam que não podiam participar. Como o seguinte testemunho ilustra, a forma mais comum dos membros protestarem contra a sua exclusão era de abandonar, em silêncio, a associação:

“Saí sem dizer nada. Esperei que me chamassem para perguntar porque é que tinha saído. Eles não me chamaram, e eu, também não os chamei”¹³.

Eram poucos os membros que confrontavam o presidente directamente e este silêncio ajudava a consolidar o seu poder. Contudo, o silêncio nem sempre é indicador de exclusão e opressão.

4.2.2. A Ilusão de Exclusão

O silêncio da presidente de Funaná, durante as discussões no intercâmbio, já foi referido como indicador da sua falta de poder psicológico e da sua exclusão das redes verticais. Durante o convívio, uma mulher, membro da associação, veio falar comigo e afirmou que todos os membros tinham de ajudar a presidente a dinamizar de novo a associação porque ela não podia estabelecer contactos sozinha. Precisava de ser acompanhada, sobretudo por ser mulher, se não as pessoas iriam começar a falar e pensariam que as suas saídas indicavam que tinha arranjado um homem noutra lugar. Este comentário sugere que a estrutura local das relações de género também não facilitava a sua integração nas redes verticais. Além da disponibilidade necessária para se poder deslocar à capital, das características pessoais necessárias que lhe faltavam, como a auto-confiança, para poder contactar agências do governo e doadores internacionais na procura de financiamento, também era preciso ter a confiança e o apoio moral da comunidade. No entanto, as discussões durante o intercâmbio revelaram como o acanhamento da presidente nos fóruns públicos também tinha servido os seus interesses materiais.

Uma das questões que foi discutida durante o intercâmbio dizia respeito aos salários dos dirigentes. A associação Funaná descobriu que o presidente e a contabilista da associação Batuque somente recebiam um salário durante o período do contrato. Nos meses em que não havia contrato, não recebiam nada. Se era preciso deslocar-se fora da aldeia para tratar de assuntos da associação recebiam os custos de viagem e uma pequena gratificação. A contabilista e a presidente de Funaná justificaram o seu salário contínuo dizendo que já era prática dos dirigentes anteriores quando tomaram posse. Mais tarde, numa conversa particular com a presidente de Funaná, ela própria levantou a questão comigo dizendo que no futuro, se houvesse mais contratos¹⁴, teriam de adoptar a política da associação Batuque. Comentou logo a seguir que sempre soube que havia sócios que estavam contra os seus salários contínuos, mas que nunca disseram nada nas reuniões. Ficou subentendido que ela resolveu não mudar a política porque ninguém – nem ela, nem os membros da associação – se pronunciou publicamente. Quanto mais dinheiro era pago aos dirigentes, menos dinheiro ficava para o fundo da associação que era, supostamente, para o bem de todos.

¹³ *“Un sai sem konbersu. Un spera pa es tchomam pa perguntam pamodi kun sai. Es ka tchomam, ami também, Un ka tchomas”.*

¹⁴ As associações também podiam assinar contratos de CSA com o Estado, sem ser no âmbito do programa.

O silêncio da presidente de Funaná não pode, conseqüentemente, ser analisado unicamente como indicador da sua exclusão. Ela não estava completamente excluída dos benefícios da cooperação porque estava bem integrada nas redes horizontais da sua aldeia e soube tirar bom proveito da sua própria timidez e do silêncio dos membros que não expressaram publicamente a sua discordância nas reuniões da associação. As suas objeções ao seu salário contínuo foram manifestas fora das reuniões, em conversas privadas, ou se quisermos utilizar a linguagem de Scott (1990), em “registos ocultos”.

No geral, eram poucos os membros das associações que confrontavam os seus dirigentes. Pedidos públicos de prestação de contas eram usualmente vistos como sinais de falta de confiança ou de má-fé. Analisar este tipo de silêncio já não se trata simplesmente de desenterrar as partes ocultas ou não ditas das representações oficiais nas quais toda a gente colaborava para salvaguardar a boa imagem da associação. Nas reuniões da assembleia-geral, longe do olhar externo, os membros não poderiam estar mais a vontade para falar? O seu silêncio habitual nas reuniões levanta outras questões relacionadas com o poder e a participação que obrigam a reflectir sobre o papel da cooperação na promoção do *empowerment* e sobre as potencialidades, celebradas por Friedman, das organizações comunitárias constituírem lugares privilegiados da aprendizagem da prática da democracia.

4.3. Formação Sobre o Associativismo

ACDI, a organização responsável pela implementação do programa, afirmava, na proposta de financiamento (1996) submetida ao doador USAID, que a descentralização das tomadas de decisão constituía uma técnica principal para atingir o seu objectivo de encorajar o *empowerment* dos pobres¹⁵. Declarava, ainda, que as associações criadas no âmbito do programa constituíam instituições democráticas paradigmáticas que iriam tomar decisões sobre a localização e o tipo de obras de engenharia rural a serem executadas¹⁶.

Durante a década dos anos noventa, a maior preocupação da ACDI foi de ajudar as associações a executarem obras de qualidade e a cumprirem com rigor os contratos assinados com o Estado. Foi com este objectivo que a ACDI organizou formações para as associações nas áreas de engenharia rural e de contabilidade, investindo muito menos tempo na questão da organização interna das associações. Não houve formação específica sobre como realizar uma reunião da assembleia-geral, sobre como falar em público, sobre como tomar decisões em conjunto e resolver conflitos. Apesar do alegado objectivo de promover a democracia, as avaliações externas do sucesso do programa, efectuadas pelo USAID, também focavam os objectivos materiais: a quantidade e qualidade de obras de engenharia rural executadas¹⁷. O avaliador externo não passava do reino das palavras e dos números. Contudo, o pessoal local, afecto ao programa, tinha consciência das necessidades internas de formação sobre o associativismo, o uso do excedente, e a gestão de conflitos, mas as ru-

15 “One of the main strategic objectives of USAID is to encourage the empowerment of people, especially the poor. A principle technique employed in doing this is to decentralize decision making” (Agricultural Cooperative Development International, “Development Activity Proposal: P.L. 48o Title II Monetization Activity, Cape Verde, Fiscal Years 1997-2001”, Praia, 1996, p. 45).

16 “The watershed associations created under this project are paradigm democratic institutions which will be making decisions on the location and type of rural engineering works to be undertaken” (ibid).

17 As obras iam ao encontro de outro objectivo do doador que era o de combater a erosão e de ajudar a aumentar a produção agrícola.

bricas do programa em curso não incluíam verbas para cobrir todas estas áreas. Embora houvesse alguma formação sobre o associativismo, a prioridade era sempre dada à formação em técnicas de engenharia rural.

Em 2002, o programa foi renovado por mais quatro anos e houve mudanças das equipas expatriadas que trouxeram alguém preocupado com o desenvolvimento das capacidades internas das associações. Numa entrevista concedida em Agosto de 2005, esta expatriada lamentava os “anos perdidos” pelas associações, tão empenhadas na construção de obras de engenharia rural que não tinham desenvolvido outras capacidades necessárias para o desenvolvimento local. Argumentava que o desenvolvimento comunitário, e não simplesmente o emprego nas frentes, devia ser o motivo principal das associações. Neste sentido, era preciso desenvolver as suas capacidades internas de participação e mobilização, para, por exemplo, pressionarem as autoridades locais a assegurarem os serviços básicos que faltavam nas suas localidades. Esta funcionária de ACDI parecia falar a linguagem de Friedman, articulando as necessidades em termos de reivindicações políticas. No entanto, a margem de manobra desta pessoa não era muito grande porque os indicadores estabelecidos para a avaliação continuavam a ser quantitativos. Contudo, ela organizou novos planos de formação sobre o associativismo e a ACDI contratou formadores locais, alguns dos quais tinham experiência de trabalhar com as associações em formações anteriores.

4.3.1. ‘Não Sabem o Poder que Têm’

Ivandra, uma formadora com muita experiência, garantiu-me que na maioria das associações, havia um número reduzido de três ou quatro pessoas que sabiam o que se passava dentro da sua associação e que o resto dos membros não tinha conhecimento de quase nada. Ivandra alegava que a maioria dos sócios olhavam para as associações simplesmente como uma forma de satisfazer a suas necessidades individuais de ter trabalho.

Nas suas acções de formação feitas nas aldeias – abertas a todos os membros da associação – a formadora costumava perguntar aos membros se sabiam quanto dinheiro é que tinham no banco? Confrontada com silêncio, sorrisos e cabeças a abanar, Ivandra afirmava logo que se calhar os dirigentes estavam a roubar o seu dinheiro: como é que eles sabiam se não perguntavam? Ouvi, em várias ocasiões a resposta dos formandos, em aldeias que não faziam parte do meu estudo de caso, explicar que não podiam perguntar porque eram logo acusados de serem atrevidos¹⁸. O vice-presidente de Batuque explicou-me que os pedidos de prestação de contas eram entendidos como uma acusação ou uma falta de confiança e, no geral, as pessoas não falavam publicamente¹⁹ por medo de ofender e de ser acusado de “*kofusentu*”²⁰. Na aldeia da associação de Funaná, falei com um membro que se recusou a assistir a uma reunião na qual eu também ia participar porque disse que não valia a pena aparecer, dado que a associação só servia para enriquecer a presidente e os seus amigos, e que se falasse, como já tinha feito uma vez, só iria criar confusão. Em conversas com mais membros constatei que, nas raras vezes que tinham sido feitos, os pedidos de prestação de contas eram formulados num tom acusatório. Um “acusava”, outro “defendia”, todos falavam ao mesmo tempo e não se resolvia nada. Para evitar estas cenas na assembleia-

¹⁸ As palavras que usavam eram “*konfiadu*” ou “*atrevidu*”.

¹⁹ “*Ka ta papia na prisensa*”.

²⁰ Alguém que cria discórdia, confusão.

-geral, escolhia-se o silêncio onde as acusações aumentavam e espalhavam-se através dos “registos ocultos”.

O acto de criticar alguém nas suas costas, também foi referido pela formadora, Ivandra, ao constatar que era preferível que as críticas fossem feitas nas reuniões da assembleia-geral. Uma formanda sentada ao meu lado, sorriu e murmurou “*pé di galu*” – uma expressão que ouvi noutras ocasiões para reprovar o acto de falar nas costas das pessoas. As minhas tentativas de compreender a expressão levam-me a supor que a estrutura do pé de um galo – dedos tortos com garras – simboliza a intriga envolvida em falar mal de alguém na sua ausência.

Estes exemplos demonstram que a política do ACDI, de descentralizar as tomadas de decisão com o fim de promover a prática da democracia, não se revelava no terreno com a mesma lógica linear de causa e efeito. Promover práticas democráticas no seio das associações é um processo complexo que tem de tomar em conta as atitudes e práticas quotidianas e a forma como estas são incorporadas nas relações locais de poder. A formação oferecida pela ACDI visava simplesmente informar os membros de como é que uma associação padrão deveria funcionar.

O novo plano de formação envolveu a produção de um manual de associativismo que explicava (em português) o funcionamento de cada órgão da associação. Nas suas formações, efectuadas sempre em Crioulo, a Ivandra perguntava aos formandos quem é que tinha mais poder, o presidente do conselho directivo ou os membros da assembleia-geral? Na maioria dos casos, os membros respondiam que quem tinha mais poder era o presidente, e ficavam surpreendidos ao descobrir que Ivandra não concordava. Ela soube usar metáforas oriundas da cultura local para transmitir a sua mensagem. O presidente do conselho directivo era apenas o ‘menino mandado’ pela assembleia-geral a quem tinha de prestar contas. O dono que organiza uma festa manda o menino fazer compras, mas depois ele tem de mostrar tudo que comprou e gastou e devolver o dinheiro que sobrou. Nada de comprar rebuçados às escondidas! O presidente do conselho fiscal era como as polícias que aguardavam nas esquinas das estradas para apanhar os táxis colectivos que levavam passageiros a mais. O presidente da assembleia-geral era o padre na missa: havia momentos em que só ele é que falava e outros momentos em que toda a gente falava.

Ivandra transmitia bem a sua mensagem, dando vida ao manual; mas, será que ganhar consciência teórica dos direitos era suficiente para os membros os exercerem? Os membros da associação de Batuque também já tinham recebido formação e muitos possuíam cópia do manual. No entanto, na prática, quem tinha mais poder continuava a ser o presidente do conselho directivo que, como vimos, não se comportava como um ‘menino mandado’. Os sócios que se sentiram excluídos²¹ afirmavam ter abandonado a associação, deixando de pagar a cota. O presidente recrutava novos sócios que beneficiavam com trabalho ou o financiamento de uma cisterna ou de uma pocilga e não exigiam prestação de contas nenhumas. Júlia, a presidente do conselho fiscal, que não conseguia desempenhar as suas funções, por causa da falta de colaboração do presidente, também não podia contar com o apoio destes membros. Júlia sabia que as práticas do presidente, tais como o recrutamento sigiloso de trabalhadores e a falta de transparência nas contas da associação punham em risco a continuação do contrato, dado que a associação não estava a cumprir as suas obrigações. Mas ela sentia-se impotente. Júlia alegava que a maioria dos membros não tinham

²¹ “*sufriidu*”

consciência do que se passava,²² porque eram membros simplesmente por causa do trabalho (*“membreu pamodi trabadju”*). Os que tinham abandonado a associação afirmavam não querer participar mais até haver um novo presidente. Porém, substituir o presidente parecia tratar-se mais de um desejo inalcançável do que uma perspectiva realizável.

“Não sabem o poder que têm” – foram as palavras proferidas por uma técnica da delegação local da Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) que tinha muitos anos de experiência de trabalhar com as associações e acumulava também a função de presidente da OASIS – a organização-chapéu das associações. Numa conversa prolongada que tive com ela sobre o caso de Batuque, afirmou que qualquer membro podia convocar uma reunião extraordinária e convidar a OASIS a assistir como mediador. Se o número de membros presentes não fossem suficientes para atingir o quórum²³, então, podiam convocar uma segunda reunião, convidar de novo a OASIS e a reunião realizar-se-ia com qualquer número de pessoas presentes. Acrescentou ainda que se meia hora depois de ter sido eleito, o presidente contrariasse os estatutos da associação, os membros podiam votá-lo fora. Citou vários casos da ilha de Santiago, onde os membros convocaram uma reunião, convidaram a OASIS, e o presidente contra o qual tinham queixas foi demitido. Contudo, a maioria dos membros de Batuque eram *“membreu pamodi trabadju”*: alguns dos afastados não conheciam os seus direitos e outros não sabiam como fazê-los valer. Os membros como Júlia e o vice-presidente não ousavam agir contra os estatutos, embora soubessem que os próprios estatutos tinham sido deturpados pela acção manipulativa do presidente e pelos seus colaboradores.

Embora a presidente de OASIS tivesse consciência dos problemas que havia no seio de Batuque, declarava não poder fazer nada até os membros solicitarem a presença da OASIS numa reunião. A OASIS não podia impor-se e convocar uma reunião. Júlia também me disse que ela e outros membros tinham estado presentes numa reunião, com pessoal ligado ao ACDI que veio recolher dados para efeitos de avaliação do programa, onde lhes foi dito que era preciso mudar o estatuto da associação. No entanto, não lhes foi dada nenhuma sugestão de como proceder e também não voltaram a ver essas pessoas mais. Tudo permaneceu no silêncio.

5. Conclusão

O programa de ACDI era essencialmente uma iniciativa de privatização de obras públicas que encarava o *empowerment* das pessoas como um subproduto do crescimento económico. A sua lógica de causa e efeito faz recordar a suposição que fundamentava as teorias de modernização (Rostow 1960) de que a riqueza gerada no topo da sociedade iria, com o decorrer do tempo, chegar até os mais pobres. A autonomia que as associações ganhavam do Estado era vista como um indicador do *empowerment* colectivo atingido pelas pessoas. Tratava-se de um *empowerment* mensurável através da qualidade e quantidade de obras de engenharia rural executadas e dos resultados das auditorias de contabilidade. Também se tratava de um *empowerment* que, ocupando o reino das palavras e dos números, ocultava conflitos de poder e relações de desigualdade.

²² *“Es stá fora di assunto. Es vota pamodi trabadju. Es ka conxi realidade”*.

²³ Segundo os estatutos das associações, o número de indivíduos presentes, necessário para que pudesse funcionar legalmente a assembleia deliberativa, era cinquenta por cento do total dos membros.

As exigências burocráticas e financeiras do programa ajudaram a encobrir práticas não democráticas: o presidente de Batuque referia a pressão do doador para entregar o plano de obras dentro de prazos pré-estabelecidos para alegar falta de tempo para convocar reuniões da assembleia-geral.

O caso de Batuque confirma o argumento de Mosse de que as comunidades sabem levantar o espelho ao doador e que mesmo as pessoas subordinadas se tornam cúmplices activos na criação e manutenção da interpretação oficializada. Todos os membros colaboraram com o presidente, durante o intercâmbio com Funaná, para preservar a boa imagem da associação. Ao ocultar o papel dos actores externos na criação da associação, a Júlia revela como compreendia o paradoxo fundamental da cooperação: para conseguir financiamento externo é mais fácil se as comunidades parecem ser lugares de 'autêntico' desenvolvimento endógeno. Havia, no entanto, um preço a pagar: remeter as reivindicações contra os actos ilícitos do presidente ao silêncio.

Vista desta forma, a cooperação pode produzir efeitos contraproducentes: em vez de aumentar a capacidade das pessoas de reivindicar os seus direitos a nível local, o desenvolvimento do seu poder político e psicológico pode vir a ser abafado e sacrificado em nome de um bem comum: a possibilidade de conseguir ajuda externa. O caso de Batuque sugere que quando o grau de *empowerment* atingido pelas pessoas parece ser alto, é preciso prestar mais atenção aos significados do silêncio e do não dito.

O silêncio e os sinais externos de falta de poder psicológico da presidente de Funaná servem, por outro lado, de lembrança de que o significado do silêncio não é transparente: nem sempre é sinal de exclusão.

Agradecimentos

O trabalho de campo foi realizado em dois períodos entre 2005 e 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito de uma bolsa de pós-doutoramento. Os meus agradecimentos ao Miguel Silva pelas suas sugestões de melhoria deste artigo e ao Daniel Spínola pelas correcções do Crioulo.

Referências bibliográficas

- Abubakar, Aliyu. (1989). *Africa and the Challenge of Development: Acquiescence and Dependency Versus Freedom and Development*. New York: Praeger Publishers.
- Bastian, Sunil & Bastian, Nicola. (1996) org., *Assessing Participation: a Debate from South Asia*. New Delhi: Konark Publishers.
- Biggs, Stephen & Smith, Sally. (2003), "A Paradox of Learning in Project Cycle Management and the Role of Organisational Culture." *World Development*, 31 (10): pp. 1743 a 1757.
- Bigman, Laura. (1993), *History and Hunger in West Africa: Food Production and Entitlement in Guinea-Bissau and Cape Verde*. London: Greenwood Press.
- Booth, David. (1994). org., *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman Scientific and Technical.
- Carreira, António (1982 [1977]). *The People of the Cape Verde Islands: Exploitation and Emigration*, C. Fyfe ed., London: Hurst and Company Limited.

- Challinor, Elizabeth (2005a). "Up for Grabs, Civil Society in a Field of Conflicting Representations: A Case Study from Cape Verde". In: Igoe, J. and Kelsall, T. org., *Between a Rock and a Hard Place: African NGOs, Donors and the State*, Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, pp. 223 a 252.
- Challinor, Elizabeth (2005b). A cooperação e o Associativismo em Cabo Verde: um Estudo de Caso Comparativo. In *Actas do I Congresso Lusófono do Terceiro Sector/III Congresso Brasileiro do Voluntariado no Porto, 17-19 Novembro 2005*; pp. 450 a 465.
- Challinor, Elizabeth (2007). "Cape Verde". In J. Middleton *et alia*, org., *New Encyclopedia of Africa*, 2nd Edition. Farmington Hills, MI: Thomson Gale, pp. 312 a 314.
- Challinor, Elizabeth (2008a) "Cooperação e Construção de Conhecimento em Cabo Verde", *Ellipsis: The Journal of the American Portuguese Studies Association*, 6, pp. 49 a 72.
- Challinor, Elizabeth. (2008b). *Bargaining in the Development Market-Place: Insights from Cape Verde*. Berlin: Lit Verlag.
- Chambers, Robert (1983). *Rural Development: Putting the Last First*, Longman: Harlow.
- Chambers, Robert (1997). *Whose Reality Counts? Putting the Last First*, London: Intermediate Technology.
- Cooke, Bill & Kothari, Uma (2001). *Participation? The New Tyranny?*, London: Zed Books.
- Crush, Jonhathan, (1995). ed., *Power of Development*, London: Routledge.
- Department for International Development (DFID), (1995). *Technical Note on Enhancing Stakeholder Participation in Aid Activities*, <http://www.dfid.gov.uk>.
- Escobar, Arturo (1984), "Discourse and Power in Development: Michel Foucault and the Relevance of his Work to the Third World". *Alternatives*, X, pp. 377 a 400.
- Escobar, Arturo (1991). "Anthropology and the Development Encounter: the Making and Marketing of Development Anthropology". *American Ethnologist*, 18(4): pp. 658 a 682.
- Escobar, Arturo (1995), *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Ferguson, James (1990), *The Anti-politics Machine: 'Development', Depoliticisation and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferreira Couto, Carlos (2001), *Estratégias Familiares de Subsistências Rurais em Santiago de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Freire, Paulo (1970), *Pedagogy of the Oppressed*, New York: Herder and Herder.
- Friedman, John (1996). *Empowerment uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Lisboa: Celta.
- Kothari, Uma & Minogue, Martin (2002), org., *Development Theory and Practice: Critical Perspectives*. Hampshire: Palgrave.
- Langworthy, Mark & Finan, Timothy (1997), *Waiting for rain: Agriculture and Ecological Imbalance in Cape Verde*. Boulder, CO: Lynne Reinner Publishers.
- Long, Ann & Long, Norman (1992), org., *Battlefields of Knowledge: the Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development*. Routledge: London.
- Meintel (1984), *Race, Culture and Portuguese Colonialism in Cape Verde*, Syracuse, New York: Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University.
- Mohan Giles & Stokke Kristian (2000), "Participatory Development and Empowerment: the Dangers of Localism". *Third World Quarterly*, 21: pp. 247 a 268.
- Mosse, David (2005). *Cultivating Development: an Ethnography of Aid Development and Practice*. London: Pluto Press.

- Novellino, Dario (2003), "From Seduction to Miscommunication: the Confession and Presentation of Local Knowledge in 'Participatory Development'". In Pottier J., Bicker A., e Stillitoe P. (org.), *Negotiating Local Knowledge: Power and Identity in Development*. London: Pluto Press. pp. 273 a 297.
- Okolie, Andrew, C. (2003), "Development Hegemony and the Development Crisis in Africa: The Importance of Indigenous Knowledges and Practices in the Making of Food Policy". *The Journal of African American History*, 88(4): pp. 429 a 448.
- Rew, Alan & Rew, Martin (2003). "Development Models 'out-of-place': Social Research on Methods to Improve Livelihoods in Eastern India". *Community Development Journal*, 38 (3): pp. 213 a 224.
- Rostow, Walt W. (1960), *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. London: Cambridge University Press.
- Sachs, Wolfgang (1992), org., *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books Ltd.
- Scott, James, C. (1990), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, CT: Yale University Press.



Perspectivas de desenvolvimento a partir de “dentro”: o caso de Cabo Verde no contexto da África Ocidental

Eufémia Vicente Rocha*

p. 117-134

Introdução

Como esclarecem Parés e Sansi (2011), os discursos da feitiçaria, bruxaria e fetichismo têm sido usados historicamente para separar a África do Atlântico e ultimamente para negar a existência do Atlântico como um espaço de cultura. Projetando a África como um lugar de feitiçaria e do oculto, assim oposta à Europa e ao Iluminismo desde o século XVIII, o discurso do Ocidente negou a possibilidade de espaços intermediários que são ao mesmo tempo europeus, africanos e americanos (...) esses espaços, as colónias e pós-colónias do mundo Atlântico, são difíceis de classificar na narrativa imperialista quer como África “selvagem” quer como Europa “civilizada”. A feitiçaria aparece nos pesadelos das elites pós-coloniais do Atlântico como o feitiço/a corda que os amarra à África, ao primitivismo e ao passado, esse “outro” interior. Somente lutando contra a feitiçaria poderão alcançar a Europa, a modernidade e o futuro.

Comecei a refletir sobre estas forças ocultas a partir do facto de se associar a presença cada vez maior dos imigrantes da Costa Ocidental africana em Cabo Verde a um crescimento do número de casas de “kórda”¹ e, assim, a um crescente apego dos cabo-verdianos a essa “ignorância” para a resolução dos seus problemas. Logo, a imagem que se quer passar, pelo menos, é de um mundo desconhecido pelos cabo-verdianos a que passam a ser apresentados e introduzidos a partir do contacto com esses imigrantes.

Na presente conjuntura, dentro do território nacional, quotidianamente, os cabo-verdianos convivem com a presença de imigrantes provindos da África Ocidental. Ainda que, inicialmente, esta presença possa parecer incompleta, ela acaba por reclamar um jogo de relações, interações e condutas que atrai a imposição de fronteiras da diferença. Permanece até à atualidade, no íntimo do cabo-verdiano, uma visão unificadora de si e, igualmente, surge uma visão englobante e estigmatizada do imigrante proveniente de África por parte desse cabo-verdiano (Rocha, 2009).

* Universidade de Cabo Verde (UnicV).

¹ Feitiço.

Em todas as esferas da nossa vida acabamos por encontrar ideias, concepções, percepções, convicções, associações, que nos guiam em direção ao mesmo ponto: a cosmovisão do Ocidente. Ou melhor, a forma como as nossas ações acabam por ser delineadas e conduzidas em proveito de uma relação que é corroborada pela divisão Ocidente *versus* não Ocidente, forma como a visão de mundo do Ocidente surge como universal e natural.

Nesta ótica, este trabalho visa trazer algumas reflexões sobre a forma como concebi essa relação a partir dos Estudos Pós-Coloniais e uma possibilidade para pensar a “posição” dos imigrantes da costa Ocidental de África já com uma presença significativa em Cabo Verde. O pós-colonial é tido, por um lado, como um termo muito sedutor dado que surge para oferecer possibilidades ilimitadas em prol de um exame narrativo do colonialismo e as suas consequências e, por outro, ao mesmo tempo como parecendo ser dúbio.

Entretanto, a intenção não é debater aqui a condição do termo. Simplesmente, refletir e dar a conhecer a possibilidade de uma realidade à volta de uma imagem ou estado de coisas que permaneceram mesmo depois do colonialismo.

Portanto, talvez o pós-colonial, para além de uma mudança histórica e de uma conjuntura epocal, nos remeta, também, para um posicionamento cultural e um modo discursivo.

“[...] o ‘pós-colonial’ não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/ depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. [...] No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Actualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo” (Hall, 2003, p. 56).

Na opinião de Alfredo Margarido (1994), os cabo-verdianos foram os primeiros africanos a fazerem da emigração uma arma contra o colonizador; os homens deste arquipélago estavam dispostos a abandonar a condição colonial para se engajarem noutras aventuras, passaram por cima das autoridades coloniais e contornaram a submissão às regras brutais da escravidão e às condições provocadas pelas grandes secas, ou seja, esse foi um fator de deslocação do sistema colonial através do qual os cabo-verdianos entram na modernidade e na economia-mundo; de um micromundo passam para um sistema-mundo.

Então, os cabo-verdianos estão numa situação singular que explica o lugar, igualmente, singular que ocupam até à independência com consequências até aos dias de hoje. A história recente de Cabo Verde mostra-nos o quanto essa posição singular, que desemboca, também, no facto deste ser um país de emigrantes, é revista, atualmente, dado que se tornou um país acolhedor de imigrantes no qual o maior número provém do continente africano e, principalmente, da África Ocidental. Aqui, desloco-me para uma ideia de alteridade, de diferença, que eventualmente não perpassa todas as esferas (por exemplo, o espaço da feitiçaria), ou seja, essa construção acerca dos cabo-verdianos como distantes dos africanos diz respeito a um grupo restrito e elitista. Talvez aqui o pós-colonialismo nos remeta, precisamente, para a história das consequências coloniais, isto é, para uma condição complexa que atende ao estado de coisas depois da ocupação colonial e, neste caso, para pensarmos sobre “*a co-presença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas [...] cujas trajetórias agora se cruzam*” (Hall, 2003, p. 31).

Portanto, a partir de uma entrevista etnográfica realizada a um cabo-verdiano a propósito da feitiçaria/bruxaria durante a segunda metade de 2010 para a pesquisa de doutoramento em curso² tentei perceber o que quereria dizer desenvolvimento a partir da perspectiva dessa pessoa³, obviamente, apoiando-me num punhado de teóricos que debatem o desenvolvimento, a África, o Ocidente, as imagens e os discursos que se despoletam a partir daí. Adiantando, a forma como as tradições africanas, a cultura africana, as crenças dos africanos (Odhiambo, 2002) são vistas como uma grande barreira ao próprio processo de desenvolvimento do continente e, por sinal, à meta da modernidade. Por outras palavras, o modo como o africano é visto no imaginário desse cabo-verdiano.

E, o objetivo que ora me coloco é debruçar sobre essa tal “*copresença, interação, entrosamento das compreensões e práticas*”, envolvendo uma relação entre cabo-verdianos e imigrantes, partindo de um espaço onde a linguagem de contacto é a feitiçaria, que “está fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (Hall, 2003, p. 33).

Então, exponho uma síntese acerca das ligações entre Antropologia, Desenvolvimento e Modernidade, a centralidade das ideias evolucionistas e dos dualismos. Neste contexto, a visão de que os imigrantes provenientes do continente africano a residirem neste país não trazem benefício algum para Cabo Verde.

Cabo Verde, Desenvolvimento e Migrações Intra-continente oferece uma possibilidade de retrato de uma África caracterizada como um continente de pessoas em movimento e o processo por que passa a África Ocidental e, em especial, Cabo Verde, um país que em termos de indicadores tem-se destacado do resto dos países da região. A edificação de uma história comum envolvendo Cabo Verde e os outros países da subregião tendo em vista o impulsionamento do desenvolvimento, provavelmente também esteja alicerçada nos “momentos de independência e pós-colonial, nos quais as histórias imperiais continuam a ser vivamente retrabalhadas, sendo necessariamente, portanto, momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação” (idem, *ibidem*, p. 34).

Por último, em Tradições Africanas e Desenvolvimento, aparece a cristalização de um discurso que já existe (e não tenho a pretensão de afirmar que seja generalizado) no qual apreendo como é que a cultura, as tradições, as crenças em feitiçaria e bruxaria são vistas como um estorvo para o decurso de expansão do continente africano e para a sua permanência na ignorância e no caos. Trago aqui a hipótese de que esse discurso representa o pensamento da maior parte dos cabo-verdianos das classes populares com uma trajetória intensa no Cristianismo.

Antropologia, Desenvolvimento e Modernidade

A modernidade é Ocidental; ela pressupõe uma temporalidade progressiva na qual determinadas sociedades não encontram lugar, pelo menos a curto prazo. Com *La Modernidad Desbordada. Dimensiones culturales de la globalización* (2001), Arjun Appadurai fala da modernidade como uma “Família de Teorias” com pretensões universalistas. O autor en-

2 Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde (UnicV).

3 Por uma questão de anonimato, esta pessoa vai ser chamada de Sr. T.; é do sexo masculino, está na casa dos 40 anos, possui habilitações e já viveu no estrangeiro. A forma como esta pessoa vê, dramatiza mais e fala sobre essa relação com o imigrante proveniente da África Ocidental e com a África propriamente dita chamou-me a atenção.

fatiza, ainda, a questão dos legados das teorias das ciências sociais ocidentais, destacando figuras como Comte, Marx, Tonnies, Weber e Durkheim, que realçam a ideia de um movimento preciso – Moderno – que rompe com o passado, assumindo o dualismo tradicional versus moderno; sociedades tradicionais versus sociedades modernas. A modernidade transforma-se na rutura com o passado (do presente).

No entanto, na perspetiva de Hall (2003), podemos falar no fim da “modernidade” definida exclusivamente nos moldes ocidentais. A partir de 1970, inaugura-se uma nova fase da globalização, a “transnacional”, onde não há um “centro” cultural porque ele está em todo o lugar e em lugar nenhum; daí uma rede descentralizada.

“Em suas formas atuais, desassossegadas e enfáticas, a globalização vem ativamente desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos culturais herdados essencializantes e homogeneizantes, desfazendo os limites e, nesse processo, elucidando as trevas do próprio “Iluminismo” ocidental. As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera. Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais, e de fato, do próprio globo” (Hall, 2003, pp. 44-45).

Daí que seja interessante trazer para aqui algumas ideias sobre a relação entre o desenvolvimento e as disciplinas académicas das ciências sociais, em especial a antropologia. Fundamental, nesta perspetiva, é como a relação disciplinar com o desenvolvimento tem sido em simultâneo especialmente difícil e especialmente central graças ao percurso histórico da antropologia como a ciência dos povos “menos desenvolvidos”.

Nos trabalhos de James Ferguson (2008) pode-se reconhecer um tema central: a preocupação com a política e com a relação entre processos sociais e culturais específicos e as narrativas abstratas do “desenvolvimento” e “modernização” através das quais esses fenómenos têm sido tantas vezes conhecidos e compreendidos.

A ideia de evolução social, segundo o autor, é que deu à antropologia uma coerência conceptual enquanto disciplina. Autores como Morgan e Tylor marcaram os primórdios da disciplina, no século XIX, com os seus esquemas especulativos da história humana nas quais todas as sociedades não se encontram nos mesmos estágios de progresso.

As sociedades “primitivas” acabam por apresentar a história mais arcaica da espécie humana enquanto que as mais “avançadas” mostram estádios intermédios que conduzem à “civilização”, o estágio máximo dessa jornada humana universal.

Logo, por um lado, esses pais fundadores da antropologia sugerem a visão de unidade da espécie humana e, por outro, apontam para um dispositivo de diferenciação e classificação das diversas sociedades contemporâneas de acordo com os seus níveis de desenvolvimento evolucionário. Daí que o sentido de desenvolvimento se encontre bem presente nesta conceção e que acabe por ser a força motriz da história da humanidade.

No entanto, apesar das críticas que surgiram tanto nos EUA bem como na Grã-Bretanha contra o evolucionismo e, também, com a finalidade de relativizar as ideias de progresso e de desenvolvimento e, na sequência, o provocar de uma quebra nas ideias evolucionistas do desenvolvimento, preserva-se determinada oposição binária; a dicotomia inicial entre sociedades modernas e primitivas dá lugar a uma escala em que os países são vistos como desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Ferguson, neste âmbito, afirma que o objeto da antropologia continuou sendo definido nos termos de um dualismo claramente evolutivo que insistentemente fazia a distinção entre um desenvolvido, moderno e um, ainda, não desenvolvido, primitivo. Mesmo após a Segunda Grande Guerra o projeto global de “desenvolvimento” por parte dos impérios coloniais foi concebido e posto em ação através da criação de uma série de “agências do desenvolvimento”, programas de “ajuda ao desenvolvimento”, etc. O desenvolvimento na era pós-guerra, então, esteve aliado a uma posição mais otimista e a um projeto político universalista de democratização e descolonização, no qual surgiu uma nova noção de progresso ligada especificamente a uma conceção internacional na qual, formalmente, os povos “primitivos” deviam orgulhosamente “emergir” no mundo moderno ocupando as suas posições e participando.

Porém, essa posição e participação seriam desfasadas uma vez que, por exemplo, no respeitante a África, diversas gerações de académicos do Ocidente (e não só) têm considerado este continente para além ou antes dos limites do moderno, ou seja, do mundo civilizado, do mundo Ocidental.

Logo, como salienta ainda esse autor, para que as “nações atrasadas” avancem para uma forma de vida moderna, ou melhor, cheguem ao mundo civilizado ou se preferir ao mundo desenvolvido, devem superar a sua pobreza, partilhar da prosperidade dos países desenvolvidos e ocupar os seus lugares enquanto iguais numa família mundial de nações. Entretanto, nesse decurso terão que alcançar determinados elementos como sejam: economias industriais, famílias nucleares, tecnologias científicas, política democrático-liberal, etc. Sendo assim, as desigualdades globais e, igualmente, as diferenças, podem ser lidas como o resultado de que alguns países estão longe nesse caminho ou trajetória em direção à “modernidade” unitária quando comparados com outros.

Como apresenta Arun Agrawal (1995), desde a segunda metade do século XX, a retórica do desenvolvimento tem passado por diferentes estágios pondo o acento em crescimento económico, crescimento equitativo, necessidades básicas, etc.

A partir dessa altura, mais concretamente com o fim da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se uma nova era na forma como as várias nações são colocadas nesse imaginário, as posições onde são colocadas, as divisões que são feitas entre uns e outros países. Deste modo, o subdesenvolvimento emerge como um “grande problema”:

“O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de Janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define a sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogénea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada” (Esteva, 2000, p. 60).

Então, o empreendimento que se colocou como meta era enormemente ambicioso, no entender de Escobar (2007); o objetivo era “*crear las condiciones necesarias para producir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época*”. O Ocidente posiciona-se como um protótipo a partir do qual se devem conduzir os povos e culturas candidatos à inserção nesse mundo ocidentalizado. Porém, nota-se, claramente, as desiguais relações de poder reinscritas nos desequilíbrios contemporâ-

neos entre Primeiro e Terceiro Mundos e as dificuldades surgidas de compromissos com os dualismos, as dicotomias, pelos quais as diferenças se espelham por meio das tais oposições binárias.

E o desenvolvimento seguiu adiante desencadeando uma inflação concetual e passando a apontar para muitas outras metas devido ao fracasso desse projecto do Ocidente: desenvolvimento social, participativo, integrado, sustentável, humano, endógeno, etc.

Quando leio num semanário de Cabo Verde uma notícia cujo título diz *Dom Arlindo preocupado com as “vendas ambulantes incontroladas”* (*Dom Arlindo...*, 2009, pág. 2) fico curiosa. Vou seguindo e fala-se em perturbação que deve ser eliminada, dado que essas vendas *fazem ao turista e visitante perder a tranquilidade*. O Bispo de Santiago e Administrador Apostólico do Mindelo considera a disciplina e a educação itens essenciais para se ter tanto a vida como a sociedade organizadas, em ordem, e um vendedor ambulante que induz as pessoas a comprarem incomoda e isso é mau. Defende que *nós devemos ser pessoas com alto nível de educação e por isso mesmo também, um alto nível de disciplina*. Mesmo afirmando que não se refere exclusivamente aos imigrantes provindos da África e que *Cabo Verde não pode ser um país xenófobo* quando questionado sobre o controlo na entrada de estrangeiros diz que as autoridades não podem dispensar a racionalidade, porque *tudo o que é irracional é mau*. Reconheço, exactamente, determinadas oposições, a instalação de grandes divisões: nós/eles, disciplinados/indisciplinados, educados/mal-educados, irracionais/rationais, primitivos/civilizados. Pode-se notar um sentimento que impele a necessidade de se ter padrões universais (civilização, educação, racionalidade, disciplina, etc.) que podem funcionar como marca de uma cultura homogénea, uma cultura nacional, isto é, uma forma distintivamente moderna que remete para a maneira que os turistas e visitantes devem ser recebidos, com morabeza; e acolher com morabeza, por ventura, significa dar o máximo de tranquilidade. E esta, em princípio, não é uma posição isolada.

Tem-se a intenção de passar, ou melhor, vender uma imagem de Cabo Verde para o exterior, na qual os padrões ocidentais exercem uma grande influência. Estes são bem visíveis através dos vários relatórios que determinam quem somos, o que podemos ser e/ou quem queremos ser enquanto países.

Nesta lógica, podemos mencionar Jean e John Comaroff (2007) que referem o quanto algo estranho está a acontecer com o que se denomina “etnicidade”, os marcos da subjectividade colectiva tomadas como garantidas, adquiridas, que ligam a intersecção entre identidade e cultura. [Ela] tem-se tornado mais corporativa, mais comodificada, ou seja, mais implicada ou entrelaçada na economia da vida quotidiana do que anteriormente.

Cabo Verde, sendo assim, tem aparecido em diversos relatórios, nos quais se dá a posição do país, porventura óptima, para os vários itens medidos. No que diz respeito ao IDH regista o 534.º e está na 118.ª posição em 169 países, sendo considerado um país com um desenvolvimento humano “médio”.

No que diz respeito à Liberdade de Imprensa, segundo o relatório 2010 do conceituado Repórteres Sem Fronteiras (RSF), divulgado a 20 de outubro, Cabo Verde, ocupa a 26ª posição, numa lista de 178 países analisados, e está à frente de muitos países de economia mais avançada como são os casos de Itália (50), França (44) e Portugal (40). Em relação aos países da CPLP, Cabo Verde está em primeiro lugar e, em África, é o segundo país com maior liberdade de imprensa, sendo ultrapassado apenas pela Namíbia. Em 2009, ocupava a 44.ª posição o que constitui uma subida em 18 lugares no ranking.

Quanto à Boa Governação, de acordo com o relatório anual de governação africana da Fundação Mo Ibrahim, publicado em 2010, Cabo Verde surge no 4.º lugar, depois das Maurícias, Seychelles e Botswana, mas à frente da África do Sul, Namíbia e Gana.

Para além desses rankings, chama a atenção, é claro, o que isso implica. Foi criado no ano passado o CNS (Conselho Nacional de Segurança), com a finalidade de aconselhar o Primeiro-Ministro em matéria de segurança na qual desperta especial interesse a imigração e o narcotráfico, segundo notícia veiculada por um dos nossos semanários. Um reforço da segurança das fronteiras de Cabo Verde é uma das grandes apostas e a CEDEAO emerge no centro da questão.

“[...] a cidade da Praia vem defendendo a necessidade de haver um “tratamento especial” para Cabo Verde no que tange à livre circulação de pessoas e bens a nível da CEDEAO, à semelhança do que acontece na Europa com o Schengen. Aqui, a Inglaterra, a Suíça e outros países não subscreveram o princípio da livre circulação. “É isto que Cabo Verde também advoga enquanto membro da CEDEAO, ao abrigo das suas especificidades enquanto país insular, pequeno e cristão, que não pode continuar a receber a mesma vaga de pessoas, sob pena de desestruturar o seu equilíbrio social e civilizacional” (Cabo Verde..., 2010, p. 2).

Então, tem-se a representação de um Cabo Verde em harmonia cujo acolhimento dos imigrantes da costa Ocidental africana poderá pôr em causa. E uma das medidas para se travar essa desestruturação do país, de acordo com o Sr. T, já estranhando o facto de um imigrante estar a distribuir cartões de visita do seu ofício em pleno dia de feira num dos mercados do interior da ilha de Santiago (ele era um “métrist”) sobrevém na seguinte fala:... “*esses imigrantes não trazem nenhum benefício para Cabo Verde...se eu tivesse poder colocaria-os todos em barcos e mandava-os para as suas terras, limparia Cabo Verde*”. Aqui, a imigração, o encontro entre diferentes surge como um espaço para se pensar sobre as complexidades culturais, para se re-imaginar as identidades e as manifestações da diferença em jogo e, também, para se enxergar o quanto o histórico e cultural confunde-se com o natural, o biológico, na óptica de Stuart Hall (1996a). O momento cujos significantes “*imigrante, vendedor ambulante, métrist, negro*” são rasgados da sua incorporação histórica, cultural e política e apresentados em categorias constituídas biologicamente, [...] e fixadas fora da história, fora da mudança, fora da intervenção política. Mas, vivemos numa era onde somos atravessados por processos de escala global que permeiam as fronteiras nacionais e conectam comunidades.

A propósito, Kathryn Woodward (2000) salienta que a migração produz identidades plúrais, mas também, identidades contestadas num processo que é marcado por profundas desigualdades, isto é, a migração é um fenómeno característico da desigualdade em termos de desenvolvimento.

Cabo Verde, Desenvolvimento e Migrações Intra-continente

É sabido que a África é retratada como um continente de pessoas em movimento e inúmeros investigadores falam das migrações como um fenómeno que atravessa a história do continente a ponto de apontarem como mito o facto de se sugerir que todos os africanos que cruzam o Saara tentam alcançar a Europa (Bakewell e Haas, 2007).

4 Mestre, feiticeiro, adivinho, curandeiro.

Neste sentido, acentuam que, ainda anotando-se uma tendência para o aumento da tentativa por parte dos africanos de alcançarem os países industrializados, somente uma pequena parte da migração internacional com origem em África tem como resultado idas para a Europa e outros desses lugares.

Portanto, há que reconhecer a existência de inumeráveis sistemas migratórios centrados em polos de migração intra-continente, mas é claro estando cientes das lacunas que existem em termos dos dados e que acabam por dificultar um conhecimento aprofundado dos moldes e padrões das migrações dentro dessa massa continental.

Puxando um pouco esse processo para o caso da África Ocidental, esta região tem sido apontada como a mais “móvel” do continente. No que diz respeito aos países desta região, estes partilham traços comuns, à exceção da Nigéria e da Costa do Marfim, onde a escala da população e a sua economia são maiores. A região experiencia uma variedade de migrações provocadas pelo aumento da população, pobreza, performances económicas pobres/fracas e conflitos endémicos. Historicamente, a região é vista enquanto unidade económica dentro da qual a circulação de bens e serviços flui e as pessoas se movem livremente.

No dizer de Adama Konseiga (2008, p. 1) *“despite the intensity of migration flows and their significant sócio-economic, political and ecological impacts, migration remains the least understood demographic phenomenon in West Africa”*.

Apesar de se considerar a África Ocidental uma área/região com longa tradição de mobilidade humana realçada especialmente durante a época colonial, depois das independências esse movimento de pessoas tornou-se migração de mão de obra, carregando uma complexa grelha de relações e interdependências para além das fronteiras artificiais herdadas do colonialismo.

Desde os inícios da década de 1960, tanto as migrações Sul-Norte como as Sul-Sul foram desenvolvendo-se simultaneamente mesmo dentro de determinadas regiões como é o caso da sub-região africana aludida atrás.

“Contemporary patterns of migration in West Africa are therefore rooted in socio-economic, political and historical-cultural factors which have shaped the direction of development and types of economic activities and laid bold imprints on especially international migration. Migration from and within the sub-region includes temporary cross-border workers, female traders and farm labourers, professionals, clandestine workers and refugees and are essentially intra-regional, short term and male dominated, in response to the interdependent economies of neighbouring countries. The emigration configuration is also highly diversified. The sub-region also encompasses countries of immigration and emigration as well as those that combine both; some serve as transit routes for migrants” (Adepoju, 2005, p. 1).

Até 1993, bases de dados factíveis para o estudo das migrações internacionais foram censos nacionais da população e algumas pesquisas desencadeadas na década de 1980. Contudo, precisamente em 1993, a NESMUWA ou REMUAO, Network of Surveys on Migration and Urbanization in West Africa, criada em 1989, desenvolveu uma importante investigação em sete países da região⁵. Este estudo veio mostrar a intensidade das migrações na África Ocidental, a disparidade da urbanização e as circunstâncias migratórias nos diferentes países. Como exemplo, concluiu-se que entre 1988 e 1992, mais de 6.4 milhões de movi-

5 Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

mentos de pessoas em migração ocorreram entre os referidos países e que deste número, 2.3 milhões foram movimentos para fora dos países da rede.

Em todo este processo convém realçar, por um lado, a importância que muitos autores dão às migrações intra-africanas, considerando-as como a base e o motor para o processo de integração regional. Acreditam que essas migrações regionais são de suma utilidade para esse decurso de integração local e que compensam a fraqueza de outros canais no respeitante à integração económica da África Ocidental, como por exemplo os circuitos do comércio e de investimento.

Por outro lado ainda, deve-se destacar como características peculiares dessa migração de dentro o facto de ela ser descrita como uma migração temporária e/ou circular tendo em vista o trabalho e as dificuldades da aplicação de tratados e acordos respetivos à migração. Mesmo assim, convém salientar que o decurso migratório da África Ocidental não é um sistema independente, livre, isto é, esse processo está intimamente ligado e interage com outros sistemas transmigratórios do Sul e do Norte. Todos os tratados e acordos regionais respetivos a esta região lidam com essa questão especial da população e da mobilidade em favor da mão de obra/do trabalho. A década de 1970 é quando pela primeira vez se encontra uma organização regional que inclui cláusulas próprias sobre esse fenómeno migratório. Em maio de 1975, em Lagos, constituiu-se a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que veio trazer inovações significativas a propósito da mobilidade de pessoas, ou seja, expandindo para os africanos da região novas oportunidades em termos migratórios. Ela promoveu uma progressiva abolição de obstáculos para a livre movimentação de pessoas, serviços e capital e acordou que os nacionais dos Estados-membros seriam vistos como cidadãos da comunidade.

O fluxo migratório que se conheceu em Cabo Verde, a partir da década de 1990, é muito devido à entrada em vigor do Protocolo da Livre Circulação de Pessoas e o Direito de Residência e Estabelecimento, no quadro da CEDEAO, assinado em Dakar, em 1979, e validado por Cabo Verde pela lei n.º 18/II/82.

Entretanto, a implementação do protocolo, segundo determinados estudiosos deixa muito a desejar, dado que outras vezes as exigências políticas nacionais vão para além dos interesses do organismo e o facto de todo o historial de expulsões nos países membros e o problema dos subornos. Conhecer, contudo, esses fluxos migratórios revela-se ser complexo. A variável “migrações” é a mais complicada na demografia. Ela integra, como sabemos, um movimento de duplo sentido, a emigração e a imigração, que abrange a possibilidade de diversas circunstâncias de deslocação em relação à sua durabilidade.

Conjuntamente, existem outras situações que fogem à contabilização estatística: a clandestinidade, a circulação de indivíduos entre dois Estados distintos conservando ligações regulares entre fronteiras e as migrações entre países no contexto de zonas de livre movimento, como é o caso do espaço da CEDEAO. Todavia, a livre movimentação de pessoas sem visto dentro da região CEDEAO é um objetivo da organização que, ainda, não foi conseguido na sua totalidade.

Gabriel Fernandes (2008) é da opinião que uma ética cosmopolita passa pela subversão das fronteiras, ainda que em termos simbólicos. Na sequência, *“a abertura à alteridade, mesmo que traga custos políticos, constitui um princípio em nada negligenciável e que está em total consonância com a histórica vocação dos cabo-verdianos para transacções translocais”*. Daí que,

“A desterritorialização simbólica, significando que os outros podem apropriar-se do que é nosso, constitui, dentro de parâmetros políticos aceitáveis, uma base para a negociação dum futuro colectivo a partilhar. A desnacionalização do imaginário, significando um desenraizamento simbólico das estruturas identitárias estanques, contrastantes e quiçá excludentes, e a aceitação da bricolagem, da quebra do ideal normativo de pureza racial e cultural, afiguram-se-me compatíveis com uma nação diaspórica, como a caboverdiana, cuja população emigrada estima-se superior à residente. [...] Enfim, a nossa aproximação africana pode ser redesenhada, visando uma marcha aberta, estratégica e flexível rumo a um futuro incerto a partilhar. No lugar das certezas estanques de um passado amputado e mistificado” (Fernandes, 2008, pp. 64-65).

Hoje, mais do que nunca, a gestão da migração implica fazer dela um estado de ganho para os migrantes, tanto para os países de proveniência como para os de destino. Com isto, a questão da inserção, da integração dos imigrantes numa nova sociedade é um dos ângulos primordiais atinentes ao processo das migrações, independentemente das razões que levem os sujeitos a moverem-se de um local para o outro. Logo, realço que surgem esses discursos com um carácter normativo e que a grande questão não terá que passar obrigatoriamente por orientar, regular, gerir ou controlar esses movimentos.

Estima-se que a população da África Ocidental continue a crescer a ponto de impulsionar enormes tensões a vários níveis: políticos, económicos, sociais e ambientais. Daí que, supostamente, a região tenha a obrigação de fazer frente, principalmente, ao número crescente da população que irá induzir a um marcante fluxo migratório intrarregional e à rápida urbanização.

Em Cabo Verde, igualmente, são incipientes e dúbios os dados estatísticos em relação aos imigrantes em causa. Ainda que o estudo da Organização Internacional do Trabalho (2005), tenha pretendido abarcar essa dimensão as informações não são suficientes para se determinar os números. O móbil geral desse relatório apontava aperfeiçoar os alcances dos governos e dos parceiros sociais por uma administração eficaz da migração internacional enquanto rumo de desenvolvimento. Em cada um desses países foram abalizados quatro propósitos:

“Entreprendre une revue (listage et analyse) du système d’information, des sources et des bases de données statistiques par rapport à la migration; Evaluer la nature, les définitions, la qualité et la représentativité des données existantes, avec la liste des institutions qui produisent et/ou utilisent ces données; Identifier les décalages entre les données, les faiblesses des bases de données et les contraintes institutionnelles pour la production d’une information fiable devant servir d’aide à la décision aux niveaux national et régional; Proposer des mesures prioritaires destinées à l’amélioration du système d’information sur la migration de main d’oeuvre” (OIT, 2005a, p. 3).

Basicamente, para além de todo um empenho relativamente aos dados e ao sistema de informação, o estudo traça o quadro jurídico relativo à migração, as convenções ratificadas e a introdução das normas internacionais, os acordos de integração regionais e as respectivas divergências e harmonias, os desfasamentos entre a legislação actual e os instrumentos internacionais destinados a facilitar a migração de trabalhadores. Recomendam-se alguns ajustamentos jurídicos e perspectivas políticas prioritárias. Chegou-se à conclusão de que as dificuldades dos trabalhadores migrantes, principalmente, os vendedores ambulantes são bem reais neste país.

“D’après l’analyse de la situation des immigrés au Cap Vert, on constate, sans marge de doute, que le Cap Vert n’est pas encore préparé, du point de vue institutionnel, culturel, économique et social pour faire face à l’immigration devenue une réalité dans ce pays” (OIT, 2005b, p. 37).

Embora haja uma conceção popular de que os migrantes internacionais vão do Sul para o Norte, a maior parte da migração ocorre entre os países em desenvolvimento.

Cabo Verde, hoje, é mais um exemplo de como as migrações se globalizaram; uma mundialização que acaba por se manifestar, então, por meio de um número elevado e crescente de países sistemática e significativamente implicados nesse fenómeno e, também, pela multiplicação das rotas migratórias, ou seja, assiste-se a uma forte tendência para rotas e conexões origem/destino cada vez mais diversificadas. Daí o facto de, desde o ponto de vista dos fluxos migratórios, se poder juntar às tradicionais classificações país de origem e país de destino uma terceira categoria: país de trânsito.

Ser cosmopolita significa ter o mundo como território, frisa Fernandes (2008), ou seja, em termos de pertença nacional e posse territorial, o nosso próprio território deixa de ser só nosso para se tornar também do mundo, ou seja, apropriável pelo mundo, pelos outros.

Nessa sequência, surge a perspectiva de analisar a potência desta população migrante no que diz respeito ao desenvolvimento dos países envolvidos no processo, isto é, reavaliar-se o seu papel desenvolvimentista.

Mais, é suposto contribuírem para a economia dos países recetores através da sua mão de obra, para o alívio da pobreza nas suas comunidades de origem por meio das remessas, uma força enorme, para o desenvolvimento dos países de origem nos quais investem, fazem transferência de competências, tecnologia e atitudes e muitas vezes retornam, a possibilidade da fuga de cérebros ser substituída pela circulação de cérebros, entre outros. Convém sublinhar que esse poderia ser o eixo central do meu raciocínio. Porém, não é. Antes, posso sugerir que seria melhor apreender as próprias teorias desses imigrantes, os seus próprios conceitos a partir de suas realidades, as suas próprias visões de mundo, ou seja, deixá-los traduzirem o que fazem, as suas próprias práticas e saberes, o que lhes parece coerente, conveniente, razoável. No fundo, é visualizá-los como agentes munidos de reflexividade própria, também teóricos com os quais devemos dialogar e aprender no sentido de captar a sua perspectiva sobre o desenvolvimento.

Concretamente, pode-se considerar que em Cabo Verde a maior parte destes imigrantes provenientes da África Ocidental atua num espaço económico que é definido como informal pela economia e, bem como, por outras ciências sociais. Podemos pensar no informal como forma de designar as atividades espontâneas no meio urbano e que permite absorver, não só, uma parte da mão-de-obra das migrações rurais, mas também agora esses migrantes trabalhadores provindos da costa ocidental de África.

Marzia Grassi (2003) apresenta um estudo sobre *rabidantes* e, em particular, dá atenção ao mercado do Sucupira podendo, perfeitamente, acertar à realidade desses imigrantes pesquisados. Acerca do assunto ela vem exprimir que,

“[...] a realidade nos países da África subsariana é de emergência de um sector informal cada vez mais desenvolvido no interior do qual operam empresas diferentes. Elas são diferentes não só nos diversos contextos sócio-culturais, mas, também, no seio do mesmo mercado, onde...pode existir uma variedade de pequenos empresários, sem sede própria e que se movimentam continuamente, muitas vezes desenvolvendo a actividade na sua própria casa, assim como outros que protagonizam redes de comércio transcontinental...” (2003, p. 78).

Continuando, a autora deixa claro que as migrações dentro do continente fazem-se prioritariamente do setor informal de uma cidade para o setor informal de outras cidades em países que pertencem muitas vezes à mesma área linguística (mas, creio que vai para além desta), onde se supõe a existência de uma seção informal mais dinâmica. Redes familiares, étnicas e religiosas indicam as direções e facilitam deslocamentos e inserções em cidades cada vez mais superpovoadas. Estas ações migratórias de longa distância fazem crescer e diferenciar o sector informal urbano. Logo, o crescimento desse setor tem sido estimulado não só pelas migrações campo-cidade e, conseqüente, processo de concentração urbana acelerada que no fundo, igualmente, teremos que reconhecer o papel das migrações externas, em concreto, da movimentação de pessoas procedentes de países vizinhos no quadro da CEDEAO. É visível a concentração destes imigrantes em determinados locais, falando da cidade da Praia. Existem determinados bairros como sejam: Achadinha, Vila Nova, Calabaceira, bairros estes que apontam para um laço com o seu espaço de trabalho, embora cada vez mais comecem a eleger outras zonas mais. Surge, então, neste panorama o mercado do Sucupira como um grande centro na qual gira a vida de grande parte destes imigrantes. À primeira vista se me restringir a essa feira serei sujeita a afirmar que aqueles que provêm da África Ocidental se dedicam exclusivamente à venda ambulante, ao comércio e à estética. No entanto, convém deixar claro que aparecem várias outras fatias de imigrantes que se dedicam a outras actividades como por exemplo: a carpintaria/marcenaria, a construção civil, a vigilância nocturna e de obras, etc.; pelo meio surge o ensino, o mundo empresarial e as profissões liberais.

Assim, mobilizam ideias, bens e capitais, para além de acionarem o encontro e a interação entre culturas. Entram em jogo ofertas comerciais e culturais para públicos diversos: os cabo-verdianos, os turistas/visitantes, etc. Prontamente, podemos reconhecer uma dinamização económica e cultural que se destaca pela presença de elementos dos países da África Ocidental, como por exemplo, através da moldagem da aparência física, da estética e dos hábitos (vestuário, cabelo, tonalidade da pele, dieta alimentar, etc.). Nesta linha, fala-nos Stuart Hall (2005) que a interdependência global está produzindo a fragmentação de códigos culturais, multiplicidade de estilos, ênfase no efémero, no flutuante e impermanente. Gerando o consumismo global, ou seja, a possibilidade de identidade compartilhada, consumidores dos mesmos bens, mesmos serviços e públicos para as mesmas mensagens e imagens.

Surgem outros desafios, todavia, que têm de ser levados em consideração como sejam: as disparidades entre os países, a reconfiguração das cadeias produtivas e a simultânea reestruturação e precarização dos mercados laborais, as desigualdades sociais ligadas à problemática da integração nas sociedades receptoras e outros.

Nesta linha, existe a ideia de que a feitiçaria é “própria” da África, isto é, que existe um lugar natural da feitiçaria. No entanto, atualmente, vivemos num mundo de circulação e talvez seja mais infalível o abandono desse essencialismo e a análise da realidade com toda a sua espontaneidade na qual as pessoas se deslocam e têm determinadas práticas além dos lugares donde vêm ou onde se acham. Existe uma relação entre a feitiçaria e a circulação migratória que urge ser repensada; aqui, a partir dos *mandjakus*⁶, feiticeiros, feitiços e

6 Essa apresentação dos imigrantes procedentes da costa Ocidental de África tornou-se cada vez mais patente a ponto de generalizar-se o uso do termo *mandjaku* para reconhecê-los. A noção de *mandjaku*, então, identifica uma categoria, ou seja, além das disparidades, esta demarcação mostra como são tratados de forma reducionista e homogênea. A denominação *mandjaku* entronca-se num plano mais genérico de estigmatização que se baseia numa generalização de modo a se mascarar na sua diversidade aqueles que são alvos do estigma; engendramos ou impingimos uma determinada forma de agrupá-los e identificá-los, todos são *mandjakus* como maneira de diferenciar (Rocha, 2009).

*korderus*⁷. Notamos que a feitiçaria, presentemente, acaba por desencadear processos de circulação que, ainda que em termos quantitativos são pouco expressivos, motivam impacto nos cenários de religiosidade popular dos lugares e pessoas envolvidos.

O certo é que a literatura sobre a modernidade da bruxaria/feitiçaria apontou a relação ambígua da feitiçaria com a formação do local e do estranho, do presente e do passado (...) a historicidade e a territorialidade da feitiçaria. A ambiguidade da feitiçaria, a sua posição liminar na fronteira é o que faz dela especialmente relevante em situações de rápidas mudanças sociais nas quais fronteiras e identidades estabelecidas são questionadas. Isto tem sido mostrado por etnografias recentes que não endereçam, directamente, a questão da modernidade, mas sim interrogam a historicidade e territorialidade da feitiçaria através do desenvolvimento, do governo ou da própria etnografia (Parés e Sansi, 2011).

Tradições africanas e desenvolvimento

Nos últimos anos, tem-se notado, então, um interesse crescente pelos estudos sobre feitiçaria e bruxaria e as possíveis conexões entre essas e o poder, a política, a raça, entre outros. Nesta linha, muitos académicos vêm tentando mostrar a atualidade e a modernidade destas questões, ou seja, a forma como essas tomaram lugar na modernidade como fenómenos modernos (Geschiere, 1995; Comaroff's, 1993).

No entanto, é necessário ter em atenção a terminologia, dado a tendência para reduzir esses conceitos a uma mera oposição entre o bem e o mal e ao facto de em muitas sociedades puderem não ser definidas assim.

"This developmentalist discourse-although one might better call it a lecture, since the developmentalists hardly listen-mostly defines modernity as what Africa is not. To put it bluntly, with the failure of the Structural Adjustment Programs to actually improve living standards in the decade and a half that they were in place, neoliberalism needed to find a reason for their failure outside the policies themselves. Hence the reemergence of the discourse on culture as a barrier to development" (Odhiambo, 2002, p. 2).

Dando continuidade a esse raciocínio, então, diríamos que aqueles que seguem determinadas tradições africanas e acreditam na feitiçaria seriam colocados na base da escala do desenvolvimento e da modernidade e, conseqüentemente, estariam posicionados na mais baixa das condições humanas, porque "o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação... A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor" (Esteva, 2000, p. 64).

Novamente, podemos sublinhar o paradoxo da modernidade no qual, segundo E. Laclau (1995), tenta absorver totalmente o particular no universal e, por conseguinte, trabalha no sentido da eliminação das diferenças.

O que se revelou ser interessante para mim foi o facto de a partir de um diálogo descobrir o quanto nesse imaginário o africano e, na sequência, as sociedades africanas serem consideradas como incapazes de ter a sua própria magnificência cultural. Mais, podemos

7 Assim são denominados, na ilha de Santiago, os clientes, aqueles que andam pelas casas de feitiço, ou casas de *kórda*, à procura da manipulação de diversos objetos que são feitos e manuseados e que envolvem a doença e o infortúnio, a busca da cura física e espiritual.

acrescentar ainda o facto da ausência dessa riqueza cultural, isto é, aquilo que podemos chamar de cultura ou tradição africana ser vista como algo de um estrato inferior e que acaba por ser um obstáculo para o desenvolvimento do continente e um factor de suma importância para a permanência da África nesse caos, para uma descrição do continente atrelada à pobreza, imagens transmitidas pelos média, por académicos, instituições internacionais. No *Discursos da “descoberta”: os mitos da fundação* (2008), Correia e Silva argumenta que “*Ser cabo-verdiano, tal como hoje o entendemos e sentimos, é o resultado histórico de numerosos processos (forçados e voluntários) de desidentificações e identificações*”...e que “*ao longo da história, as estratégias caboverdianas de identificação e de desidentificação encontraram na descoberta um terreno ideal de aquisição de legitimidade social e intelectual*”. Então, nesse jogo apareciam dimensões ora rejeitadas, residuais e irrelevantes, ora centrais. O facto é que “*a dimensão negro-africana da história e cultura caboverdianas*” foi “*vivida durante muitos séculos como realidade inferiorizante*”. Formulou-se a partir daqui um modelo identitário mestiço apoiado em supostos traços de lusitaneidade e, consequentemente, de europeidade (Fernandes, 2002). Só a Geração de 50, viria a transformar essa “*dimensão negro-africana*” num marco de identificação, valorizado, já no contexto das reivindicações para a independência, sob o lema do “*retorno às origens e a reafirmação dos espíritos*”.

Retomando, essa discussão sobre pobreza ela surge como uma construção que é utilizada para servir determinados interesses ou como falta de algo, isto é, numa perspectiva económica da definição desse conceito⁸ (Unwin, 2008).

Certamente, pode-se ver tudo isso como um discurso, como uma construção do Ocidente com a finalidade de padronizar pensamentos e comportamentos. Assim como Escobar reconhece o desenvolvimento colocado dessa forma como um discurso inventado pelo Ocidente, também, Said fala num discurso referindo-se ao Orientalismo como *um modo de relacionar-se com o Oriente que se baseia no lugar especial que o Oriente ocupa na experiência da Europa Ocidental*. (Said, 2004, p. 1)

Portanto, o Orientalismo é mais um discurso do Ocidente por meio do qual a cultura europeia conseguiu gerir e até mesmo produzir o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica, e imaginativamente na fase pós-iluminismo.

Fanon, na sua obra *Os Condenados da Terra* (1961), dá conta da presença e insistência de uma lógica ou perspectiva do colonialismo, a racialização do pensamento construída pelos europeus, a sempre presente oposição entre a cultura branca e as demais. Supostamente, os que são atrasados é porque lhes falta ciência e esta é que dá possibilidades para a efectivação do desenvolvimento.

“De um modo geral, o desenvolvimento foi apenas o último parceiro da ciência moderna no exercício de sua hegemonia política. Anteriormente, a ciência já se tinha aliado ao iluminismo e às reivindicações milenárias, e mais tarde associou-se ao racismo, ao sexismo, ao imperialismo e ao colonialismo, para, finalmente, acomodar-se ao lado do desenvolvimento, uma noção que codifica a maior parte desses seus legados anteriores” (Alvares, 2000, p. 43).

8 Por exemplo, quando falamos em rankings e nessa retórica, podemos lembrar aqui Vivian Domingez Ugá (2003) e como versa sobre a maneira pela qual o conceito de pobreza assumiu cada vez mais uma posição central a partir da década de 90 do século passado. Por isso, as recomendações do Banco Mundial relativamente ao combate da pobreza apontam para uma “teoria social implícita”, ou seja, um certo tipo de ordem social ou modelo de sociedade própria da actual configuração social hegemónica.

Logo, essa lógica redefine o homem, qualifica as outras religiões como sínteses de submissão inferiores e incita o abandono das lições tribais e tradicionais. As religiões mono-teístas, em especial, a do Ocidente, a Cristã, contribuíram bastante para a construção da maior parte das imagens estereotipadas das tradições africanas e daqueles que as praticam. À medida que a colonização e a escravatura iam avançando, onde se tentava impor as filosofias iluministas ocidentais a essas realidades, cada vez mais africanos eram progressivamente identificados com a feitiçaria, porque o Diabo tomou frequentemente a cara do estranho, do desconhecido (Parés e Sansi, 2011).

Boaventura de Sousa Santos (2006) falando acerca das relações do colonialismo estabelecidas entre os colonizadores e colonizados acaba por remeter à violência imposta aos colonizados e à forma como a visão de mundo do colonizador surge como universal e natural e, por conseguinte, igualmente entranhada pelos dominados, porque

“esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo [...]” (pp. 27-28).

Essas imagens respondem a uma visão maniqueísta do mundo no qual o polo negativo constituído pela malignidade da África tem como corolário necessário a perfeição do Ocidente (Bosco-Botsho, 2009).

O diálogo que manteve com o Sr. T a propósito da figura do “*méstri*” (aquele que pode fazer e tirar malefícios), das casas “*méstri*” (que considera serem “casas do Demónio”) e da ignorância daqueles que ali frequentam vem elucidar um pouco as questões salientadas acima, ou seja, um discurso comum que absorve a ideia do “*méstri*” como antítese ao sentido de desenvolvimento.

“E: É uma pessoa que tem um poder de nascença?...um rapaz disse-me: ‘Foi Deus que lhe deu esse dom; é um dom com que nasceu...’

Sr. T.: Não! Eu digo: Foi Deus que lhe deu um dom ou foi o Anticristo que lhe deu um dom, também. É assim...porque o Sr. Deus não deu a ninguém o poder de prever o futuro...Tudo isso é obra de Satanás... a verdade é só uma e as religiões são duas: a da verdade, a de Jesus Cristo, e a da mentira, do Anticristo.”

Continuando,

“Eu considero que todas as pessoas que vão a casas ‘di méstri’ ignorantes. Alguém... agora, ninguém que bate o pé numa pedra não é devido ao facto de que é devedor para com o Sr. Deus ou porque pode ficar doente. Tem que haver uma pessoa que lhe tenha feito um mal. Sentes uma dor, vais ao hospital, dão-te um remédio...ou se o médico não sabe o que tu tens...ah, foi fulano...alguém ou um inimigo que lançou um mal. Encontras toda a gente a pronunciar o nome de Sr. Deus, mas é só em vão; os seus corações estão longe de Deus...há pessoas que adoecem, mas até chegarem à porta do hospital, já andaram por 3, 4 ou 5 casas ‘di méstri’”

Sr. T questiona-me sobre o que faz com que um país seja desenvolvido, ou por exemplo, um povo que é avançado é o quê. Considera que a África é vítima da sua ignorância e recorre à

Bíblia para justificar que o Branco é mais inteligente e que o Africano, o Negro, é mais braçal, mais resistente. Para ele, *kau klaru ka mesti kandieru*⁹. E o que é claro é a realidade que consegue enxergar logo e, daí, o facto da África ter mais crentes nessas coisas de “*kórda*”¹⁰ e “*méstri*”¹¹ por serem um povo mais ignorante. Segundo o mesmo, os africanos carregam uma maldição desde os tempos antigos, desde os tempos de Caim.

Conclusão

A África é tratada não como um continente com diversas realidades, mas como um lugar uniforme, monolítico e representado por meio desses estereótipos e lógicas do Ocidente (Hall, 1996b; Escobar, 2007).

“The West and the Rest: Discourse and Power” (Hall, 1996b) aborda a questão do longo processo histórico, através do qual um novo tipo de sociedade foi forjado (avançada, desenvolvida e industrial), ou seja, realça as etapas da modernidade, assim como o papel que as sociedades fora da Europa tiveram neste processo de relações/formação do discurso Ocidente/Resto do Mundo. Entretanto, segundo Ania Loomba (1998), os estudos pós-coloniais deixam claro que ambas a “metrópole” e a “colónia” foram profundamente alteradas pelos processos coloniais. Ambas, também, foram reestruturadas pela descolonização.

Hall *et alia* (1996b) demonstram que o Ocidente é mais uma ideia, um conceito e uma construção resultante de processos históricos (económicos, políticos, sociais e culturais); uma sociedade reconhecida como desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna. Nesta perspectiva, permite caracterizar e classificar sociedades em diferentes categorias, fornece uma imagem ou um sistema de representação, dá um padrão ou um modelo de comparação, providencia critérios de avaliação que giram à volta de negativo/positivo e por meio dos quais outras sociedades são comparadas acabando por funcionar como uma ideologia.

O remeter da *kórda*¹², do saber fazer o *mal-feito*¹³, aos “mestres da África”, aos imigrantes, implica provavelmente esse redesenho de fronteiras entre esses e os cabo-verdianos; estes constroem uma “falsa consciência” onde esse mundo está longe, bem distante, aparentemente as suas profundezas são desconhecidas pelos cabo-verdianos, ou seja, há a pretensão de uma distorção, uma dissimulação, das imagens da realidade através da qual se trabalha para os interesses dos cabo-verdianos contra os desses imigrantes.

Logo, a implicação global é que o feiticeiro é o “outro”, em muitos casos o íntimo “outro interior”, mas que continua o diferente perigosamente, visto, também, como fonte do mal, embora esta teoria moral surja quando o outro é percebido como uma ameaça à ordem estabelecida, um concorrente. Devido a esta intrínseca alteridade negativa, a feitiçaria opera como uma conexão relacional, mediando assimetrias de poder entre o dissimilar, o diferente: Europa versus África, forte versus fraco, cabo-verdianos versus imigrantes (Parrés e Sansi, 2011).

9 Um lugar com luz não precisa de iluminação, candeeiro.

10 Feitiço.

11 Mestre, feiticeiro, adivinho, curandeiro.

12 Feitiço.

13 Provocar o malefício.

Referências bibliográficas

- Adepoju, Aderanti (2005), *Migration in West Africa: a paper prepared for the Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration*, Lagos: s/ local.
- Agrawal, Arun (1995), *Dismantling the Divide Between Indigenous and Scientific Knowledge, Development and Change*, 26, pp. 413 a 439.
- Alvares, Claude (2000), *Ciência*, in, Sachs, Wolfgang, *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Appadurai, Arjun (2001), *La Modernidad Desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*, Montevideo: Ediciones Trilce.
- Bakewell, Oliver e Haas, Hein de (2007), *African Migrations: continuities, discontinuities and recent transformations*, in, Chabal, Patrick, Engel, Ulf e Haan, Leo de, orgs, *African Alternatives*, Leiden: Brill.
- Bosco-Botsho, Jean (2009), *Las religiones monoteístas contra la tradición*, in, Castel, Antoni e Fendín, José Carlos, *Los estereotipos occidentales sobre África y los africanos*, Madrid: Casa de Africa.
- Cabo Verde acorda para o fundamentalismo islâmico. A Semana*, Praia, 19 Fev. 2010, p. 2
- Comaroff, John e Comaroff, Jean (2007), *Ethnicity, INC.*, Chicago/Cape Town: University of Chicago/University of Cape Town/American Bar Association.
- Comaroff, John e Comaroff, Jean (1993), *Modernity and its Malcontents. Ritual and Power in Postcolonial Africa*, Chicago/Londres: The University Chicago Press, pp. xi a xxxvii.
- Dom Arlindo preocupado com as "vendas ambulantes incontroladas". Expresso das Ilhas*, Praia, 6 Jan. 2009, p. 2.
- Escobar, Arturo (2007), *La Invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*, Caracas: Fundación Editorial.
- Esteva, Gustavo (2000), *Desenvolvimento*, in, Sachs, Wolfgang, *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Fanon, Frantz 2007; *Los Condenados de la Tierra*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Ferguson, James (2008), *Anthropology and Its Evil Twin: "Development" in the Constitution of a Discipline*, in, Edelman, Marc e Haugerud, Angelique, orgs, *The Anthropology of Development and Globalization. From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*, Oxford: Blackwell Publishing.
- Fernandes, Gabriel (2008), *Cabo Verde e CEDEAO – uma questão identitária*, in, Furtado, Cláudio e Cabral, Iva, eds., *Os Estados-nações e o desafio de integração regional da África do Oeste. O caso de Cabo Verde*, Praia, pp. 53 a 67.
- Fernandes, Gabriel (2002), *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária caboverdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis: Editora UFSC.
- Geschiere, Peter (1995), *Sorcellerie et Politique en Afrique: la viande des autres*, Paris: Karthala.
- Grassi, Marzia (2003), *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Hall, Stuart (1996a), *New ethnicities*, in, Morley, David e Chen, Kuan-Hsing, orgs, *Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Hall, Stuart (1996b), *The West and the Rest: Discourse and Power*, in, Hall, Stuart et alia, orgs, *Modernity. An Introduction to Modern Societies*, London: Blackwell Publishers.

- Hall, Stuart (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.
- Hall, Stuart (2005), *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Konseiga, Adama – New Patterns in the Human Migration in West Africa. Disponível em: <http://www.zef.de/module/register/media/a127_New%20patterns%20in%20the%20Human%20migration%20in%20West%20Africa.pdf>, 2005, Acesso em: 25 ago. 2008.
- Laclau, Ernesto (1995), *Universalismo, Particularismos y el tema de la Identidad*, *Revista Internacional de Filosofía Política*, 5, pp. 38 a 52.
- Lomba, Ania (1998), *Colonialism/Postcolonialism*, Londres/Nova Iorque: Routledge
- Margarido, Alfredo (1994), *Pour une histoire des géopolitiques culturelles des îles du Cap-Vert, Lusotopie*, pp. 103 a 112.
- Odhiambo, E. S. Atieno (2002), *The Cultural Dimensions of Development in Africa*, *African Studies Review*, vol. 45, nº 3, pp. 1 a 16.
- Organização Internacional do Trabalho (2005a), *Étude sur la migration de main d'oeuvre au Cap-Vert dans le domaine statistiques*, Praia.
- Organização Internacional do Trabalho (2005b), *Étude sur la Migration de Main d'Oeuvre au Cap-Vert: Volet Legislatif*, Praia.
- Parés, Luis Nicolau e Sansi, Roger (2011), *Sorcery in the Black Atlantic*, Chicago/Londres: The University Chicago Press.
- Rocha, Eufémia Vicente (2009), *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado, Praia: UniCV.
- Saïd, Edward (2004), *Orientalismo*, Lisboa: Edições Cotovia.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto: Editora Afrontamento.
- Silva, António Correia e (2008), Discursos da “descoberta”: os mitos da fundação, in, Furtado, Cláudio e Cabral, Iva, eds, *Os Estados-nações e o desafio de integração regional da África do Oeste. O caso de Cabo Verde*, Praia, pp. 69 a 82.
- Ugá, Vivian Dominguez (2004), *A Categoria Pobreza nas Formulações da Política Social no Banco Mundial*, *Revista de Sociologia e Política*, 23, pp. 55 a 62.
- Unwin, Tim (2008), *The Richness of Africa*, Unpublished paper. UNESCO.
- Woodward, Kathryn (2000), Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual, in, Silva, Tomás Tadeu da, org, *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, Rio de Janeiro: Vozes, pp. 7 a 72.

As Escolas Comunitárias de Luanda: Um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Angola

Carolina Mendes*

P. 135-152

1. Introdução

É num contexto de mudança, de grande crescimento económico e de reconstrução geral que Angola, tanto ao nível de infra-estruturas físicas como de formação do capital social, tem sido, a nível mundial, um centro de atenções, um motivo de extensas reflexões e diversos relatos que descrevem em pormenor o como se vive em Luanda. Não obstante, há um ponto que é comum em todas as descrições, os modos de viver opostos entre os seus habitantes, onde uns se distinguem pela riqueza e outros pela pobreza extrema. De facto, a maior parte da riqueza do país fica concentrada nas mãos de alguns. Segundo a Transparency International¹ Angola, não tem conseguido controlar o fenómeno da corrupção, passando de 158.^a posição (em 2008) na respectiva lista de países mais corruptos para 168.^a posição (em 2011) - o país mais corrupto encontra-se no 182.^o lugar. Assim, Angola é um estado “(...) que faz parte de um conjunto de países que apesar do seu potencial para gerar fortes rendimentos que poderiam aumentar o desenvolvimento social, acabaram por não conseguir traduzir a sua riqueza em programas sustentáveis de redução da pobreza (...)” (André, 2009). Este facto contribui para que Angola não ocupe uma posição muito boa no Índice de Desenvolvimento Humano

* Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa; Especialista em Administração e Gestão Educacional; é técnica de educação de projectos da cooperação portuguesa no Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e investigadora no Centro de Estudos Africanos do Porto (CEAUP). Viveu durante oito anos em Luanda-Angola (2003-2010), leccionou no ensino básico do primeiro ciclo e constituiu uma empresa de diferentes serviços educacionais em Luanda (acompanhamento pedagógico a alunos, língua portuguesa para estrangeiros e formação de professores) e de forma voluntária desenvolveu advocacia numa ONG angolana cujas dinâmicas decidiu investigar.

1 A Transparency International (TI), segundo os próprios estatutos, é uma ONG internacional que lidera a luta contra a corrupção. Ela une os povos numa poderosa coligação à escala mundial para pôr fim ao devastador impacto da corrupção ao redor do mundo. Esta instituição publica duas categorias de dados: por um lado o Índice de Percepções da Corrupção, a medida mais conhecida e utilizada de medição da corrupção em pesquisas científicas e, por outro lado, o Índice de Países Corruptores organizado do menos corrupto (1.^o Lugar) para o mais corrupto (180.^o), a que corresponde a uma escala de 10 pontos (livre de corrupção) e zero pontos (muito corrupto). Ver em http://www.transparency.org/publications/publications/other/corruption_perceptions_index_2011.

(IDH)², mais precisamente o 184.º lugar (PNUD, 2011)³ num total de 187 países, apesar dos evidentes esforços por parte do governo e de outras organizações para a promoção da igualdade de oportunidades, poder-se-á afirmar que crescimento económico é diferente de desenvolvimento, uma vez que, “(...) depois da guerra, Angola atingiu um crescimento económico de dois dígitos, mas os esforços de desenvolvimento vão a um ritmo mais lento (...)” (Ferreira, 2009, s.p.) e não se fazem sentir nas comunidades locais. Os países da África Subsariana, como é o caso de Angola, têm tentado cumprir o compromisso assumido de desenvolver a Educação para Todos, no entanto ainda há muito a fazer. O relatório da UNESCO de 2011 considera que “(...) o número de crianças fora da escola vem caindo muito lentamente. Em 2008, 67 milhões de crianças estavam fora da escola. O progresso em direcção à universalização da escolaridade está mais lento. Se as tendências actuais continuarem, pode haver mais crianças fora da escola em 2015 do que há hoje.” (UNESCO, 2011, p.5) Urge o tempo e cada vez há mais necessidade de se desenvolver uma educação sustentável, de se colocarem em prática ideias que resultem, ideias centradas no homem. Ideias que se inspirem no respeito pelo próximo, na satisfação das necessidades de base, na união da humanidade, na promoção da cidadania global, actos que contribuam para que a educação “primária” universal seja atingida até 2015 - um dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴ assumidos pela comunidade internacional na Declaração do Milénio pela Assembleia-geral das Nações Unidas. Ora, como se pode esperar este tipo de iniciativas da parte de países ditos subdesenvolvidos? O que esperar de Angola, que após ter aprovado o novo orçamento de estado atribuindo à educação apenas 8,5 %, apesar de mais de 50% da população adulta ser analfabeta? O que se espera de um povo constituído por uma geração mais velha que não teve a oportunidade de frequentar a escola devido aos anos de instabilidade política e de guerra em que viveu? Por outro lado, e agora por razões diferentes, relacionadas com a fase de reconstrução do país, a geração mais nova estará sentenciada a um destino semelhante? Necessitam-se não só de medidas concretas e contextualizadas que considerem tanto a geração mais velha como a futura geração, assim como de uma nova postura do Governo e da sua ação, pois não se pode pactuar com o presente, que impede uma melhor formação e educação do futuro cidadão angolano.

2 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) “(...) é um índice composto que pretende medir por aproximação a qualidade de vida ou o desenvolvimento humano de cada país a partir de três dimensões básicas da condição humana: longevidade, conhecimentos e rendimento económico. O índice é uma média ponderada dessas três componentes, rendimento económico, esperança de vida e nível de educação” (PNUD-Angola, 2005a, p. 29).

3 Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf

4 A declaração do Milénio, adoptada em 2000 por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas veio lançar um processo decisivo da cooperação a nível global no presente século. Nesta declaração foi dado um grande impulso às questões do Desenvolvimento, identificando os desafios centrais enfrentados pelo Homem com a aprovação dos ODM pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos, sendo eles:

- 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2 - Alcançar o ensino primário universal;
- 3 - Promover a igualdade entre sexos e a autonomização das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5 - Melhorar a saúde materna;
- 6 - Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças;
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8 - Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Retirado a 23-02-10 de <http://www.objectivo2015.org/>

2. A particular realidade comunitária nas periferias

Neste artigo pretende-se desenvolver uma abordagem reflexiva, não só sobre a realidade educativa angolana e as políticas da tutela que, ao querer responder aos compromissos internacionais, assume que a sua resposta é insuficiente perante as necessidades educativas nacionais e locais, assim como, analisar estas necessidades e entender como é que a comunidade devidamente organizada tem vindo a estruturar uma resposta de melhor governança com um papel complementar ao da tutela conseguindo, desta forma, maiores e melhores resultados. Correia e Pimenta (2007) creem que a educação “(...) *não deve acontecer ao sabor das conjunturas ou por decisão unilateral de alguma das entidades influenciadoras do processo, mas antes de forma programada, alicerçada na realidade local, participada e mobilizadora (...)*” (p. 4), assim, é observando a própria comunidade, o seu poder de iniciativa e analisando as suas dinâmicas de acção que esta reflexão propõe determinadas inferências que contribuirão para um melhor entendimento da realidade educativa angolana e, possivelmente poderá inspirar uma nova postura nacional de governança na educação a favor do desenvolvimento sustentável da escolarização e da própria comunidade. Posto isto, este artigo pretende assim (1) perceber a genealogia da AEC e o crescimento/ampliação do processo de escolarização e de alfabetização que dinamiza, (2) compreender as acções político-sociais de boa governança que contribuem para uma alternativa educativa angolana (3) perceber em que medida é que a acção da AEC contribui para o desenvolvimento sustentável da escolarização de base em Angola.

No sentido de alcançar os objectivos propostos, o estudo em que se baseia este artigo, seguiu uma abordagem interpretativa/qualitativa com características etnográficas, pois pretendia-se estudar em profundidade um grupo de pessoas organizadas e a respectiva acção. Para tal, a investigadora dispensou de muito do seu tempo para emergir no contexto de forma directa, embora sem modificar ou controlar o ambiente. A recolha de dados baseou-se não só, na observação participante (Patton, 1990) e no respectivo registo em notas de campo, assim como na realização de seis entrevistas a actores que de alguma forma conheciam o trabalho da AEC, referindo-se às suas dinâmicas de acção, informação fundamental para perceber a pertinência desta resposta educativa local, devidamente contextualizada.

O Bairro Hoji-ya-Henda é um bairro periférico da cidade de Luanda e, tal como a sua capital, padece igualmente de um enorme crescimento demográfico. Este facto contribui para haja uma deterioração da qualidade de vida dos seus habitantes, não só no que se refere às dificuldades de mobilidade, devido ao excesso de trânsito, como a nível social, pois cada um tenta sobreviver, por vezes, em condições precárias. Assim sendo e, por consequência, o contexto do bairro é fértil em histórias de suborno tanto na vida social como nas escolas, caracterizadas pelo aproveitamento do bem comum em benefício próprio, evidentes em diferentes áreas sociais e que afectam, directa e indirectamente, os habitantes deste bairro. No entanto, trata-se de uma comunidade empreendedora que procura satisfazer as suas próprias necessidades e participa no seu desenvolvimento económico, encontrando no mercado informal o sustento das suas famílias, assim como o dinheiro para pagar as propinas da escola dos seus filhos. Segundo um relatório desenvolvido pela comuna do bairro Hoji-Ya-Henda (Comissão de Moradores, 2004), foram identificados no município do Cazenga, um dos dez municípios da província de Luanda, diversos problemas relacionados com a educação. Entre eles, estavam as grandes dificuldades educativas, consequência das fracas capacidades monetárias dos pais, a falta de professores qualificados, o número

insuficiente de escolas públicas, o elevado índice de abandono escolar e/ou a exclusão escolar por não terem registo de nascimento ou por serem portadoras de deficiência. Além destes, havia a considerar a corrupção, o assédio sexual e o absentismo dos professores. Estes foram os motivos que impulsionaram a propagação das *escolas explicação* (situadas em quintais da comunidade) a ganharem expressão nos meios rurais e periféricos, devido ao seu carácter de gestão comunitária e mais tarde transformadas em escolas comunitárias com maior qualidade educativa, parecendo assim, numa primeira instância, a solução mais eficaz para todos estes problemas.

A literatura internacional denomina este tipo de escolas de diversas formas - *Escolas Comunitárias* ou *Escolas de Base*⁵. São estas escolas que continuam a surgir em Luanda como uma alternativa educativa. São espaços cedidos e geridos pela comunidade, onde o valor e modalidades de pagamento de propinas são negociados com estes, onde são poucas as exigências para matricular os filhos, por exemplo, não é obrigatório a apresentação de cédula e o horário é flexível e negociado. Têm como função principal escolarizar as crianças que não conseguem integrar-se na escola oficial ou nos dispendiosos colégios privados, chegam a acolher alunos que desistem da escola pública e apoiam pedagogicamente os alunos repetentes e/ou com grandes dificuldades. Não obstante, qual será o papel destas escolas do ensino informal em comunidades mais vulneráveis? Zoran Roca (2000) reflectiu sobre as necessidades e os potenciais que existem no contexto angolano para a introdução do ensino básico informal das “crianças de rua” em Angola, e afirma que “(...) a política de implementação da educação para todos deveria ser redefinida de maneira a libertar o sistema formal da responsabilidade com a qual não pode arcar. Deveria ser dado apoio a alternativas complementares, tais como a educação informal ou não convencional, (...) tal educação deveria ser confiada às ONG (...)” (p. 128). Segundo este autor, é essencial uma maior atenção a situações de exclusão educacional em Angola, consequência da pobreza que não tem sido oficialmente reconhecida e desenvolver uma verdadeira educação para todos possibilitando a instrução básica. Por sua vez, Lopes (2007) reflecte sobre a participação da comunidade tanto na educação, como no desenvolvimento local e estuda as escolas comunitárias da Guiné-Bissau como um outro bom exemplo. Assim sendo, segundo a autora, a participação das populações locais em colaboração com outras organizações civis desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento local. “(...) Pode-se afirmar que o envolvimento da comunidade local permite minorar os impactos negativos da pobreza no país e simultaneamente participar no cumprimento das metas internacionais de uma política de Educação para Todos (...)” (p. 91). Na mesma linha de pensamento, Gasses (2009) analisa estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali e sugere, precisamente, as escolas comunitárias como uma das estratégias mais viáveis, pois estas escolas, fruto de parcerias entre as ONG’s e outros parceiros, poderão ser reconhecidas de “*utilidade pública*” pelo próprio governo, como já aconteceu no Mali.

À procura de soluções concretas, em 2004, à semelhança do que aconteceu noutros países, a Aliança para a Promoção do Desenvolvimento da Comuna do Hoji-ya-henda (APDCH), uma plataforma de ONG’s angolanas, promoveu um programa de habilitação e formação de professores informais das escolas explicação, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino destas unidades. Depois de realizada a referida formação de professores, optou-se

5 Marchand (2000) nos seus estudos refere que todas elas são escolas criadas por iniciativa das comunidades, a nível informal do bairro ou da aldeia.

por formar uma equipa responsável apenas pela área humanitária e educativa designada de Associação das Escolas Comunitárias (ACE) e que acabou por adoptar os estatutos de uma organização não-governamental de carácter científico, cultural e humanitário, apolítica e sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, de acordo com a Lei 14/91 – Lei das Associações de Angola. A AEC deu continuidade aos propósitos da instituição anterior e originou a resposta educativa comunitária, de uma maior qualidade educativa, que se pretende analisar neste estudo e que actualmente reúne 46 escolas a si associadas.

Quadro 001 – Número de escolas associadas à AEC e a respectiva localização

Localização	N.º de Escolas
Cazenga	27
Cacuaco	14
Viana	3
Sambizanga	2
Total = 46 Escolas	

As escolas comunitárias, caracterizadas pelo ensino não formal e informal, não serão, nesta fase de alargamento da resposta educativa pública, uma resposta alternativa/complementar ao ensino público ou privado? Dentro das suas limitações, estas escolas conseguem reunir as condições para acolher as crianças de famílias mais carenciadas, integrando-as social e economicamente, pelo que evitam o analfabetismo e o rumo à dura vida das ruas. Portanto, à falta de outras alternativas, não será esta uma opção viável? Enquanto os grandes projectos se vão delineando e se aguardam os subsídios para os financiar, enquanto a escola pública se organiza e reúne as condições necessárias para acolher e educar todos os alunos, as escolas comunitárias escolarizam as crianças que não podem esperar mais para aprender, tirando-as das ruas, do trabalho infantil, dos vícios e da marginalidade. Não serão estas escolas comunitárias, organizadas em rede pela AEC, um contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade da escolarização em Angola?

3. Desenvolvimento sustentável da escolarização

A questão do desenvolvimento sustentável da escolarização alerta para uma real satisfação das necessidades básicas da sociedade, entre as quais está a importância de desenvolver projectos em parceria com a tutela, que consigam alargar a oferta educativa angolana para que todos tenham um real acesso à educação. Por esta via, estaremos a combater a pobreza, o analfabetismo, o trabalho infantil, ou seja, tudo ou quase tudo o que é insustentável em Angola, aumentando assim a qualidade de vida das comunidades, o seu bem-estar e felicidade, contribuindo para o desenvolvimento económico a médio e longo prazo, através de agentes de desenvolvimento tal como sugere a Declaração do Milénio.

Nesta reflexão, conceptualmente criaram-se três dimensões de análise: a internacional, a nacional e a local. Por um lado, e no que refere às duas primeiras, é através da análise de

alguns documentos, que se contextualiza o problema e o objecto de estudo propriamente dito, por outro lado, é na terceira dimensão de análise que emerge o nosso objecto de estudo cuja reflexão se foca particularmente.

Numa primeira dimensão, mais global, caracterizada pela *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*⁶, opta-se pela análise de dois documentos internacionais - *Educação para Todos: o compromisso de Dakar (UNESCO, 2001)* e na *Declaração de Bona (UNESCO, 2009)*, e infere-se que existe uma preocupação global em se desenvolver uma real educação para todos, sublinhando a obrigação que os governos possuem, nesta altura, em assegurar os ODM e as metas de Educação Para Todos. Para tal, os governos devem recorrer a parcerias não só entre países, mas também entre instituições, nomeadamente as ONG, pois estas possuem um conhecimento estruturado do contexto. O documento - *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*, também refere que a educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável. No segundo documento - *Declaração de Bona*, infere-se que a educação para o desenvolvimento sustentável é uma educação de qualidade para todos, baseada em valores, princípios e práticas necessárias para responder, eficazmente, às actuais e futuras mudanças. A educação vista desta forma contribui para a criação de sociedades resilientes e fornece as competências necessárias para encontrar soluções, recorrendo a práticas e conhecimentos incorporados em culturas locais, ressaltando que o progresso da educação para o desenvolvimento sustentável exige diferentes abordagens em diferentes contextos. Numa outra dimensão de análise, a nível nacional, enquadrada na fase de desconcentração e descentralização que tem vindo acontecer a nível governamental, em Angola, analisam-se dois documentos - o *Plano Estratégico para a Desconcentração e Descentralização (2001)*⁷ e a *Nova Constituição Angolana (2010)* que se estruturaram com base nas influências internacionais e que caracterizam alguns dos compromissos que o governo angolano acabou por assumir e de onde se destacam algumas premissas. Assim sendo, infere-se com a leitura e análise dos mesmos que o processo de descentralização e desconcentração é visto como uma solução eficaz para reduzir a pobreza e atingir os ODM. Para tal, foram traçados planos e um caminho, com algumas linhas de força a ser implementado de forma gradual e à medida das capacidades do nível local, integrando as instituições do poder tradicional e da sociedade civil em estruturas locais e por fim, desenvolver legislação adequada. Com o intuito de legalizar esta situação, o governo angolano revê o Decreto-Lei 17/99 e publica

6 A *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)* fundamenta-se na visão de um mundo onde todos tenham a oportunidade de beneficiar da educação e de aprender os valores, comportamentos e modos de vida exigidos para um futuro sustentável e para uma transformação positiva da sociedade. O objectivo geral desta *Década* é integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem, com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos (UNESCO, 2005). Pretende também contribuir para um aumento da qualidade e abrangência da educação e está presente, não só nas reformas educativas, mas também no plano de acção de Dakar de Educação Para Todo (EDT), na *Década das Nações Unidas para a Alfabetização* e nos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*.

7 No sentido de auxiliar na construção de uma Angola democrática está a ser desenvolvido um projecto-piloto, levado a cabo pelo Governo e Organizações não Governamentais, de desconcentração designado por PDM - Programa de Desenvolvimento Municipal. O PDM apoia os processos de descentralização do Governo de Angola através da partilha das boas práticas de cinco anos de experiência do programa promovendo a boa governação local participativa. Têm desenvolvido várias inovações que juntam os cidadãos e o governo local, capacitam as comunidades locais para influenciar a tomada de decisões e poder contribuir para reduzir a pobreza e a injustiça social. O PDM está a desenvolver-se em 5 municípios, nomeadamente, Cabinda, Andulo, Cuito Cuanavale, Chitato e Chicala Cholohanga no Huambo. Este PDM é implementado por três ONG, a Care, Development Workshop e Save the Children. Este programa de desenvolvimento local vê as suas actividades publicadas por um sítio na internet <http://www.md-p-angola.org/> ou no seu Boletim Vozes do Campo.

em Janeiro de 2007 o Decreto-Lei 02/07 sobre o *Quadro das atribuições, competências e o regime jurídico de organização e funcionamento dos governos provinciais, das autarquias municipais e comunais*, que tem vindo a aprofundar o processo de desconcentração. Mas este processo só acontece quando, tal como refere Ceita, (2005) existem as condições necessárias nomeadamente a “(...) i) existência de liberdade política; ii) papéis institucionais claros; iii) possibilidades de parcerias para implementar programas e em alguns casos, iv) treinamento e recursos financeiros (...)” (p. 5). Assim sendo, esta Lei, comparada com a anterior, apresenta algumas características inovadoras: define melhor as atribuições e competências de cada um dos níveis de governação local e considera, pela primeira vez, as administrações municipais como unidades orçamentais e institucionaliza os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) como órgão de apoio consultivo dos Governos Provinciais e Administrações Municipais e Comunais (decreto de Lei 02/07). Estas características influenciam potencialmente a redução da pobreza através da descentralização e a autonomia local. No entanto, a pretendida desconcentração ainda não foi alcançada de facto, devido à dificuldade que existe em transferir ou formar recursos humanos com capacidade de gestão local, e em disponibilizar verbas para desenvolver o processo. Sendo assim, o governo angolano assumiu o compromisso de reunir as condições para se concretizar esta medida, para tal recorreu ao trabalho cooperativo com diversos parceiros⁸. Face a esta incapacidade de despoletar uma desconcentração, parece-nos, pelo menos em teoria, que a descentralização será a melhor forma de fornecer serviços públicos de qualidade, mais flexíveis, mais personalizados e de prevenção superior.

Com os compromissos que o governo acaba por assumir e, certamente influenciado por uma agenda global, dando primazia à enorme necessidade de se desenvolver uma educação para todos e devidamente sustentável, numa perspectiva de desconcentração e descentralização do governo, contribui para que surjam, ao nível de uma dimensão local, respostas educativas como a das escolas comunitárias, devidamente organizada em rede através da AEC e que poderá inspirar a estruturação de novas políticas educativas nacionais no sentido de desenvolver uma completa e eficaz resposta educativa pública.

3.1. A AEC é uma estratégia educativa complementar à insustentabilidade da educação pública

Num meio socialmente agreste caracterizado pelo excesso de população, de trânsito e de histórias de corrupção, como é o caso do bairro do Hoji-Ya-Henda, a educação pública é insustentável. As infra-estruturas educativas públicas são poucas e as que existem são demasiado débeis, para não falar na ausência dos livros, que apesar de serem gratuitos para o ensino de base, acabam por não chegar às escolas, pois são encaminhados para o mercado informal. Existem poucos professores e os que existem têm pouca e/ou desadequada formação, não são assíduos às aulas e, por vezes, dedicam-se a práticas pouco condizentes com a função da escola. O sistema de educação de base é caracterizado pela falta de organização, com turmas numerosas (cerca de sessenta alunos) o que não contribui para uma

8 Entre outros o PNUD que pretendia apoiar a programação do desenvolvimento económico equitativo e governação democrática de acordo com as normas internacionalmente aceites, através do reforço das capacidades nacionais, a todos os níveis, dotando as comunidades e os cidadãos dos poderes para aumentar a sua participação nos processos de tomada de decisão e que terminou a 31 de Julho de 2010, teve como parceiros o Ministério da Administração do Território, Ministério das Finanças, Ministério do Planeamento, Embaixada da Noruega, Governo de Espanha e DFID. Para mais informações consultar www.ao.undp.org.

educação de qualidade. As causas de abandono em grande escala continuam a ser: a falta de motivação e de hábitos de frequência da escola, quer por parte dos alunos quer dos professores, questões de género, religião, questões de VIH-Sida e a falta de dinheiro para conseguir corresponder às exigências da corrupção silenciosa que caracteriza o meio. Um dos factores que contribui, em larga escala, para a exclusão escolar é a ausência da cédula pessoal para as respectivas matrículas. Nestes bairros desenvolve-se uma educação sem qualidade, existem grandes dificuldades em alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativo à educação e emergem diversos obstáculos em concretizar o processo de desconcentração e descentralização, não só devido às dificuldades de formação de recursos humanos locais e condições monetárias, como devido à não interiorização por parte da comunidade desta recente medida política.

Neste contexto, socialmente agreste e com uma oferta educativa pública deficiente e insuficiente, em 2004 emerge uma resposta alternativa e complementar ao sistema público, desenvolvida pela comunidade numa postura participativa, sob a responsabilidade da AEC, uma organização não lucrativa caracterizada pela solidariedade e voluntariado. As escolas associadas à AEC (que antes eram escolas explicação ou não) encontram-se organizadas em rede, sujeitas ao mesmo regulamento interno, estatutos, programas, formação pedagógica, material escolar e apoio científico e moral. Desta forma, tal como refere Luck (2003) a

“(...) formação de redes de parceria solidária (...) [onde] as escolas envolvidas (...) se apoiam reciprocamente no seu trabalho, mediante o intercâmbio de experiências e conhecimentos, de modo a melhorar e (...) efectivamente realizarem os seus objectivos educacionais. (...) [é] uma nova perspectiva de actuação que se torna fundamental para responder às constantes necessidades de adequação à evolução e complexidade do actual ambiente socioeconómico-cultural (...)” (p.127).

Todas estas características apresentam vantagens para as escolas que decidiram associar-se e contribuem para uma maior qualidade da resposta educativa comunitária. Não obstante, os grandes obstáculos que a AEC enfrenta, ao desenvolver a sua resposta educativa, são: a falta de condições físicas das escolas e a ausência de livros e manuais escolares; a falta de formação e de dinheiro para os subsídios dos professores; a manutenção dos professores na rede de escolas associadas; a fraca participação de alguns elementos que representam algumas das escolas associadas; a falta de pagamento das propinas, por parte dos encarregados de educação, pois estes fazem parte de uma comunidade realmente carente; a dificuldade em encontrar espaços para se constituírem salas de aula, mais perto da comunidade, que não têm qualquer oferta educativa acessível e, por último, a falta de um Centro de Recursos onde os professores possam ter formação, reunir e preparar as suas aulas podendo consultar uma pequena biblioteca. As intenções da AEC, apesar dos obstáculos que enfrenta diariamente, centram-se, essencialmente, em: oferecer uma segunda oportunidade de acesso ao ensino de crianças que, por diversas razões, nunca estudaram ou nunca conseguiram frequentar uma escola; continuar a educar a sua população e contribuir para o respectivo aumento da escolaridade; melhorar a organização da associação; continuar a apostar na formação dos seus professores, não só para constituir o seu corpo docente, assim como, para fornecer professores ao sistema de educação público; continuar a integrar crianças nas suas escolas, nem que para tal, a AEC tenha de providenciar as cédulas dos seus alunos; divulgar o seu trabalho, não só para que a comunidade o conheça e procure os seus serviços, assim como, para que

o próprio governo se familiarize com esta alternativa e se inspire em algumas estratégias ou resultados obtidos pela AEC, de modo a formular novas políticas públicas educativas; por último, a AEC pretende manter a parceria que possui com o Ministério da Educação (ME) e cumprir as suas orientações, no sentido, de melhorar a qualidade da sua resposta educativa. O crescimento e ampliação desta resposta educativa que a AEC oferece às comunidades mais vulneráveis assenta na organização das suas escolas em rede, o que evidencia uma realidade própria baseada numa comunidade pessoal (*Wellman apud Portugal, 2007*) uma forma específica de relação social, um conjunto de laços de companheirismo e entajuda – laços de comunidade que vão mais além das unidades geográficas de vizinhança, tornando o trabalho da associação mais seguro e organizado, com elementos mais autónomos no desempenho das suas funções e a trabalhar para um mesmo objectivo. Além disso, o crescimento e ampliação desta resposta educativa comunitária também se deve às estratégias adoptadas pela organização, sendo elas: um igual enquadramento para todas as escolas (regras, estatutos, direitos e deveres); o recrutamento dos professores realizado por uma comissão de avaliação organizada para o efeito e constituída por directores de escola e professores com mais experiência; a aposta na motivação dos professores oferecendo um subsídio, este valor depende não só do volume de trabalho, mas também do valor que cada escola associada consegue angariar das propinas; o enquadramento de todas as crianças, independentemente, de terem ou não a cédula pessoal. Quando a criança não tem cédula, a AEC em conjunto com o Ministério da Justiça, conseguem os documentos para elaborar a matrícula e constituir o processo escolar individual para que o aluno seja, posteriormente, encaminhado para o sistema público depois da sexta classe; a divulgação dos seus serviços para que a comunidade conheça a resposta educativa alternativa de qualidade a que podem ter acesso, conseguindo assim mais alunos, professores, apoios e mais escolas. A AEC assume um sistema financeiro de auto-sustento designado de *kixikila*⁹ e que permite a gestão do dinheiro de uma forma equitativa pelas escolas associadas e não depende de financiamentos externos, que não são certos; oferece uma resposta educativa controlada pelo ME, o que garante a qualidade da mesma, por exemplo, os professores não podem faltar e as escolas associadas têm que seguir o currículo nacional; tem uma postura de proximidade com as famílias e a preocupação em mostrar ao encarregado de educação as vantagens que as crianças obtêm no seu dia-a-dia ao frequentar a escola; desenvolve práticas de voluntariado e solidariedade que contribuem para a contextualização, sustentabilidade e ampliação da sua resposta educativa.

Este trabalho procura mostrar que a AEC desenvolve diversas estratégias que contribuem para a formação de professores e a sua rentabilização. Os professores recém-enquadrados na AEC são sujeitos a um período de formação (uma espécie de estágio). Ao longo da sua actividade lectiva, vão frequentando seminários e encontros de *refrescamento*, onde se desenvolve a partilha de experiências e formação contínua com o intuito de rentabilizar os conhecimentos adquiridos. Além disso, a AEC desenvolve vários cursos de formação e oferece bolsas aos professores para os frequentar. A formação acontece devido às parcerias que a AEC estabelece com o ME e outras empresas do ramo educacional. Por consequência, os próprios parceiros da AEC, na sua acção, acabam por constituir uma rede de parceiros que auxiliam a AEC nesta missão educativa, ainda que indirectamente.

9 Em quimbundo, uma língua nacional angolana (falada no noroeste do país, incluindo a província de Luanda), *Kixikila* é um termo usado para descrever os muitos esquemas informais, existente principalmente em países em desenvolvimento, que visam o apoio mútuo e financiamento com o intuito de colmatar as lacunas existentes na mobilização de recursos financeiros internos, com vista à prossecução de actividades económicas.

3.2. A AEC representa uma resposta educativa caracterizada por acções político-sociais de boa governança

Perante os diversos discursos sobre a globalização económica e as ameaças globais que persistem, independentemente dos objectivos pretendidos e das políticas defendidas, testemunham-se respostas sociais que emergem da prática cidadã individual ou em grupo. São respostas comunitárias e reactivas ao fenómeno da globalização. São respostas desencadeadas por movimentos sociais, que assentam na mobilização do local pelo local e, como consequência, pelo global, acompanhadas por uma série de oportunidades e novos papéis para as instâncias locais, no sentido de também elas, participarem no seu processo de desenvolvimento, pois simultaneamente acabam por participar no desenvolvimento do seu próprio país. Por exemplo, o acto que a AEC desenvolve de integrar todas as crianças nas suas escolas, mesmo as que não têm cédula pessoal, acabou por influenciar directa ou indirectamente a constituição das novas políticas educativas nacionais, isto porque não era prática comum a escola pública receber estas crianças. Por sua vez, este acto contribui para que o governo angolano tenha um número maior de alunos com acesso à educação, que por sua vez, este acto contribui para o cumprimento de compromisso a nível internacional – o de realizar a verdadeira Educação para Todos.

São respostas práticas legitimadas no que Santos (2001) denomina de globalização contra-hegemónica, representada pelos movimentos sociais, ONG's progressistas, idênticas às que se vêm articulando no Fórum Social Mundial e que consideram a globalização neoliberal como implacável, apontando um caminho alternativo, de carácter anticapitalista. Nesta linha de pensamento, acredita-se que "(...) a passividade, quer seja imposta por autoridades poderosas ou escolhida por hábitos enraizados, está em declínio" (OCDE, 2001, p. 14). É necessário que a sociedade identifique sinergias e actue, eficazmente, num sentido mais alargado e menos hierarquizado, que não fique simplesmente a assistir da sua "bancada popular" à degradação social dos países em desenvolvimento, nomeadamente Angola. *"As alterações neste sentido parecem ter boas hipóteses de prevalecerem durante mais tempo, desde que haja um alargamento e um aprofundamento contínuos da democracia (...) e do Estado de direito."* (idem), desde que cada um se sinta responsabilizado pelo seu futuro e desde que cada um participe no processo de governança do seu país. *"Se considerarmos governança (...) um exercício generalizado da autoridade (...)"* (OCDE, 2001, p. 11), ultimamente tem-se assistido a um aumento do dinamismo social, onde novas identidades com menor passividade e maior responsabilidade, em parceria ou em complementaridade com o estado, acabam por influenciar os modos de governar. A Comissão para a Governança Global¹⁰ define a governança como sendo a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os seus problemas comuns, é um processo contínuo que possibilita reunir interesses conflituosos e/ou diferentes e desenvolver acções de cooperação. Assiste-se, portanto, à substituição do acto de governar pela governança e, por vezes, as novas agências da sociedade disputam entre si o controle de um estado diferente, procuram um papel de destaque na governança, onde, por sua vez, o estado se limita ao papel regulador sem direccionar as políticas e os gover-

10 A Comissão para a Governança Global é um grupo independente formado por 28 líderes e intelectuais de diversas nacionalidades. A sua missão tem sido sugerir caminhos e alternativas para a construção de uma comunidade global. O trabalho de dois anos e meio desta comissão resultou num livro intitulado *Our Global Neighborhood* (Oxford University, 1995) publicado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, sob o título de *Nossa Comunidade Global* e que advoga que não há alternativa senão trabalhar em conjunto e usar o poder colectivo para criar um mundo melhor.

nados. Para Rosenau (2000), governança é muito mais que governo, engloba não só as instituições governamentais, mas também mecanismos informais, não-governamentais e que contribuem para que os governados actuem localmente e consigam satisfazer as suas necessidades. Numa realidade em que o estado procura restabelecer-se de quase trinta anos de conflito, como é o caso de Angola, e que ainda não consegue actuar a cem por cento em todas as áreas, esta postura fundamentalmente reguladora acaba por fazer sentido e possibilitar uma maior recolha de mais e melhores resultados, isto porque "(...) a noção de responsabilidade está no centro da governância [ou governança]" (OCDE, 2001, p. 196) e acaba por motivar os cidadãos à acção no sentido de cumprirem o seu dever em relação a causas para as quais estes se sentem motivados a agir.

Este estudo conclui que a resposta educativa sustentável da AEC é caracterizada por uma boa governança. A UNESCO, no seu Relatório de Monitoramento Global (2009), afirma que não há um modelo único para desenvolver a boa governança, pois cada país deve desenvolver estratégias nacionais e locais de acordo com os seus contextos. Segundo os autores Calame e Talmat (2001) e Sheng (s.d.), independentemente dos contextos, existem oito características principais a evidenciar nesses modelos: (1) *A participação* que significa que homens e mulheres devem participar igualmente nas actividades do governo, através de instituições ou representantes legítimos; (2) *A responsabilidade* que se relaciona com as instituições que foram desenhadas para servir os membros da sociedade como um todo e não apenas as pessoas privilegiadas; (3) *As decisões orientadas para um consenso*, decisões tomadas com a consciência de que os diferentes grupos da sociedade necessitam de mediar diferentes interesses; (4) *A efectividade e eficiência*, ou seja, a boa governança deve assegurar que os processos e as instituições produzam resultados que vão ao encontro das necessidades da sociedade ao mesmo tempo que, de forma eficiente, façam o melhor uso possível dos recursos que já existem e que estão à sua disposição; (5) *A equidade e inclusão* – a boa governança deve garantir que todos os grupos alcancem os objectivos da sociedade, essencialmente os mais vulneráveis; (6) *O estado de direito* – a boa governança requer uma estrutura legal justa que se aplique a todos os cidadãos do estado, independentemente da sua riqueza financeira, poder político, classe social, profissão, raça e sexo e os direitos humanos, em particular os das minorias; (7) *A prestação de contas (accountability)* é a chave da boa governança, tanto a instituições governamentais, as privadas e as organizações da sociedade civil deveriam ser fiscalizáveis pelos cidadãos e os seus parceiros institucionais; (8) *A transparência* - significa que as decisões tomadas pela instituição, assim como a fiscalização são realizadas de acordo com as regras e os regulamentos, além disso, a informação é divulgada de forma gratuita.

Assim sendo, AEC actua de acordo com grande parte das características, pois preocupa-se em promover a participação da comunidade em que está inserida. A comunidade participa na tomada de decisões, uma vez que os pais são chamados à escola, além disso a associação preocupa-se em reunir de três em três meses com a comunidade para a ouvir e juntos resolverem problemas, é a própria comunidade que auxilia a AEC a mobilizar os jovens e crianças a frequentar a escola. A direcção da AEC tem consciência da responsabilidade que acarreta em querer educar a comunidade em que está inserida e pretende ser realmente eficaz, responsabilizando-se pelos que são afectados pelas suas decisões. Esta questão é sublinhada quando alguns professores referem que aceitam ser directores adjuntos de directores de escola que não têm qualquer formação em educação (simplesmente são os donos de escola ou familiares) para, desta forma, evitar que aquela escola não fique sem um director com co-

nhecimentos em educação ou para que não se coloque em causa a constituição de uma escola naquela zona, por falta de um director com conhecimentos educativos. A associação e/ou algumas escolas associadas também desenvolvem actividades ao fim-de-semana, não só para formar os jovens, mas também para mantê-los ocupados, actividades muito bem vistas pelos encarregados de educação ao ter os seus filhos à responsabilidade da escola da comunidade. A responsabilidade desta instituição evidencia-se também pelas estratégias de proximidade que esta desenvolve com as famílias, entre outras, os encontros em comunidade, as visitas ao domicílio, assim como, a negociação do valor da propina que a AEC desenvolve com a comunidade e que a escola estabelecerá, sempre de acordo com as posses das famílias. Mas a associação não se responsabiliza apenas pelos alunos e a comunidade, mas também pelos seus professores, uma vez que, com o intuito de os motivar para o trabalho educativo comunitário, oferece-lhes um subsídio de acordo com as possibilidades monetárias de cada escola. A AEC defende que é necessário haver um caminho e uma visão para a comunidade, em que todos se revejam e que, desta forma, contribuam para o desenvolvimento humano sustentável. As acções da associação são tomadas com base numa orientação por consenso, por exemplo, no caso de haver situações de fome nas escolas comunitárias serão imediatamente accionadas diversas estratégias para resolver a situação; os professores estão sensibilizados para tal. Um outro exemplo refere-se às escolas associadas, que sabem e concordam, que não poderão colocar entraves ao enquadramento das crianças, mesmo que estas não tenham a cédula pessoal, pois é consensual na AEC que é necessário educar, independentemente, de existirem ou não os documentos, as condições ideias ou de, efectivamente, serem realizados os pagamentos das propinas. Em suma, os professores sabem e são formados pela associação para estar atentos a estas situações sociais mais problemáticas. Os professores comunitários acabam por funcionar, neste âmbito, como fiscalizadores sociais comunitários e agentes de desenvolvimento.

No sentido de desenvolver uma real resposta educativa comunitária, caracterizada pela efectividade e eficiência, na ausência de professores formados, a melhor forma de responder que a AEC encontra é contratar professores não formados e, simultaneamente, apostar na sua formação quando enquadrados pela associação. Assim, a eficiência da resposta da AEC passa por desenvolver uma resposta educativa eficaz para todos, pois todos têm o direito de aprender. A associação não coloca entraves ao enquadramento dos alunos (cédula pessoal ou propinas). Assim sendo, com o objectivo de recrutar mais alunos e professores, a associação recorre ao recurso de mais fácil acesso que é o *passa-palavra*, isto porque uma associação que se pretende eficaz - aquela que realmente produz recorrendo ao mínimo de recursos, e eficiente - que produz com qualidade e de forma permanente - não pode esperar pelas condições ideais para educar uma nova geração, uma vez que, esta não pode esperar. A AEC desenvolve uma resposta educativa que se caracteriza pela equidade e inclusão. Assim sendo, a governança local deve conduzir a um caminho que promova o desenvolvimento económico de todos os grupos sociais, essencialmente, os mais carenciados. Assim sendo, como os salários de alguns encarregados de educação nem sempre são suficientes para pagar as propinas dos seus filhos, a AEC desenvolve diferentes formas de o conseguirem, sempre de acordo, com as condições de vida das respectivas famílias. Isto porque a educação é, considerada pela AEC, como a chave do futuro.

Com o intuito de desenvolver uma resposta educativa sustentável, a AEC presta contas e tem consciência de que todas as instituições devem ser fiscalizáveis, não só pelos parceiros, mas também por aqueles que são afectados pelas suas decisões. Assim sendo, o seu

trabalho é acompanhado pelo ME, com o objectivo de confirmar se a associação segue o currículo nacional, desenvolve reuniões e visitas frequentes às escolas associadas o que contribui para uma maior qualidade na resposta educativa que oferece à sua comunidade. Evidencia-se que uma resposta educativa sustentável passa também por ser transparente, por se preocupar em informar a comunidade educativa, pois a boa comunicação interna e externa resulta num clima de confiança. A publicação dos alvarás das escolas, por parte do ME, será uma medida bem-vinda pela AEC, pois ajudará a esclarecer determinados constrangimentos, nomeadamente, fechar escolas que se dizem escolas comunitárias associadas à AEC, mas que não se identificam com os valores e filosofia da sua acção. Também será bem-vinda a publicação de um valor máximo a estabelecer para as propinas, com o intuito da AEC rever os preços praticados nas diferentes zonas em que se encontram as escolas associadas e torne a sua actividade mais justa e transparente. Isto porque, parece que existem algumas dúvidas sobre a transparência contabilística destas escolas, pois não há hábitos de avaliação e de divulgação dos resultados, não só perante os pais como por parte das escolas associadas à direcção da AEC.

Numa perspectiva de um *novo localismo* (Gómez, 2007), este tipo de empreendimentos solidários é bem visto pelas instituições internacionais e, muitas vezes, recomendado. A AEC constitui uma resposta válida para um desenvolvimento comunitário real e sustentável, devido ao contacto e ao conhecimento que possui do contexto local, assim como o papel fulcral que esta apresenta no ensino dos adultos. A associação desenvolve um projecto que supera algumas das críticas mais realizadas a projectos de desenvolvimento local, isto porque o projecto emerge da própria comunidade onde está inserido, é fruto das relações de vizinhança de carácter local e não é importado; a sua resposta é complementar e responde às verdadeiras necessidades sentidas localmente; a AEC não corre o risco de vir a realizar actividades repetidas, pois esta rentabiliza o que já existe, nomeadamente, as escolas de explicação transformando-as em comunitárias; a sua actividade educativa é controlada pelo ME, desde a sua concepção à manutenção, e possibilita a participação da comunidade. A coordenação da AEC têm consciência de que é necessário aprender com os erros e rentabilizar os recursos apostando num trabalho de parceria, em rede, em prol de uma maior qualidade educativa. É de valorizar o papel fundamental do Estado na actuação da AEC, principalmente neste contexto (angolano) onde as organizações civis, ainda com pouca experiência, necessitam de um parceiro que regule as suas actividades e credibilize o seu trabalho. Este trabalho, com base nas respostas que obteve das entrevistas, evidencia que a relação que existe entre a AEC e o ME contribui para o desenvolvimento de uma alternativa educativa e inovadora de escolarização em Angola. É uma relação de parceria que permite desenvolver um trabalho em colaboração no sentido de diminuir o índice de analfabetismo, desenvolver uma resposta educativa de maior qualidade e devidamente reconhecida, recolher dados concretos e credíveis que contribuam para o estudo estatístico nacional e, simultaneamente, permitir que exista uma maior formação dos professores da AEC que, por vezes, são cedidos ao estado com o intuito de suprir as necessidades nacionais. Esta parceria também apresenta vantagens para o ME, uma vez que o número de escolas a funcionar com a sua supervisão é maior, o que contribui para a diminuição do número de alunos que se encontra fora do sistema de ensino. Além disso, através da AEC, o ME acaba por ter um maior conhecimento da comunidade, o que anteriormente não tinha. Com esta postura cooperante e um trabalho em parceria, a AEC e o ME envolvem-se num trabalho constante contribuindo para a construção de uma alternativa educativa sustentável angolana.

3.3. A AEC é um contributo para a sustentabilidade da escolarização de base em Angola

A AEC contribui para a sustentabilidade da escolarização de base porque se apresenta como um exemplo de inovação educacional contextualizado baseado nas escolas comunitárias e na sua organização em rede. Assim sendo, as escolas comunitárias em Angola surgem da dinâmica social activa ligada inicialmente ao sistema informal, mas que, após um longo e árduo trabalho educacional popular de base, acabam por estabelecer parceria com a tutela, que por sua vez, mantém uma função reguladora. As escolas comunitárias, para além de permitirem o desenvolvimento de uma educação mais participativa, ao instigarem um processo de conscientização comunitária, contribuem para a superação da falta de escolas nas comunidades mais carenciadas, enquanto o estado não reúne as condições necessárias para que todos tenham acesso ao primeiro e segundo níveis de escolarização, assim como à alfabetização. Segundo diversos autores (Abrantes, Minayo, Ribeiro e Sposito, Montenegro, Ferreira de Souza, Bandeira, entre outros) as escolas comunitárias surgem devido à crise da escola pública. Uma crise que se manifesta em três instâncias, tal como tem vindo acontecer em Angola, a insuficiência de escolas públicas, a ineficiência do ensino desenvolvido e a fraca distribuição espacial da rede pública de ensino. Perante tal realidade, a sociedade civil activa, atenta e organizada inova e procura estabelecer parcerias com o estado. A tutela, por sua vez, responde com medidas políticas de desconcentração e de descentralização, o que contribui para que se reúnam as condições favoráveis para que as ONG's e as OC's assumam cada vez mais as actividades e responsabilidades em lidar com os problemas inerentes a populações mais carenciadas no sentido de serem parceiros na resolução de problemas, nomeadamente, o da educação.

São as relações com o terceiro sector que “(...) *parecem poder constituir-se como alternativas credíveis para uma reinvenção solidária do Estado (...)*” (Fischman, 2002, p. 90) e que parecem contribuir para que sejam repostos os valores de justiça, equidade, cidadania, igualdade, cooperação, solidariedade e participação do domínio público, valores que legitimam os princípios da comunidade e que fundamentam as políticas educativas actuais em função de um bem comum local. No sentido de buscar outras lógicas de governança em Angola, este estudo esteve atento a diferentes experiências políticas educativas caracterizadas pela participação das comunidades, “(...) *alguns podem argumentar que tais políticas são pontuais e de acção restrita, não podendo ser tomadas como “modelos” para acção do Estado. Entretanto, talvez exactamente aí reside o mérito das propostas alternativas: a não existência de modelos*” (Moraes, 2009, p. 163) contribuindo para a inovação educativa, baseadas não em modelos pré-estabelecidos ou resultantes de uma contaminação política educativa exterior, mas fundamentada nos discursos e na acção participativa das comunidades.

Ora, uma forma “(...) *paradigmática de assegurar esta articulação e a mediação dos interesses desta multiplicidade de actores implicados nas questões públicas, cada vez mais destacada na literatura da especialidade e no discurso político, é a organização em rede (...)*” (Lima, 2007, p. 166). O estabelecimento de redes de parcerias entre os actores colectivos e o estado, segundo Afonso (2003), são alternativas das mais inovadoras e interessantes que se têm vindo a verificar nas actuais políticas educativas. Consciente da importância do estabelecimento de redes e à luz da doutrina da Nova Gestão Pública, segundo Lima (2007), o estado tem alterado o seu modo de actuação, atenuando o seu poder centralizador

e promovendo a ideia de estado regulador, supervisor, mediador e avaliador, invocando as políticas colaborativas de rede. Considera-se assim, fundamental que políticas educativas alternativas e inovadoras, baseadas nas organizações em rede, se desenvolvam no sentido de completar o trabalho do governo para adequar as suas políticas às verdadeiras necessidades locais, uma vez que

“(...) é inegável que elas [as redes] podem constituir instâncias de capacitação local; podem funcionar como mecanismos de concertação de uma acção colectiva emergente e abrir espaços de promoção e de aprofundamento de uma participação genuinamente democrática dos cidadãos nos assuntos educativos. Potencialmente, a governação em rede pode estimular níveis de participação e de envolvimento dos cidadãos nas questões públicas que eram, até há bem pouco tempo, inimagináveis nos sistemas de governação mais tradicionais (...)” (Lima 2006, p. 16)

como no caso de Angola. Assim sendo, este estudo mostra que a organização em rede desenvolvida por esta associação, quer internamente - entre as escolas associadas - assim como externamente - entre as instituições parceiras, entre elas o Estado - contribui para que a resposta educativa comunitária desenvolvida pela associação seja particularmente contextualizada e acessível a todos. A resposta educativa da associação é um contributo para a sustentabilidade da escolarização, também porque desenvolve uma verdadeira educação para todos, uma vez que: integra todas as crianças no ensino sem quaisquer exigências, quer crianças não escolarizadas quer crianças que frequentam a escola pública, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem; a associação oferece um serviço educativo de maior qualidade e, devidamente estruturado, em parceria e desenvolve a educação para adultos em zonas mais problemáticas. A AEC desenvolve uma escolarização de base sustentável, pois a sua resposta caracteriza-se pela solidariedade e pela proximidade com a comunidade, apesar de não receber o pagamento das propinas, por exemplo, este facto não impede a criança de frequentar a escola, além disso a AEC trata das cédulas individuais dos seus alunos quando necessário e rege-se por um sistema monetário designado *kixikila* que permite distribuir de forma equitativa o dinheiro da associação pela sua rede de escolas associadas. Além disso a AEC promove estilos de vida intencionais, pois satisfaz as necessidades de hoje em equilíbrio com as futuras gerações: dá o exemplo e pretende educar todos os cidadãos, desenvolvendo comportamentos solidários, quer nos professores quer nos alunos, desenvolve campanhas de consciencialização de crianças no que se refere aos seus direitos e deveres, em que estas, por sua vez, serão responsáveis por consciencializar outras crianças. A AEC vê a escolarização como um factor muito importante no combate à pobreza, pois é com a escolarização ou alfabetização dos cidadãos que obterão as bases para um melhor desempenho profissional e melhores condições de vida.

5. Considerações Finais

Este estudo conclui que a AEC se apresenta como uma oportunidade de mudança para o ensino de base: os agentes educativos acreditam naquilo que fazem, têm consciência de que a associação não é a detentora da educação, apenas um parceiro fundamental

para que esta chegue realmente a todos. É com base nesta ideia que a AEC possui a preocupação em divulgar o seu trabalho, com base em acções de boa governança, para que o governo o conheça melhor e que as suas estratégias contribuam para a criação de novas políticas educativas públicas. As oportunidades de mudança estão também nesta fase de descentralização e desconcentração que o governo desenvolve, não só no que refere à tomada de decisões, como na intenção de canalizar fundos monetários. A própria Repartição Municipal da Educação admite que o ME poderia oferecer uma ajuda monetária ao processo de parceria entre a AEC e o ME na área da educação. As oportunidades de mudança da resposta educativa pública não se baseiam em importar modelos educativos que acabam por não ser implementados, mas encontram-se no terreno, na criatividade da população em responder às suas necessidades com base numa economia solidária, num trabalho sustentável em parceria ou na colaboração directa com o ME, devidamente organizado em rede. A mudança no ensino encontra-se, essencialmente, em fazer alterações no ensino de base e atingir os ODM no que se refere à educação primária. No entanto, não basta ter verbas para o realizar, é necessária organização no sistema, a preocupação em rentabilizar os recursos, apostar em estratégias educativas alternativas e complementares para obter mais e melhores resultados e que a AEC tão bem conhece. As oportunidades de mudança encontram-se na intervenção da AEC e na sua resposta educativa cuidada, baseada na equidade, na participação, no trabalho de colaboração que desenvolve com o ME, permitindo-lhe realizar um trabalho controlado, avaliado e contextualizado.

A grande oportunidade de mudança assenta, essencialmente, no acreditar em projectos nacionais e não ficar à espera dos grandes projectos e financiamentos que acabam por não se concretizar. A mudança está no acreditar e desenvolver um trabalho colaborativo com o intuito de estruturar novas políticas educativas públicas, devidamente contextualizadas e sustentadas nos recursos a que Angola tem realmente acesso nas suas comunidades.

Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2003), Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira*, 22, pp. 35 a 46.
- André, C. (2009), Segundo a Transparency International África continua a navegar na corrupção. *Jornal Angolense*, p. 11.
- Calame, P. & Talmant, A. (2001), *Questão do estado no coração do futuro: o mecano da governança*. Brasil: Editora Vozes.
- Ceita, C. (2005), *Sociedade Civil versus Luta contra a Pobreza e Promoção Social. Uma comunicação elaborada por um especialista de programas pobreza & segurança humana da PNUD*. Recuperado em Abril, 07, 2010, de <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/sociverpo.pdf>.
- Comissão de Moradores, Grupos de jovens e adolescentes com o apoio do MINARS, INAC & Save the Children UK (2004), *Análise da protecção dos direitos da criança na Comunidade do Hoji-ya-henda*. Município do Cazenga.
- Correia, M. & Pimenta, C. (2007), *Ordenamento estratégico da educação*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), pp. 1 a 26. Recuperado em Janeiro, a 23 de 2010 em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/WP_2007_02.pdf.

- Ferreira, J. (2009), A ajuda da CE desde operações de emergência ao reforço de capacidades. *Revista das Relações e Cooperação entre África, Caraíbas, Pacífico e a União Europeia – O CORREIO*. Recuperado em Novembro, 26 de 2009 em <http://www.acp-eucorier.info/A-ajuda-da-CE-vai-desde-o.667.o.html?&L=3>.
- Fischman, G. (2002), *Intelectuais, burros ou superprofessores? Os educadores populares em tempos de ajuste estrutural*. Currículo sem Fronteiras, 2 (2), pp. 79 a 106. Recuperado em Março, 3 de 2010 em www.curriculosemfronteiras.org.
- Gasses, S. (2009), Inclusão versus exclusão escolar: as estratégias de luta contra o analfabetismo no Mali. *Revista Teias*, 10, n.º 19, pp. 1 a 17.
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007), *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto, Editora Profedições, Lda.
- Lima, J. (2006), A Governação em Rede na Educação: Potencialidades e Riscos. *Revista do Fórum Português da Administração Educacional*, n.º 6, pp. 6 a 18. Portugal: Lisboa.
- Lima, J. (2007), Redes na educação: questões políticas e conceptuais. *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (2), pp. 151 a 181. Braga: CIED – Universidade do Minho.
- Lopes, C. (2007), *Participação das populações locais no desenvolvimento da educação – Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá*. Guiné-Bissau 2004-2006. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- Luck, H. (2003, Maio/Dez), Como formar redes de escolas solidárias. *Revista FAE*, 6, 2, pp. 125 a 136.
- Marchand, J. (2000), *Les écoles communautaires – Mali, Senegal, Togo*. Paris: Institut International de Planification de l'éducation. UNESCO.
- Moraes, S. (2009, Maio/Ago), (Re)Discutindo a acção do estado na formulação e implementação das políticas educacionais. *Revista Educação*, 32, 2, pp. 159 a 164.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2001). *A Governância no século XXI*. Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia (GEPE).
- Patton, M.Q. (1990), *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Portugal, S. (2007, Março), *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.º 271.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e Equidade - um futuro melhor para todos*. Estados Unidos da América: Colorcra of Virginia.
- Roca, Z. (2000), *As “Crianças de Rua” em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Rosenau, J. (2000), Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In J. Rosenau & E. Czempiel. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, pp. 11 a 46. Brasília: Ed. Unb e São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Santos, B. (2001), Os processos de globalização, in Santos, B. org., *Globalização: fatalidade ou utopia?*, pp. 33 a 106. Porto: Afrontamento.
- Sheng, Y. (s.d.), *What is a good governance?* United Nations, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. Recuperado em Maio, 28 de 2011 de <http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.pdf>.

UNESCO (2005, Maio), *Década das nações unidas da educação para o desenvolvimento sustentável – 2005-2014*. Documento Final Plano Internacional de Implementação, Brasília. Edições UNESCO.

UNESCO (2009), *Relatório de Monitoramento Global. Superando desigualdades: por que a governança é importante*. Brasil: Moderna.

UNESCO (2011), *Relatório de Monitoramento Global de EPT. A crise oculta: conflitos armados e educação*. Brasil: Moderna.

Ke Mese, a casa do professor em S. Tomé

Partilha de uma experiência de construção*

Sandra M. C. Fernandes**
Sofia R. V. Alexandre***

p. 153-161

Introdução

Em S. Tomé e Príncipe, no Liceu Nacional de S. Tomé, construiu-se uma casa. Essa casa foi especialmente preparada para um público muito particular, os professores do ensino secundário, com o intuito de lhes proporcionar condições de trabalho à altura dos desafios que enfrentam. Esta casa chama-se *Ke Mese*, que quer dizer, no crioulo forro falado em S. Tomé, a Casa do Mestre.

O *Ke Mese*, tem os seus alicerces num plano de ação denominado “Operacionalização do Centro de Formação e Recursos *Ke Mese* para professores em S. Tomé”, que foi desenhado no ano letivo de 2009/2010, no âmbito do projeto Escola+. A casa abriu no ano letivo seguinte. Levamos-vos de seguida a conhecer a casa, começando pelo terreno de construção, passando pelas condições que oferece, por quem lá habita, por quem lá trabalha e pelo planeamento de manutenção necessário para que a casa se mantenha firme.

Finalmente, mostrar-vos-emos uma panorâmica de como funcionou o *Ke Mese* no seu primeiro ano de existência e das lições aprendidas após pensar, criar e habitar essa casa. Façam favor de entrar!

O terreno

Em S. Tomé e Príncipe existem cerca de 515 professores do ensino secundário, dos quais cerca de 41%, ou não possuem formação de nível superior ou não possuem formação específica para o ensino. É num terreno educativo com constrangimentos e dificuldades de ordens diversas que se movem os professores santomenses, trabalhando em programas desatualizados, com um reduzido acesso a materiais didáticos e apresentando

* Agradecimento ao Instituto Marquês de Valle Flôr.

** Coordenadora Pedagógica do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné Bissau (PASEG).

*** Mestranda - FCSH-UNL.

profundas lacunas de cariz científico-pedagógico e de domínio das novas tecnologias. Urgia, então, dar a devida atenção ao trabalho destes professores, ao caminho que havia a percorrer para chegar até eles e ao modo de os convidar, munidos das condições necessárias, a investir com mais afinco na sua profissão, acreditando-a como potenciadora do desenvolvimento do capital humano do país.

O Centro de Formação e Recursos (CFR) *Ke Mese* surge neste contexto e no âmbito do projeto *Escola+*, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), cujo propósito é o de contribuir para o desenvolvimento sócioeconómico de São Tomé e Príncipe através do reforço da estrutura e da dinâmica do ensino secundário no país. Assim, este projeto foi apresentado e implementado como plano de ação promotor da capacitação dos recursos humanos que constituíam o público-alvo desse projeto de maior envergadura. Nesta medida, a sua elaboração envolveu a concertação de ideias de professores santomenses e portugueses, da Direção do Liceu Nacional de S. Tomé e da Coordenação do projeto *Escola+*.

A ideia foi criar um Centro de Formação e Recursos único no país em dimensão e características, pensado para potenciar o investimento na profissão docente. Um Centro de Formação e Recursos para professores bem equipado, e se bem exploradas as suas potencialidades, representa um bem precioso em qualquer sistema educativo. Em São Tomé, o CFR possibilitaria um maior investimento por parte dos professores na sua profissão através da criação de acesso a condições e recursos privilegiados para o seu desempenho. Com efeito, em São Tomé existem necessidades prementes de recursos educativos humanos e materiais, a saber, graves problemas de energia, falta de condições de trabalho a ser realizado pelos professores, quer no seu local de trabalho, quer nas suas residências, bem como dificuldade ou impossibilidade de acesso dos docentes a materiais didáticos e às novas tecnologias. É ainda importante notar que as escolas estão sobrelotadas, as infraestruturas são fracas e existe uma única escola com o 2.º ciclo do ensino secundário na ilha de São Tomé, o Liceu Nacional. A todas estas necessidades prementes veio esta casa responder, revelando-se ainda um importante ponto de apoio e sustentação ao processo de reforma curricular, nomeadamente no que respeitou ao acolhimento de ações de formação de professores.

A casa

A casa pensada para os professores em São Tomé, o *Ke Mese*, foi projetada para ter lugar no Liceu Nacional, a instituição educativa com maior número de professores e alunos do ensino secundário em São Tomé e Príncipe.

Este Centro de Formação e Recursos incluiu, desde a sua criação, dois espaços distintos no Liceu Nacional, sendo que um é considerado a sede e o outro entendido como uma filial do primeiro.

O *Ke Mese* encontra-se dividido em várias secções funcionais, a saber: Biblioteca, Informática, Sala de Formação e Reprografia. Na Biblioteca proporciona-se o acesso a manuais atualizados, livros técnicos, livros de didática e pedagogia e outros materiais didáticos. Entre os livros existentes, foi feita uma seleta de livros disponíveis para requisição domiciliária. Outros livros foram destinados para venda ao professor, uma vez que em São Tomé é bastante difícil ter acesso a este tipo de recursos. A secção de

Informática está apetrechada com computadores com acesso à internet (acesso restrito a sites de interesse profissional), impressoras e scanner disponíveis para os docentes trabalharem. A Sala de Formação disponibiliza recursos humanos e materiais para apoio à realização de formações e *workshops*, calendarizados no início de cada ano letivo, bem como à realização de sessões de acompanhamento contínuas aos professores envolvidos na lecionação dos níveis de escolaridade que vão sendo objeto de reforma curricular no âmbito da ação do projeto *Escola+*. Finalmente, a Reprografia destina-se à reprodução de materiais de âmbito educativo e veio fazer a diferença, na medida em que incentivou, pelo bom funcionamento e baixo custo dos serviços prestados, os professores a produzirem e a reproduzirem alguns materiais didáticos, como documentos de leitura, testes de avaliação e fichas de trabalho.

Não obstante a necessária importação de alguns materiais no processo de apetrechamento da casa, o processo de criação e dinamização do *Ke Mese* neste primeiro ano de vida primou pela valorização dos recursos humanos e materiais locais, sendo disto exemplo o recrutamento de técnicos especializados formados no próprio Liceu Nacional, bem como a decoração e disposição dos recursos nos espaços da casa.

Quem habita

Os beneficiários diretos deste projeto são os professores do ensino secundário, que podem usufruir dos recursos e materiais didáticos que promovem um maior investimento na sua formação e contribuem para o suprimento de lacunas a nível científico e pedagógico, nesta casa pensada para o acolhimento daqueles que se motivem com os desafios da sua profissão.

Apesar desta casa do mestre se situar no Liceu Nacional e de, por razões geográficas e estratégicas, estar mais direcionado para os professores desta instituição, este centro dirige-se também aos professores das outras escolas secundárias, funcionando, assim, enquanto plataforma de apoio ao trabalho e formação de todos os professores do ensino secundário.

São ainda beneficiários indiretos os alunos de todos os professores que usufruam das potencialidades do *Ke Mese*. O investimento que os professores fazem na sua formação poderá vir a converter-se num alargar de horizontes, em termos de estratégias, de materiais pedagógicos utilizados e de rigor científico. Por conseguinte, potenciará um enriquecimento das aprendizagens, um ensino mais capaz, possibilitando que os alunos adquiram novas competências e melhor se preparem para intervirem ativamente no mundo que os rodeia.

O que oferece

Seguem-se algumas informações acerca das valências e funcionamento desta casa em termos de serviços disponíveis.

KE MESE		
Serviços disponíveis		
Reprografia	Biblioteca	Informática
Reprodução de cópias e impressões para venda ao professor	Requisição de livros (para consulta no próprio espaço ou requisição domiciliária) Realização de exposições Venda de livros para os professores	Apoio à utilização das tecnologias de informação e de comunicação Utilização do computador sob a ótica do utilizador Acesso à Internet Digitalização de documentos
Formação		
Divulgação de informação: <ul style="list-style-type: none"> - Dossiers informativos para consulta (ex.: “Legislação para professores”); - Documentação das ações de formação realizadas no CFR. Apoio às sessões de formação aos professores ao nível da: <ul style="list-style-type: none"> - calendarização e publicitação das sessões de formação aos professores envolvidos na lecionação dos níveis de escolaridades envolvidos no processo de Reforma Curricular em curso; - preparação do espaço; - requisição de livros; - utilização da sala de informática; - reprodução de cópias; -requisição dos dossiers de acompanhamento de todas as disciplinas. Preparação de oficinas de formação pontuais para os professores sobre temáticas relacionadas com o trabalho docente.		

Como se gere

Para promoção da participação efetiva e responsável da entidade que acolhia o Centro e pensando nas autonomia e sustentabilidade do mesmo, a gestão do *Ke Mese* foi realizada, desde o arranque do projeto, pelas duas partes implicadas: o Liceu Nacional de S. Tomé e o projeto *Escola+*. Assim, criou-se uma Comissão Gestora para o Centro, constituída por vários elementos de ambas as entidades. A esta Comissão Gestora cabe pensar, acompanhar e avaliar a implementação do plano de ação para a operacionalização do CFR e fortalecer as estratégias que visam a sustentabilidade do mesmo. As principais e mais importantes decisões relativas ao *Ke Mese* são tomadas em reuniões de Comissão Gestora.

Esta Comissão delegava a operacionalização do Centro propriamente dita em três dos seus elementos: os técnicos de gestão.

Estes têm a seu cargo a capacitação e gestão dos recursos humanos ao serviço do CFR (técnicos de informática e técnicos de biblioteca), a contabilidade, o tratamento de dados estatísticos, a gestão protocolar, a manutenção do equipamento, a gestão de bens con-

sumíveis e a criação de estratégias de divulgação. No primeiro ano de funcionamento do Centro as funções acima referidas foram desempenhadas por dois agentes da cooperação e um agente local (professor do quadro do Liceu Nacional). Mais se acrescenta que, numa lógica de apropriação local das estruturas montadas e dos serviços oferecidos, esta equipa deverá capacitar pelo menos mais um técnico de gestão local. Conforme a equipa local for ficando preparada, os agentes da cooperação assumirão cada vez menos funções até o Centro ficar completamente autónomo em mãos santomenses.

Quem trabalha na casa

A intervenção dos técnicos locais integrados no Centro de Formação e Recursos foi trabalhada como uma questão central em todo este processo. Esta preocupação deveu-se ao facto de se ter a intenção de prestar um serviço de qualidade aos professores e de tornar toda a envolvimento e tratamento cativantes. Por outro lado, foram tidas em conta características muito específicas do público-alvo, como o facto de os professores revelarem por vezes algum embaraço em demonstrar e em lidar com as suas dificuldades. O que se pretendia é que os professores tivessem todas as condições para investirem na melhoria das suas competências e os técnicos estivessem à altura de saber otimizar a oferta do *Ke Mese* e torná-la apetecível e funcional para os professores. Assim, a seleção dos técnicos foi criteriosa e cuidada, incluindo preocupações com equilíbrio de género, e o investimento no processo de recrutamento e de formação dos técnicos foi considerado primordial. A capacitação dos técnicos foi realizada pelos técnicos de gestão, de modo intensivo numa fase inicial, e sistematicamente ao longo de todo o primeiro ano de funcionamento do centro.

Sustentabilidade da casa

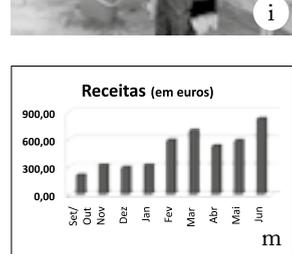
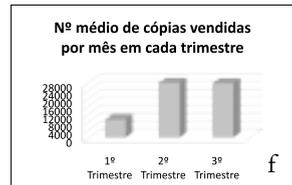
Apesar de terem sido delineadas várias estratégias com vista a potenciar, a longo prazo, a sustentabilidade do CFR, algumas das quais com retorno quase imediato, a obtenção dos resultados necessários para que o Centro ficasse autossustentável foi prevista para um prazo de três anos após a abertura. Entretanto, foi necessário um investimento inicial para o equipamento do Centro e para o pagamento do ordenado dos técnicos que foi custeado na quase totalidade pelo projeto *Escola+*, sendo que o Liceu Nacional fez também contributos importantes, demonstrando assim o seu interesse pela criação do *Ke Mese*.

A maior preocupação a este nível prendeu-se exatamente com o pagamento dos técnicos do CFR. A solução para pagamento dos mesmos passaria por uma parceria com o Ministério de Educação, que não foi conseguida no primeiro ano de implementação. Uma das recomendações realizadas no final do primeiro ano de funcionamento do *Ke Mese* foi de continuar os esforços no sentido de se conseguir a acreditação do CFR pelo Ministério de Educação. Outros passos ficaram de ser dados no segundo ano de dinamização, como o de o *Ke Mese* conseguir assegurar o pagamento integral de três dos técnicos e o de proceder-se a ajustes nos preços de alguns serviços específicos, para que os mesmos giram receitas. As estratégias para a sustentabilidade do CFR continuarão a ser pensadas e melhoradas, de forma que após esses três anos, se fique apenas dependente da parceria com o Ministério de Educação e dos meios gerados pelo próprio Centro de Recursos.

Perspetivando ainda, por um lado a sustentabilidade e a qualidade da oferta do *Ke Mese* e por outro a integração do mesmo em dinâmicas nacionais e internacionais, foram previstas várias parcerias. Algumas parcerias privilegiam o apoio ao *Ke Mese* ao nível da contribuição com livros, manuais, material didático-pedagógico, acesso à internet ou melhoria das infraestruturas, outras o acesso de várias instituições locais e internacionais ao *Ke Mese*, em termos da utilização deste espaço único no país, para palestras, conferências e reuniões.

Alguns resultados após um ano de funcionamento

ke mese



- a. O Centro de Formação e Recursos *Ke Mese* existe, funciona e é santomense.
- b. Os professores interessaram-se por conhecer o espaço e saber de que modos poderiam dele usufruir.
- c. Foram criadas normas de acesso aos serviços de todas as secções do *Ke Mese* para professores do Liceu Nacional e professores das escolas externas.
- d. A secção de informática foi muito requisitada, tanto na secção com acesso à internet, como na secção sem acesso.
- e. A secção de biblioteca foi procurada, não obstante detectou-se a necessidade de incentivar mais os professores à requisição de livros.
- f. A secção de reprografia foi deveras procurada. Foi notório que era um serviço do qual os professores necessitavam muito, nomeadamente para a impressão e reprodução de testes.
- g. O *Ke Mese* foi a plataforma de apoio à formação que funcionou ao longo do ano, nas diversas disciplinas, no âmbito da Reforma Curricular.
- h. Foram realizadas exposições sobre temas de pedagogia, especialmente preparadas para os professores.
- i. Os técnicos e técnicas selecionados foram o cartão de visita do centro, pelo bom atendimento ao professor e eficiência ao nível dos vários serviços.
- j. Foi vendida mais de uma centena de livros técnicos e manuais escolares.
- l. Foram estabelecidas parcerias locais e internacionais de diferentes naturezas: jornal local; empresa de construção civil local, editoras de livros portuguesas, editora nacional, etc.
- m. As receitas do centro aumentaram gradualmente desde o início até ao final do ano lectivo tendo assegurado duas grandes vitórias em termos de sustentabilidade: a compra de todos os consumíveis usados para vendas de reprografia a partir do mês de janeiro e grande parte das despesas de manutenção do centro.

Pelo *Ke Mese* passam dezenas de professores todos os dias, professores do Liceu Nacional de S. Tomé e professores de mais 11 escolas da ilha. Estimamos que cerca de dois terços dos professores do ensino secundário do país já tenham visitado o *Ke Mese*.

Algumas lições aprendidas

Com base no trabalho realizado, durante quase dois anos, no desenho e implementação do *Ke Mese*, seguem-se algumas lições aprendidas.

Na criação de qualquer nova dinâmica a implementar num contexto comunitário específico, como acontece, neste caso, com a criação do Centro de Formação e Recursos em S. Tomé e Príncipe, parece-nos crucial, tanto em termos éticos, como de promoção de desenvolvimento, **a integração e a participação dos intervenientes locais desde o início do processo**. Os benefícios são vários: estruturar-se o projeto de acordo com as necessidades sentidas localmente, criar-se à partida condições de *empowerment* e, assim, contribuir fortemente para a sustentabilidade. Os processos que veiculam o entrelaçar das linhas orientadoras importadas e das locais costumam ser morosos e complexos, mas podem fazer a diferença.

No que diz respeito ao funcionamento do CFR e ao tipo de atividades a desenvolver no mesmo, entendemos que devem ser, quase exclusivamente, **aplicadas dinâmicas que sejam sustentáveis em termos locais**, tanto em termos de recursos materiais, como em termos

dos recursos humanos que as colocam em marcha. Nos poucos passos que foram dados na perspetiva contrária a esta, a dificuldade seguinte foi “*como retirar ou manter num futuro próximo este serviço/atividade*”. Assim, parece-nos importante colocar esta questão antes de implementar qualquer serviço ou atividade.

Um ponto que previmos desde sempre como nuclear neste processo foi o **investimento na seleção e capacitação dos técnicos locais**. Confirmámos *a posteriori* que esta preocupação era, de facto, de grande relevância. Todos os serviços oferecidos no *Ke Mese* eram dinamizados pelos técnicos locais, pelo que a aposta na sua capacitação, no seu acompanhamento, tanto de apoio no seu quotidiano, como em reuniões sistemáticas marcadas para o efeito, fizeram a diferença. Os técnicos do *Ke Mese* são os únicos a lidar diariamente com os professores (excetuando nos momentos de formação promovida pelo *Escola+*) e têm de estar preparados para tal.

Outra questão que nos pareceu fundamental para o bom funcionamento desta casa do professor foi a dedicação em termos de acompanhamento e gestão. Num contexto deste tipo, é comum sermos confrontados com frequência com vários tipos de “*constrangimentos surpresa*”. **A gestão logística, financeira e estratégica tem de ser séria e dedicada**. Mais difícil ainda é capacitar técnicos de gestão locais nesta panóplia de atividades de gestão complexa, mas é um investimento da mais extrema relevância para garantirmos que “*a casa está firme*”.

Por último, fica uma breve referência à importante questão da sustentabilidade. Julgamos ser determinante para o sucesso deste tipo de intervenção que uma **delineação de estratégias que perspetivam a sustentabilidade seja realizada num primeiro momento**, integrando o plano de ação. Estas estratégias podem e devem ser revistas e melhoradas ao longo do tempo, mas é fulcral que haja uma base sólida pensada à partida, em termos de sustentabilidade. No caso apresentado, os elementos locais da equipa contribuíram em muito para melhorar esta estratégia, de acordo com o seu conhecimento profundo da realidade educativa santomense.

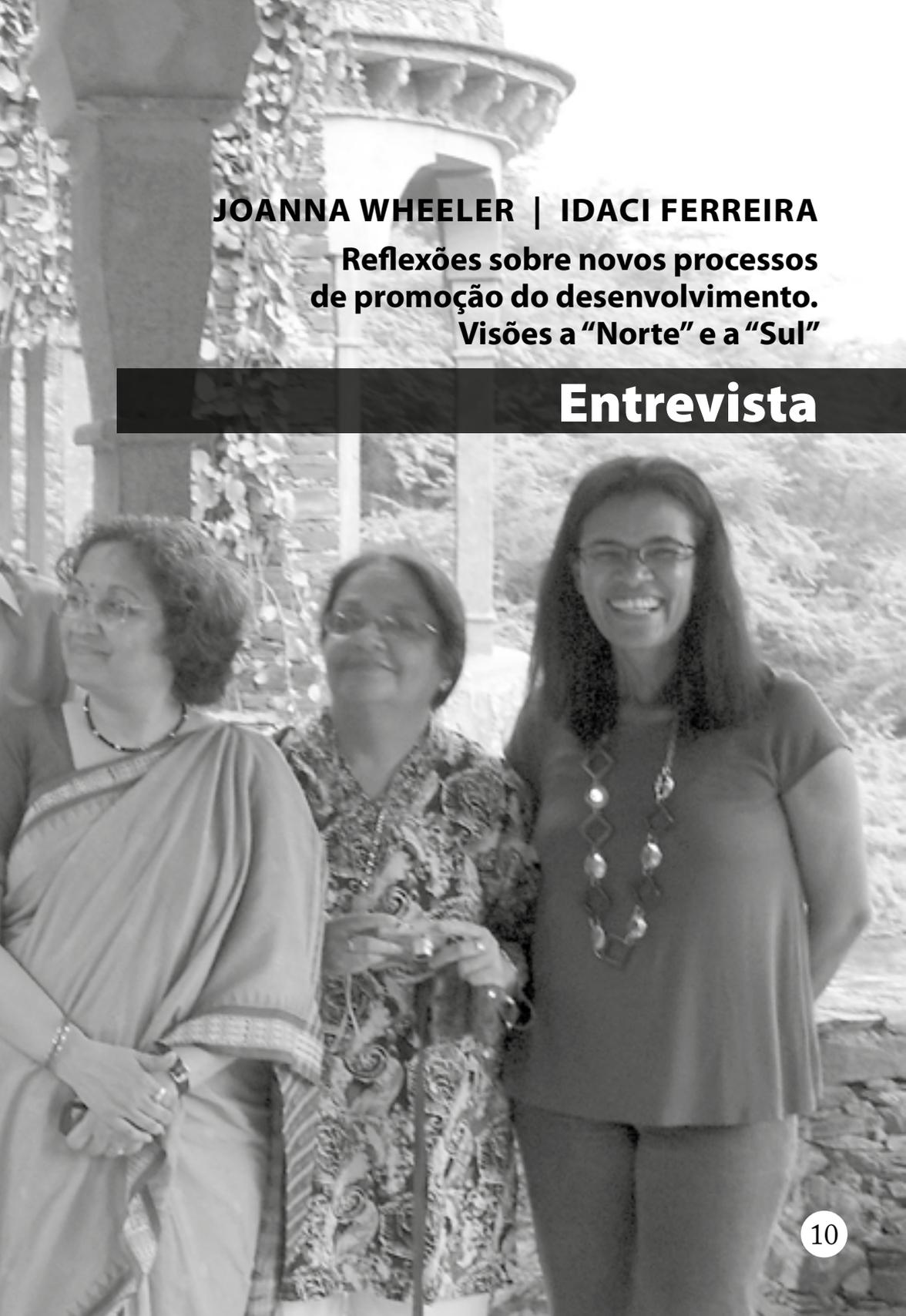
Conclusão

Concluimos aqui a visita guiada ao processo de construção do *Ke Mese* durante o seu primeiro ano de vida. Este não é um processo terminado, pois há que ir repensando a habitação da casa pelos professores cujas expectativas também se vão desenvolvendo. É claro o impacto que o *Ke Mese* teve na promoção do trabalho de preparação da atividade letiva entre os professores, porque nesta casa encontraram livros, máquinas, formação e pessoas que os apoiavam diariamente na consecução das tarefas que aí se propuserem fazer. Assim, criados os hábitos de frequência da casa entre os professores, estes dificilmente a deixarão cair. O *Ke Mese* constrói-se não necessariamente para, mas com os professores, como aposta na autonomização destes no desenvolvimento de boas práticas e capacidades inerentes à sua profissão. Em prol desta aposta, foi possível, e não fácil, mover distintos grupos de pessoas: professores, técnicos, funcionários, professores cooperantes, coordenação do *Escola+*, Direção do Liceu Nacional, instituições locais e internacionais. Fica a convicção de que não se pode abrir uma casa sem a pensar primeiro e sem a repensar durante a sua construção. Fica a casa.

Referências bibliográficas

- Brito, B.R. *et alia* (2009), *Desenvolvimento Comunitário - das teorias às práticas*, “Estratégias e Práticas Educativas”, Lisboa, GERPRESS.
- Espírito Santo, A. (2008), *Economia de S. Tomé e Príncipe - entre o regime de partido único e o multipartidarismo*, “Efeitos Sociais da Crise Económica em S. Tomé e Príncipe”, Lisboa, Edições Colibri.
- VV.AA., “São Tomé em Números 2006” in *O Portal de Estatística*, São Tomé, Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (www.ine.st), consulta em Novembro 2011.
- VV.AA. (2009), *Projecto Escola+. Educação para Todos*, Lisboa, Instituto Marquês de Valle Flôr.





JOANNA WHEELER | IDACI FERREIRA

**Reflexões sobre novos processos
de promoção do desenvolvimento.
Visões a “Norte” e a “Sul”**

Entrevista



11



12

Joanna Wheeler* | Idaci Ferreira**

“Reflexões sobre novos processos de promoção do desenvolvimento. Visões a “Norte e a “Sul”

Entrevista conduzida por Ricardo Santos***

Abril de 2012

A preocupação mundial com o tema do desenvolvimento conta pouco mais de meio século. No dealbar do mundo pós-guerra, após o sucesso do Plano Marshall, perante o nascimento de novas nações em África e na Ásia e num contexto de disputa de duas mundividências políticas, surge a noção de subdesenvolvimento. No seu discurso inaugural em 1949, Harry Truman dizia:

“Devemos embarcar num ambicioso novo programa para tornar disponíveis os nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e crescimento de áreas subdesenvolvidas.

Mais de metade da população do mundo vive em condições que aproximam a miséria. A sua comida é desadequada. Eles são vítimas de doença. A sua vida económica é primitiva e estagnada. A sua pobreza é um handicap e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas.

Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a perícia para reduzir o sofrimento destas pessoas.”

O imperativo era claro, assim como o desígnio. O desenvolvimento era entendido como um processo a ser impulsionado pelo “Norte” em apoio e para benefício do “Sul”. Esta visão é, em larga medida, ainda a dominante, mas as sucessivas vagas de iniciativas de apoio ao desenvolvimento e a sua avaliação crítica foram motivando alguma mudança. Muita dessa reflexão, no entanto, só acontece no novo milénio. A reflexão sobre a eficácia do apoio ao desenvolvimento fizeram reunir os principais doadores e países receptores da ajuda nos encontros de Monterrey em 2002, Roma em 2003, Paris em 2005) e Accra em 2008. A Declaração de Paris (Paris Declaration 2005) e a Agenda de Accra para a Acção (Accra Agenda for Action 2008) explanaram novos processos, abrindo ao “Sul” algum espaço para protagonismo. Entretanto, 2008 trazia já novas dinâmicas económicas e a crise financeira mundial traria novos actores para lugares de primazia. A crescente presença e papel da China, Índia, Brasil, mas também a Rússia e a África do Sul (os BRICS) e o alargamento do grupo dos G7 para o grupo G20 assinalam um novo lugar para o “Sul” ou, pelo menos para uma parte daqueles que antes eram designados como países “subdesenvolvidos” ou, actualmente, “em desenvolvimento”. Neste ano de 2012, em Busan, muitas destas dinâmicas e protagonistas trouxeram já novos elementos à reflexão sobre o que é “desenvolvimento”.

Neste artigo olhamos para estes novos tempos e reflexões. Entrevistamos duas investigadoras do “Norte” e do “Sul”, que pela sua experiência de trabalho e investigação têm vindo a contactar com estas e outras dinâmicas do desenvolvimento, particularmente no terreno e na interacção com a sociedade civil. Joanna Wheeler é investigadora do Institute of Development Studies especializada em temas de cidadania, género e abordagens participativas e de direitos humanos, com extensa investigação nos temas de pobreza urbana e exclusão social, em particular em comunidades pobres da América Latina. Idaci Ferreira tem vindo a trabalhar no Brasil e em Angola em projectos governamentais e da sociedade civil, particularmente nas áreas de participação, cidadania e educação de adultos. Idaci foi membro da Organização Não Governamental ADRA Angola (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e actualmente trabalha com o Programa de Inclusão Social e Produtiva Vida Melhor (urbano) do Governo do Estado da Bahia/Brasil. A entrevista realizada a Joanna foi editada em Português Europeu, enquanto os comentários de Idaci foram transcritos directamente em Português Brasileiro. Numa lógica de diálogo, também as formas ortográficas foram mantidas.

* Investigadora do Institute of Development Studies, Universidade de Sussex. As opiniões aqui apresentadas são da autora e não vinculam em modo algum a instituição.

** Mestre em Ciências Sociais e Consultora de Projectos de Desenvolvimento no Brasil e Angola. As opiniões aqui apresentadas são da autora e não vinculam em modo algum a instituição.

*** Candidato a Doutoramento no Institute of Development Studies, Universidade de Sussex. As opiniões aqui apresentadas são do autor e não vinculam em modo algum a instituição.

Ricardo Santos (RS): Quais as novas visões sobre o desenvolvimento? O que tem mudado? Quais as principais mudanças em relação a anteriores paradigmas?

Joanna Wheeler (JW): A mudança mais importante diz respeito a quem se atribui a responsabilidade de promover o desenvolvimento e de definir o que é o desenvolvimento, ou seja, quais as opções a tomar.

No século passado, século XX, existiam várias visões sobre o desenvolvimento mas todas partilhavam uma mesma ideia central: o desenvolvimento enquanto uma transferência de tecnologia. A busca centrava-se na definição daquela que seria a tecnologia correcta. Uma vez encontrada, a expectativa era a de que ela solucionaria o problema do desenvolvimento. Existiam diferentes visões quanto a essa tecnologia. Não era só uma simples questão de engenharia, de infra-estruturas, mas também uma questão de “tecnologia social”: qual o modelo económico-social adequado. Surge, por exemplo, o primado dos modelos neoliberais como a tecnologia correcta para resolver o problema da pobreza. O que mudou é que começa a surgir a noção de que as populações dos países em desenvolvimento devem ser capazes de articular o que para elas é o desenvolvimento, quais os desafios e as prioridades. Já não é o “Norte” que vai desenvolver o “Sul”, como durante muito tempo se pensou, mas um processo onde o “Sul” é o protagonista do seu desenvolvimento.

Esta mudança decorre igualmente de mudanças globais que conduziram a um enfraquecimento do papel dominante do “Norte” e do processo de promoção do desenvolvimento com direcção “Norte-Sul”. Mudanças como a crise financeira, a guerra contra o terrorismo, a imigração, as mudanças climáticas, a falta de água e de recursos naturais... Também houve mudanças no

papel dos movimentos sociais, que já existiam, mas que agora se expandiram de forma significativa, funcionando em redes globais mais fortes e mais rápidas. Estes factores conduziram a um enfraquecimento das ideias tradicionais de “Norte” e “Sul” e dos seus papéis no desenvolvimento.

Idaci Ferreira (IF): Uma outra evidência do insucesso nesta relação “Norte – Sul” é o resultado da ação do “Norte” no “Sul” no que se refere por exemplo, a redução da pobreza. Ou seja, durante muitos anos trabalhou-se sob este paradigma que a Joanna refere acima (o “Norte” pode desenvolver o “Sul”), mas não temos resultados satisfatórios e os planos de ajustamento estrutural no continente africano é um exemplo disso. Verificou-se que os pobres continuavam sendo mais pobres. A nova visão que hoje se procura desenvolver tem em atenção as questões que são de natureza universal, mas também a diversidade dos povos.

RS: Em que medida se pode falar de desenvolvimento inclusivo à luz dos novos desafios e paradigmas sobre o desenvolvimento?

JW: Ainda não sabemos se o modelo de desenvolvimento que vemos hoje será mais inclusivo ou não. Há possibilidades de que seja, mas o contrário também pode acontecer. Quando se tem uma mudança que altera as estruturas, ela pode abrir espaços para a participação de populações marginalizadas, mas não é certo que isso vá acontecer. Por exemplo, o que aconteceu na Europa ao longo do ano passado, resultado de algumas mudanças económicas, revela que há populações no “Norte” que estão a passar por processos que conduzem a uma maior exclusão.

Estas populações incluem os jovens, com acesso a meios e tecnologias de informação e que devem ter acesso aos processos do

desenvolvimento. Mas a tecnologia não garante necessariamente este acesso. Hoje em dia a exclusão da população jovem na Europa, nas cidades e do mercado de trabalho seria um dos maiores desafios. Sabemos que a tecnologia pode ser usada para outros fins, como vimos com o uso de Facebook e Blackberry Messenger para organizar os motins em Inglaterra no ano passado.

IF: Possivelmente a palavra inclusão ganha contornos muito diferentes quando a analisamos no contexto atual, nas realidades do “Norte” e do “Sul”. Quando falamos em inclusão no Sul, referimo-nos a um conjunto de meios, de direitos (sociais, económicos, culturais, políticos, etc.) que as populações pobres (ou minorias específicas) não têm acesso. Mas quando trazemos esta questão da inclusão no contexto do “Norte” o cenário é outro; a juventude, por exemplo, tem acesso a meios e tecnologias, mas começa a vivenciar também situações de exclusão. O fato é que o paradigma de desenvolvimento que há algumas décadas revelava-se inadequado para o “Sul” agora começa também a produzir efeitos perversos no “Norte” demonstrando ser um modelo pouco sustentável para o mundo e não apenas para o “Sul”.

RS: **Que relevância e níveis de participação têm assumido os vários actores na área do desenvolvimento (estados, agências internacionais, sector lucrativo e sociedade civil tanto no “norte” como no “sul”)? Em que medida o compromisso de co-responsabilidade com o desenvolvimento, entre sectores, se tem concretizado?**

JW: Os estados, em particular no “Sul” têm revelado alguma tendência para promover uma maior participação, em particular através de iniciativas como a descentralização,

orçamentos participativos, reformas do aparelho administrativo. Neste âmbito, muita da inovação tem vindo de países como o Brasil, a África do Sul, a Índia ou a Indonésia e menos dos países como os Estados Unidos ou espaços como a União Europeia. Isto, no entanto, não significa que as expectativas dos mais pobres são ouvidas. De facto, investigações revelam que estados mais organizados têm igualmente maior capacidade de repressão pelo que movimentos organizados de cidadãos correm riscos maiores. Apesar disso é possível identificar uma mudança, com a noção de participação a fazer parte dos enquadramentos legais de países como a Índia, África do Sul ou o Brasil.

As agências internacionais, na sequência da Declaração de Paris e do Acordo de Accra (recentemente revistos no Acordo de Busan), tomaram a decisão de se coordenar entre si e com os governos dos países em desenvolvimento. Em consequência, as agências internacionais estão a encaminhar o seu apoio mais para os governos e instituições multinacionais como o Banco Mundial e menos para a sociedade civil. O apoio directo à sociedade civil do “Sul” reduziu-se significativamente e o apoio acontece agora mais através dos governos dos países, alterando algumas das dinâmicas de apoio e intervenção.

O sector lucrativo, quer através de fundações filantrópicas e actividades de responsabilidade social, quer na própria actividade das empresas tem alterado a sua acção nos países em desenvolvimento. As fundações e instituições filantrópicas têm alguma tradição de promover o envolvimento da sociedade civil e têm sido elementos de promoção da inovação nas práticas de promoção da participação dos mais excluídos nos processos de desenvolvimento. No entanto, em alguns casos e em algumas medidas, o nível de participação que as fundações promovem na implementação de iniciativas suas é relativamente reduzida.

Ao nível da actividade económica das empresas, em particular de empresas multinacionais, algumas mudanças têm vindo a verificar-se, em virtude de uma maior ou mais visível mobilização em torno de valores de direitos humanos, nomeadamente recorrendo a acções de advocacia e a meios de publicidade global. No entanto, a capacidade de provocar mudanças positivas depende das condições sociais do lugar. Por exemplo, estudos revelaram que empresas indianas de exploração de mineiros em zonas rurais mais isoladas e junto de populações indígenas com menores recursos e acesso a meios de advocacia e mobilização mantêm práticas que fortemente desrespeitam os direitos das pessoas locais. Noutras situações, como foi prática documentada relativamente a empresas europeias no delta do rio Niger, a pressão e protesto, por vezes violento contra as suas práticas tem pressionado para que as mesmas se alterem. A própria dinâmica, por parte das empresas do “Norte” em constituir departamentos de Responsabilidade Social só poderá gerar alteração de práticas se a pressão se mantiver por parte de movimentos de cidadãos, tanto no “Sul” como no “Norte”. De outro modo, manter-se-á a tendência das empresas de se relacionarem preferencialmente com as elites dos países do “Sul”, mantendo as condições de desigualdade e práticas por vezes exploratórias. Ao nível da sociedade civil no “Norte”, as organizações não-governamentais (ONG) alteraram igualmente os seus processos. Quase todas as ONG do “Norte” trabalham actualmente em parceria com ONG ou outras organizações da sociedade civil do “Sul”. Esta tendência poderá aprofundar-se de tal modo que em 10 anos provavelmente não haverá ONG baseadas no Norte, com a tendência de transferir as operações para o Sul. Esta prática já tem vários anos, com as ONG do “Norte” a trabalhar em rede com movimentos sociais e organizações do “Sul”. Também organizações de voluntariado au-

mentam a participação ao sul, promovendo não só voluntariado “Sul - Sul” como, em particular, voluntariado no próprio país em desenvolvimento, promovendo assim o desenvolvimento de activismo local.

IF: Os elementos referidos acima são significativos no contexto atual. Creio que existe um maior diálogo entre governos e sociedade em alguns países do “Sul” que vai qualificando os processos de desenvolvimento onde de fato existem condições políticas e estruturais para promover a participação. Porém os desafios são enormes! A participação não é algo simples e envolve poder, que me parece ser um elemento central no debate.

Há algum tempo atrás as agências internacionais puseram muita ênfase na sociedade civil como promotora dos processos de desenvolvimento, hoje vê-se que este é um caminho equivocado, pois desresponsabilizava de alguma forma os governos de seus papéis. Hoje estamos buscando uma forma de diálogo mais efetiva entre governo e sociedade civil, mas este diálogo não é tão fácil e linear. Em muitos lugares existem canais de participação mais estruturados e funcionais, porém noutros influenciar decisões dos governos e políticas é ainda um grande desafio.

RS: **Que impactos têm as mais recentes reflexões sobre a prática do desenvolvimento na prática dos actores na área do desenvolvimento do “norte” (no planeamento de novas intervenções, que novos papéis são chamados a assumir, que papéis devem deixar de assumir, desafios, problemas, riscos, oportunidades, forças,...)?**

JW: As novas práticas do desenvolvimento, em particular a necessidade de trabalhar em parceria com organizações do “Sul” gera uma situação em que as diversas ONG do “Norte” buscam trabalhar com

as poucas organizações em cada país em desenvolvimento com capacidade de resposta em rede.

No entanto, perante a existência de elites nos países do “Sul”, o imperativo de trabalho em rede e as exigências de capacidade de resposta pode levar a que se mantenham e reforcem desigualdades sociais em vez de se estimular o desenvolvimento de uma mais forte cidadania.

Nesse sentido, a ideia de promover a descentralização está mais desenvolvida do que a prática. De facto, o uso dos recursos não tem mudado muito.

As exigências da prática do desenvolvimento levam a que as ONG do “Norte” encontrem dificuldades de relacionar-se com as ONG do “Sul” como iguais. Há tendências diferentes. As ONG favorecem o trabalho em parceria mas a forma da parceria pode ser bastante diversa. Algumas ONG do “Norte” determinam as prioridades e as intervenções, deixando às ONG do “Sul” a execução. Noutras ONG do “Norte” a programação das intervenções é muito mais participativa. A diferença também se verifica por sectores. A ajuda humanitária é um dos sectores onde a prática das ONG do Norte tende a ser menos participativa.

Esta postura, no entanto, também depende das organizações do “Sul”. Em países como a África do Sul, o Brasil ou o Bangladesh, ONG locais são suficientemente capazes e com ascendente junto dos doadores de modo a não necessitarem do patrocínio de ONG do “Norte”. Isso permite-lhes maior autonomia. No entanto, ONG mais pequenas ou em países como menores infra-estruturas têm mais dificuldades.

Vemos muitos casos em que as ONG do “Norte” atualmente interagem muito mais com as do “Sul”. Muitas definem suas estratégias em conjunto, porém temos muitos outros casos que as ONG do “Norte” simplesmente ouvem os parceiros do “Sul”, sem permitir uma maior influência destas nos seus processos decisórios.

RS: E para os actores na área do desenvolvimento do “sul”?

JW: As organizações do “Sul” surgem neste processo como elementos que conferem legitimidade à intervenção das organizações do “Norte” e capacidade de mobilização. No entanto, estão condicionadas pelos imperativos de trabalho em rede e pelas suas capacidades de resposta nesse modelo de funcionamento.

IF: Durante muitos anos acreditou-se que as ONG seriam o motor para se promover os processos de desenvolvimento no “Sul”. A comunidade internacional (governos, ONG, organismos bilaterais, etc.) e local acreditaram nisso. Depois viu-se que não era bem assim. Essa prática desresponsabilizava os Estados e não poderia ser este o papel da sociedade civil. Se tínhamos estados corruptos e antidemocráticos, estas práticas acabavam sendo fortalecidas. Hoje começamos a ver que o problema do desenvolvimento envolve a todos e aqueles que vão se abrindo para acolher a participação da sociedade, vão obtendo melhores resultados, mesmo considerando as problemáticas que a participação envolve.

RS: Olhando para o processo de reflexão e geração de novas visões para o desenvolvimento, que papel tiveram/estão a ter os actores do “sul”? De que modo isso determina o seu posicionamento em face das implicações que falámos na questão anterior?

JW: O processo de mudança ainda está em curso. Cabe às ONG do “Norte” deixar atrás vícios de colonialismo e neocolonialismo e criar novas formas de trabalhar e novas visões para o desenvolvimento articuladas numa verdadeira parceria entre organizações do “Norte” e “Sul”, respeitando as posições de cada uma.

IF: Os atores do “Sul” estão a afirmar-se dentro de uma visão de que o desenvolvimento precisa ser endógeno. Isto não é por acaso, mas produto de décadas de trabalho cujo modelo exógeno de desenvolvimento quase não contribuiu de facto para a construção de um desenvolvimento digno e sustentável. São muitas as cooperações, redes, que mostram o interesse por uma nova perspectiva. Não diria, contudo, que isso é apenas visão ou papel do “Sul” ou do “Norte”, mas de pessoas, instituições de ambos os lados que acreditam num novo paradigma. O Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability (www.drc-citizenship.org) é um produto desta visão e envolveu os dois lados trabalhando numa rede de pesquisa durante 10 anos, produzindo pesquisas muito pertinentes para esta discussão.

RS: Quando se consideram metodologias participativas e investigação-acção em particular do lado dos actores especializados na “acção”, que exigências as novas reflexões colocam aos actores do “Norte” e do “Sul” na sua prática de intervenção?

JW: Existe um imperativo para uma maior atenção ao nível do desenvolvimento das capacidades. Deve-se procurar que capacidades são necessárias para superar os desafios e como se desenvolver essas capacidades. No entanto, exige-se também o reconhecimento de que capacidades não são algo que um lado tem e o outro não. Não se trata de os actores do “Norte” possuírem capacidades que faltam aos actores do “Sul”. As capacidades resultam da interacção e de um processo de aprendizagem e reflexão como parte dessa aprendizagem. Estes processos de reflexão e aprendizagem não podem ser parciais ou realizadas no “Norte” e posteriormente motivadas nos actores do “Sul”. Estes processos têm que ocorrer de forma colaborativa e em

rede. O conjunto dos parceiros deve realizar a reflexão e não cada uma das partes de modo isolado.

IF: A acção sem reflexão pode tornar-se em ativismo com pouco poder de transformação e são muitos os casos que pecamos por falta de uma análise mais rigorosa da prática. Por isto a ligação entre acção e pesquisa é de fundamental importância nos processos de desenvolvimento. Quando pesquisadores e actores da intervenção se unem na reflexão de determinada prática ou processo de desenvolvimento teremos maiores possibilidades não apenas de promover mudança no âmbito do que está sendo estudado, mas também gerar aprendizagens para os diversos actores envolvidos no processo. São actores com dimensões diferentes de conhecimentos interagindo sobre um determinado processo sem que seja necessário a sobreposição de um conhecimento sobre o outro. Isto exige atitudes e posturas de troca de saberes, de interação e interesse em promover processos de mudanças.

RS: Que desafios se colocam aos actores da área do desenvolvimento (no terreno, agências internacionais, investigadores...) quando se procura conciliar as realidades das comunidades de base (práticas, relações de poder), com as lógicas de cooperação participativa e desenvolvimento inclusivo? Modelos participativos e limites culturais...

JW: Esta é uma dimensão onde ainda são grandes os desafios. As realidades das comunidades de base, as suas perspectivas e prioridades não são necessariamente perspectivas e prioridades de desenvolvimento inclusivo partilhadas com as ONG internacionais, locais ou mesmo movimentos sociais. Muitas dinâmicas das comunidades de base podem mesmo ser regressivas.

IF: Os desafios para os atores de desenvolvimento são grandes porque é imprescindível compreender de perto as lógicas, as culturas das comunidades de base, dos grupos locais. A minha vivência nos diferentes contextos mostra que o funcionamento de uma comunidade de base rural no Brasil é muito diferente de uma comunidade de base rural em Angola. São culturas, trajetórias, vivências históricas diferentes. Para se promover processos de desenvolvimento participativos e inclusivos é necessário conhecer e respeitar esta diversidade. É preciso compreender um princípio básico de que o desenvolvimento não é uma “camisa de tamanho único que cabe em qualquer corpo”. As realidades são diversas e diferenciadas e isso exige processos de trabalho também diferenciados. Creio que também não podemos pensar que as ONG, movimentos sociais, atores de desenvolvimento são entidades virtuosas em termos de participação, relações de poder, etc. São muitas que reproduzem modelos antidemocráticos, pouco transparentes, impositivos. Nas comunidades também vamos encontrar estas práticas. Isso tudo é desafiante na construção do novo paradigma de desenvolvimento.

JW: Há, no entanto, que se enfrentar esse desafio. As relações de poder ao nível das comunidades são fortes e não mudam de pressa. Elas manifestam-se não só nas comunidades de base mas também entre os outros actores. É necessário todos os actores estarem atentos e reconhecerem estas relações de poder.

Trata-se, em certa medida, de encontrar a resposta para a questão: como mudar a visão que a pessoa tem do mundo. As ONG que foram capazes de mudar a sua postura e intervenção têm buscado as pessoas e as organizações locais que também mudaram. Talvez seja esse o caminho. O trabalho que fizemos no Citizenship DRC procurou saber como uma pessoa adquire uma consciência de cidadania, e como se percebe como cidadão – com direitos, e com expectativas que instituições devem responder a estes direitos. Isto implica uma mudança muito grande na visão do mundo – e não é simples entender como isto acontecerá.

IF: Para mim a dimensão da cidadania é de fato um desafio central.

JW: Os desafios continuam...

Referências bibliográficas:

Accra Agenda for Action (2008), *Accra Agenda for Action*, em Português: <http://www.oecd.org/dataoecd/58/59/41202060.pdf>.

Paris Declaration (2005), *Paris Declaration*, em Português: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>.



Chicongue

Inhangá

há

Ria de Inhachidé

plá Kodene

plá Chicoguane

Baixos de Vimbi

I. Xezine

I. de Magáruque

plá Mtondo

Descobre quasi todo no na baixamar deixando apenas alguns canaletes

I. Bangué

I. Chrundira

plá Cheringome

I. Bo

C.S. Sebastião ou Singundine

Molungu

Zuene

Ria de Inhamanhane

I. Tumbulene

plá Tchambure



J. W. Laramie

LORENZO MAROUZ
and BROS.

Mariners-Slavers and slave ships in Atlantic, 18th and 19th centuries: the perspective of captives and the slaveholders logic

Jaime Rodrigues*

p. 175-190

The meanings of freedom for the slaves and slaveholders were many and varied, as taught by Eric Foner, among others authors (Foner, 1983). What is most striking in these men actions is the pursuit of autonomy – in other words, the desire of numerous freed from not employ for salary in the same type of activity they had when they were slaves. For many former-slaves, access to land and subsistence farming seemed more attractive than employment in the lands of their former holders. The cities also were attractive to former-slaves especially in the post-abolition and mobility in the space became a strategy of freedmen to escape the stigma that could suffer if they remained in the same region where they had been slaves (Silva, 2001; Silva, 2002). In the southern United States or the provinces of Brazil in the second half of the XIX century, the slavery end opened new perspectives in the fruition of freedom. Likewise, we must understand the struggles and strategies of freedom in previous contexts in which the general release was not in the horizon. In this framework, the exchange of a master for a boss can be seen as a meaning of freedom for the slaves and evasion by the sea can be a sign of that. It is on this type of escape that I will deal with here. Upon leaving the physical security of the land by the instability of the sea, literally and symbolically, the slaves were willing to take risks in search of freedom, getting rid themselves of a master which they did not want to continue to serve. The ship as a medium and the sea as escape route did not open the same perspective of autonomy enjoyed by a former slave who became small landowner or the relative freedom and guarantee of livelihoods in a *quilombo*, for example. But the ships sheltered other possibilities. There, a communitarian life could be constructed in which the explicit label of slavery had less. In the ships, master domain exchange was given to it and there is a chance to exert a new work or at least concurrently required knowledge and valued synchronicities as professional attributes – as much for freemen as for slaves. The world of work at sea was admittedly exercised by men endowed with reason and skill, which was not always remembered in the tillage environment, domestic tasks or urban labors little valued and performed by slaves. If maritime evasion did not mean freedom pure and simple, it enhanced the autonomy

* Professor of History of Brazil, Universidade Federal de São Paulo.

degree in the lives of mariners-slaves or slaves who, although not well-trained sailors, were willing to put themselves to service different masters from which already they knew and thereby face a new life.

I centered the analysis on the experiences of those men linked to the transatlantic slave trade and maritime work, without the concern in labeling the Atlantic with the nomenclatures used recently to assign the ocean as a space to be transposed by ships, news, loads and identities (Gilroy, 1993; Silva, 2003; Chambouleyron, 2006). Besides being all this, the Atlantic was the place of learning of slavery and freedom, as well as the reinvention of the latter – a freedom that was not necessarily created there, but in which the passage or the prospect of crossing was a central part.

I glimpse a possible relation between the crossing and the construction of liberty even that, mostly, the Atlantic journey meant the opposite of that – *i.e.*, uprooting and loss of freedom to about 9.5 million Africans between the XV and XIX centuries, in the accounts of Philip Curtin (Curtin, 1969, p. 168).

Freedom as individual achievement to be enjoyed personally was present in the places of origin of Africans. While it is not enlightenment, freedom and slavery as antonyms were part of the world view of African peoples. The ways to reach freedom had transformed during and after the knowledge made by Africans with European cultures (in Africa, America and at sea) as well as the experience of living as a slave in America.

In the last few decades, historians have brought to light numerous regional and temporal specificities of slavery. I have contributed to the debate and the creation of new approaches to the subject (Rodrigues, 2000; Rodrigues, 2005). I've been insisting that the modern slavery, beyond the local specificities, also varied during the long process by which the African became the object of commercial transactions – a process that I prefer to call enslavement, referring to a social dynamic whose outcome was not the same for all involved ones. Enslavement was composed in different stages and here I'm particularly interested in those in which Africans switched the masters in a short period of time – therefore involving several domains for several transitory masters. In each one of these phases, slaves and masters were adopting attitudes and strategies consistent with the situation where they were. Africans in enslavement process developed different forms of consciousness from its experience in various phases: the territorial uprooting and understanding of its meaning, the dissolution of community and family ties, the transit for long months on land and at sea, the imprisonment while they expected for a slave ship, the strange food intake to their original cultures, the impact resulting from contact with men of different colors carrying firearms and managing large sea vessels anchored off the coast.

It is very difficult to penetrate the hearts and minds of Africans who have become slaves of white people in America, especially if we stop at the first phase of this experience represented by the traffic. Almost no aspect of this process experienced deeply in Africa or on the slave ships was registered in accessible sources to historians more accustomed to written documents. Even the personal memories (the “*slave narratives*”) which became a literary genre widely consumed in the English-speaking countries between the XVIII and XIX centuries were crossed by filters, mainly linguistic and religious. This brings difficulties in dealing with autobiographies of Africans who narrated their lives in a foreign language (English, for instance) and from the conversion to Christianity.

Retrieve the (re)construction of freedom in the thinking of uprooted Africans turned into slaves and objects of commercial transactions is hard work. But the analysis of some attempts

to obtain freedom can help us to compose a panel of struggles strategies developed by slaves in the last years of the XVIII and early XIX century, focusing on marine life and slave trade. It is a period in which the ruling legislation, more broadly, the social environment of Portuguese America and imperial Brazil did not allow to glimpse the conquest of freedom in a collective way. Nor therefore it was left to try this conquest in some different form. Initially, the evasion by the sea may seem a little rational strategy to dissolve the slaveholder domination. To prevent any analogy that I do not intend to grow, to clarify, this is not supposed to invent a “maritime gap”. There is evidence that the evasion by sea was attempted by slaves with some labor experience in shipping and they could use it with other masters by proving their skills in dealing with naval equipment and, above all, claiming to be free men.

I believe that’s what they did in 1822, “seis pretos” (“six black men”) claimed by the Portuguese consul in Gibraltar to the Spanish government. The six men, whose names were not registered on consular correspondence, belonged to João Alves da Silva Porto and they worked in the garrison of a ship of his property – the galley *Viscondessa do Rio Seco*. From this boat, they were taken by the crew of the privateer *Heroína* (it is questionable whether they were actually taken, as wrote the consul, or fled of their own volition). After a passage from Bahia (Brazil) for the corsair ship repairs, the men went to Spain “aonde os prenderam e conduziram à cadeia de Algeciras juntamente com outros marinheiros brancos portugueses” (“where they were arrested and led to the jail of Algeciras with other white Portuguese sailors”). The consul reported that the six found themselves on board the frigate *Pérola* and the Secretary of the Navy responded that once the slaves were found they will be returned to its owner¹ – leaving us in doubt whether the men were still trapped or whether they had escaped from the Andalusian prison. The passage of these six men in three vessels in one year is a clear sign that they were slaves experienced in the maritime world of work, even if we do not know what function they fulfilled in naval chores.

We have no precise data on forms to enlist free sailors to work in slave ships in Brazilian ports. In the case of mariners-slaves, the enrollment could be due to these men profession since the fact that they are captives did not hinder them from being too skilled. Slaves and/or Africans were members of numerous slave crews and at least in a brig – the *Feliz Americano* – they made up the crew’s total, excepting the officers².

Considering the Atlantic merchant navigation of long-haul, Marcus Rediker affirms to be difficult to determine whether the crew specialized in routes, trades or types of ships in particular but suppose, from the moment where they developed contacts and learn the specific methods in regional businesses, foremen and chief tended to be employed in trade routes where they have gathered some experience (Rediker, 1989, p. 86). In studying the slave trade to Brazil, I worked with the hypothesis that there was specialization, that is, crew members (free or slaves) were engaged for long periods in these vessels, probably because the slave trade required specific skill or familiarity related to how to negotiate the buying, selling and dealing with the carried “merchandise”.

1 Correspondence from consul Antônio Cerqueira de Carvalho to Secretary of the Navy, July 29 and October 2, 1822. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Correspondência recebida do governo, dos ministérios e de outras instituições)*. Correspondence from Secretary of the Navy, box 1 (1821-1826), n.º of order 379.

2 Seized in New Haven in 1812, the *Feliz Americano* had 12 captives’ crew members (two coopers and ten sailors). *Arquivo Histórico do Itamaraty, Processos da Comissão Mista Anglo-Brasileira* (Rio de Janeiro) (henceforth AHI), box 15, packet 4, sub-packet 2.

Judging by the testimony of crew members during the trials of slave ships seized in the XIX century, the accumulation of experience in business made them men specialized in the slave commerce. In many vessels were captives in the crew which also denotes a specialization among the slave workers. The presence of slaves in the slave equipages was mentioned by John Luccock in the 1820s, which drew attention to the defections/escapes of these mariners-slaves docked in Rio de Janeiro (Luccock, 1820). Perhaps the seamen desertion in this port was really frequent as reported by the captain of the Portuguese brig *Liberator*, anchored on November 12, 1833 after sailing 51 days from Angola. According to the captain, the crew of 28 men, eleven had deserted with nine of them were slaves³.

When they did not think about evade *motu proprio*, the mariners slaves could be encouraged by freedmen. This is what happened to Vincente Ferreira, Ambrósio Roque, Manuel Pereira, Ventura Soares and Caetano José, slaves of the trader Manuel Gomes Cardoso, established in Rio de Janeiro in 1779. The slaves went to Lisbon on the ship *N. S. do Rosário e Santo Antonio e Almas* “para se ocuparem no serviço e manobra da mesma embarcação com destino de voltarem nela para o porto de Benguela” (“to carry the service and maneuvers of the same vessel bound to return it to the port of Benguela”). Cardoso arrived in another boat in Lisbon harbor knowing that their slaves had received “conselhos e sugestões de alguns pretos libertos desta cidade” (“advice and suggestions from some black freedmen of this city”) to “descativar-se” (“release from captivity”) from their masters. He insisted, saying the slaves “foram sinistramente induzidos e aliciados a subtraírem do poder e autoridade de seus respectivos senhores, e a procurarem todos os meios de conseguir a liberdade” (“were induced and eerily attracted to circumvent the power and authority of their respective masters and to seek all means to achieve freedom”) using “arrojadamente” (“sassily”) to the “afetado pretexto de sevícias de escravidão” (“affected pretext of slavery abuses”). The slaves filed their claim of freedom in Lisbon justice. The request was described by Cardoso as “uma falsa e cavilosa narrativa, [repleta de] imaginárias vexações e calamidades que sofriam da crueldade e despotismo de seus senhores contra todas as leis da razão e da humanidade” (“a false and deceptive narrative, full of imaginary vexations and calamities that have suffered from the cruelty and their masters despotism against all laws of reason and humanity”).

Cardoso and his partners wanted to recover their enslaved properties but had a special interest in these five escaped slaves because they were “necessários e indispensáveis (...) no uso da navegação e comércio de Benguela e de toda a costa de África, por lhes servirem de língua [intérpretes] aos pretos boçais que se costumam extrair daqueles domínios” (“necessary and indispensable (...) in the use of navigation and trade of Benguela and the entire coast of Africa, for them serve as languages [interpreters] to the black nipples usually drawn from those areas”). The case was for the order of Queen Maria I who ordered to verify the fairness of the five slaves’ petition while the group was arrested at Portuguese Arsenal Royal Navy awaiting the authorities’ opinion that would judge their request.

At that time, the strategy began to show poor results. One reviewer said he have heard the slaves at Arsenal and wrote to the Visconde de Vilanova da Cerveira on August 6, 1779, saying he was convinced that the argument of abuse suffering was false:

3 “Relação de navio” (“Ship relation”), sign by Manoel Moreira de Castro, Secretary of the Health. November 12, 1833. *Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro), packet IS 4 3.

“(…) sendo certo que os suplicantes (...), enquanto esta embarcação navegava do Rio de Janeiro para Benguela, eram contentes de seu cativo e tratados como o são todos os mais negros marinheiros que andam em semelhantes viagens. Porém, vindo a Lisboa, influídos por outros pretos, e vendo o melhor tratamento que aqui têm, entraram a desobedecer o sobredito capitão, provocando-o a romper no castigo”⁴.

The petitioners went to Lisbon enrolled on the small corvette crew,

“(…) que vem aqui buscar fazendas para ir a Benguela ao resgate de escravos e dela ao Rio de Janeiro, em cuja navegação é indispensável haver alguns marinheiros negros para sofrerem o maior trabalho destas viagens e para entenderem a língua dos negros brutos que conduzem e os tratarem”⁵.

In the interrogation, perhaps perceiving the fate that was being sketched the captives said they did not want to be slaves in Brazil but only in the Kingdom of Portugal, “temendo já alguma vingança do dito e do capitão” (“fearing already some revenge of the mentioned and of the captain”). The final legal opinion said that slaves should go back to their masters notwithstanding noting the difficulties that their resistance required the domain’s maintenance: “estando aqueles tão iludidos pelos pretos de Lisboa, é certo que sem coação se não reduzirão ao que deve ser (...)”⁶.

Mariners’ slaves acquired professional specializations and relied on the mobility inherent to maritime voyages. Sometimes they could try to turn these two experiments in freedom or at least in exchange for his former master for whom it offered some advantage. It seems to be the case of Angolan André that “se foi alistar por marinheiro, a título de forro” (“who was to sign up for sailor, as manumitted”) in the Portuguese boat *Maria Carlota*. In 1845, his master, Antonio José Gomes Moreira wrote several petitions to the Brazilian emperor Pedro II claiming ownership rights to André and complaining about the disrespect that the British officers who had apprehended *Maria Carlota* treated his appeals to return the slave. The problem was that the crew members of this slave smuggler boat had been arrested and most of them obtained their release, except for “dois ou três pretos” (“two or three blacks”), one of them being André. These slaves were kept in the prison-ship stationed in the Bay of Guanabara, in Rio de Janeiro, serving to the British without their masters were paid for it. Moreira demanded an indemnity of 20 thousand réis per month for the André’s work since the ship apprehension (September 1839) or the payment of its full amount by the imperial government – as already gets Antonio Gonçalves da Luz, master of another slave arrested in the same situation. Besides these two, the boat crew had the slave Jacob, who was also in the English prison-ship without its owner – the native of Pernambuco Vincente Tomás dos Santos – could reco-

4 “(...) being certain that the petitioners (...), while this vessel sailed from Rio de Janeiro to Benguela, were contents of his captivity and treated as the very same black mariners who go on similar voyages. However, coming to Lisbon, influenced by other blacks, and seeing the best treatment they have here, went to disobey the aforesaid master, causing him to break the punishment. Petition of Manuel Gomes Cardoso. Arquivo Histórico Ultramarino (henceforth AHU, Lisbon), *Documentos avulsos do Rio de Janeiro*, box 120 (july to september, 1779), doc. 27.

5 “(...) coming here to get fabrics to go to Benguela to rescue slaves and then to Rio de Janeiro, in which navigation is indispensable to have some black sailors to suffer these voyages greatest work and to understand the language of crude black leading and treat them”. *Idem, Ibidem*.

6 “(...) being those so deluded by blacks in Lisbon, it is certain that without coercion they will not reduce themselves to what should be”. *Idem, Ibidem*.

ver it back⁷. We do not know if Jacob and the not named slave of Antonio da Luz used the same artifice to impersonate as manumitted to be incorporated into the crew of the slave ship *Maria Carlota*. The simple fact of their masters did not mention the strategy does not mean that slaves have not been using it.

The strategy of pleading nautical knowledge to become a sailor should be familiar to many captains who did not mind to check if these men were free or slaves. Port authorities also knew identify this type of subterfuge – even if they were the ones who had to deal with complaints of masters whose slaves are illegally employed in other people’s ships pretending to be free mariners. Some steps to prevent this type of ploy have been taken in Luanda (Angola) since the early XIX century. An example is the administrative rule published by the local judge of Customs in 1801 forcing the transatlantic crews to return to the port of origin and determining that the board of registration of vessels and crews not embark anyone “sem ouvir primeiramente os senhorios dos navios em que tiverem vindo (...), para assim, antes que proceda a fazer a matrícula, concluir exatamente (...) se deve admitir ou não a ele as pessoas que se lhe apresentarem, providência esta mais necessária para prevenir fraudes de que resultam litígios inoportunos (...)”⁸.

Nor was it impossible for cunning slaves made to pass for loutish to try to obtain freedom after the first law that banned the transatlantic traffic to Brazil in 1831. Some masters complained to the judges of the Anglo-Brazilian Commission from Rio de Janeiro, as Helena Rosa de Jesus, the alleged owner of benguela Joaquim, “o qual por ser de profissão marítima, o tem alugado a alguns mestres de embarcação para diferentes viagens, o que fez ultimamente ao mestre do brigue *Brilhante*, que deste porto seguiu para a Costa da África”⁹. Given to the judge of orphans as a rough African captured on board, Joaquim made no effort to demonstrate his knowledge of Portuguese language before any authority in Rio de Janeiro where the brig was seized in 1838. If he were even loutish, as witnesses said he was, Joaquim could know the 1831 law terms’ that banned the slave trade from Africa to Brazil and freed Africans who were smuggled – at least that’s what it says in the legal text, although we know that things were not exactly so. Being rough was one of the main signs that defined the newly-disembarked condition, therefore, worthy of freedom. The Joaquim’s strategy has not worked and he was returned to Helena de Jesus. A Joaquim’s companion on the same trip, the black José Rebeca tried another way to achieve freedom. Affirming his status as a slave of maritime profession he sent a request to the judge of orphans saying that he employed himself in the smuggler ship by his master order, to whom he was obliged to obey “sem que lhe fosse permitido recusar no embarque, e mesmo entrar na análise da negociação a que se dirigia o brigue”. His master had died between the departure and the seizure of *Brilhante*- reason that made Rebeca to believe to be able to fully enjoy Freedom¹⁰ (Rodrigues, 2005, p. 160-161).

7 AHI, box 20, packet 3 (*Maria Carlota*, 1839-1845).

8 “without first hearing to the ships landlords where they will have come (...), for thus before being able to do the registration, concluding accurately (...) if should admit or not to it the people who submit, providence this more necessary to prevent fraud arising from inopportune litigations (...)”. AHU, Angola, box 100 (1801), doc. 16, april 22, 1801.

9 “this for being of maritime profession has hired to some masters of boats for different voyages, which made the late master of the brig *Brilhante*, who went from this port for the Coast of Africa.” AHI, box 4, packet 3, sub-packet 1 (*Brilhante*, 1831-1839).

10 “no to be allowed to refuse the embarkment, and even enter into an analysis about the negotiation that was directing the brig”. *Idem, Ibidem*.

Some judges (the British in particular) of the Anglo-Brazilian Commission from Rio de Janeiro seemed willing to create problems for those masters who employed slaves as seafarers. In some cases, even after they released the entire white crew of a slave-ship seized, the judges kept imprisoned blacks rogues¹¹.

Judges of other instances were unwilling to defend freedom under any pretext especially if they were based on verbal agreements or customary right. Let's see how a judge of orphans from the village of Sorocaba, São Paulo province, dealt with the demand which was taken by a group of seven free Africans. Employees at the Ipanema Iron Factory, near the village, the free Africans went to the judge's chambers, the judge called Vicente Eufrásio da Silva e Abreu. The course of the episode revealed both the behavior of judges and these Africans experience that though they were manufactory workers at that time, had a previous experience in seafaring.

The meeting between the judge and the Africans took place in 1849. Arguing that they went to town to buy straw to make hats the Africans had delivered to the judge of orphans a petition for freedom written by them (Rodrigues, 1998, pp. 38-39; Florence, 1996). The Africans, seized around 1833 in the Engenho Cabrito (in Recôncavo Baiano), claimed to have been contracted by the Arsenal Navy of Bahia to work during 10 years, and since then 16 years had elapsed. They served as slaves and were not willing to continue like this because considered themselves as free men. In 1849, however, in Brazil there was not a legal definition of the stated period by which free Africans should provide services. Only in December 1853 it was stipulated in 14 years the time of service of African apprehended in smugglers seized ship, under Decree N.º 1303 terms. These Africans were not in Sorocaba to claim the application of a law that does not exist. They were, instead, demanding what was promised in the Navy Arsenal of Bahia. Apparently the director's transfer to the Arsenal to Rio de Janeiro made the verbal agreement established between them fall down. Prevented from filing their petition the Africans returned to the Ipanema Factory. The factory director said that these Africans did not suit to the fabric work "por serem quase todos marinheiros, exigentes e mal acostumados" ("because they are almost all sailors, demanding and badly accustomed"). Worse: the existence of another Africans over 10 years of service in the Factory could expand the claim, therefore almost 200 free Africans worked there. The mariners Africans who wrote the petition to the judge of orphans seemed to have the ability not only to write but also to articulate groups with convergent interests. Realizing this possibility, the Ipanema Factory director's ordered to arrest them in the capital jail where we lose their track (Mamigonian, 2000).

We hear of other slaves with experience in maritime work involved in an evasion attempt again without success. In short, the evidence of their story began on December 15, 1850, in the village of Itapaboana, province of Rio de Janeiro, where the schooner *Americana* was seized by the English warship *Riflemant*. The schooner has on board some black and no white officer or mariners when the ship was seized and brought to trial in the Anglo-Brazilian Commission from Rio de Janeiro. With the proclamations' publication convoking the ship owners to defend themselves in court, a man named Antonio Gomes Guerra presented himself telling what had happened to his vessel. Farmer in that village, Guerra had built the schooner in Campos dos Goitacazes six years before to employ it in the coastal trade

11 As the three that were part of the crew of *Feliz*, seized in Rio de Janeiro just after Christmas 1838. Cf. AHI, box 15, packet 4, sub-packet 1.

between the coast of Rio de Janeiro and Rio da Prata. On November 15, 1850, the *Americana* was firmly anchored in the port of São João da Barra and tied with two guard sailors on board, waiting to exit the next day toward Itabapoana to make regular trade. Everything went as Guerra's planned until the next morning, the vessel master, who had slept in land, went to the beach and did not find the schooner. Local residents then told him that they saw it sailing by the inlet apart without knowing by whom she was going manned. The skipper concluded that runaway slaves from nearby farms – some of them sailors – had seduced or threatened the guards and seized the boat. The legal process ended at that point, the slaves in custody were not questioned and were returned to their masters. If they had told the reasons for the unprecedented attempt to win the sea perhaps we knew they had tried to go elsewhere on the Brazilian coast or even return to their homeland by crossing the Atlantic in the opposite direction (Rodrigues, 2005, pp. 250-251).

After all, for the slaves, what is the attraction of life at sea, besides the aforementioned spatial mobility? Cultural skills coming of different parts of Africa certainly interfered in this appeal. The *Cabinda*, for example, had been employed by Portuguese officers on cabotage ships in Angola in the XVIII century. The *Kru*, who inhabit the coast of today's Liberia and Ivory Coast since at least the XV century, were rowers, sailors, shippers and suppliers of viands in the British slave trade between the XVIII and XIX centuries as well as helping the traffickers to moor – although systematically refused to vend slaves to those dealers (Pélissier, I, 1986, p. 54; McGowan, 1990, p. 9; Silva, 2000b, p. 67). These people are mentioned in the British documentation from XVIII and XIX centuries with a specific denomination (*kroomen*) and references to their professional skills as seamen: “it seems conscription and work with the vessels stand out enough to be recognized namely, which also indicates a longer time to work next to the British crew” (Santos, 2008, pp. 11-12). Information from a source of the XVIII century allows a further step into the survey of the African matrices in the specialization of some ethnic groups in the maritime work. This is an official letter of 1798, sent by Miguel Antonio de Melo (in Luanda) to Rodrigo de Souza Coutinho (in Lisbon). In the letter, Melo stated that since the mid-seventeenth century the Portuguese punished the *Muxilundas* for their support to the Dutch invasion in Angola, in XVII century. The punishment was to take advantage of this people services retracing to a dating back practice of the King of Congo to take them as servants and use their skills as fishermen. *Muxilundas* supplied the markets of Luanda and some ports of Brazil with fresh and salt fish. Moreover they learned about life at sea and experience in handling boats, even small ones. The fishy islands where they lived, however, led to the product devaluation and instead of receiving the 1.200 réis monthly customarily paid for the product many *muxilundas* chose to employ as mariners in the royal vessels in exchange for wage of 30 thousand réis, out the daily ration. The result, continued Melo,

“têm sido despovoarem os *muxilundas* as ilhas [mais especificamente a Ilha de Luanda], abandonarem as pescarias, serem elas hoje tão escassas que muitas vezes não há peixe, em outras haver tão pouco que não chega a todos, e por último ser o preço tão crescido que por 600 réis se não compra agora o que em outro tempo se achava pela duodécima parte do que atualmente custa”¹².

12 “Have been depopulated *Muxilundas* the islands [more specifically the island of Luanda], leaving the fishery, they are now so scarce that there is often no fish, in others so little that does not reach everyone, and finally be the price so grown that for 600 réis if not buy now what another time he was the twelfth part of which currently costs”. AHU, Angola, box 88, doc. 68, April 26, 1798.

It appears that the governor was a connoisseur of the fish delicacies caught by *Muxilundas* believing that with some Crown encouragement these men would leave the long-distance navigation and return to their traditional activity. In the end, according to him, they were the “únicos negros que mostram algum aferro à terra em que nasceram e se criaram, custando-lhes muito serem tirados dela, e desertando das ilhas unicamente porque os obrigam as largas navegações”¹³.

Melo did not explain why other groups who inhabited the Luanda’s environs could not take on fishery. Above all, he did not attempted for the experience in fisheries as an attribute valued by the Portuguese captains when employing sailors of this ethnicity. The “aferro à terra que nasceram” (“grasp to the land where they were born”) could not be greater in this people than among others who compulsorily had been turned into slaves. The difference here is that the *Muxilundas*’ maritime skills had turned them into coveted men to handle ships and to guide European officials through African waters.

Other groups also held navigation abilities. An example can be found between Cape Verdeans that since the XVI century dedicated themselves to the illicit trade in the rivers of Guinea and became known as “lançados” or “tangomaos” in the Portuguese legislation (Zeron, 1998). In the Congo-Angola, the *Vili* of Loango were recognized as men skilled in the manufacture and management of fishing and transport boats on the coast. Between the XVI and XIX centuries this quality was helpful in slaves supply sold in Cabinda and other ports in the region while imprisoned in far away places. The *Vili* deliberate detachment in relation to the Portuguese and the commerce they did with other Europeans took failure to Portuguese plan to concentrate captives’ trade in Luanda (Thornton, 1993; Thomas, 1997). Referring to the bays and “Rios da Guiné” (“Rivers of Guinea”), now Guinea-Bissau lagoons, John Thornton argues despite the navigation in rivers and near the maritime coast provided an commercial network that preceded the European domains attempts in the early XVI century: cheaper transport by water allowed the movement of large amounts of goods and contributed to the formation of extensive networks of market (Thornton, 1993). Besides the effects on trade, language and culture as a whole, can not escape us that the creation of such networks presupposed the know-how of a parcel of men skilled in small vessels management. To fulfill their duties, they developed knowledge related to the ports and the risks they presented for embarkment and disembarkment. They also know that the depth of ports, the winds system, tides, rain and other climatic factors that interfered with coastal and inland navigation. Maritime professions even not over the long haul or in large vessels were part of the people experience from different parts of African continent. Given the experience at sea, we must try to understand the reasons why African slaves engaged themselves in slave ships when they were distant from their homeland. A document found inboard on the slave ship *Maria Carlota* in 1839 can give us more clues as to what attracted the slaves to these ships. These are about the “Obrigações Especiais” (“Special Obligations”) sort of regulation that established obligations and duties of the ship crew members, also invoking apparatus referred to the Portuguese Commercial Code. The “Special Obligations” provided the obedience rules to the officers and refraining the sailors’ “brawls and drunkenness” and to spending the night outside the ship without captain’s permission. The captain’s power has encompassed such items as punish defectors (if he

13 “the only blacks who show some grasp to the land they were born and reared costing them a lot to be taken from it, and deserting the islands solely because the compelling of broad navigations”. *Idem, Ibidem.*

could find them again), failing to pay the concerted wage. The evaluation of skilled labor by the captain opened an enticing door for the slaves:

“O capitão poderá despedir, e pôr em terra antes da partida, e sem obrigação de pagamento de soldadas, todo o indivíduo da tripulação que se ajustar em qualidade que não é capaz de preencher, e dar a este indivíduo a qualidade e soldadas que julgar a bem, se a incapacidade só for descoberta depois da partida do navio”¹⁴.

This expedient guarantees the captain's appreciation. But it also created the possibility of integrating the crew within men who did not have to prove their sailors' skills before boarding - which seems to have occurred with a lot of slaves claiming to be free or freed, as well as skilled sailors, even though none of the statements needed to be proven. When the captive condition was discovered after the ship set sail nothing more could be done to return the slave to his master. If the slave had no skill, but that was only discovered on the high seas, the payment would be lesser. Anyway, was freedom that was sought, the goal was closer than the existing condition in land before boarding. The defection in one of the scales or at the final destination was an exciting attraction.

Articles transferred from the Portuguese Commercial Code and attached to the *Maria Carlota's* “Special Obligations” foreseen the officers and crew members union before a foreign attack or a natural disaster, reinforcing the idea that all were “together in the same boat” regardless of each individual social status. Among those rights that do not depend on social condition were the special cares of those who get sick during the voyage, the salary payment during the days when the worker fell ill and a compensation for mutilation suffered at work, in addition to payment of ¼ of wage over the voyage course. Free and slave were equal to those seafarer's rights.

Exerting sailor's functions some enslaved Africans were able to find unusual freedom opportunities. Amongst the many I met, surprises me the case of Pedro Caetano, Roque, José Ferreira, João, Miguel, Joaquim, José and José de Cambondo - eight slaves pertaining to Minerva galley's crew that taken by French pirates in Benguela in 1799 was recovered by Bernardo Lourenço Viana, ship and the slaves owner due to the these men action. The recovery was thus described by the Luanda's magistrate (*juiz de fora*): “(...) matando como mataram quatro brancos e ferindo dois, passaram o resto a ferros, que vinham a ser três brancos e seis pretos franceses, dirigindo-se com prudente cautela para este porto, [o] que não puderam conseguir, até que foram dar no do Ambriz, de nação amiga”, where they found English ships¹⁵. Félix Correa de Araújo, the judge, awarded the African reconquers with freedom or “manumission declarations” as stated in the document. His intention was to make more: pay 1/5 the ship value and its belongings to those slaves so as soon as the galley was sold at auction. He was only dissuaded of this intention when the governor of Angola claimed to be unfair to do this with the ship owner.

14 “The captain will be able to dismiss, and put ashore before departure, and without obligation to pay wage every individual of the crew that fit in quality that is not able to fill, and give to this individual the quality and wage it deems the well, if the inaptitude is discovered after the departure of the vessel only”. AHI, box 20, packet 3. *Maria Carlota*, 1839-1845.

15 “(...) killing as they had killed 4 white men and wounding 2 whites, they had passed the rest the chaineses, which came to be 3 white and 6 black French, speaking with a wise caution to this port, [what] they could not obtain, until they were arrived in Ambriz, a friendly nation”. AHU, Angola, box 93A (1799), doc. 22.

I argued that enslavement was a process full of stages, comings and goings. In the master's view, although the final result was one only - to transform African into slaves - this might not be the way the captives face the process. For the slaves or at least for those we can retrieve experience fragments, the process contained fighting possibilities for freedom before and after becoming property of a master who bought and put them to work. Examples are the mariner's slaves or those who passed themselves off as men experienced on the sea without being in effect. Their peculiar escapes (sometimes spectacular), their transit to unknown places and their ability to convince the ship officers' to use them, made them slaves who did not fall within the categories of rebels but among the negotiators who have faced plus disruption in their lives, facing the difficulties of a profession full of risk and which put them in touch with other men whose tradition seemed to be the constant quest for autonomy

Historians as Rediker and Peter Linebaugh pointed to freedom as an ideal for which the culture of free sailors always fought (Linebaugh, 1982; Rediker & Linebaugh, 2001). We should not discard the possibility that a communication network that included solidarity has been created in the slave trade between free and enslaved sailors considering that most of the slave traffic crews consisted of Africans. In studies that relate to the years 1780 to 1863, I found data about 1.972 crew members of slave ships including officers and common sailors. Of these, 346 were Africans from different regions representing a significant percentage of approximately 17.5% of crews.

* * *

I discussed, until here, the slave perspective of enrollment in the maritime crews, emphasizing the spatial mobility as a decisive factor in the pursuit of freedom or bigger autonomy. However, if the slave's logic includes the possibility of achieving freedom and greater autonomy through maritime work, the slaveholders logical also did not exclude the mariners-slaves of their horizon. The slaveholders logical included them from the work perspective, the necessity for communication and business operation of captives purchase and selling in Africa.

As I said, there was a demand for men who could handle the ship and its equipment - which meant that officers tended to accept the engagement of men, free or slave in these tasks. On the other hand, the masters who lived in land owned specialized slaves in maritime occupations could also rent their services to the officers or owners of merchant ships, including slave ships.

Regarding slave ships officers' the acceptance of slaves and / or Africans as sailors disclose an important face of the slave trade organization in the coast of Africa. Rediker and Linebaugh reported the case of an English slave ship that between 1651 and 1652, contracted a pilot on the island of Cape Verde, then another at the Gambia River mouth and a third one a *grometta* called Jacus the latter next to the "lançados" community - Luso-Africans metis who acted as intermediaries in commerce on West Africa coast. After a few incidents Jacus left the crew. What should be noted in the episode, as did Rediker and Linebaugh, is the importance of this sailor embarked in the African coast to the trade completion. It would be the linguistic skills? For the knowledge of the region? The skills of a sailor? Or would the transatlantic knowledge of American slavery, which could prove dangerous to British interests in the region? (Rediker & Linebaugh, 2011).

I have argued elsewhere that it could have different reasons to explain the enrollment of African slaves working as mariners on slave ships (Rodrigues, 2005, p. 185). One of the strongest arguments was precisely the necessity to create and maintain a form of communication between the crew and the newly captured slaves, so that the crew knew what the ones jailed in the basement murmured or machinate. If the African mariners and / or slaves were able or willing to fulfill this function, we know little, but it can be said that their presence on board was part of the seigniorial logical. Also among Africans the ethno-linguistic diversity was enormous, but it is plausible to assume that an African from diverse ethnic backgrounds (and enemy) of those who were in the basement may have been very helpful to the slave ship crews. Conversely, an African from any origin may have been an important nexus in the solidarity net among slaves shipped as mariners against the treatment meted out to them by the rest of the crew. Similarly, I believe there was a linguistic manner of communication between the crew members and Africans considering four situations in which would have established contacts and opportunities tied to mutual understanding through words.

At first was the handle with the business of buying and selling the slaves' parcels. Often, negotiations between officers and suppliers (Portuguese, African, Brazilian, Luso-Africans and Luso-Brazilians, in the case of Angola) were long, which accounted for the crew waiting for varied time, possibly months. Meanwhile, the crew was not confined on board, whether or not averse to trafficking and even fearing the dangers of disease on the African coast, it is true that there were many chances for these men go to land until the business was closed. In these excursions it was unlikely that they did not have some contact with the region inhabitants. If they were African slaves, those sailors could have a potentially more intense contact.

Another situation involving mariners and captives can be classified as the most radical: crew members (blacks and whites) and Africans crossed the ocean together for a time that in the XIX century could vary from thirty to ninety days (considering travels to Angola and Mozambique respectively, to Rio de Janeiro) if everything goes normally, without calmnesses or other unforeseen events that delayed the voyage. Apparently, it was too short a time for the European language speakers' to learn the rudiments of another language, but the fact is that seamen for many years engaged in the same slave routes could be more familiar with different verbal expressions of their national languages. Although the sailors are on deck and the slaves in the basement they shared the ship places in different circumstances, but in all way frequently: of a side, the slaves left the basement in groups to stretch out, sunbathe or to do services on the deck; in turn, had crew members responsible for the confined African's treatment feeding them and serving them water during the crossing, even though such cares were restricted to open and close the hatches. There were yet the inevitable revolts on board, an extreme experience from which everyone involved certainly drew lessons about their opponents.

We can not forget the already mentioned presence of Africans from various ethnic groups in the slave ships crews (just over 17% of the total) that, by virtue of its origin, knew one or more African languages. They were also present in coastal navigation in Brazil since the late XVIII century, a period in which employed about ten thousand slave sailors in this trade (Klein, 1986). Elias Antônio Lopes, one of the biggest *carrioca* (native of Rio de Janeiro) dealers when the Portuguese royal family arrival in 1808,

owned four slave vessels with nineteen mariners slaves¹⁶ (Cunha, 1969). As I said, the presence of Africans members on the slave ships could be due to the need for a communication link between the crew and the captives, to know what the slaves jailed in the basement murmured and then prevent revolts. This hypothesis counts on the testimony of a English slave ship captain active in West Africa which made some complained for having carried through a voyage “without interpreters to assist in the necessary intercourse with our slaves. There were no on board who knew a word of their dialect”. The absence of a member who fulfilled that role and the whip indiscriminate use as a badge of discipline on board ended up teaching the saddest lessons to the captain: soon after the departure he had to face with bullets a slave revolt (Mayer, 1968, p. 272). Fulfilling or not a role in the prevention of slave revolts, the fact is that the mere presence of African jack-tars on board certainly made possible cultural contacts with other European and American crew members who also composed the group of sailors and the officers corps.

Finally, there is the fact that mutual understanding between these two groups was not restricted to the waiting time on the Africa’s coast, travels or the presence of African seamen on board. In all ports where the traffic of Africans was made, it was impossible to fully control other activities that involved slaves and sailors. We rely on reports such as Alcide D’Orbigny’s and other travelers over Rio de Janeiro, and observe that there were ideal places for contacts of this nature: the *bica dos Marinheiros* (*the Sailors tap*), built at the time of the viceroy Gomes Freire de Andrade in the former beach Braz de Pina and demolished by Luis de Vasconcelos e Sousa (XVIII century), place “onde vinha a maruja dos navios surtos no porto (...) fazer provisão d’água” (“where did the sailors of the anchored ships in the harbor (...) make water provision”) (Fazenda, 1920; Costa, 1958), or the Chafariz do Largo do Paço (“fountain in the Palace Square”), where “vão se abastecer os navios ancorados na baía, ao mesmo tempo que inúmeros mulatos e negros ali se acotovelam para embarcar e desembarcar mercadorias” as noted by the same French traveler¹⁷ (D’Orbigny, 1976, p. 165). Also the Swedish Gustave Beyer noted that around the fountain next to the Palace (Palace of the Brazilian Emperor dispatches) “sempre se encontram bandos alegres, cantantes e barulhentos de negros que aí vêm buscar água” (“always are happy black flocks, singing loud and that come here to fetch water”) use that did not escape to the attention of police because the “aglomeração constante desta gente” (“constant agglomeration of this people”) (Beyer, 1907, p. 277). In the same line, the historian Julius Scott found evidence of trade contacts and cultural exchanges between sailors and slaves in the Caribbean of the XIX century: the crews hungry for fresh fruit and vegetables after a long stay at sea was a good consumer market for the slave’s subsistence farming. And judging from the reports by Irish James Kelly on the Jamaica of the early XIX century, the relationship between them was very cordial. The contact between sailors and blacks in the Caribbean could not fail to take cultural consequences: according to Scott, many songs of work at sea, scattered around the world by British mariners in the XIX century, are remarkably similar to the Caribbean slave songs. In fact, there is considerable evidence to show that many songs may have originated from the interaction of the sailors and

¹⁶ Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Códice 789 - *Inventário dos bens da casa do finado Conselheiro Elias Antonio Lopes*.

¹⁷ “Where the anchored ships in the bay go to supply, while many blacks and mulattos crowded there to embark and disembark goods”.

black of the docks on the West Indies islands. A theory of the origin and development of *pidgin* and Creole languages in the Caribbean emphasizes contact between European sailors and African slaves (Scott, 1986, pp. 64-65).

Also the Brazilian and Portuguese mariners had for habit to work with the sound of their own songs. The fact that the record of none of them have come to us does not mean they did not exist. Entries in the dictionaries of seamanship, for instance, we found evidence that they were often sung. These songs were called “saloma” and, lately, “celeumas,” defined as “cantiga ou gritaria que fazem os marinheiros quando alam algum cabo” (“song or cry that the sailors do when pulling a cable”) or “cantoria com que a gente do mar acompanhava as fainas que exigissem grandes esforços. Costumava ser primeiramente entoadas só por um homem e depois em coro pelos restantes. Cerimonial, com vozeria acompanhada por toques de trombetas, pífaros, tambores etc. (...). Barulho” (“singing which the seafarers used to fulfill the labor that require great efforts. It used to be primarily sung only by a man and then in chorus by the others. Ceremonial, with uproar accompanied by touches of horns, fifes, drums etc..(...). Noise”).

By dictionaries we still have the precious information that “salomear” or “celeumar” was forbidden on Portuguese navy ships board at least since the late XVIII century. Related to the merchant ships, however, there is no reference to the prohibition¹⁸ (Campos, 1823, p. 93; Leitão & Lopes, 1963, pp. 117-118 and 360), nor is there no reason to suppose that these sailors would no longer uproar, despite the absence of records.

All these situations disclose high probabilities of contact between the seamen and the Africans as shown in maritime language, but not limited to it. Consider these probabilities are one of the few ways that the historian has to overcome the absence of direct contact record.

* * *

Related aspects of the work process, hierarchy and forms of sailor’s payment have established networks within the crew, which made vertical relations and were part of these men identity. The precise definition of tasks, the obligatoriness of the proper vessel functioning at risk (such as imminent shipwreck, facing enemies or storms), the possibility of professional ascension through learning and payment according to assessing tasks performances created – within the group of seafarers – ties that may have placed them in an opposing field to the embarked Africans. Though sometimes they were sympathetic with the slaves and witnesses of atrocities committed against them, the crew members (especially those who were not officers) do not necessarily translate that feeling into systematic actions to improve the fate of the slaves shipped in the basement.

I understand that the tradition of freedom of the seamen’s culture has been forged in the sailors daily struggles against repressive officers, but I think also that the slave’s fight disposition against the captivity and in favor of autonomy or freedom found a reinforcement in this environment, as well as helped to build a tradition of autonomy and freedom of free workers from the sea.

¹⁸ The prohibition was set by Chap. I, article 74 of *Regimento Provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real, que por ordem de S. M. deve servir de Regulamento aos comandantes das esquadras e navios da mesma senhora, novamente reimpresso por ordem de S. M. o Imperador, de 20 de junho de 1796*. Reprinted later (in 1825, 1835, 1841 and 1868) without changes, the *Regimento* prevailed throughout the Brazilian imperial period.

Bibliography

- Beyer, Gustave (1907), “Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo no Brasil no verão de 1813”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, n.º 12, pp. 275 a 311.
- Campos, Maurício da Costa (1823), *Vocabulário marujo*. Rio de Janeiro: Of. Silva Porto
- Chambouleyron, Rafael (2006), “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, n.º 26(52), pp. 79 a 114.
- Costa, Nelson (1958), *Rio de ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Leo, 1958.
- Cunha, Rui Vieira da (1969), “A vida do Rio de Janeiro através dos testamentos, 1815-1822”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 282, pp. 46 a 62.
- Curtin, Philip D. (1969), *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: Wisconsin University Press.
- D’Orbigny, Alcide (1976), *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Fazenda, José Vieira (1920), “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 88(142).
- Florence, Afonso Bandeira (1996), “Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842”. *Afro-Ásia*, n.º 18, pp. 7 a 32.
- Foner, Eric (1983), *Nothing but Freedom: Emancipation and Its Legacy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press. (trad.: *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988).
- Gilroy, Paul (1993), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge: Harvard University Press. (trad.: *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Univ. Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001).
- Klein, Herbert S. (1986), *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. New York: Oxford University Press (trad.: *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987).
- Leitão, Humberto; Lopes, José Vicente (1963), *Dicionário da linguagem de marinha antiga e atual*. Lisboa: Centro de Estudos Histórico Ultramarinos.
- Linebaugh, Peter (1982), “All the Atlantic Mountains Shook” *Labour/Le Travailleur*, 10: pp. 87 a 121 (“Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”. *Revista Brasileira de História*, v. 6, pp. 7 a 46, set. 1983).
- Luccock, John (1820), *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil, Taken During a Residence of Ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh (trad.: *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Martins, 1942).
- Mamigonian, Beatriz G. (2000), “Do que ‘o preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, n.º 24, pp. 71 a 95.
- Mayer, Brantz (1968), *Captain Canot: Or Twenty Years of an African Slaver*. New York: Arno Press.
- Mcgowan, Winston (1990), “African resistance to the Atlantic slave trade in West Africa”. *Slavery & Abolition*, n.º 11(1), pp. 5 a 29.
- Pélissier, René (1986), *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, v. 1. Lisboa: Imprensa Universitária/Editorial Estampa.

- Rediker, Marcus (1989), *Between the Devil and the Deep Blue Sea: Merchant Seamen, Pirates, and the Anglo-American Maritime World (1700-1750)*. Nova York: Cambridge University Press.
- Rediker, Marcus; Linebaugh, Peter (2001), *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press (trad.: *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008).
- Rodrigues, Jaime (1998), “Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema”. *História Social*, n.º 4/5, pp. 29 a 42.
- Rodrigues, Jaime (2005), *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Rodrigues, Jaime (2000), *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp/CECULT.
- Santos, Elaine Ribeiro da S. dos (2008), “Nas engrenagens do tráfico: grupos canoeiros e sua atuação nos portos do Golfo do Benin”. *Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH (Poder, violência e exclusão)* (CD-Rom).
- Scott, Julius (1986), *The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution*. Durham: Duke University.
- Silva, Alberto da Costa e (2003), *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. da UFRJ.
- Silva, Lúcia Helena Oliveira (2002), “Após o Treze de Maio: a convivência entre afro-descendentes e imigrantes em São Paulo nas primeiras décadas do século XX”. *Mediações* [Londrina], n.º 7, pp. 9 a 33.
- Silva, Lúcia Helena Oliveira (2001), *Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-Abolição (1888-1926)*. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- Silva, Luiz Geraldo (2000), *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus.
- Thomas, Hugh (1997), *The Slave Trade: the History of Atlantic Slave Trade, 1440-1870*. London: Picador.
- Thornton, John (1993), *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. New York: Cambridge University Press (trad.: *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004).
- Zeron, Carlos Alberto (1998), “Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África”. *Actes du Colloque Passeurs Culturels/Mediadores Culturels*, Lagos (Portugal), October 9 to 11, 1997. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Entre contendas e sociabilidades Escravos e Pobres Livres na cidade Jacareí/SP/Brasil

Maria Aparecida Papali*
Valéria Zanetti**

p. 191-200

Este trabalho procura refletir sobre formas de sociabilidades e ou embates cotidianos protagonizados por escravos e pobres livres da cidade de Jacareí, Brasil, no final do século XIX, quando ainda imperava o segundo reinado sob controle de D. Pedro II. Para tanto, buscaremos interpretar dois processos-crime ocorridos na referida cidade nos anos de 1872 e 1882, os quais dizem respeito a roubos de mercadorias praticados em conjunto por escravos e livres, “negociados” com pequenos comerciantes do local.

A lavoura cafeeira no Vale do Paraíba teve início na região fluminense em torno de 1820 e a partir daí se disseminou por todo o Vale do Paraíba Paulista, sendo que, em finais da década de trinta, algumas cidades valeparaibanas como Areias, Lorena, Guaratinguetá, Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté se tornaram importantes núcleos de produção cafeeira e com uma grande quantidade de trabalhadores escravos. A partir do fim da década de setenta, a lavoura cafeeira intensificou-se cada vez mais na região do Oeste Paulista, onde cidades como Campinas, São Simão, Ribeirão Preto entre outras, conquistaram, de maneira acelerada, cafezais, escravos e riquezas (Costa, 1989).

Segundo Sérgio Milliet, o período áureo do café em terras do Vale do Paraíba paulista ocorreu entre 1854 e 1886. Em 1836, quando o auge da produção cafeeira ainda não tinha sido atingido, a população valeparaibana era de 105 679 habitantes. Sua produção de café atingia 510 406 arrobas anuais, representando 86,50 da produção de toda a Província de São Paulo (1941: p. 35). A cidade de Jacareí projetava-se na região com números similares às demais localidades. Em 1836 Jacareí tinha 8 227 habitantes; em 1854 cerca de 6 109 habitantes (em razão do desmembramento da Vila de Santa Branca com 3 753 habitantes), e, em 1886 sua população atingiu 10 545 habitantes. Sua produção de café era de 54 000 arrobas anuais em 1836, atingindo o ápice em 1854 com 204 000 arrobas e chegando em 1886 com 86 000 arrobas de produção anual (*idem*: p. 41).

Ana Luiza do Patrocínio, em Dissertação de Mestrado, observou que a cidade de Jacareí teve aumento significativo de seu contingente de homens pobres livres a partir de 1850, bem

* **Doutora em História Social**/ Docente/pesquisadora do Curso de História e do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/Universidade do Vale do Paraíba/ UNIVAP/Brasil.

** **Doutora em História Social** / Docente/pesquisadora do Curso de História e do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/ Universidade do Vale do Paraíba/ UNIVAP/Brasil.

como de escravos, possivelmente devido ao incremento proporcionado pela agroindústria cafeeira. Segundo a autora “da mesma forma que a fortuna se fazia presente, também a pobreza adentrava a cidade, na pessoa de trabalhadores e libertos, à procura de oportunidades...” (2003: p. 134).

Em pesquisa realizada sobre a propriedade escrava no Vale do Paraíba na década de 1870, Renato Marcondes pôde comprovar que o padrão médio da propriedade escrava de São José dos Campos e Jacareí era inferior a cinco escravos, enquanto em Bananal era acima de quinze cativos (2000: p. 12). A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas. Alguns poucos proprietários chegavam a contar com o trabalho de 30 escravos em suas lavouras. Isso sem considerar uma grande existência de sítios com apenas três ou cinco trabalhadores escravos em suas lides, indício da proliferação de sítiantes e pequenos proprietários.

Na sociedade cafeeira do Vale do Paraíba Paulista do século XIX, a cidade de Jacareí possuía certo destaque político no âmbito regional, em função de alguns nomes proeminentes do mandonismo local, tais como o Barão de Santa Branca ou Coronel Gomes Leitão. No entanto, de uma perspectiva mais ampla, a cidade encontrava-se na condição de uma localidade empobrecida, formada por um grande contingente de homens pobres livres, pequenos sítiantes, lavradores e comerciantes.

Uma das questões que se levanta neste trabalho consiste em perguntar: em que medida os múltiplos afazeres exercidos por pobres livres e escravos podem ser considerados como “negócios da pobreza”, geradores de uma cultura solidária entre os menos afortunados da região, mote para transformações no cotidiano e reelaboração constante das relações mantidas com senhores e membros da elite local?

Outra questão relevante que a leitura da documentação nos revela diz respeito ao teor ideológico contido nas entrelinhas dos processos-crime analisados. Em muitos desses “negócios” entre livres e escravos, algumas artimanhas são utilizadas pelos homens brancos para envolverem cativos na prática de furtos, obviamente em benefício próprio. Muitos desses homens livres eram constituídos por empobrecidos negociantes ou comerciantes da cidade. O termo negociante tanto poderia designar funções exercidas por homens detentores de *status* dentro das cidades (como juízes, coletores de renda, etc.), como também designava o pequeno comerciante, donos de vendas precárias, taberneiros, ou outros afazeres ligados ao pequeno comércio local (Vellasco, 2004: p. 80). Em relação ao lugar ocupado na sociedade cafeeira do século XIX por esses pequenos comerciantes e vendeiros, Maria Sylvania de Carvalho Franco, analisando farta documentação de cidades do Vale do Paraíba paulista afirmou que “o vendeiro tanto se ligava às camadas dominantes, como se aproximava dos extratos inferiores” (1997: p. 78). As próprias autoridades mantinham comportamento dúbio em relação a esses grupos sociais “oscilando entre a convivência, a desconfiança e a perseguição, resultava do amalgamento de tradições mandonísticas, tolerantes e de negociação, que compuseram o substrato cultural desses segmentos” (Moura, 1998: p. 249). Em um Processo Crime de 1872, no qual constam como réus Nicolau Mercadante (comerciante) e o escravo José, de 15 anos, escravo de Madame Simão, tais questões ficam evidentes. O cativo José, “negrinho”, como é identificado no Processo, foi incriminado por ter praticado um roubo na casa de comércio de sua senhora, a mando de Nicolau Mercadante. O autor do Processo foi Luis Simão, filho de Madame Simão, conforme relata em seu depoimento:

“Luis Simão denuncia que no dia 02 de julho de 1872, tendo ido com sua família ao teatro, o escravo menor José Criolo (negrinho) subtraiu de uma gaveta a quantia de 380 mil réis em notas, e que no dia seguinte entregou ao queixoso 30 mil réis que ainda conservava em seu poder, declarou que o restante – 350 mil réis – entregou ao italiano Nicolau Mercadante, negociante.”

Ao ser chamado para depor, o cativo José demonstrou suas ligações com Mercadante, negociante da cidade, o qual o havia instigado, no dia anterior, a cometer o furto. José respondeu:

“que foi ele que praticou o roubo mandado por Nicolau Italiano, negociante nesta cidade, prometendo que quando completasse certa quantia ser aplicado para sua alforria e que ele deu quatro notas grandes e quatro pratas grandes a ele.” Perguntado, respondeu que não sofreu ameaças de seus senhores para ir depor, e que o fez de voto próprio. Perguntado, respondeu que o crime aconteceu na noite do último espetáculo na cidade, às nove horas, e que entregou o fruto do roubo ao Mercadante, e que este o aconselhara a perpetração do crime no dia anterior. “Disse mais que a chave empregada na prática do crime é aquela que serve no armário, existente na casa do comércio de sua senhora, no qual se estão guardando os objetos de ouro, e que essa chave se conserva no dito armário e que ninguém a costuma guardar.”

O depoimento de José possibilita múltiplas interpretações. Sua fala nos indica que a perspectiva da alforria foi utilizada pelo comerciante Mercadante para influenciá-lo a praticar o roubo e, embora José tenha ficado com alguma quantia, foi Mercadante quem embolsou o valor maior. Outra questão relevante aponta para o quanto José tinha trânsito entre os cômodos da casa de comércio de seus senhores, embora conste do Processo que José era escravo de “serviços da roça”. Tais questões nos levam a refletir sobre a complexidade do mundo escravista brasileiro do século XIX, onde sociabilidades e artimanhas ideológicas se mesclavam nas relações entre escravos e homens livres.

Em sua fala, José afirma não ter sofrido nenhum tipo de coerção ou castigo de seus senhores, indo depor espontaneamente. No entanto, a testemunha José Leme de Souza, 25 anos, natural de São José dos Campos, afirma o contrário, relatando que:

“Soube do furto porque estava na casa do autor (Luis Simão) quando este castigava o escravo pelo acontecido. O escravo pede que largasse dele pois ia procurar o dinheiro, o que o faz no quintal (e traz 30 mil réis) e disse que o restante estava guardado com Nicolau Mercadante.”

Sabemos o quanto enriquecedor pode ser a leitura de um processo-crime. Em se tratando de processos do século XIX, com o envolvimento de escravos e homens livres, muito da dinâmica de uma sociedade pode ser vislumbrada por meio de um rol de depoentes, pela fala de uma testemunha ou pelo depoimento de um réu. Conforme evidenciado por Boris Fausto, a criminalidade “expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais” (2001: p. 27). Ou seja, não se busca analisar um determinado processo como um caso que se encerra em si mesmo, mas sim em analisar “através dele” indícios e referenciais de uma sociedade. Para além do crime contido em suas páginas, um processo nos leva também aos espaços da cidade, suas construções e cotidiano. No processo-crime em questão, o autor Luis Simão relata ter ido com sua família ao teatro no dia do crime e o escravo José confirma em

seu depoimento que “o crime aconteceu na noite do último espetáculo na cidade, às nove horas”. Nessas frases podemos entrever uma cidade que, não obstante fosse constituída por uma maioria de pobre livres, possuía em seus extratos sociais uma determinada camada que provavelmente agregava o hábito de frequentar teatros ou outras agendas culturais mais elitizadas. E tudo isso, obviamente, sendo do conhecimento dos escravos da casa. Uma das testemunhas do referido processo, Sr. Manoel Ignacio das Chagas Brandão, 46 anos, ourives, viuvo, disse em seu depoimento que:

“soube da boca do escravo José (que este) roubou o dinheiro e entregou ao réu Nicolau, e que este último disse ter recebido uma prata do escravo há muito tempo ‘isto quando negociava com o mesmo’, negócios que são permitidos se fazer com cativos (venda de objetos de seu comércio)”.

Com essas palavras, o depoente nos mostra possíveis imbricações entre o universo do escravo e o do homem livre, principalmente entre os mais pobres. Relatos de viajantes do século XIX indicam a coexistência entre tais grupos, principalmente no quesito referente aos lucros obtidos com as pequenas vendas comerciais (Papali, 2003: p. 56). Em viagem pela Província de São Paulo, em 1822, Saint-Hilaire já havia observado na cidade de Taubaté (próxima a Jacareí) que as pequenas casas de comércio existentes, por serem malsortidas não poderiam auferir lucros aos seus proprietários, acrescentando que “corre na região que estes homens se mantêm é pelo ganho auferido dos furtos comprados a escravos” (1972: p. 95). Tal como nos evidencia o depoimento do Sr. Manoel Brandão, tais questões demonstram a intensificação do trânsito entre escravos e pobres livres que o século XIX trouxe aos rumos da escravidão brasileira, como também a proliferação dos “negócios da pobreza” igualmente articulados nesse contexto “negócios que são permitidos se fazer com cativos” nas palavras do depoente Sr. Manoel Brandão. Segundo reflexão de Hebe Maria Mattos de Castro “numa sociedade marcada pelas relações pessoais, estabelecer laços era essencial para o obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres” (1993: p. 58).

Em outro processo-crime, datado de 1882, no qual constam como réus o comerciante Avelino Pinto Sepinho e o escravo Valério, de 26 anos, os motivos pelos quais o processo se instala estão muito próximos das causas observadas no processo-crime analisado anteriormente. Nesse processo de 1882, Avelino Sepinho e o cativo Valério são incriminados por furtos ocorridos na casa do Tenente Olímpio Ramos da Silva. Ao ser inquirido, o escravo Valério expõe que:

“em um domingo que foi além da ponte e que portou em casa de Avelino, este lhe dissera em segredo o seguinte: veja se arranja algum dinheiro por que eu te liberto; e caso não arranje dinheiro qualquer objeto de valor serve, principalmente sendo alfinetes de ouro, pratas; eu entrego a minha casa para você (casa de negócio) e vou para minha terra. Declarou mais ele interrogado que continuou a frequentar a casa de Avelino, e ele Avelino insistindo sempre para que ele furtasse em alguma casa rica aonde algum fazendeiro residente na roça, entre eles a casa do Tenente Olímpio Ramos, da qual ele interrogado para satisfazer a promessa que se lhe fazia, dirigiu-se a casa de Avelino, de onde trouxe uma cavadeira com a qual na noite de sexta-feira a dois meses mais ou menos, depois de ter sido instruído por Avelino, ensinando-lhe o meio mais fácil de entrar na casa do Tenente Olímpio, ele interrogado pulou uma taipa que tem no quintal da Misericórdia, a que divide com o quintal do Tenente Olímpio, com a cavadeira fornecida por Avelino fez um buraco por baixo do peitoral da janela, conseguiu introduzir o braço e abrir”.

Um dos argumentos utilizados pelo escravo Valério remete a mesma questão encontrada no processo-crime do escravo José. Valério afirma em seu depoimento que Avelino lhe teria dito em segredo “*veja se arranja algum dinheiro por que eu te liberto*”. Ou seja, as premissas ideológicas contidas no termo liberdade mais uma vez se fazem presentes. O século XIX é reconhecido na historiografia brasileira como o século da busca pela liberdade, tanto no sentido valorizado pelas idéias liberais que adentravam o país à época, como pela própria legislação brasileira, que, após 1850 suspendeu o tráfico transatlântico, provocando a partir desta data profundas mudanças no cenário da escravidão (Castro, 1993: p. 120). Segundo João Cruz Costa, a grande reorganização material pela qual passou o Brasil a partir de 1850 (devido à extinção do tráfico) aconteceu também no mundo das idéias. Em torno de 1870 tem início um novo momento na história do pensamento brasileiro. Segmentos filosóficos originários da Europa, tais como positivismo, naturalismo, evolucionismo, contribuem para o avanço do espírito crítico em relação à trajetória do país (1956: p. 36). Deputados, juristas e demais homens da lei debateram amplamente, a partir da década de 1840, os rumos da escravidão e liberdade no Brasil, afirmando que a verdadeira construção de uma Nação só poderia ser realizada sem o “*cancro*” da escravidão (Pena: 2001: p. 49). Para os escravos brasileiros, a conquista da liberdade era uma questão de dignidade, ser livre significava “*trabalhar sobre si*”, sem a presença da vigilância e disciplina das senzalas (Papali: 2003: p. 52). O trabalho exercido livremente, distante dos olhos senhoriais, foi o trabalho ligado à subsistência, no mundo rural, ou aos variados tipos de pequenos negócios ou comércios, na cidade, mas sempre longe do eito ou da grande produtividade (Wissenbach: 1998). Alcançar a liberdade tornou-se uma busca constante do escravizado, o que evidencia o quanto estavam conscientes do lugar que ocupavam naquela sociedade e a consciência desse lugar trazia implícita uma tensão permanente (Papali: 2003: p. 14). Segundo Emília Viotti da Costa, mesmo as rebeliões e os conflitos mais radicais praticados por escravos passaram a ter outro sentido a partir da segunda metade do século XIX:

“No passado, a rebelião dos escravos esbarrava na reprovação coletiva dos brancos... Na segunda metade do século XIX, no entanto, a situação era outra... Nessas condições, apoiados pelos abolicionistas, os escravos foram incorporados à ação abolicionista e seus atos de protesto adquiriram um significado político que não tinham anteriormente (1989: p. 40)”.

A ideia de liberdade permeava o cotidiano de livres e cativos, tanto concebida ideologicamente como praticada pelas brechas construídas pelos escravizados, forjando um maior trânsito entre o mundo dos homens livres. O cativo Valério, ao argumentar em seu inquérito que havia roubado a casa do Tenente Olímpio a mando do comerciante Avelino provavelmente intuía estar utilizando um argumento que poderia vir a ser uma atenuante em sua sentença final. Afinal, ele, escravo Valério, estaria praticando roubos em prol da conquista da liberdade, ambição máxima e então legítima do cativo. Pesquisas indicam que os cativos, no final do século XIX, não estavam tão distantes do universo das leis dos homens brancos. Embora obviamente não tivessem acesso aos detalhes dos códigos legais, tinham conhecimento de sua existência.

No entanto, o comerciante Avelino, ao ser inquirido, nega ter prometido a liberdade a Valério e demonstra em sua fala a riqueza de um mundo circular no âmbito dos negócios praticados entre escravos e livres:

“Perguntado se é do seu costume comprar objetos de pessoas que lhe pareçam suspeitas de serem escravos, respondeu que a seis anos que mora neste lugar e que só do escravo Valério é que tem comprado diversas vezes. Perguntado a que horas do dia ou da noite costumava comprar objetos do preto Valério, respondeu que fez algumas compras da meia noite para o dia e outras vezes mesmo de dia. Declarou que não suspeitava que os objetos que Valério vendia fossem roubados... Perguntado se ele Avelino sabia se Valério era cativo ou liberto respondeu que a princípio supunha que Valério era liberto, porem mais tarde reconheceu que era cativo. Perguntado se é verdade que ele Avelino aconselhou Valério para roubar nas casas ricas prometendo que roubando quantia bastante ele libertava Valério e lhe dava sua casa de negócio, respondeu que não fez tal proposta e nem deu esse conselho”.

Avelino nega ter oferecido liberdade a Valério, mas deixa claro que negócios dessa natureza eram frequentes entre ele e o referido cativo. Em pesquisa sobre a criminalidade escrava do século XIX, nas cidades paulistas de Taubaté e Campinas, Maria Helena Machado observa que roubos e furtos praticados por escravos nas respectivas cidades se direcionavam para dois agrupamentos: os desvios da produção agrícola e os furtos de objetos e dinheiro. A autora conclui que ao furtarem dinheiro e objetos de valor, essa apropriação estaria carregada da simbologia da dominação branca. Escravos estariam roubando os pertences de uma sociedade que os alijava (1989: p. 45). Em seu depoimento, o cativo Valério relata com minúcias os objetos roubados do Tenente Olimpio *“um binóculo, um paletó branco, toalhas de renda, uma peça de morim, cinco colheres de prata, um cordão com uma cruz de ouro, uma calça de brim, diversas gravatas”.*

Uma das testemunhas inquiridas, Capitão João Dias de Moraes, 45 anos, procurador da Câmara Municipal, informa em seu depoimento aspectos do cotidiano de fazendeiros cafeicultores, cujos hábitos deviam ser do conhecimento de cativos e demais habitantes da cidade:

“Disse que, a convite de Olimpio Ramos, a dois meses mais ou menos foi a casa dele para ver um arrombamento que se tinha dado na mesma casa... Sendo inquirido sobre a busca que teve lugar em casa de Avelino Sepinho disse que na segunda-feira seis do corrente indo ele de repente em casa de seu primo Capitão Joaquim Antonio de Oliveira lá encontrou o pardo Valério que estava para seguir para a fazenda do mesmo Capitão e como estavam tratando de fazer com que o dito mulato declarasse alguma coisa, depois de algum tempo declarou ele ser o autor dos roubos por conselhos de Avelino Pinto Sepinho, por que o mesmo lhe dissera que fizesse todas as diligencias para roubar a soma de dinheiro possível, mas que se não fosse possível encontrar, roubasse mesmo objetos de valor, como alfinetes de ouro; que isso o fizesse procurando a casa dos fazendeiros, por que seria mais fácil, visto que estes constantemente estavam em suas fazendas”.

Tanto a historiografia sobre a agroindústria cafeeira do século XIX no sudeste brasileiro, como relatos de viajantes que estiveram em terras paulistas nos oitocentos são enfáticos em afirmar que as casas da cidade, mantidas por fazendeiros do café, eram habitadas somente aos finais de semana, preferencialmente aos domingos, quando a obrigação da missa domingueira mobilizava as famílias. Casas ricas e vazias durante os dias da semana ofereciam certamente tentadoras oportunidades. Em pesquisa sobre a escravidão na cidade de Porto Alegre, entre 1840-1860, Valéria Zanetti conclui que roubos e furtos praticados por

escravos de ganho davam-se em virtude da necessidade de sobrevivência desses cativos e que tais roubos eram geralmente praticados em ambientes e espaços conhecidos pelos cativos (2002: p. 123).

Nesses dois processos-crime analisados (escravo José e escravo Valério), ocorridos na cidade paulista de Jacareí, os crimes cometidos pelos escravos distam dez anos um do outro (1872/1882), apresentando, no entanto, uma co-autoria criminal comum a ambos, ou seja, a figura do pequeno comerciante local, sujeito emblemático na sociedade brasileira escravocrata. Tanto o “negrinho” José como o escravo Valério utilizam-se do mesmo argumento em suas narrativas: teriam sido seduzidos pela promessa da liberdade para cometerem os respectivos furtos. É possível que tal fato tenha ocorrido como é possível também que ambos tenham utilizado tal argumento como subterfúgio, como possibilidade de barganha em um mundo onde os ventos modernizantes alinhavavam ideologicamente o termo liberdade. No entanto, uma questão se consolida na interpretação desses dois processos. Tanto José como Valério demonstram ampla transitoriedade no universo dos brancos, principalmente entre aqueles mais destituídos materialmente; trânsito construído cotidianamente, na experiência, na luta, no sonho em busca da liberdade.

Referências bibliográficas

- Castro, Hebe Maria Mattos de (1995). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Costa, Emília Viotti da (1989), *Da senzala à colônia*. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, Cruz (1956), *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Fausto, Boris (1988), *Crime e Cotidiano – A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense.
- Franco, Maria Sylvania de Carvalho (1997), *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.^a ed. São Paulo: UNESP.
- Machado, Maria Helena (1987), *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense.
- Marcondes, Renato Leite (2000), “A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870” in: *Texto para Discussão*, FEA/USP, Ribeirão Preto, S/P.
- Milliet, Sérgio (1982), *Roteiro do café e outros ensaios*. 4.^a ed. São Paulo: Hucitec.
- Moura, Denise A. Soares de (1998), *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, S.P: CMU/ UNICAMP.
- Papali, Maria Aparecida (2003), *Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume.
- Patrocínio, Ana Luiza (2003), *Homens-Livres, Escravos e Senhores no Município de Jacareí de 1840 a 1870*. Dissertação de Mestrado/ PUC/SP.
- Saint-Hilaire, Auguste de (1972), *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins.
- Pena, Eduardo Spiller (2001), *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: UNICAMP.
- Vellasco, Ivan de Andrade (2004), *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século XIX*. SP: Bauru.
- Wissenbach, Maria Cristina Cortez (1998), *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec; História Social USP.

Zanetti, Valéria (2002), *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*
Passo Fundo: UPF.

Fontes Primárias:

Processo-Crime 1872/ Caixa 374 – Arquivo Público de Jacareí.

Processo-Crime 1882/ Caixa 329 A – Arquivo Público de Jacareí.



África em debate

Patrimónios Africanos

Entre a tradição e a informalidade: A Arquitectura popular em São Tomé e Príncipe

Ana Silva Fernandes*

Manuel Fernandes de Sá**

Rui Fernandes Póvoas***

p. 201-223

A noção de *tradição* enquanto conceito dinâmico surge, no campo da arquitectura, na obra de diversos autores de compilações de arquitectura vernacular (Oliver, 1998; Guindani, Doepper, 1990; Rudofsky, 1987) e de interpretações do seu papel na contemporaneidade (Asquith, Vellinga, 2006: 7). Constitui assim um processo criativo baseado numa síntese do legado do passado, das tecnologias do presente e das aspirações para o futuro:

“A tradição não é necessariamente obsoleta nem é sinónimo de imobilismo. Além disso, não tem obrigatoriamente de ser antiga, mas pode muito bem ter sido constituída recentemente. De cada vez que um trabalhador se depara com uma nova dificuldade e encontra formas de a superar, está a dar o primeiro passo rumo à constituição de uma tradição. Quando outro trabalhador decide adoptar a mesma solução, a tradição progride. E quando um terceiro trabalhador procede do mesmo modo e dá o seu contributo, a tradição está praticamente estabelecida.” (Fathy, 2009 (1973)).

Esta abordagem defende que, se por um lado a *tradição* carrega uma herança de meios, mecanismos e conhecimentos de gerações antecedentes, também se traduz num processo em permanente reinvenção e ininterrupta mutação. Da mesma forma, também não surge como uma noção consensual nem homogénea, mas antes uma construção, real ou ficcionada, profundamente enraizada no grupo social em que se insere, dele dependendo a sua legitimação e estabilidade. Enquanto processo e forma de expressão, a *tradição* deriva não só da depuração de soluções em resposta directa a necessidades funcionais, condicionantes e recursos (materiais, económicos, técnicos) mas também de respostas simbólicas (aspirações sociais, materiais, poéticas). Nem sempre representa uma solução ideal, mas antes o compromisso ou a resposta possível, no contexto e com os meios disponíveis. O seu saber é maioritariamente empírico ou de transferência, na manipulação directa ou muito próxima dos materiais, e através de referências de fontes

* Investigador do CEAU-FAUP - Arquitecta, Doutoranda da FAUP.

** Investigador do CEAU-FAUP - Arquitecto e Urbanista, Professor Catedrático da FAUP.

*** Investigador do CEAU-FAUP - Engenheiro Civil, Professor Associado da FAUP.

diversificadas (coerentes ou descontextualizadas), no que se aproxima da noção de *bricoleur* de Levi-Strauss (1962, p. 26).

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, hipermoderno, onde referências e influências se mesclam e onde também as construções sociais se fragmentam, a noção de tradição não pode senão reflectir essa condição de multiplicidade, de assimilação e de miscigenação. Propõe-se portanto, nesta leitura, uma noção mais abrangente: não se procura “uma” tradição, mas antes “tradições” (velhas e novas). Neste estudo irão apresentar-se interpretações possíveis em torno de padrões (recorrências), possíveis relações (especulações), fenómenos (estratégias), movendo-se no campo das hipóteses, para gerar a discussão de caminhos futuros. A habitação é aqui analisada enquanto testemunho de sucessivas estratégias e influências, encarando o espaço como uma chave de leitura dos sucessivos processos de mutação que sobre ele tomaram lugar:

“(...) tradição é a riquíssima experiência espontânea dos construtores do povo de cada região, como é também a aculturação sofrida pelos estilos eruditos ao contacto do solo nacional, como ainda os valores sucessivamente impressos nas mais marcantes renovações urbanas das nossas cidades. As fontes, ou pontos de referência, podem pois ser diversos na sua origem histórica mas encontrarem-se espacialmente justapostas” (Portas, 2005, p. 23).

O contexto de São Tomé e Príncipe é paradigmático desta sobreposição e assimilação de referências, usando-se portanto aqui esse caso de estudo como base para a reflexão em torno da análise do ambiente construído, do que ele permite interpretar tanto de heranças como da actualidade.

Conceitos e expressões

O primeiro problema que se coloca na análise das tradições, do conhecimento endógeno, e das construções e espaços por eles gerados, consiste nos próprios conceitos de definição. Etimologicamente, *tradição* provém do latim *traditione*, e é descrita como “*acto de entregar, transmitir; entrega, transmissão, ensino; relação, narrativa, menção*” (Machado, 1989, p. 321) sendo assim definida como um processo de passagem: de conhecimento, rituais, ou símbolos. A repetição surge portanto como um tributo, a valorização de uma referência herdada. Já outras fontes definem a *tradição* como “*via pela qual os factos ou os dogmas são transmitidos de geração em geração sem mais prova autêntica da sua veracidade que essa transmissão*” (Priberam, 2011) numa perspectiva que parece anular qualquer acção, contributo ou reflexão dos sucessivos agentes que a manipulam.

No campo da Arquitectura, a concepção de *tradição* e o estudo de tipologias tradicionais também não possuem uma delimitação clara. Procura-se, constantemente, uma forma de referir o conjunto de construções que, por oposição, são definidas como não sendo de autor especializado, não sendo monumentais nem de excepção, nem sendo de influência externa; mas nem o universo nem os conceitos de definição encontram um caminho consensual.

O termo *vernacular* (ou *vernáculo*), decorrente do latim *vernaculus* (sinónimo de nativo), é preferido essencialmente no contexto anglo-saxónico, e surge como relativo ao local de origem, sendo aplicado no contexto da arquitectura para sintetizar o grupo de construções

que são tidas como “*próprias do lugar*” (Guindani e Doepper, 1990, v), também denominadas *anónimas, indígenas, populares* ou *tradicionais* (Oliver, 1998, p. xxi)¹.

A caracterização é sempre complexa, e cada definição acarreta uma incorrecta delimitação de objectos ou uma interpretação de carácter pejorativo (*idem, ibidem*): o termo de *arquitectura indígena* não reflecte na totalidade os agentes que a materializam; *anónima* aparece secundarizada como contraposição a uma “arquitectura de autor”; *espontânea* parece incorrectamente apontar para uma inconsciência do acto de construir; ou *popular* para a exclusividade de um grupo social ou de uma suposta “não-erudição”. A expressão de *arquitectura sem architectos* aparece em Rudofsky (1987) explicitada como “arquitectura sem pedigree”, numa crítica à preponderância da obra de autor na Arquitectura.

Mais recentemente, o termo de *arquitectura informal*, relacionado com a intensa urbanização que tem originado extensas áreas de assentamentos que remetem para um contexto de precariedade², principalmente em países em desenvolvimento, é por alguns conotado com um “*neo-vernacular*” (*idem, ibidem*, p. xxii). Esta comparação surge da partilha com a construção tradicional de algumas características de produção: técnicas menos especializadas ou industrializadas de construção (por vezes até rudimentares), uma maior proximidade entre o utilizador e o construtor (micro-empreitadas ou auto-construção), transmissão informal de conhecimentos e o uso de recursos de acessibilidade local (ainda que de produção externa).

No contexto que adiante se apresenta - São Tomé e Príncipe - parte substancial da construção corresponde à sobreposição de tradicional e informal, de efémero e precário (Fig. 001), numa mistura onde a distinção de traços se torna complexa.

Para o estudo deste universo, opta-se então pela definição de *arquitectura popular*, reflectindo não só o contributo da *população* - o seu envolvimento directo na iniciativa de construção - mas também a sua *popularidade* - no sentido de preponderância destas tipologias e estratégias de construção. Será abordada a arquitectura popular são-tomense nas vertentes tanto de interpretação da sua génese (eventuais influências e miscelações) como de caracterização (análise).



Fig. 001 - Arquitectura popular, Neves, Ilha de São Tomé.

Identities: do Ultramar Português à afirmação da identidade

“*A arquitectura vernacular é uma invenção do século XIX*”.

(Nezar AlSayyad, in Asquith, Vellinga, 2006, p. xvii)

1 “*Vernaculaire: terme consacré actuellement par l’usage dans le sens de propre au lieu. Plus ou moins synonyme de l’architecture dite sans architectes, spontanée, indigène, rurale, primitive, anonyme*” (Guindani e Doepper, 1990, p. v). “*Vernacular architecture is now the term most used to denote indigenous, tribal, folk, peasant and traditional architecture*” (Oliver, 1998, p. xxi).

2 A ideia de “informalidade” nas áreas de expansão urbana prende-se essencialmente com a precariedade dos assentamentos: não só ao nível legal e de propriedade (usualmente por irregularidades na situação fundiária ou sem posse do terreno onde se implanta), como também pelas características da construção em si (tendencialmente de carácter mais efémero ou instável, ou sem aprovação regulamentar da sua edificação).

O problema da identidade aflora na Europa com o Romantismo, direccionando a historiografia para uma vertente mais antropológica, onde a valorização do papel do indivíduo no mundo é investigada através dos seus comportamentos, actos e aspirações. A Antropologia, a Sociologia e outras ciências sociais ganham espaço na investigação científica, impulsionadas pela discussão e controvérsia em torno do evolucionismo.

A definição de uma identidade colectiva, enquanto ideal ou caracterização de uma comunidade, região ou nação, surge como uma tarefa a empreender para o fortalecimento da união dos indivíduos que a constituem, e demonstração de capacidade e valor. Para este fim, é direccionado um crescente investimento no estudo, clarificação e documentação de elementos que possam contribuir para a caracterização e especificidade colectiva: florescem os estudos etnográficos, tanto nos territórios nacionais como através de expedições em territórios desconhecidos³. No Ultramar Português, o interesse pelo conhecimento científico dos territórios ultramarinos materializa-se nas diversas áreas científicas, através de missões de Geodesia, Geografia, Hidrografia ou Antropologia (Martins e Albino, 2010). Dentro do estudo etnográfico, a casa tradicional vai ganhando alguma visibilidade enquanto testemunho e artefacto cultural, e enquanto revelador de traços socioeconómicos. Na década de cinquenta do século XX, essa visão assume também maior preponderância na área disciplinar da Arquitectura, materializando-se no extenso projecto de Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, publicado em 1961. A maior atenção dedicada à arquitectura popular, tanto no contexto interno como nos territórios ultramarinos, parece indicar não só a compreensão do seu papel enquanto herança cultural, mas principalmente enquanto mecanismo de construção identitária.

Nos territórios colonizados, a definição e construção da identidade pós-independência, constitui uma necessidade ainda mais premente. Em especial no contexto africano, onde a intervenção colonial deixou também um legado de extensa destruição cultural: a desestruturação familiar e comunitária, a intensa exploração de recursos, ou a austeridade da organização social, originaram grandes conflitos e privações numa extensa parte da população, num processo de *alienação*⁴ identitária. O contraponto passou pela ideia de *pan-africanismo* - âncora na afirmação das novas Nações Africanas, um mecanismo de união e um "*antídoto da colonização*"⁵ - materializado nas redes de ligação e cooperação, assim como na valorização da extensa diversidade geográfica e cultural. No entanto, o alargamento destas visões para o reconhecimento de uma multiplicidade de afiliações identitárias⁶ constitui um processo essencial na construção de um mundo multicultural, que valorize e aceite diferentes memórias, rejeitando a perspectiva singular, "*o perigo da história única*"⁷. E, neste contexto, a arquitectura popular adquire também esse estatuto de assimilação e de ferramenta de afirmação cultural múltipla.

3 O retrato do 'selvagem' insere-se na construção da identidade da sociedade colonizadora "*as representações míticas do "selvagem" impenetrável só adquirem sentido quando referidas às leituras contraditórias que as sociedades desenvolvidas produziram de si próprias - o que explica que 'o selvagem' ora seja apresentado como um ser pacifista, gentil e corajoso, ora como um ser belicista, arrogante, ignorante e preguiçoso.*" (Figueiredo e Costa, 2009, p. 22).

4 Frantz Fanon tem uma extensa produção sobre estas questões da identidade (Fanon, 2001 (1961)), e Renate Zahar reflecte também sobre este tema, debruçando-se sobre a obra de Marx e de Fanon (Zahar, 1976).

5 Coquery-Vidrovitch, 2005, p. 4.

6 Amin Maalouf defende esta abordagem múltipla (2000).

7 Chimamanda Adichie, in <http://www.ted.com>.

A Arquitectura Popular em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe: contextualização e trabalho em curso

A ocupação humana em São Tomé e Príncipe obedeceu a diferentes estratégias territoriais, relacionadas com os ciclos económicos da sua colonização e com radicais mudanças políticas e socioeconómicas (Fig. 002).

A primeira abordagem terá sido através da implantação maioritariamente costeira dos engenhos do açúcar (Fig. 002a) no final do século XV e durante o século XVI (Henriques, 1989), onde grande parte da mobilidade se processa por trajectórias marítimas, permitindo a ocupação de um território desconhecido com um investimento limitado a nível de infra-estruturas. A demarcação da propriedade por talhões perpendiculares à costa (Tenreiro, 1956, p. 26), numa colonização do litoral para o interior, constitui reflexo não só da importância estratégica da faixa costeira no transporte de mercadorias, como também da insegurança do interior da ilha, exílio de escravos fugidos das plantações coloniais.

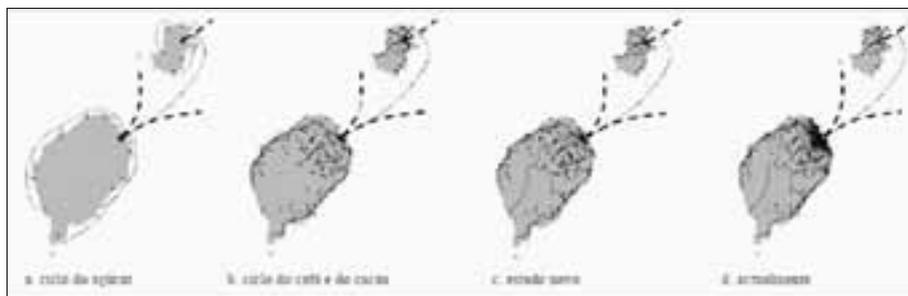


Fig. 002 - Representação esquemática da ocupação das ilhas de São Tomé e Príncipe: (a) ciclo do açúcar com implantação periférica de engenhos; (b) ciclo do café e do cacau com a ocupação pontual por roças; (c) a redefinição administrativa e os planos de urbanização modernistas; (d) o actual crescimento urbano.

Mas a descoberta do Brasil e as oportunidades de investimento assim geradas, retiram importância estratégica ao pequeno arquipélago, produzindo o abandono de grande parte das estruturas coloniais. Este *vazio colonizador* permitiu a multiplicação de *micro-assentamentos* de origem popular e de miscigenação: escravos fugidos e provenientes maioritariamente de diversas etnias do continente africano, descendentes de contratados nascidos nas ilhas (*tongas*), escravos libertos e descendentes de portugueses e escravas entretanto aforrados (*forros*), ou da pequena comunidade de pescadores (*angolares*)⁸.

No início do século XIX, com o ciclo do café e a introdução da planta do cacau, recomeça o povoamento colonizador e a manipulação do território, intensamente rasgado (“roçado”) para albergar novas plantações de culturas extensivas, e marcado pelos seus complexos agrícolas - *roças* - de secagem e preparação dos produtos para comercialização (Fig. 002b). Estes conjuntos assemelham-se a micro-cidades⁹, planeados para facilitar a sua autonomia em relação ao exterior e para a optimização de funções e do trabalho, verificando-se em

8 Existem diversas hipóteses relativamente à origem da pequena comunidade piscatória dos Angolares: serem sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro vindo de Angola ou escravos fugidos de engenhos de açúcar coloniais, embora a segunda opção seja considerada a mais provável (Nascimento, 2008: p. 27; Seibert, 1998, p. 1).

9 José Manuel Fernandes descreve as roças como contributo para uma “rede proto-urbana” (Fernandes, 2005, p. 37).

muitos dos complexos a existência de infra-estruturas e equipamentos (hospital, creche, oficinas, e algumas até rede ferroviária interna). Neste período, coexistem já dois sistemas e escalas em paralelo: por um lado a rede de plantações e complexos agrícolas de maximização da produtividade, e por outro as pequenas propriedades familiares de subsistência. As décadas de 1950 e 1960 testemunham uma mudança na estratégia de construção da Nação Portuguesa, com alguma abertura do regime do Estado Novo ao mercado externo e um acentuado investimento em áreas como a indústria e as infra-estruturas, através de planos de fomento e obras de envergadura, nomeadamente no plano hídrico e de urbanização. Neste contexto, São Tomé e Príncipe não é excepção: à sua reduzida escala, o seu território é reorganizado e são redesenhados núcleos populacionais, materializando uma nova ordem ultramarina (Fig. 002c). Os planos de urbanização realizados para as cidades de São Tomé, Santo António e para cinco núcleos administrativos (Neves, Guadalupe, Trindade, Santana e Angolares), investem essencialmente numa matriz em torno do centro cívico, com equipamentos colectivos e loteamentos para habitação, envolvendo o desenho de tipologias de habitação destinadas não só a funcionários coloniais, como também ao realojamento de populações indígenas. No entanto, estes planos não seriam totalmente implementados: iniciavam-se movimentos independentistas nas províncias ultramarinas, cuja contenção exigia a concentração da Nação.

A independência dos novos Estados Africanos em 1975 interrompeu este processo de reformulação, e o alinhamento socialista da nova liderança introduz a nacionalização das terras, que abarca cerca de oitenta e seis por cento da área total do território (PNUD, 2008, p. 54). A este processo seguiu-se a reforma agrária, doze anos mais tarde, que introduz a redistribuição de terras pelos antigos trabalhadores e portanto a adaptação dessas propriedades a novos desafios. Nestas circunstâncias, as roças de São Tomé e Príncipe sofrem processos de apropriação, em que os complexos edificados são adaptados a novas formas de organização social e funcional, como novas e improvisadas aldeias, onde algumas propriedades fundiárias são subdivididas em talhões de reduzida escala. Na sequência do abandono, pelos colonos, das estruturas construídas, a capital aumenta a sua atratividade, concentrando mais oportunidades ao nível de cargos públicos e de actividades económicas, o que se traduz num intenso crescimento urbano. Na actualidade, o território alberga traços das sucessivas lógicas que lhe foram impostas, num modelo territorial híbrido, onde se conjugam economias de diferentes escalas, heranças e apropriações, abandonos e novas edificações. Acentuou-se a urbanização, embora não se tenham diluído as assimetrias entre o edificado consolidado e a ocupação dispersa da micro-escala constituída pelas pequenas edificações de madeira.

Miscigenação e complexidade: a coexistência de várias escalas e lógicas

“(…) estamos em presença de duas formas diferentes de ocupação do solo: uma, que se traduz essencialmente através de um povoamento disperso, a que corresponde um tipo de economia simples; outra, que se filia numa ocupação mais ou menos permanente, mas mais vigorosa através das plantações de produtos lucrativos – a roça. Por um lado, mais longa e estável permanência no solo, se bem que represente uma fugaz imposição do homem às condições ambientais – as casas e as plantações mal sobressaindo do conjunto natural; por outro, um retalhar brutal que se traduz em marcas vincadas na terra, se bem que pela sua própria estrutura se retraiam ou expandam em função duma actividade lucrativa” (Tenreiro, 1961, p. 123).

Em 1961, Francisco Tenreiro descrevia já esta convivência entre as grandes estruturas agrícolas e as pequenas propriedades de subsistência (**Figs. 003-004**). A sua génese será, provavelmente, secular: o vazio entre colonizações (sécs. XVII e XVIII) potenciou o fortalecimento de um povoamento disperso de reduzida escala, que a segunda colonização não reprimiu, conjugando distintas lógicas de ocupação.



Fig. 003 - Roça Agostinho Neto, São Tomé. (a) imagem de satélite [GoogleEarth© 2010], (b) edificado, (c) fotografia.



Fig. 004 - Arquitectura popular (rocinha), Cidade de São Tomé. (a) imagem de satélite [GoogleEarth© 2010], (b) edificado, (c) fotografia.

A Carta de S. Tomé de 1958, reportando à Missão Hidrográfica de Angola e São Tomé de 1957, testemunha também esta coexistência, apontando os povoados “indígenas”, que são reconhecíveis não apenas por uma representação específica¹⁰, mas também pela sua reduzida escala e pulverização pelo território, em contraponto com a aglomeração do centro urbano e das roças (**Fig. 005a**). Existe um distanciamento e um descolamento entre esses tipos de assentamento, que se reflecte na escala, na economia e nos próprios sistemas de conectividade. A contemporaneidade testemunha a perenidade desta coexistência, embora se intensifique o nível de complexidade: o sistema deixa de ser dual, para introduzir novas tipologias de assentamento: urbanizações e loteamentos, habitações isoladas, pequena indústria, construções periféricas (**Fig. 005c**). A mancha urbana estende-se no território, e as áreas de expansão ancoram-se na rede viária e na ocupação de espaços intersticiais.



Fig. 005 - Cidade de São Tomé: (a) edificado no final da década de 1950, (b) estrutura viária, (c) edificado em 2010 [com base na Carta à escala 1: 25 000 de 1958 e imagens de satélite obtidas através de GoogleEarthPro, 2010].

¹⁰ Esta edificação de micro-escala aparece legendada como “palheiros ou casas do tipo indígena” (Carta de São Tomé, 1958).

Arquitectura popular são-tomense

Existe arquitectura tradicional são-tomense? Em que consiste a arquitectura popular? Em São Tomé e Príncipe, a questão da existência de uma arquitectura tradicional coloca-se de forma muito específica. Este território, provavelmente desabitado anteriormente à colonização (Tenreiro, 1953, p. 219, sendo a possibilidade da existência de população debatida em Nascimento, 2008, p. 27, e Seibert, 1998, p. 1), acolheu novos habitantes de variadíssimas proveniências: colonos portugueses, judeus, castelhanos, franceses, genoveses e escravos de diferentes locais do continente africano (Tenreiro, 1953, p. 222). Uma política colonial de miscigenação, ainda que possa ter mantido algumas das estruturas familiares¹¹, introduziu a crioulaização, a ruptura de anteriores laços e hierarquias comunitárias ou tribais, obrigando à reconstrução individual e colectiva de tradições e identidades. Nestas circunstâncias, a assimilação de novos contributos que complementem a ruptura na transmissão geracional de conhecimento poderá ser um mecanismo de extrema relevância, através da influência e mistura de referentes e afiliações, da reinterpretação e assimilação de conhecimentos de proveniências variadas (implicando até o desconhecimento da sua origem). As construções populares em São Tomé, moldadas pelos ciclos económicos, pelo limitado espaço de desenvolvimento e pela estratificação social e étnica dos seus operadores, são dotadas de características cuja origem é difícil de determinar, mas que poderão sugerir interpretações. Esta tarefa é dificultada pela crescente urbanização do território, a marcante ocidentalização do continente africano e a pronunciada escassez de recursos económicos, pelo que a mistura entre tradicional e informal se torna por vezes indistinguível.

As tipologias dominantes de arquitectura popular apresentam características relativamente recentes, havendo algum desfasamento entre particularidades descritas nos registos bibliográficos e os exemplares recentemente observados, o que aponta para a dinâmica do processo.



Fig. 006 - Exemplo de miscigenação. Riboque, São Tomé, 2010.

Registos e documentação

“To a large extent we have to rely for information on the earlier history of building types in Africa on surviving examples, on deductions from types presently in existence, and from the writings of western explorers, travelers and missionaries” (Oliver, 1978, p. 7).

O domínio da descrição e documentação de arquitectura “indígena” terá integrado primordialmente observações de carácter generalista e de interesse antropológico. A transição para um estudo mais extensivo e detalhado, aproximando-se de uma abordagem sistematizada, é herdeira do contributo das missões científicas coloniais, em especial do ramo da Antropologia (em que a casa surge como um artefacto cultural), antes das quais é difícil encontrar testemunhos que não sejam marcados por um forte juízo crítico e de valor, moldado pela conjuntura temporal e os ideais da época ou postura ideológica em que se inserem. As discussões em torno da

¹¹ Nas descrições de época, os escravos eram descritos como organizados em casais, oriundos do Benim, da Guiné e do Congo (citando um piloto português anónimo do século XVI, in Tenreiro, 1953, p. 226).

abolição da escravatura, assim como a ideia da consolidação dos direitos sobre territórios colonizados através do conhecimento científico, geram um crescente investimento na investigação e documentação das diferentes vertentes que caracterizam o espaço e as populações das colónias. Embora possam existir outras descrições da arquitectura “indígena” em São Tomé¹², encontram-se descrições de um piloto português anónimo do séc. XVI¹³ (Tenreiro, 1953; Albuquerque, 1989), assim como registos meticulosos nos estudos de Francisco Tenreiro (1961). A primeira referência aponta já as casas da Povoação como sendo “*construídas em madeira, de forma quadrangular e cobertas com tábuas e ervas*”, em que quatro troncos eram cravados no solo, sobre os quais se elevava “*um sobrado com tábuas atadas a uma e outra ponta*”. Tenreiro interpreta já essa elevação como a tentativa da população residente procurar “*defender-se dos mosquitos e também, sem dúvida, da humidade*.” (1953, p. 224). Em obra mais recente, esta “*poalha de casas dispersas por entre a vegetação*” (Tenreiro, 1961, p. 113) é descrita em maior detalhe e segundo tipologias de edificação, apontando um primeiro tipo mais tradicional com as características de ser “*de traça quadrangular, assentar em estacaria e inteiramente construída de elementos vegetais - tabuado, palha, nervura e andalas¹⁴ de certas palmeiras*.” A sua construção seria realizada com “*boas madeiras, como a de jaca, quina e pau-ferro, que constituirão a estacaria e o esqueleto, que, depois de devidamente travado por paus colocados na diagonal, será forrado de tabuado, deixando somente aberturas destinadas às janelas e à porta*”. Tenreiro refere ainda a escada exterior, a cozinha usualmente térrea em anexo e o telhado, que “*é de duas águas e uma das suas abas é puxada à frente, de forma a constituir uma câncara, com inclinação inferior à do telhado, que cobre uma pequena varanda*”. Menciona ainda que nas casas de traçado mais complexo a varanda pode circundar a casa e o telhado ganhar quatro águas.

Um segundo tipo, mais simples e atribuído aos pescadores da ilha, é descrito como sendo também quadrangular, construído com os mesmos materiais, com cobertura de andala, e sendo “*térreas, muito frágeis e com uma só divisão*”. A cozinha seria também em anexo, ou até inexistente (*idem ibidem*, pp. 123-126).



Fig. 007 - Habitações de indígenas retratadas por Tenreiro [1961, estampas XXV (a), XXVIII (b) e XXXIV (c)].

Adicionalmente, as descrições mencionam não só uma ocidentalização das construções¹⁵ como também já uma “informalização” das edificações mais pobres¹⁶: “*a invasão da chapa*

12 Estando a investigação em curso, considera-se possível que ainda não tenham sido esgotadas as fontes de informação relativamente a registos da arquitectura popular em São Tomé e Príncipe.

13 In *Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé por um piloto português*, Colecção de notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, 2.º tomo, 1821 (citado em Tenreiro, 1953, p. 219). Este registo é também transcrito e comentado por outros autores (Albuquerque, 1989).

14 *Andalas* consistem nas folhas de certas árvores: “*O coqueiro, a palmeira-leque e principalmente a palmeira-do-azeite fornecem as andalas, com que se constroem os telhados*” (Tenreiro, 1961, p. 124).

15 “*A europeização neste sentido é profunda. Quer a gente mais pobre, quer os mais abastados, procuram rodear-se de um conforto cujos paradigmas são portugueses*” (Tenreiro, 1961, p. 125).

16 Luís D’Assumpção Velho assinala já em 1907 a existência de folha de zinco nas colónias portuguesas (1907, p. 102).

ondulada de zinco, menos saudável mas mais resistente, substituiu quase que por completo, nos arredores da cidade e nas vilas, a cobertura tradicional. Os mais pobres, integrados naquilo a que se chamou já a «civilização do bidão», utilizam ainda na cobertura toda a sorte de lataria velha» (Tenreiro, 1961, p. 124). As referências realçam ainda aspectos adicionais que contribuem para a caracterização da habitação, como a agricultura de subsistência enquanto causa de dispersão pelo território, ou a poligamia¹⁷ e a tardia delimitação fundiária enquanto factores de efemerização da casa e dos assentamentos.

Pesquisa e identificação de tipologias antigas

Um dos elementos da pesquisa em curso consistiu na identificação de exemplares mais antigos em São Tomé (Figs. 008-011).



Fig. 008 - Exemplar mais depurado, Vila Fernanda, Cidade de S. Tomé.



Fig. 009 - Exemplar de dois pisos, Ponte da Graça, Cidade de S. Tomé.

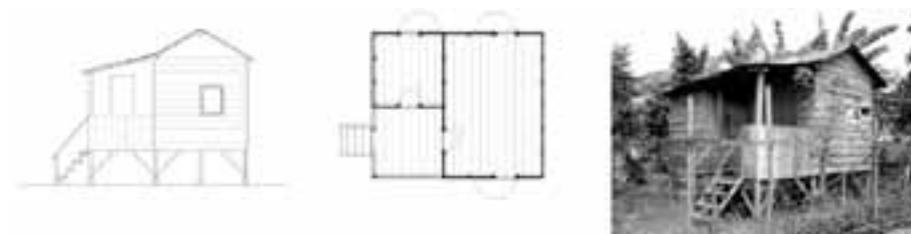


Fig. 010 - Exemplar térreo, Riboque, Cidade de S. Tomé.

¹⁷ A estrutura familiar poligâmica é dada como factor de impermanência: *“constituindo-se em perfeitas tribus nómadas, dezamparavam hoje a casa que hontem construíram, abandonavam a família e seguiam para os mattos, onde sempre encontravam a alimentação de que careciam”* (Negreiros, 1895, pp. 136-137).

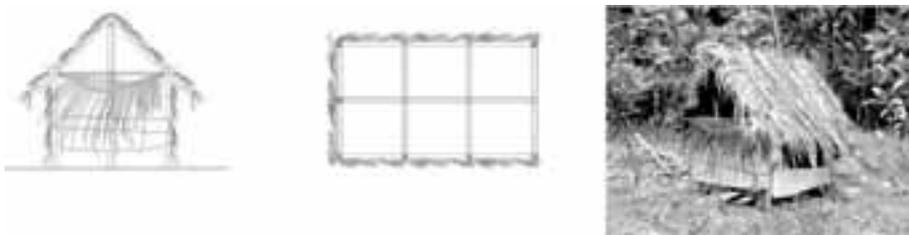


Fig. 011 - Abrigo de mato, Zona Sul, Ilha de S. Tomé.

Esta identificação foi solicitada junto dos habitantes da vizinhança, procurando que apontassem as construções de mais extensa presença na memória. Naturalmente que não foi possível datar estes exemplares, existindo apenas algumas referências geracionais ou de marcos temporais: a construção da Fig. 008 existiria já em 1928 como testemunham os seus herdeiros, e a Fig. 009 foi apontada como pertencente ao bisavô do entrevistado.

As características destas construções coincidem com as descrições encontradas nas referências bibliográficas anteriormente referidas, correspondendo a diferentes tipos e investimentos, de acordo com os seus habitantes e com os seus propósitos funcionais.

Pesquisa de tipologias, padrões e recorrências na actualidade

Em paralelo, foi também realizado um estudo das construções populares de uma área delimitada na zona de Ponte Graça/Riboque, na cidade de São Tomé (Fig. 012), com a intenção de criar uma leitura panorâmica do ambiente construído e das tipologias actuais. Esta fase, baseou-se assim no levantamento de uma amostragem de edificações, aproximadamente duas centenas, concentrando-se um conjunto de parâmetros que incidem nas características morfológicas, e que se pretende alargar a outros campos.



Fig. 012 - Edificações estudadas, Ponte Graça / Riboque, São Tomé: (a) localização; (b) pormenor da área.

Definiram-se então critérios relativos à volumetria e configuração das construções (Fig. 013b, como a relação com o solo, o material estrutural, a cobertura e o material de revestimento das paredes), procedendo-se a uma leitura destes parâmetros nas construções (Fig. 013a, organizada numa grelha que surge em tamanho reduzido na Fig. 014a). Fez-se então corresponder cada

linha vertical a uma construção (numerada na **Fig. 013a**, com os exemplos de 1 a 5) onde se preencheram as características de cada edificação. A posterior organização dos exemplares segundo semelhanças (trocando a ordem das construções para agrupar as que reúnem características semelhantes) originou indícios de grupos tipológicos, com impactos e recorrências distintos.

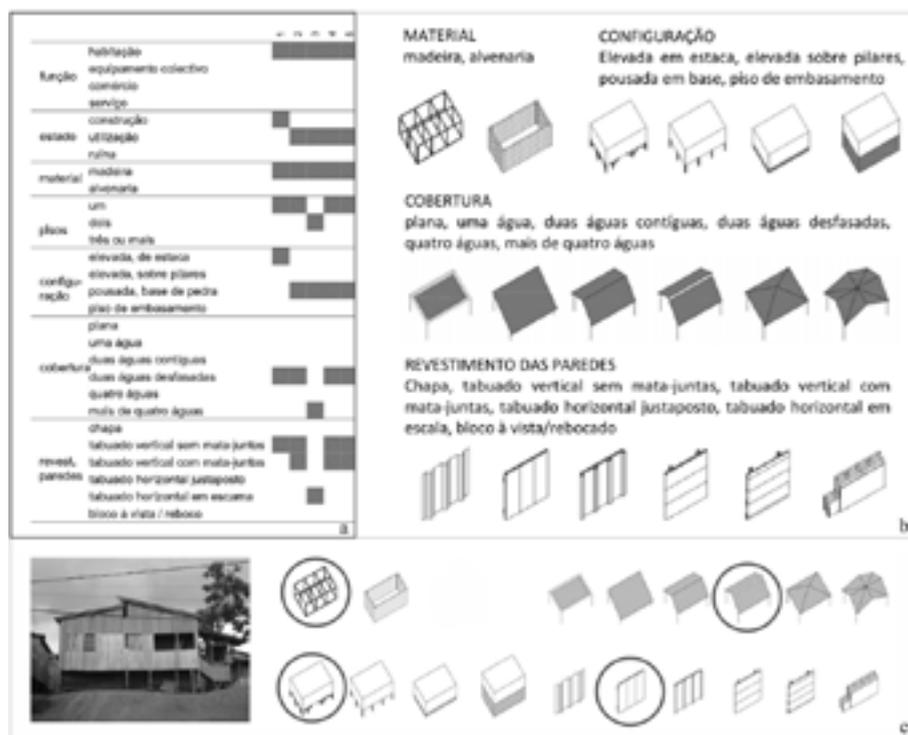


Fig. 013 - Esquema da análise de tipologias de construção popular em São Tomé: (a) exemplo da grelha onde se apontam as características das construções estudadas, (b) critérios utilizados nesta fase de estudo, (c) exemplo de aplicação desta leitura de tipologias.

Este primeiro teste ilustra a extensa preponderância das construções em estrutura de madeira, indicando algumas combinações recorrentes (**Fig. 014**), em que a cada cor corresponde um determinado grupo de atributos (**b1** a **b5**). Conforme se pode ver no diagrama, o conjunto de tipologias construídas integralmente em madeira e elevadas do solo - **b1**, **b2** e **b3** - corresponde a cerca de metade da amostra, dando uma ideia da sua recorrência no conjunto. Com o seguimento do estudo em curso, pretende-se relacionar estas características com aspectos socioeconómicos e realizar análises comparativas.

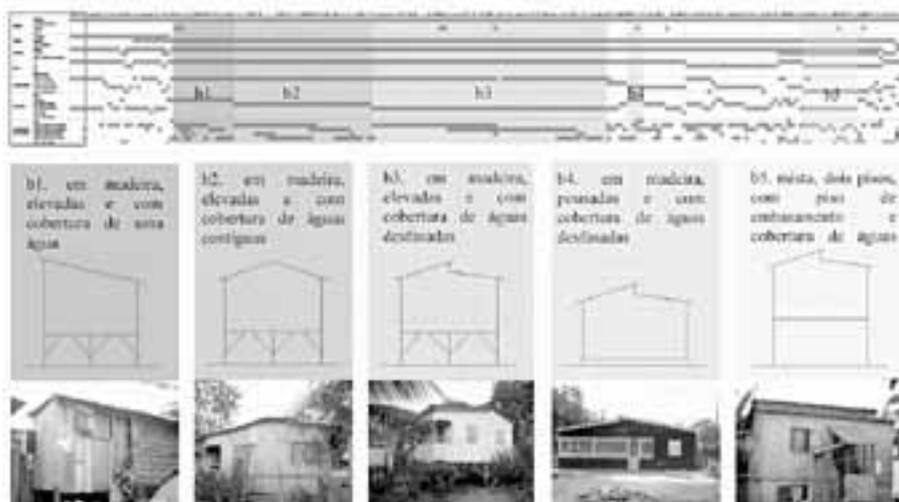


Fig. 014 - Esquema de levantamento de edificações populares no Bairro do Riboque, cidade de São Tomé: (a) grelha de construções, onde surge à esquerda numa moldura a listagem dos critérios de análise apontados na Fig. 013. (b1, b2, b3, b4, b5) tipologias de construção com respectivas características, esquema e fotografia, estabelecendo a correspondência com as manchas apontadas na grelha.

Algumas interpretações: indícios de resiliência, características e funcionalidades

Paralelamente à tentativa de caracterização de grupos morfológicos, a análise qualitativa passa também pela identificação de aspectos que possam auxiliar a leitura das estratégias de edificação, necessidades específicas e soluções adoptadas no contexto da arquitectura popular, de que se salientam algumas características.

(i) *Núcleo funcional*. Em grande parte das construções estudadas, o espaço edificado resume-se apenas aos compartimentos de dormida e convívio familiar, sendo as restantes funções libertadas para o exterior da habitação: o acto de cozinhar desenvolve-se com frequência no exterior (sob a habitação quando a elevação do solo o permite), o saneamento toma lugar em pequenas construções autónomas ou no exterior, e a higiene pessoal é remetida para o curso de água mais próximo. A vivência do espaço exterior é intensa, quer como forma de colmatar as necessidades que a habitação não assegura, quer pelas exigências do clima tropical.

(ii) *Incrementalidade*. A casa surge também como processo progressivo que acompanha as oscilações económicas e familiares, adaptando-se tanto a novas exigências como à capacidade financeira para a materializar essa expansão (**Fig. 015**).



Fig. 015 - Esquemas de dois processos de expansão da habitação, com base nos exemplos observados e nas entrevistas realizadas na área de Ponte Graça/Riboque, Cidade de São Tomé.

(iii) *Elevação do solo*. A suspensão do espaço habitável, libertando-o do solo, constitui uma solução adoptada com frequência e que Tenreiro já descreve em 1961, atribuindo-a às condições de implantação “*por a maioria do casario inicial se ter levantado em região baixa e pantanosa na época das chuvas*” (1961, p. 124)¹⁸. A necessidade de ventilação exigida pelo clima tropical, pela protecção relativamente a animais (principalmente répteis ou parasitas), pela protecção da madeira face às agressões climatéricas e biológicas e pela possibilidade de expansão do espaço usado, constitui uma mais-valia da elevação da construção ao solo (Fig. 016).



Fig. 016 - Esquemas de duas vantagens na elevação da construção: ventilação e expansão [Lengen, 2004].

(iv) *Modulação*. A construção das edificações segundo um módulo de métrica constante, que se aproxima sempre dos três metros que é recorrente nas construções estudadas, deriva e resulta da disponibilidade de material, da economia de recursos e de uma sistematização da construção, todos eles argumentos de uma racionalidade da edificação.



Fig. 017 - Modelo tridimensional de habitação e fotografia de materiais para a construção de uma casa, tipo “kit”.

(v) *Portabilidade*. Tenreiro refere a portabilidade como uma característica das habitações “indígenas”, em que a casa poderia ser desmantelada e transportada para local distinto (1961, pp. 124-125)¹⁹. Também Aguiar (1989: p. 444) descreve que durante as disputas de terras para o cultivo de cacau no século XIX, “*homens hábeis lhes mudam de sítio as frágeis casas de madeira*”. No entanto, ainda que actualmente não seja possível determinar se esta abordagem poderá sequer constituir uma característica real, inconsciente ou até intencional, recolheram-se testemunhos na Praia Melão (perto da cidade de São Tomé) de que com a alteração da linha de costa, os habitantes da beira-mar moveram as suas habitações para localizações mais protegidas. Em entrevista foi também referido que a casa “*era um quartinho, depois*

18 Várias descrições apontam a cidade de São Tomé como um local insalubre de extensas áreas pantanosas, que viriam a ser aterradas no início do século XX.

19 Não é claro se esta referência de Tenreiro advém de testemunho local ou se estabeleceu um paralelismo aos palheiros portugueses da costa atlântica, onde essa característica era assegurada e usufruída (Oliveira, Galhano, 2003): o sistema construtivo dos palheiros era especialmente adaptado à sua mobilidade, em que a independência entre estacas de fundação e estrutura superior permitiriam a substituição e deslocação.

alargaram, depois levantaram” e que *“para levantar é preciso muita gente”* (Edina, 25 anos, habitante do Riboque), indiciando que à casa está associado algum grau de flexibilidade (ou até de mobilidade) que permita a reacção a alterações no contexto de implantação.



Fig. 018 - Exemplo de construção em madeira, elevada do solo (alçados), Roça Boa Entrada, São Tomé, 2010.

(vi) *Improviso e engenho nos materiais e sistemas construtivos*. Economia e racionalização, ainda que exigências de um contexto de escassez de recursos económicos, podem constituir características de uma utilização eficiente dos meios disponíveis, na selecção e manipulação dos materiais, sistemas construtivos, tipologias ou estratégias de assentamento. Além de detectadas algumas iniciativas de utilização de recursos locais e de reutilização de desperdícios, o potencial destas abordagens poderá ainda ser explorado e desenvolvido.



Fig. 019 - Exemplos do uso de materiais locais: (a) pedra vulcânica para embasamento da habitação, (b) aparas de madeira e cana para delimitação do lote, (c) sombreamento com folhas de palmeira. Ilha de São Tomé.



Fig. 020 - Exemplos de reutilização de materiais: (a) malha de tiras de alumínio, (b) anilha de carica, (c) anilha impermeabilizante de chinelo.

Interpretações e Referências

Não tendo sido descobertas nesta investigação provas irrefutáveis de relação directa entre a arquitectura popular são-tomense e arquitecturas de outros territórios africanos ou portugueses, podem contudo lançar-se especulações de afiliações e salientar aspectos para interpretação.

Resiliência de um legado africano

É extensa a dificuldade em determinar quanto do existente na contemporaneidade poderia eventualmente corresponder a uma herança de vestígios de culturas tradicionais africanas, que são por si só também escassamente documentadas. No entanto, e ainda que as condições históricas não tenham sido propícias à preservação de um legado tradicional africano e que muitos deles se tenham perdido, eventualmente alguns vestígios ou remanescentes poderão ter sobrevivido até à actualidade.

Em São Tomé e Príncipe, vários factores contribuíram para a minimização das referências tradicionais africanas: tanto a subjugação dos trabalhadores africanos num contexto colonial, como a miscigenação de trabalhadores de diferentes tribos e etnias africanas ou de outras proveniências, dificultaram o reagrupamento de indivíduos com as mesmas afiliações étnicas e, portanto, a disseminação de conhecimentos endógenos e tradições a elas associadas. Ainda que o período entre o ciclo do açúcar e o do café e cacau tenha permitido uma maior liberdade para os habitantes locais se organizarem e se implantarem no território, as sucessivas mutações nas relações socioeconómicas dificilmente terão permitido uma estabilidade necessária à transmissão duradoura de conhecimento entre gerações.

Adicionalmente, no êxodo das populações rurais para o tecido urbano, e em especial para conformar áreas de urbanização espontânea, são misturados traços do rural e do informal, numa diluição de fronteiras que configura um território cada vez mais híbrido. Sobrepõem-se lógicas rurais e urbanas, mimetizam-se mutuamente e mesclam-se, adoptando modelos de diferentes realidades. No presente, a preponderância e acessibilidade de tecnologias importadas - como o tijolo vazado, o bloco de cimento ou o varão de aço para pequenas utilizações de betão armado - tem reduzido o recurso a sistemas tradicionais, nomeadamente ao uso de materiais locais de origem natural. A simplicidade das construções leva ainda a que se possam assemelhar a tipologias de outros locais sem que se tenha processado qualquer contacto cultural.



Fig. 021 - Invulgar exemplo de construção popular com cobertura parcialmente vegetal: (a) fotografia da construção, (b) pormenor de uso de folha de palmeira na cobertura. Roça da Boa Entrada, Ilha de São Tomé, 2010.

No entanto, e ainda que possam não corresponder a vínculos inquestionáveis, existem diversos aspectos que interessa salientar, e que constituem pontos de convergência com arquitecturas populares de outros territórios africanos.

(i) *A efemeridade*. Ki-Zerbo (2006) refere a mobilidade, uma não fixação ou transumância, como um traço importante da cultura africana pré-colonial e justificação para a especifici-

dade da evolução dos estabelecimentos humanos em África através da efemeridade das suas construções. Esta posição suporta a ideia de que o edificado pode reflectir uma economia de recursos, não apenas por necessidade devido à escassez, mas também pela uma relação estabelecida com a habitação, de maior dinâmica e transitoriedade. A casa não surge assim como uma âncora de fixação, mas antes como um mecanismo vivo que acompanha as dinâmicas de vida e se adapta a elas.

(ii) *A integração no meio.* A implantação no território por meios pouco intrusivos, numa “fugaz imposição do homem às condições ambientais” (Tenreiro, 1961: p. 123) constitui também uma forma de contenção da intervenção humana, em que a natureza se sobrepõe à cultura, para o que poderão também contribuir influências de índole simbólica, que se reflectem na postura face ao contexto de implantação.

(iii) *A modulação.* O ritmo, a métrica e os padrões constituem temas e características que são frequentemente estudados no conhecimento tradicional africano, nomeadamente em estudos de etnomatemática²⁰, antropologia ou até arquitectura²¹. A relação entre as partes e o todo constitui o princípio que fundamenta uma percepção abrangente do mundo, baseada numa complexa mas coerente interconectividade, sendo um aspecto que poderá eventualmente reflectir-se no ambiente construído actual.



Fig. 022 - Ilustrações de assentamento costeiro no Benim. Togbin, Cotonou, Benim [Frédéric Aubry Jr., in Guindani, Doepper, 1990: 127, 129].



Fig. 023 - Palafitas no Lago Nokwé. Ganvié, Cotonou, Benim [Miles Danby in Oliver, 1978: 36].



Fig. 024 - Pirogas, STP.



Fig. 025 - Conjunto de habitações elevadas do solo. Neves, Ilha de São Tomé, 2010.

(iv) *As afiliações.* Ao longo dos vários ciclos económicos, a posição geoestratégica do arquipélago constituiu um factor importante no uso e povoamento do seu território, estando em permanente contacto com importantes entrepostos como Mina (actual Ghana, in

20 A etnomatemática surge como ramo disciplinar onde se questiona a preponderância ocidental nas concepções do conhecimento, demonstrando outros contributos de negligenciado mérito. Cláudia Zaslavsky (1999) aponta a ideia de modulação e quantificação enquanto estratégia de estruturação da percepção do mundo e do quotidiano, o papel dos padrões nesse estudo e nessa percepção, e a sua capacidade de produzir raciocínios de relevante complexidade.

21 Veja-se, o texto de Ryan Finch “*Adaptation: Developing an Afrocentric Architectural Theory*”, 2008.

Santos, 1990) ou São João Baptista de Ajudá (actual Benim) de rotas comerciais para troca de mercadorias e tráfico de escravos de vários pontos do continente africano. A extensão das rotas atlânticas para o Brasil e as Antilhas, assim como as viagens para a Índia, alargaram a rede de ligações a que São Tomé e Príncipe pertencia, sendo natural que tivesse também havido algum tipo de transferência arquitectónica, ideológica ou imagética entre estes pontos (Figs. 022-025).

Desta forma, e ainda que não seja provada uma transposição directa de influências, o elo de ligação deste pequeno arquipélago ao continente africano está muito presente na história da evolução deste território, quer através da mão-de-obra nos diferentes ciclos económicos, quer nas relações socioeconómicas de períodos mais recentes. A independência e o estreitamento dos laços panafricanos dela decorrentes, assim como as relações de cooperação ou a diáspora são-tomense contemporânea, constituem ainda mecanismos que reforçam algumas dinâmicas de ligação. O percurso de São Tomé e Príncipe estabelece assim algum paralelismo relativamente ao processo de modernização do continente africano: a permeabilidade à assimilação de tecnologias ocidentais e a sua aculturação contribuem para a materialização de uma africanidade plural e dinâmica, materializada também no ambiente construído.

Assimilação de referências coloniais e europeias

Da mesma forma e em simultâneo, as referências coloniais estão também muito presentes na conformação do território são-tomense, sendo perceptível a semelhança de alguns elementos da arquitectura popular a referências da arquitectura colonial. Esta aproximação é mencionada também por vários autores, destacando alguns factores de convergência, que se estendem da organização funcional a detalhes construtivos.

(i) A *“ruralidade”*. O uso dos espaços e os fins a que se destinam constituem um dos pontos salientados por Tenreiro (1961, p. 127-128) nas descrições das habitações, notando a característica comum de uma grande proximidade na relação dos habitantes com o meio em que vivem, a sua forma de subsistência e a função representativa da habitação perante a sua envolvente social e espacial. Ainda que a visão de Francisco Tenreiro seja imbuída do espírito luso-tropicalista de Gilberto Freyre, a sua afirmação de que *“a casa típica de São Tomé faz lembrar, e muito, a casa rural do interior norte de Portugal”*, salienta elementos da casa são-tomense que não são muito recorrentes em culturas africanas, mas que se aproximam das europeias e em especial, pela sua singeleza, de casas portuguesas mais modestas. Aponta assim características como o investimento no desenho e ornamentação do portão, assim como a importância e representatividade adquiridas pela escada exterior ou pela varanda, enquanto elementos de transição entre os domínios público e íntimo, e indícios de uma especial dedicação da construção da representatividade do espaço privado.

(ii) *Apropriação do sistema construtivo e do detalhe*. Sustentando a ideia de uma assimilação de referências coloniais e europeias, a transposição de elementos do sistema construtivo parece materializar esse elo de ligação. Este possível mecanismo de apropriação parece estender-se da importação da volumetria até ao detalhe²², existindo

22 Alguns elementos tipológicos e ornamentais poderão ter sido importados para a arquitectura portuguesa em São Tomé e Príncipe a partir de outros referentes europeus, como o defende José Manuel Fernandes: *“Este tipo de construção é originário do centro e norte da Europa, e justificado no arquipélago quer pela época histórica das roças (transição*

assim semelhanças ao nível quer da estrutura, quer de acabamentos e ornamentação, que são descritos em referências bibliográficas (Tenreiro, 1961; Guedes *et al.*, 1987; Fernandes, 2005) e detectados nos levantamentos arquitectónicos realizados na investigação em curso.



Fig. 026 - Pormenor da cobertura da Casa Grande, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé.



Fig. 027 - Pormenor da cobertura de habitação informal, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé.

(iii) *Tipologias coloniais: coberturas de águas desfasadas.* Um caso paradigmático desse processo de assimilação é a tipologia de coberturas de águas desfasadas, localmente designada por “quinto centenário” e de extensa utilização actual. Este desenho nas coberturas do edificado ter-se-á propagado através das tipologias habitacionais criadas com a urbanização da cidade de São Tomé de meados do século XX, estendendo-se posteriormente por construções de fins e materiais diversos: “começou em muralha, terminou em tábuas²³”, explicitando que a tipologia de “quinto centenário é de tempo de colono, quando revolução estava a rebentar foi quando surgiu” (Sr. Argentino, morador do Riboque²⁴). Desta forma, a ideia de uma assimilação de referências não constitui apenas uma especulação a partir de indícios, mas assume por vezes o carácter de mecanismo identificado e reconhecido.



Fig. 028 - Tipologias modernistas de urbanização da Cidade de São Tomé. [ICT]



Fig. 029 - Habitação popular, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé, 2010.

dos séculos XIX-XX, quando o «chalé» era uma moda da habitação unifamiliar europeia), quer pela sua capacidade de adaptação a regimes climáticos de alta pluviosidade (factor condicionante, mas não determinante). Factor mais decisivo seria o acesso a materiais de construção pré-fabricados, fruto da indústria europeia, que o transporte por via marítima encorajava (...)" (2005, p. 43).

23 A designação de “muralha” é atribuída localmente às construções de alvenaria (de tijolo ou pedra) e “tábuas” às construções de madeira.

24 Testemunho recolhido durante as entrevistas ao abrigo da investigação em curso.

Notas Finais

A conformação do contexto pós-colonial reúne contributos múltiplos, que se estendem do projecto colonial e das ligações ao continente africano, até ao mais recente processo de construção da identidade independente e da actualidade. Desta forma, a sociedade e o território actuais reflectem esse processo de assimilação e apropriação destas participações de fontes diversificadas, compondo um produto de miscigenação.

Esta noção não é nova nem exclusiva dos contextos pós-coloniais: herdando a ideia de *mundialização* (ou o desenho de um sistema baseado na integração económica de múltiplos pontos geográficos inter-relacionados) - que está presente já desde as mais antigas trocas comerciais e explorações territoriais, e que foi aperfeiçoada com os impérios coloniais - a actual *globalização* aprofundou o impacto nos domínios de interacção, levando os processos de contacto e assimilação a uma nova escala. Actualmente, nesta era de massificação da informação e do consumo - onde ideias, produtos e tecnologias circulam livremente - intensificam-se os meios e mecanismos de assimilação e recombinação entre local e global, conformando uma *cultura-mundo* (Lipovetsky, 2008). Desta forma, a compreensão da realidade actual implica o reconhecimento dessas múltiplas afiliações que constituem o seu processo de construção e que é especialmente visível na cultura de massas. Desta forma, e de modo a compreender intimamente as presentes sociedades, a actual hipermodernidade exige que se ultrapassem ilusões e dicotomias de erudição/populismo, em que a visão da cultura popular oscila entre a miserabilização e a heroicização, para permitir que se aprofundem as questões verdadeiramente essenciais - estruturais, funcionais e simbólicas²⁵ - que compõem a sociedade e todos os seus mecanismos de interacção com a sua envolvente. Esta atitude implica não só a necessidade de evitar o juízo de valor - para focar antes nos processos de conformação das características existentes, as suas causas e interacções - como também de encarar a ideia de *miscigenação* como um processo positivo e dinâmico de interacção e de criação de laços.

O processo de miscigenação e assimilação é com recorrência interpretado como um mecanismo de subversão de sistemas formais de transmissão de conhecimento, numa tentativa de identificação de linhagem ou afiliação de referência. No entanto, a visão deste processo enquanto dinâmica de interacção, que reúne múltiplos contributos, constitui não só uma abordagem mais enriquecedora e completa, como também uma necessidade da actualidade. No domínio do ambiente construído, a arquitectura popular representa também uma materialização desse processo de assimilação, implantada entre a tradição e a informalidade. O extenso peso da arquitectura popular no contexto do edificado global²⁶ torna-se cada vez mais um dado incontornável, demonstrando que qualquer estratégia de desenvolvimento que se pretenda durável necessita analisar esse âmbito, sem preconcepções nem preconceitos, observando o potencial de estratégias das diferentes afiliações.

Assim, focando no caso de São Tomé e Príncipe que é paradigmático desse processo de *miscigenação*, neste texto pretendeu-se explorar de que forma se poderia materializar uma leitura desses mecanismos de assimilação e que constrangimentos e potenciais representariam. Pretendeu-se assim demonstrar que a partir dos indícios actuais e dos registos passados será possível intuir contributos de diversas referências, assim como os mecanismos

²⁵ Veja-se o contributo de Richard Hoggart neste campo (Passeron, 1999).

²⁶ Paul Oliver, embora salvaguardando as lacunas de registos, estima que a arquitectura vernacular represente cerca de noventa por cento do número total de construções (*in* Asquith, Vellinga, 2006, p. 1).

para a sua reinterpretação e assimilação. Adicionalmente, e do ponto de vista operativo, o objectivo foi o de propôr que esse estudo de heranças, processos, origens e repercussões possa servir de base à construção de chaves de leitura, compreensão e interpretação da actualidade (relação entre sociedade e território, entre dinâmicas socioeconómicas e o espaço onde interagem).

Esse processo implica também o reconhecimento de que, se “tradição” e “informalidade” constituem aspectos inter-relacionados no domínio da arquitectura popular em contextos em desenvolvimento, é necessário distinguir o que constitui carácter de precariedade (que necessita de colmatação) e os mecanismos de interacção (que podem constituir potenciais a ser explorados). Desta forma, pode ser criada a oportunidade de fortalecer as dinâmicas positivas, como os recursos humanos existentes e as formas de transmissão e assimilação de conhecimento, o empreendedorismo individual e colectivo, a produção e utilização de recursos locais, assim como a relação entre as características socioeconómicas e as formas de vivência do espaço.

Assim, superado o receio de perda de *uma tradição*, para suportar a construção de *renovadas tradições*, defende-se um processo de síntese que concilie contributos tanto da modernidade como de tradições - uma “*terceira via*” (Távora, 1947), operada “*entre o adobe o aço inox*” (Forjaz, 1999) - materializando uma atitude sensível às heranças mas permeável à assimilação de novos contributos, em constante actualização.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1910). *O cacau de S. Thomé. Resposta ao relatório da missão Cadbury, Burt e Swan nas Províncias de S. Thomé e Príncipe e de Angola em 1908*. Lisboa: Typographia d'«A Editora».
- Aguiar, Armindo (1989). “As Migrações na Génese da Nacionalidade Santomense”. *I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3.º quartel do Séc. XIX. Actas*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Albuquerque, Luís (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*. Biblioteca da Expansão Portuguesa. Lisboa, Publicações Alfa.
- Asquith, Lindsay & Vellinga, Marcel - ed. (2006). *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century*. London, New York: Taylor & Francis.
- Castelo, Cláudia (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1988). *Africa: endurance and change south of the Sahara*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (2005). *The history of African cities south of the Sahara: from the origins to colonization*. Princeton: Markus Wiener Publishers.
- Fanon, Frantz (2001 (1961)). *The Wretched of the Earth*. London: Penguin Classics.
- Fathy, Hassan (2009 (1973)). *Arquitectura para os pobres: uma experiência no Egípto rural*, Lisboa: Argumentum, Dinalivro. (Original: *Architecture for the poor: an experiment in rural Egypt*, Chicago: The University of Chicago Press, 1973).
- Fernandes, José Manuel (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

- Figueiredo, António Manuel & Costa, Carlos S. (2009) *Do subdesenvolvimento. Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito. Antologia e roteiro crítico*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Finch, Ryan T. (2008). “*Adaptation: Developing an Afrocentric Architectural Theory*” [consultado a 14.01.2011 em <http://www.disquisit.com/>].
- Forjaz, José (1999). *José Forjaz - entre o adobe e o aço inox*. Lisboa: Caminho.
- Guedes, Manuel Sousa; et alia (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Fundação Amaro da Costa (não publicado).
- Guindani, Silvio; Doepper, Ulrich (1990). *Architecture Vernaculaire: territoire, habitat et activités productives*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- Henriques, Isabel Castro (1989). O ciclo do açúcar em São Tomé nos séculos XV e XVI. in Albuquerque L. ed. *Portugal no Mundo*. - vol. I. Lisboa: Publicações Alfa.
- INE (2003), “Características e Condições da Habitação”, *Recenseamento Geral da População e Habitação 2001*, São Tomé e Príncipe: Instituto Nacional de Estatística.
- Ki-Zerbo, Joseph (2006). *Para quando África? Entrevista c. René Holenstein*. Porto: Campo das Letras.
- Langen, Johan van (2004). *Manual do arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.
- Levi-Strauss, Claude (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Librairie Plon.
- Lipovetsky, G., Serroy, J. (2008). *La Culture-Monde: réponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- Maalouf, Amin (2000). *On identity*. London: Vintage.
- Machado, José Pedro (1989 (1952)). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol.V. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mantero, Francisco (1911). *Portuguese planters and British humanitarians. The case for S. Thomé*. Lisboa: Redacção da Reforma.
- Martins, A. C.; Albino, T., coords. (2010). *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Miller, Joseph C. (1997). “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos.” *Afro-Ásia* (19/20), pp. 19-36.
- Nascimento, Augusto (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Negreiros, Almada (1895). *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos.
- Oliveira, Ernesto Veiga & Galhano, Fernando (2003). *Portugal de perto. Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 5.ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliver, Paul (2006) *Built to meet needs: cultural issues in Vernacular Architecture*. Oxford: Elsevier.
- Oliver, Paul - ed. (1998). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliver, Paul (1978). *Shelter in Africa*, London: Barry & Jenkins Ltd.
- Passeron, Jean Claude (1999). *Richard Hoggart en France*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Portas, Nuno (2005). “Arquitectura integrada?”, in *Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão*, Série 2. Argumentos (23), Porto: FAUP Publicações. (Orig.: in *Jornal de Letras e Artes*. Ano II, n.º 84 (08.05.1983), p. 8).
- PNUD (2008). *Rapport national sur le développement humain à São Tomé e Príncipe: la problématique de lla terre et le développement humain durable*, São Tomé e Príncipe: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- Rudofsky, Bernard (1987). *Architecture Without Architects: a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Santos, Maria Emília Madeira (1990). *Rotas Atlânticas, o caso da carreira de S. Tomé*, Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Seibert, Gerhard (1998). A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé. *Brief Papers*, CEsA (5/98).
- Távora, Fernando (1947). O problema da casa portuguesa, in Trigueiros, L., (1992), *Fernando Távora*, Blau.
- Tenreiro, Francisco (1953). Descrição da ilha de S. Tomé no século XVI?. *Garcia de Orta*. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, vol.1 (n.º 1): pp. 220-228.
- Tenreiro, Francisco (1956). *As ilhas de São Tomé e Príncipe e o território de São João Batista de Ajudá*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- Velho, Luís Baptista D'Assumpção (1907). *As nossas províncias ultramarinas de S. Thomé e Príncipe e Angola sob o ponto de vista da aclimação portuguesa (Algumas palavras sobre pathologia e hygiene coloniaes e colonisação)*. Porto: Imprensa Social.
- Zahar, Renate (1974). *Frantz Fanon - Colonialism and alienation*. New York: Monthly Review Press.
- Zaslavsky, Claudia (1999). *Africa counts: number and pattern in African cultures*. Chicago: Chicago Review Press.

Referências cartográficas

- Carta do Príncipe. Levantamento Aerofotogramétrico* (1962). Escala 1:25 000. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.
- Carta da Ilha de S. Tomé* (1961). Escala 1:75 000. Lisboa: Papelaria Fernandes. Centro de Geografia do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.
- Carta de S. Tomé. Levantamento Aerofotogramétrico* (1958). Folha n.º 2. Escala 1:25 000. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.

Sítios

- <http://www.priberam.pt> - *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, consultado a 21.01.2011. Este dicionário tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa*.
- http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html



O restauro do pelourinho da *Cidade Velha* – Cabo Verde (1962-1970) Um processo de legitimação e consagração da memória

Vera Mariz*

p. 225-248

Introdução

O pelourinho da Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde, primeira cidade a ser erguida pelos portugueses no Ultramar no âmbito da expansão portuguesa lançada no século XV, data dos primeiros anos do século XVI. Terá sido mandado implantar no momento em que o rei D. Manuel (1469-1521) concede um foral novo aos habitantes da ilha.

O pelourinho em estudo, que já existia em 1512, foi erguido num alvíssimo mármore branco, pedra estranha ao arquipélago. Resistiu, ao longo dos séculos, como um testemunho do Império Português e como símbolo da autoridade municipal numa urbe que perdeu a sua importância política, religiosa, social, económica e cultural, devido à alteração das dinâmicas do controlo dos oceanos. Esta urbe fixou-se na memória que chegou até nós com a designação de “Cidade Velha”, correspondendo esta adjectivação à sua total perda de urbanidade, cuja recuperação se procura hoje, a muito custo, concretizar.

Séculos depois da sua colocação no centro da vida da Ribeira Grande, sobrevivendo, inclusivamente, aos primeiros ventos anticoloniais, o pelourinho foi o primeiro monumento de Cabo Verde a beneficiar, durante o Estado Novo (1933-1974), de uma muito necessária intervenção de restauro.

Esta intervenção enquadrar-se-ia no programa desenvolvido, a partir do final dos anos 50 do século XX, pelo regime salazarista para a salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos, alargando, através do Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto de 1958, as preocupações patrimoniais ao além-mar. Este decreto veio, deste modo, responsabilizar a Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, pela classificação, protecção e valorização daquele património.

Na sequência deste novo avanço legislativo e orgânico, assistimos à ida do Arquitecto Luís Benavente (1902-1993), Director do Serviço de Monumentos Nacionais, em comissão eventual, para S. Tomé e Príncipe. No seguimento deste contacto inicial com um património pouco conhecido e muito flagelado, o arquitecto traçou aquele que seria um programa

* Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

para a classificação e recuperação dos monumentos de todos os territórios ultramarinos de administração portuguesa.

Cabo Verde, fruto do interesse do seu Governador Provincial, Leão Sacramento Monteiro (1920-), e dos interesses do governo central relacionados com a necessidade de afirmar a legitimidade da administração portuguesa no arquipélago, tornou-se a segunda experiência deste amplo programa patrimonial. Com grandes dificuldades, reflexo dos problemas políticos, económicos e burocráticos, Luís Benavente desenvolveu um trabalho admirável naquelas ilhas, entre 1962 e 1972, tendo sido o responsável pela intervenção no pelourinho da Ribeira Grande.

A intervenção, num monumento fustigado ao longo de quase cinco séculos, decorreu durante oito anos e foi realizada na Metrópole, tendo sido esta a forma encontrada para contornar os problemas relacionados com a matéria-prima e técnicos capazes.

De resto, a concretização da recuperação material do pelourinho em Lisboa, reflecte o centralismo da actividade de restauro do património arquitectónico português. Afinal, em termos de restauro de monumentos nacionais, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, detinha, desde 1929, a totalidade das competências para intervir no património arquitectónico nacional. Todavia, não obstante as missões pontualmente desempenhadas por técnicos do serviço de Monumentos Nacionais daquela direcção-geral no Ultramar, o património português além-mar não beneficiou, até 1958, do afã restaurador institucional, perdendo-se entre as competências daquele organismo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e do Ministério no Ultramar. Não obstante o desfazamento temporal entre o primeiro período áureo do restauro dos monumentos nacionais na Metrópole (1935-1943) (Neto, 2001, p. 446) e a intervenção em estudo, este pelourinho manuelino, testemunho da expansão portuguesa quatrocentista, sobreviveu, seguramente, graças à intervenção levada a cabo pelo Arquitecto Luís Benavente e, ainda, resistiu aos impulsos de lesa-património associados ao movimento independentista. Permanece hoje pronto a enfrentar os séculos na Cidade Velha, Património Mundial desde 2009. Neste sentido, com este estudo pretendemos discorrer acerca do processo de restauro do pelourinho em causa, objectivando compreender de que modo esta intervenção se enquadra no programa de salvaguarda patrimonial desenvolvido para Cabo Verde durante o Estado Novo; reflectir sobre os factores que contribuíram para a sua ruína progressiva; analisar o projecto de restauro; avaliar os contributos desta intervenção para o futuro do bem patrimonial em estudo.

Deste modo, tendo em consideração os objectivos de investigação previstos, desenvolvemos o nosso estudo em Lisboa e na Cidade da Praia, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional de Cabo Verde e, evidentemente, na própria Cidade Velha. Além do contacto directo com a obra, do estudo e análise da bibliografia e fontes relativas ao tema, beneficiámos do contacto com o Dr. Martinho Robalo Brito e com o Dr. Carlos Carvalho, ambos do Instituto de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde.

Concluindo, os objectivos de investigação e a metodologia utilizada reflectem-se, presentemente, num artigo cuja estrutura dividimos em três partes distintas: a posição de Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino durante o Estado Novo; o contributo de Luís Benavente para a vitalização da consciência patrimonial em Cabo Verde; o restauro do pelourinho da Ribeira Grande.

As várias leituras sobre o restauro do pelourinho da Cidade Velha

A antiga cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago de Cabo Verde, tem sido, sobretudo a partir da década de 90 do século XX, fruto das mais diversas investigações que, de resto, culminaram com a elevação do conjunto a património da Humanidade. O pelourinho da referida cidade, como monumento apetecível tanto de um ponto de vista de condenação do colonialismo, como da sua valorização, tem sido, naturalmente, alvo de diversas considerações. As diversas apreciações, ilustram, perfeitamente, o problema da citação sistemática e ausência de uma investigação aturada.

Luís Chaves (1888-1975), notável estudioso da historiografia dos pelourinhos portugueses, lançou-se, em 1935, na inédita investigação “d’Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar” (Chaves, 1935, pp. 91-112), dando sequência ao estudo com a publicação do artigo “Por Além-Mar – Pelourinhos de África” (Chaves, 1937, pp. 53-56), e com um outro (Chaves, 1938, pp. 129-136), de 1938 e homónimo do primeiro, na revista *O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literaturas Coloniais*. Ao longo desta trilogia dedicada aos pelourinhos portugueses ultramarinos, Chaves sublinha, insistentemente, o seu estado “meio arruinado (...) O fuste inclinado, como um corpo ferido que vai cair” (Chaves, 1938, p. 134), “trôpego, mas orgulhoso ainda em frente do mar” (Chaves, 1937, p. 55), que pode ser ilustrado com a imagem seguinte, datada de 1929.

Já em 1948, Luís Chaves realizou uma espécie de colectânea do conhecimento adquirido até então, e publicou a incontornável obra *Pelourinhos do Ultramar Português*, na qual discorre acerca da história e importância destes “*documentos monumentais dos Portugueses no mundo*” (Chaves, 1948, p. 9), realizando, simultaneamente, um valioso inventário. Ora é, exactamente, neste âmbito que Chaves volta a descrever a “*ruína simbólica*” (Chaves, 1948, p. 49) do pelourinho da antiga cidade da Ribeira Grande, dando conta da ausência dos degraus, do fuste inclinado e quebrado, rematando as suas considerações com uma proposta do aspecto estético que este teria tido. Nesta

ocasião, tal como fizera em 1937, o autor ilustra o seu estudo com uma fotografia, cedida por Alexandre Sarmento (1910-), do referido pelourinho, atestando a veracidade das suas palavras.

Ainda durante o Estado Novo, como veremos, foram vários os estudos realizados pelo Arquitecto Luís Benavente relativamente a este pelourinho. Mas sendo este arquitecto o responsável pelo processo de restauro de 1962-1970, optámos por deixar para adiante as nossas considerações. No entanto, não podemos deixar de referir que data de 1977, possivelmente a primeira referência, publicada num periódico, relativa ao restauro do monumento em estudo, mas não a primeira nota sobre o mesmo em reflexões acerca de pelourinhos, como demonstrámos anteriormente. Efectivamente, Vasco da Costa Salema, no prefácio do seu artigo obra “*Pelourinhos e Aquarelas*”, afirmou que:



Fig. 001 - Pelourinho da Ribeira Grande Santiago c.1929. Fotografia de João Lopes.

"Julgo ser o primeiro a referir, numa obra dedicada aos pelourinhos, a existência de um em Cabo Verde, na Cidade Velha na ilha de Santiago, o qual deixámos perfeitamente restaurado e não com o aspecto de abandono e ruína que apresenta na fotografia publicada na 'Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira' por onde soube da sua existência" (Salema, 1977).

Mais recentemente, já em 2001, o Professor Adriano Vasco Rodrigues (1928-), escreveu o artigo "Pelourinho da Cidade Velha" (Rodrigues, 2001, pp. 155-157). Nesta ocasião, Rodrigues lançou propostas de datação e autoria, baseando-se numa analogia com o pelourinho da Guarda. Assim, o autor estabelece uma analogia entre as colunas da porta da capela S. Miguel, em Coimbra, e do desaparecido pelourinho da Guarda, remetendo-nos, deste modo, para Marco Pires, quando, na nossa opinião, nos parece que os torcicolos das colunas torsas destes dois casos são, manifestamente, mais abertos. Relativamente ao restauro liderado pelo Arquitecto Benavente nada refere, chegando mesmo a afirmar que o pelourinho em causa "conserva os quatro ganchos e a argola. Muitos pelourinhos perderam esses ferros" (*idem, ibidem*, p. 156), quando, na verdade, estes elementos desapareceram, tendo sido recolocados aquando da intervenção de 1962-1970. Relativamente a intervenções refere, somente, que "a base do Pelourinho foi restaurada há três ou quatro décadas" (*idem, ibidem*, p. 157), quando, como veremos, o programa de restauro abrangeu toda a peça.

Já em 2006, Lourenço Conceição Gomes – actual docente/investigador da Universidade de Cabo Verde – no seu artigo "O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde" (Gomes, 2006, pp. 169-183), seguindo Rodrigues em termos de época, avança com a referência ao restauro levado a cabo pelo arquitecto Benavente. No entanto, o autor refere que a intervenção "veio a ocorrer em 1963" (*idem, ibidem*, pp. 177), como fora "assegurado pelo professor João Lopes Filho" (*idem, ibidem*, p. 182), quando este foi, em termos mais rigorosos, um processo que começou um ano mais cedo, em 1962, momento do levantamento gráfico da peça, e terminou em 1970, ano do regresso do pelourinho à Ribeira Grande depois de enviado, em 1963, para a Metrópole.

A temática foi, também, academicamente abordada em Cabo Verde, por Martinho Robalo de Brito – actual investigador do Instituto de Investigação e Património Culturais – em 2009, que, ao longo do seu estudo (Brito, 2009), retoma as ideias de Rodrigues e Gomes, valendo pelos dados avançados relativos às intervenções levadas a cabo no século XXI. No entanto, o autor peca ao referir que a "primeira intervenção foi proposto [*sic*] pelo Pe. António Brásio" (*idem, ibidem*, p. 14) num artigo em que este "descrevia a situação geral da Cidade e do pelourinho" (*idem, ibidem*, p. 14), quando na verdade o artigo em causa é exclusivamente dedicado aos "Monumentos Sacros de Santiago" (Brásio, 1960, pp. 28-30). Já em 2010, o Arquitecto José Manuel Fernandes e Fernando Pires, assinaram a entrada referente a este pelourinho, na notável obra Património de Origem Portuguesa no Mundo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico. Após a sua descrição, os autores tecem uma consideração relativa à sua localização, crendo que este, actualmente, não se encontra no seu local original, remetendo-o, como era habitual, para o Largo da Misericórdia, hoje em ruínas, e da desaparecida Casa da Câmara. Relativamente ao processo de restauro em estudo, as informações são escassas, remetendo o leitor para os "anos de 1960"

1 O volume XXVII da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, ao qual o autor se refere, data de 1945, como tal a fotografia será posterior a esse ano. Nesta ocasião, à semelhança das fotografias publicadas por Luis Chaves, o pelourinho encontra-se num grave estado de conservação.

(Mattoso, 2010, p. 312) e limitando a intervenção “ao troço superior” (*idem, ibidem*, p. 312) com “pedra de Pêro Pinheiro” (*idem, ibidem*, p. 312).

1. Cabo Verde no programa de salvaguarda do património português ultramarino durante o Estado Novo

A questão do Império Português foi, inequivocamente, uma das ideias-chaves do Estado Novo (1933-1974), como de resto comprovam, em pontos cronológicos extremos, a inclusão do Acto Colonial de 1930 na Constituição de 1933, e o arrastar da independência da totalidade das colónias portuguesas até muito depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Por outro lado, não podemos deixar de incluir o restauro e a utilização dos monumentos nacionais como extraordinários veículos de propaganda da mensagem nacionalista e imperialista que se pretendia divulgar, como de resto testemunha a actividade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1929.

Tendo em consideração a importância destas duas ideias – imperialismo e valorização dos monumentos como testemunhos históricos –, seria expectável que, à semelhança do que se verificou na dita Metrópole, entre os anos 30 e 70 do século XX, se tivesse assistido à programação e concretização de um complexo projecto de salvaguarda patrimonial. Isto porque, afinal nada materializaria com tanto rigor e impacto – nem mesmo as grandiosas Exposição Colonial do Porto de 1931 ou Exposição do Mundo Português de 1940 – o majestoso período das Descobertas Portuguesas que se pretendia recordar e reviver num novo momento de excelência da História de Portugal.

Contudo, fruto do desconhecimento, da extensão dos domínios ultramarinos, dos empecilhos burocráticos e de questões financeiras, o que se verificou não foi de todo ao encontro do expectável e tão pouco mimizou o que se passava na Metrópole em termos de intervenção patrimonial.

Debruçando-nos sobre a organização e incumbências da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério das Colónias/do Ultramar, órgão equivalente ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações ao qual pertencia a DGEMN, deparamo-nos com um atraso significativo desta questão. Na verdade, passando em revista a Lei Orgânica de 1936 do ministério em causa, não é possível encontrar qualquer referência ao restauro de monumentos, existindo sim a Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação dependente da Direcção Geral de Fomento Colonial (Diário do Governo, 1936). Já em 1957, em nova modificação da orgânica e quadros do Ministério do Ultramar, encontramos, então como serviço central, a Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, ainda que sem qualquer regulamentação do seu funcionamento relativamente à questão presentemente abordada (Diário do Governo, 1957). Por outro lado, não podemos negar a preocupação do regime com a arquitectura e urbanismo no Ultramar, datando de 6 de Dezembro de 1944 a criação do Gabinete de Urbanização Colonial, no seio do Ministério do Ultramar, cujo objectivo passava pela centralização, em Lisboa, de todos os projectos de arquitectura e urbanismo destinados às “colónias de África” (Milheiro, 2009, p. 82).

No entanto, para assistirmos a tal acção no âmbito da salvaguarda dos monumentos ultramarinos, provavelmente aplicando-se a máxima salazarista segundo a qual “*Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem. É ridículo mandar vestir a casaca a um homem que não tem camisa...*” (Ferro, 2007, p. 59), seria necessário esperar pelo ano de 1958.

Efectivamente, pela primeira vez, com o Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto daquele ano, o Governo veio, finalmente, incumbir a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos (Diário do Governo, 1958), preenchendo, deste modo, uma grave lacuna.

Contudo, aparte da ausência do centralismo desta questão, não podemos deixar de observar a existência, a um nível local, ou se preferirmos provincial, de organismos dotados das competências necessárias para o inventário, classificação, conservação e restauro dos seus monumentos. Na verdade, o Governo da Índia Portuguesa, contando com uma tradição legislativa pioneira, contava desde 1895 com a Portaria n.º 491, fundadora de uma comissão responsável pelos monumentos portugueses. Consideravelmente posterior mas igualmente interessante, e desta feita já no continente africano, é a comissão de monumentos provinciais de Angola, criada a 24 de Maio de 1922 pelo Decreto n.º 161, cujas incumbências passavam pela proposta de classificação, conservação e restauro daqueles imóveis (Boletim Oficial de Angola, 1922, pp. 137-138). A província de Moçambique, anteriormente ao Decreto n.º 41: 787, também já contava, desde 20 de Fevereiro de 1943 e do Diploma Legislativo n.º 825, com a sua Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, à qual cabia “investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística.” (Boletim Oficial de Moçambique, 1943, pp. 159-161).

Em Cabo Verde, como na Guiné ou em S. Tomé e Príncipe, a fragilidade do Governo Central para esta questão, foi, de facto, prejudicial para o património histórico-artístico das ilhas. Contudo, e apesar de, a nível local, nunca ter contado com um organismo responsável pelo património imóvel antes da independência, a conjuntura dos anos 60, como veremos, originou um crescente de sensibilização e a concretização de uma missão temporária por parte do Arquitecto Luís Benavente, Director do Serviço de Monumentos Nacionais. Na verdade, se toda e qualquer obra de arte é contextualmente comprometida, na medida em que é encomendada, pensada e apresentada num determinado momento político, cultural, artístico, religioso e económico, o mesmo se passa relativamente aos projectos de restauro que incidem sobre estas peças.

No caso concreto de Cabo Verde, para compreendermos este verdadeiro despertar do Governo da Metrópole e da Governo Provincial, temos de olhar, obrigatoriamente, para a conjuntura política com uma incidência específica na questão do colonialismo. Se é verdade que desde o ministério de João Belo (1878-1928) todas as decisões passaram a ser pautadas pelo desejo de uma união política dos territórios ultramarinos e do aumento da superintendência dos mesmos a partir da Metrópole, a tendência internacional era manifestamente inversa. Esta oposição, como se sabe, intensificou-se após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, muito particularmente, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, quando, simultaneamente, os sentimentos independentistas se fortaleciam.

Ora, a verdade é que enquanto o regime salazarista permanecia irredutível na sua posição relativa aos movimentos independentistas, justificando a sua presença através de uma alegada missão civilizadora, ou “*alibi colonial*” (Medina, 2006, p. 252), a Itália perdia a Líbia em 1951 e a Somália italiana nove anos depois, Espanha ficava sem o seu protectorado de Marrocos em 1956, França perdia, igualmente, o seu protectorado de Marrocos e a Tunísia no mesmo ano, para perder em 1958 e 1962, respectivamente, a Guiné francesa e a Argélia. Estas vitórias dos movimentos independentistas africanos ocorriam, como vimos, devido

à intensificação dos sentimentos nacionais, mas, também, graças à pressão internacional, materializada pela resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, da Assembleia Geral da ONU, que declarou ilegal toda a prática colonial. “Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações” (Organização das Nações Unidas, 1969), a ONU, um dia depois, através da resolução 1542 (XV), entendeu como territórios não autónomos as províncias administradas por Portugal. Na sequência destes acontecimentos e posições internacionais, Portugal sofreu o primeiro grande golpe, ao ver a Índia Portuguesa ser invadida, em 1961, pela União Indiana, isto depois de, já em 1960, ter perdido o Forte de S. João Baptista de Ajudá.

No caso concreto de Cabo Verde, no início da década de 60, a situação complexificava-se, correspondendo ao surgimento paulatino de sólidas organizações políticas de cariz manifestamente anti-colonial. Efectivamente, depois das experiências iniciais da Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos e do Movimento para a Independência Nacional da Guiné, vemos surgir, em 1956 e de um modo mais organizado e consistente, o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral (1924-1973). A luta pela liberdade das ilhas de Cabo Verde, passa assim a estar na ordem do dia, fazendo frente, ainda que forma pacífica nos seus primórdios, à ideologia imperialista do regime salazarista.

Ora quando chegamos à década de 60 do século XX, verificamos que a questão do movimento independentista de Cabo Verde encontra-se revestida de uma força sem precedentes, datando, por exemplo, de 25 de Setembro de 1960 a petição enviada pelo PAIGC ao governo português, e de 13 de Outubro de 1961 a carta aberta de Amílcar Cabral. Na ausência de resposta do regime e, conseqüentemente, com a continuidade da política colonial portuguesa, assistimos a um notório escalar de violência, marca óbvia da segunda fase de luta do movimento independentista da Guiné e Cabo Verde.

É, pois, precisamente neste momento que surge o pedido do Governador da Província, Silvino Silvério Marques (1918-) (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3) e, conseqüentemente, a ida do Arquitecto Luís Benavente, então Director do Serviço de Monumentos Nacionais, para a ilha de Santiago de Cabo Verde.

Nesta circunstância, paulatinamente mais conturbada em termos de dinâmica da contestação internacional do colonialismo e do crescente da luta armada pelos movimentos independentistas, o objectivo da ida do Arquitecto Benavente fora bem definido pelo Governador: havia que se proceder ao estudo dos monumentos das ilhas de Santiago e da Boavista, mas, sobretudo, elaborar legislação protectora dos mesmos (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3).

Efectivamente, como demonstrámos anteriormente, a Província de Cabo Verde, ao contrário do que se verificava na Índia, em Moçambique e em Angola, não contava no seu aparelho administrativo local, com um organismo permanente e activo responsável pela salvaguarda do património histórico-artístico. Simultaneamente, perante a tendência natural de enaltecimento da História da Província por ocasião da celebração do V Centenário da Descoberta de Cabo Verde e da morte do Infante D. Henrique, surgiram, com naturalidade, sinais de consciência patrimonial entre os governantes desenvolvendo-se a ideia que aqueles monumentos, particularmente os da Ribeira Grande, eram, sem dúvida, eloquentes testemunhos da ancestralidade e importância daquelas ilhas atlânticas.

Concomitantemente, à margem da acção do governo provincial e como forma de alertar o mesmo, não podemos esquecer a importância das reflexões de uma figura incontornável

para a história de Cabo Verde, o Padre António Brásio (1906-1985). Na sua louvável obra, *Monumenta Missionaria Africana*, cuja segunda série, referente à Diocese de Santiago de Cabo Verde, se prolongou de 1958 até 2002, esta última enquanto edição póstuma, o autor não só incluiu documentos relativos à construção e reparação de monumentos daquele arquipélago, como apresentou ilustrações de diversas ruínas, entre as quais se encontra o pelourinho em estudo (Brásio, 1963, p. 64). Não menos importante, há ainda a sublinhar a introdução feita ao volume de 1964, texto que corrobora a questão anteriormente levantada relativa à situação política como impulso para a concretização de determinadas iniciativas culturais:

“Nesta hora de desvairo colectivo da África Negra e de ventania cortante, que desce das estepes siberianas sobre o Continente Negro, queimando-lhe a alma ingénua e boa (...) aí vai este estudo objectivo” (idem, 1964: p. XVII)

De forma mais objectiva, limitando-se exclusivamente ao património construído de origem sacra, na ilha de Santiago, o Padre Brásio, num artigo de 1960, como que oficiosamente, convida o Governo a tomar a medida que este, dois anos depois, viria a concretizar relativamente à chamada do Arquitecto Benavente. Neste artigo, Brásio não só faz um relato confrangedor da situação do património naquela ilha, saqueado, profanado, ignorado, como dá conta da anterior actividade de *“restauradores destituídos de critério, gosto e co-nhecimentos artísticos”* (idem, 1960, p. 28) que, deste modo, justifica *“a maior atenção da Repartição dos Monumentos Nacionais”* (idem, 1960, p. 31).
Perante este cenário, existindo os monumentos, mas estando estes em ruína, existindo sensibilidade religiosa e política, mas não capacidade de realização, foi necessário recorrer ao Director do Serviço de Monumentos Nacionais da Metrópole.

2. O contributo de Luís Benavente para a vitalização da consciência patrimonial em Cabo Verde

O Arquitecto Luís Benavente, nomeado Director do Serviço de Monumentos Nacionais a 26 de Novembro de 1952, encontrando-se, dez anos depois, em comissão eventual de serviço no Ministério do Ultramar, acabou por ser o técnico eleito para liderar e coordenar os estudos necessários dos monumentos de Cabo Verde.

A escolha do Arquitecto Benavente ter-se-á devido, essencialmente, à sua posição dentro do Ministério do Ultramar, organismo para o qual transitou, ainda que em comissão de serviço, a 23 de Setembro de 1958 (Neto, 1995, p. 426), com a incumbência de estudar duas igrejas e duas fortalezas, ou seja, a igreja da Madre de Deus, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, a Fortaleza de São Sebastião e de S. Jerónimo, todas elas em S. Tomé e Príncipe. Iniciou-se assim, em 1958, o contacto do Arquitecto Benavente com o património português ultramarino e, naturalmente, com o Ministério do Ultramar, organismo para o qual irá desempenhar funções, até 1972, sempre em comissões eventuais de serviço, sucessivamente renovadas.

Efectivamente, quando Luís Benavente é chamado para ir em missão a Cabo Verde, conta não só com a experiência do estudo e restauro dos monumentos de S. Tomé e Príncipe, mas, também, com todo um plano traçado para a totalidade do património português

além-mar. Na verdade, imediatamente após a missão a S. Tomé e Príncipe, Luís Benavente foi incumbido, pelo Ministério do Ultramar, de executar o anteriormente referido Decreto n.º 41: 787 de 7 de Agosto de 1958, dando-lhe um novo dinamismo com a criação de legislação para a classificação, valorização e reabilitação dos monumentos do Ultramar (Benavente, 1960: Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2).

No entanto, de modo a ser possível legislar acerca deste tema, o arquitecto considerou necessário proceder, antes de mais, a um inventário dos bens em causa, tendo para isso enviado um questionário a todas as províncias ultramarinas. Contudo, como o próprio deu conta, “verificámos que a matéria remetida, não constituía nem possuía elementos pelos quais fosse possível a criação de um ‘Tombo’ propriamente dito” (Benavente, 1960, Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2). Apesar dos resultados desanimadores desta primeira acção de Luís Benavente que, ainda assim, avançou, logo em 1960, com um programa a desenvolver previamente a qualquer classificação, o arquitecto garantiu um campo de acção fértil: Cabo Verde.

Na verdade foi, em primeira instância, a promulgação do Decreto n.º 41: 787, e, em segunda instância, o sucesso da missão de Benavente a S. Tomé e Príncipe que originou o contacto do arquitecto com os monumentos de Cabo Verde. Isto porque, foi a chamada de atenção concretizada pelo envio do pedido de inventário às colónias em 1960, no sentido de se proceder à classificação dos monumentos ultramarinos, que levou o Governo Provincial de Cabo Verde a elaborar um relatório:

“que, apesar de não responder ao que se pretendia e das inexactidões que contém, revelou no entanto interesse em acertar, o que é louvável. Foi este o único elemento obtido como resultado da nossa missão e interesse em obter esse inventário.”
(Benavente, 1960, Cx. 118, Pt. 805, Doc. 2)

Na sequência daquele relatório e manifestação de interesse, Luís Benavente foi em missão a Cabo Verde, pela primeira vez, no ano de 1962, tendo como objectivo estudar e levantar os seguintes monumentos para, numa fase seguinte, realizar as intervenções necessárias: pelourinho da Ribeira Grande, igreja de Nossa Senhora do Rosário, igreja de Nossa Senhora da Luz, capela de S. Roque, capela da Santíssima Trindade, conjunto da cidade da Ribeira Grande, “Conventinho” dos Franciscanos, Misericórdia, Sé, “casa da janela gótica”, capela de Nossa Senhora das Graças de Chã de Tanque, capela da Ponta Verde, capela de Nossa Senhora da Nazaré, capela de Nossa Senhora da Conceição, capela de Nossa Senhora do Socorro, capela de S. Miguel, capela de Nossa Senhora



Fig. 002 - Mapa com a localização dos monumentos da ilha de Santiago, Cabo Verde. PT-TT-LB-PT493-DOC2A.

da Esperança, muralha de Santiago, cais de S. Januário, fortaleza Real de S. Filipe, forte de S. Veríssimo, forte de S. Brás, forte de S. João dos Cavaleiros e forte de S. Lourenço (Benavente, 1967, Cx. 71, Pt. 493, Doc. 7)

Tendo-se debruçado sobre os monumentos de Cabo Verde entre 1962 e 1972, Luís Benavente realizou levantamentos gráficos e descrições, incluindo, ainda, propostas de intervenção e mesmo orçamentos, para a quase totalidade dos monumentos anteriormente referidos. No entanto, fruto evidente das burocracias que dificultavam as idas do arquitecto, permanentemente numa situação incómoda enquanto Director do Serviço de Monumentos Nacionais em comissão eventual no Ministério do Ultramar (Neto, 1995, pp. 426-428), e, naturalmente, da falta de liquidez do Governo Provincial, o Arquitecto Benavente só conseguiu concretizar três verdadeiros restauros, no sentido da intervenção física: no pelourinho da Ribeira Grande, na igreja de Nossa Senhora do Rosário e na Fortaleza Real de S. Filipe. Deste modo, podemos considerar que o programa desenvolvido por Luís Benavente para os monumentos de Cabo Verde resultou, simultaneamente, da abertura do Ministério do Ultramar para a centralização desta questão, proporcionando o envolvimento do arquitecto com aquele universo, isto com maior ou menos influência da ideologia nacionalista, propagandista e imperialista, e, não menos importante, da visão do Governo Provincial daquele arquipélago que, na sequência do apelo de 1960, deu início a um momento incontornável da história da salvaguarda patrimonial em Portugal.

3. O restauro do pelourinho da Ribeira Grande

Na ausência de documentação que date o pelourinho em estudo, podemos, no entanto, sugerir que este tenha sido projectado e construído em 1511 ou 1512, na sequência da carta de confirmação dos privilégios concedidos por D. Afonso V (1431-1481) ao Infante D. Fernando (1433-1470) aos moradores da Ilha de Santiago, pelo rei D. Manuel (1469-1521) a 11 de Julho de 1511. Isto porque, se a 19 de Setembro de 1462, D. Afonso V doou a D. Fernando a ilha descoberta por António de Noli (1415-1497), com:

“todos outros direitos que a nós per qualquer guissa possam pertencer e com toda jur[i]diçom çiuell e crime, reseruado soom~ete alçada pera nós [nos] fectos crimes, nos cassos em que caiba morte ou talham~eto de n~ebro, como dicto hé, e possa poeer quaeesquer foros, direitos e trabutos em as dictas Jllhas” (Brásio, 1963, p. 416).

D. Manuel, numa altura em que já se encontravam em Cabo Verde vereadores, contadores, almoxarifes, corregedores e instituições de justiça, confirma:

“todas as graças, merções, priuegijos, liberdades nella comthiudas, á dita jlha e aos capitães e moradores della” (Brásio, 1963, p. 46).

Efectivamente, o que D. Manuel faz em 1511, é confirmar a continuação do sistema administrativo implantado logo em 1462 – a donataria – com a doação de poderes sobre o território, jurisdição cível e crime, direito a foros e tributos, o que implicava, evidentemente, a criação e coordenação de um corpo burocrático-administrativo (Albuquerque e Santos, 1991, p. 43) reflectido, em termos práticos, na existência de um capitão e uma câmara (*idem, ibidem*, p. 58). A confirmação de D. Manuel revela-se particularmente interessante enquanto tes-

temunho da evolução e convivência destas duas instituições de poder local, determinando que “*em caso de morte mandamos que nam posa jullgar o capitam por sy soo*” (Brásio, 1963, p. 47), tendo que trabalhar conjuntamente com “*os juizes e vereadores de cada villa da dita jlha onde o caso for*” (*idem, ibidem*, p. 47).

Ora, o pelourinho, enquanto símbolo de justiça, reflecte, exactamente, esta atenuação paulatina do poder do capitão e, por outro lado, a conquista do poder pela câmara, enquanto elemento representativo da comunidade local. Esta forma simbólica de marcar e celebrar todas as graças municipais, foi, de resto, recorrente um pouco por todo o Portugal entre 1510 e 1511, sempre na sequência da confirmação dos privilégios às vilas pelo rei D. Manuel, com os ditos forais novos, como são, entre outros, os casos de Idanha-a-Velha, Vila Franca de Xira, Castelo Novo, Guarda ou Ansiães. Neste sentido, e tendo em consideração as características estilísticas do pelourinho da Ribeira Grande, é provável que este tenha sido, efectivamente, criado nos momentos seguintes à carta de confirmação de D. Manuel em 1511.

3.1. Abandono e ruína

Eterno símbolo da descoberta das ilhas de Cabo Verde e do sequente processo de colonização pelos portugueses, o pelourinho da Ribeira Grande, com a evolução dos sistemas administrativos mas, sobretudo, das ideologias, acabou por ser votado ao abandono e, conseqüentemente, à ruína que ditaria, nos anos 60 e 70, o gizar de um plano de recuperação. Na verdade, o abandono do pelourinho e de toda a Ribeira Grande, começou logo nos finais do século XVIII. Neste momento em particular, mas paulatinamente após o final do século XVI, período associado ao florescimento económico, ligado à produção de algodão, ao tráfico de escravos e ao domínio ibérico das rotas comerciais do Atlântico (Albuquerque e Santos, 1991, pp. 258-345), a cidade de Ribeira Grande entrou em declínio. Efectivamente, a importância deste local de Santiago enquanto grande entreposto comercial, associada ao crescente aumento das ambições de outras potências coloniais, como a Inglaterra ou a França, ditou, no século XVIII, a transferência da residência do governador e, naturalmente, da comunidade, para um local mais protegido dos ataques piratas (*idem*, 1995, pp. 125-130): o porto e vila da Praia.

Assim, podemos considerar que o longo e angustiante período de abandono dos monumentos da Ribeira Grande e, particularmente, do seu pelourinho, começou, efectivamente, nos finais do século XVIII. Tendo em consideração os séculos que passaram entre 1511 e 1962, hipotética data de criação do pelourinho e ano do início do programa de restauro do pelourinho, e a suposta inexistência de intervenções durante esse longo período, a sobrevivência deste elemento é, de facto, notável. Esta verdadeira sobrevivência ao tempo, à incúria e à acção humana, torna-se necessariamente mais interessante se tivermos em consideração o facto dos pelourinhos terem sido, ao longo da história, sistemáticos alvos de condenáveis actos destrutivos, fruto da associação popular dos mesmos ao despotismo (Cardoso, 1935, p. 5) ou, no caso do Ultramar, ao escravagismo (Carvalho, 2008, p. 38). Na verdade, a fúria destrutiva para com estes símbolos foi de tal modo grave que, em 1933, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, através do Decreto-Lei 23 122 de 11 de Outubro de 1933, ordenou a realização de um inventário como forma de chamar à atenção para o seu abandono, visando, como medida de protecção, a classificação de todos os pelourinhos como imóveis de interesse público.

Relativamente ao pelourinho da Ribeira Grande, os dois primeiros documentos que nos permitem conhecer o seu estado de conservação anterior ao programa que permitiu a sua salvaguarda, datam de 1929 e da década de 30 do século XX. Referimo-nos à fotografia datada de 1929 e publicada por Lourenço Conceição Gomes (Gomes, 2006, p. 176) exibida no ponto 2 e a uma outra divulgada por Luís Chaves em 1937 (Chaves, 1937, p. 55).

A proximidade temporal de ambas dita a semelhança das características do elemento que, naqueles momentos, denuncia a ausência evidente da plataforma ou degraus originais, substituídos por um amontoado de pedras do local, destoando, por isso, do alvo mármore. Da base quadrangular



Fig. 003 - Pelourinho da Ribeira Grande de Santiago c.1937. Fotografia de Alexandre Sarmento.

algo lascada, parte um fuste cilíndrico canelado com arestas torsas, do qual falta um pedaço de um dos blocos de mármore na parte inferior, encontrando-se, por esse motivo, desequilibrado. O capitel de tronco cónico, bem como a sua laçaria decorativa, encontra-se, aparentemente, em considerável bom estado de conservação, observação que pode, igualmente, ser feita relativamente ao remate cónico dinamizado por um estriado torcido. Além das características que podem ser depreendidas através da análise das fotografias, há a considerar, ainda, as descrições do Arquitecto Benavente, segundo o qual o capitel, em 1962, estava parcialmente mutilado (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1).

De resto, é provável que a pedra dos degraus originais tenha sido levada e utilizada pelos próprios habitantes ao longo dos tempos pois, como deu conta Luís Benavente em 1965 (Benavente, 1965, Cx. 94, Pt.605, Doc. 19), e, antes dele, o Pe. António Brásio, a “caça à cantaria” (Benavente, 1965, Cx. 94, Pt.605, Doc. 19) era prática comum:

“Como sucedeu ao célebre e imponente Coliseu de Roma, os templos da Ribeira Grande transformaram-se em pedreira pública, onde cada qual podia ir, e ia efectiva e impunemente, arrancar as pedras sagradas (...) Essas pedras venerandas por aí andam agora espalhadas e profanadas um pouco por toda a parte” (Brásio, 1960, p. 28).

3.2. O processo de restauro traçado por Luís Benavente

Este é, pois, o estado de conservação do pelourinho com o qual o Arquitecto Luís Benavente se depara na sua missão a Cabo Verde durante o ano de 1962.

Entendendo a cidade de Ribeira Grande como a primeira organizada pelos portugueses no Ultramar, não é de estranhar a inclusão do restauro do pelourinho, enquanto símbolo maior do poder municipal, e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, testemunho da obra de missão portuguesa, no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver por Benavente em Cabo Verde, dois anos após a celebração do V Centenário da Descoberta das ilhas.

De resto, é fundamental recordarmos que em 1962 o Império Português estava seriamente ameaçado, datando de 1961 a perda da Índia Portuguesa para a União Indiana, de 13 de Outubro de 1961 a carta aberta de Amílcar Cabral, líder do PAIGC, ao Governo Português, reclamando uma solução pacífica para os casos da Guiné e Cabo Verde, enquanto nesse mesmo ano ocorria a independência da Argélia, até então território francês e surgia, em Dakar, a Frente Nacional de Libertação da Guiné. Neste momento, como vimos de uma forma genérica, o Governo Português, sem ceder às pressões anticoloniais e independentistas, entendeu o património construído como elemento de memória e legitimação naqueles territórios, vendo, evidentemente, no pelourinho da Ribeira Grande um expressivo símbolo da missão civilizadora portuguesa, pois afinal:

“Pode com esta página e este acto demonstrar-se ao mundo, mais uma vez, que ninguém como nós portugueses levou a organização administrativa legada pelos romanos, tão cedo a tais paragens” (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6).

Efectivamente, o pelourinho que, em 1962, se encontraria num estado de conservação semelhante ao anteriormente descrito, foi, a par da singela igreja quatrocentista, o primeiro alvo de estudos do arquitecto português, contando, em Setembro daquele ano, já com um levantamento à escala 1/10 e noções claras do modo de intervir (Benavente, 1962, Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3).

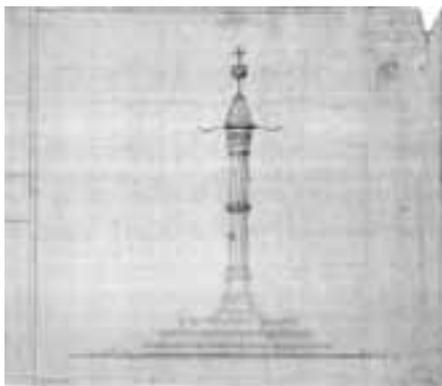


Fig. 004 - Levantamento do pelourinho, à escala 1/10, pelo Arquitecto Luís Benavente no ano de 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT 2085-DOC1.

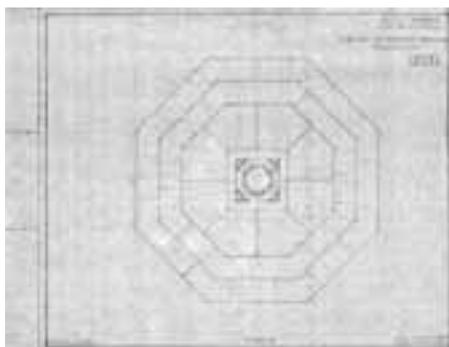


Fig. 005 - Pormenor dos degraus no levantamento do pelourinho, à escala 1/10, pelo Arquitecto Luís Benavente no ano de 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT2085-DOC2.

Neste momento, perante o estudo do pelourinho, Benavente abriu um interessante precedente, sublinhando a necessidade de levar este elemento até à Metrópole *“a fim de receber parte desaparecida do seu fuste, torso.”* (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 3). A ideia de Benavente prende-se, naturalmente, com questões práticas, uma vez que não era possível encontrar mármore na ilha de Santiago e, não menos importantes, profissionais capazes de realizar as intervenções necessárias.

Contudo, e apesar de em Setembro de 1962, o arquitecto ter, inclusivamente, traçado o projecto para a construção das embalagens necessárias ao acondicionamento e transporte

das peças e ter dado indicações precisas acerca do modo vertical como o mesmo deveria ocorrer (Benavente, 1962: Cx. 71, Pt. 493, Doc.3), a verdade é que este processo acabou por revelar-se extraordinariamente moroso, arrastando-se até 1970.

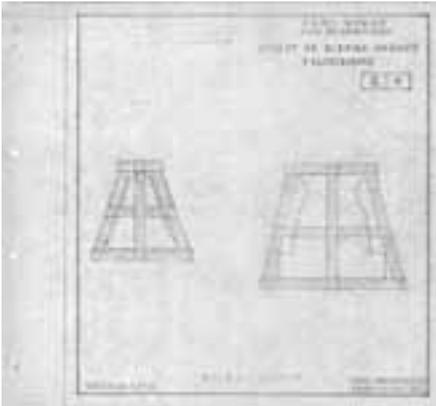


Fig. 006 - Projecto do Arquitecto Luís Benavente para as embalagens necessárias para o acondicionamento e envio do pelourinho para restauro na Metrópole, 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT497-DOC1.

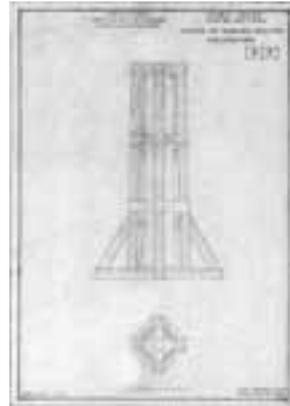


Fig. 007 - Projecto do Arquitecto Luís Benavente para as embalagens necessárias para o acondicionamento e envio do pelourinho para restauro na Metrópole, 1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT497-DOC2.

Na nossa opinião, a manifesta lentidão do desenrolar do processo deveu-se a duas condicionantes: a imensidão do trabalho que havia por desenvolver no campo da salvaguarda patrimonial em Santiago, sendo de sublinhar que, apesar do estudo e revitaliza o da Ribeira Grande ter sido *“praticamente ignorada”* (Fernandes, 1997, p. 58), o arquitecto português foi responsável pelos levantamentos da quase totalidade dos monumentos, bem como do desenvolvimento dos respectivos trabalhos de recupera o; por outro, e este será o argumento de maior peso, a falta de receptividade por parte do Ministério do Ultramar quando o Governo Provincial não tinha, naturalmente, capacidades financeiras e técnicas para levar a cabo o plano pormenorizadamente traçado por Benavente. Como corroborac o, refira-se que, em 1967, Benavente estimou que a recupera o da totalidade dos monumentos de Santiago, rondaria os 4 430 00\$00 contos (Benavente, 1967: Cx. 71, Pt. 493, Doc. 11), quando, em 1970, o Governo Provincial acedeu disponibilizar uma verba de 1 000\$00 contos (Benavente, 1970: Cx. 93, Pt. 603, Doc. 41), considerando que:

“o volume de verbas, embora necessário, é muito elevado, em especial em face da conjuntura que a Província atravessa, e carece de estudo pela Fazenda Local (o que já foi mandado fazer), Processo de DG Fazenda a despacho ministerial, mesmo na hipótese - muito pouco provável - de se poder dispor em 4 anos de tão elevada importância. Tenho pena que o Trib [sic] de contas levante tantas dificuldades, mas a Província não pode, ao longo prazo, tomar compromissos com despesas de tanto vulto” (Benavente, 1970: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 34).

Como forma de criar uma situação financeira mais favorável à concretização do plano de salvaguarda patrimonial traçado pelo arquitecto, este procurou, com o apoio e auxílio do Governador Provincial, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que, desde 1958, se mostrou receptiva ao financiamento e disponibilização de apoio técnico para obras de restauro de monumentos portugueses ultramarinos². No entanto, apesar de ter exposto o seu programa à Fundação, através do envio de um relatório em 1965³, não houve qualquer tipo de contribuição (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 32).

Deste modo podemos, seguramente, afirmar que a questão financeira, a par da anteriormente referida situação política, se revelou um enorme entrave ao desenvolvimento do programa gizado por Luís Benavente para a recuperação do património histórico-artístico de Cabo Verde.

Simultaneamente, e não menos importante, estando naturalmente relacionado com os problemas financeiros e técnicos, refram-se as dificuldades tidas entre 1962 e a década de 70, no que concerne à contratação de um encarregado de obras que possibilitasse, concomitantemente, o andamento dos trabalhos e a ausência do arquitecto. A saga da contratação de um chefe de trabalhos começou em 1969, momento em que as condições estão, finalmente, reunidas para o início dos trabalhos de restauro, surgindo como principais dificuldades o facto de ninguém se disponibilizar para ir para Cabo Verde ou exigirem vencimentos demasiado altos (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 21). Como resposta a este cenário desolador, Luís Benavente, familiarizado com o Ministério das Obras Públicas desde 1934, acaba por sugerir a adopção do método utilizado pela DGEMN: a adjudicação através de um concurso (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 30).

No entanto, como referimos anteriormente, o arquitecto defendeu, desde o seu contacto inicial com o pelourinho, o envio deste para a Metrópole de modo o proceder às intervenções necessárias. Vejamos o modo como este processo se desenrolou.

Perante a proposta de Luís Benavente, relativa ao envio do pelourinho para a Metrópole, o Governador de Cabo Verde, Silvano Silvério Marques, aprovou a medida e as peças de cantaria foram cuidadosamente embaladas (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 13), como vimos, nos caixotes gizados pelo próprio arquitecto. Os três caixotes com duas partes da coluna e o capitel, num conjunto de treze que constituiu a primeira remessa de obras remetidas de Cabo Verde para a Metrópole a fim de serem recuperadas (Benavente, 1962: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 11), foram enviados através no vapor Alfredo Silva, para a Junta de Investigações do Ultramar, a 1 de Novembro de 1962 (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 17). Com o levantamento gráfico do pelourinho plenamente realizado e as peças de cantaria já em Lisboa, o trabalho de restauro foi adjudicado aos Irmãos Baptista Lda, empresa de Pero Pinheiro. A escolha destes especialistas para procederem a uma obra de tal relevância, mas sempre segundo “desenhos e condições expostas” (Benavente, 1963: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 29) pelo Arquitecto Benavente, parece-nos óbvia, estando relacionada com a sua experiência e, não menos importante, a qualidade do mármore de Pero Pinheiro. No entanto, apesar das propostas dos Irmãos Baptista Lda. datarem de 1963, parece-nos que os trabalhos de restauro só terão começado, realmente, no ano de 1965, isto porque num relatório de 24 de Junho

2 A Fundação Calouste Gulbenkian começou a prestar apoio financeiro e técnico para os monumentos portugueses ultramarinos a partir do ano de 1958. A primeira demonstração de interesse ocorreu nesse mesmo ano com a beneficiação do Forte de Jesus, em Mombaça. Nesta ocasião foram enviados para estudar o monumento Charles Boxer (1904-2000) e Carlos de Azevedo (1918-).

3 O relatório foi recebido pela Fundação Calouste, encontrando-se actualmente arquivado com a referência 56/68; Coop. 4502.

de 1965, Benavente apresenta uma estimativa dos custos envolvidos – 4.500\$00 (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1) – e alude, ainda, ao estado de mutilação do pelourinho:

“A ‘caixa’ encontra-se em mau estado, porém utilizável, estando a parte superior e o capitel parcialmente mutilados, possivelmente devido a queda. À coluna falta-lhe uma parcela da sua metade inferior que terá de ser reconstituída, apenas e onde unicamente necessário.” (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1)

Todavia, a 4 de Outubro de 1965, o arquitecto responsável pela orientação dos trabalhos, refere, em carta ao Governador de Cabo Verde que: *“Vão adiantados os trabalhos de recuperação especialmente do pelourinho que já visitei duas vezes e está praticamente pronto”* (Benavente, 1965: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 19).

Tendo em consideração as questões financeiras anteriormente referidas, parece-nos que, também neste caso, estas influenciaram, a par da burocracia e da situação política, o andamento dos trabalhos, até porque apesar de Benavente ser o responsável pelo projecto de restauro do pelourinho, o Governo de Cabo Verde, financiador, exigira que nenhum compromisso “com quaisquer despesas” (Benavente, 1962: Cx. 72, Pt. 497, Doc. 17) fosse assumido sem consulta prévia. Igualmente moroso e, mesmo, polémico, foi o regresso do pelourinho e das restantes imagens enviadas para restauro na Metrópole, à Ribeira Grande. Efectivamente, passaram-se oito anos entre o envio e regresso do pelourinho, cujo restauro estava concluído em Abril de 1969 (Benavente, 1969: Cx. 94, Pt. 603, Doc. 14). Conforme informou o próprio Arquitecto Luís Benavente, em resposta a um pedido do Ministro do Ultramar, a morosidade de todo este processo prendeu-se, também, com o desejo, manifestado desde 1963 (Benavente, 1963: Cx. 105, Pt. 675, Doc. 24), de ser organizada uma exposição. Ora esta exposição, na habitual linha nacionalista e propagandista do regime, teria como objectivo, naturalmente, divulgar a obra de salvaguarda patrimonial que se estava a levar em Cabo Verde, pois afinal:

“politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver” (Salazar, 1933, p. 259).

A concretização desta demonstração de valorização do património português de Cabo Verde em Lisboa, capital do contestado Império Ultramarino, revestir-se-ia, sem dúvida, de uma enorme importância, testemunhando, simultaneamente, a secularidade da presença lusitana naquelas ilhas e a continuação da sua missão de civilização. Contudo, esta exposição teria, ainda, maior expressividade se o convite dirigido por Bento Levy (1911-) a Oliveira Salazar (1889-1970) (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6), tivesse sido recebido positivamente. Efectivamente, tomando conhecimento do convite dirigido pelo deputado ao Presidente do Conselho, o Arquitecto Benavente, imbuído de um notório espírito nacionalista, traçou imediatamente um plano que incluía a realização de uma exposição em Cabo Verde, a inauguração do pelourinho restaurado, a emissão de selos comemorativos, a realização de conferências diversas e, ainda, a curiosa criação, numa escala reduzida, de reproduções do pelourinho “para ser editada como lembrança ou recordação” (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 6). No entanto, a exposição dos bens restaurados acabou por não ser concretizada, na Metrópole nem na Província, devido à compreensível insistência de Cabo Verde em reaver o pelourinho, deslocado desde 1962, e, claro, à não concretização da viagem de Oliveira Salazar ao arquipélago. A 5 de Agosto de 1970, os vinte e dois volumes (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 15)

contendo o pelourinho restaurado pelos Irmãos Baptista Lda., segundo projecto do Architecto Benavente e por um valor total de 21.370\$00 acrescido de despesas de deslocação e encaixotamento (Benavente, 1970: Cx. 152, Pt. 1221, Doc. 24), foi, finalmente, entregue ao despachante Domingos Garcia (?-?), da Junta das Investigações do Ultramar, entidade responsável pelos pagamentos e transferências. Condicionado pelas possibilidades das carreiras marítimas, o pelourinho partiu, no vapor Braga, para a ilha de Santiago apenas a 1 de Novembro de 1970 (Benavente, 1965: Cx. 94, Pt. 605, Doc. 19).

Seguindo as indicações do architecto Benavente, houve ainda necessidade de preparar o local de colocação do pelourinho, fortalecendo as fundações, e procedendo ao posterior empedramento do local. Já para erguer o fuste de mármore com cerca de quatro metros de altura e uma tonelada de peso, e proceder ao seu coroamento com o capitel, foi necessário:

“deitar mão de uma trempe de elevar os transformadores da electricidade a qual devido à sua falta de altura para o presente caso, foi necessário calçar posteriormente para o desempenho da sua missão.” (Benavente, 1969: Cx. 105, Pt. 674, Doc. 76).



Fig. 008 - Montagem do pelourinho na Ribeira Grande após o restauro na Metrópole, 1970. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX98-PT-639-DOC90.

nova parcela, abaixo do anel lavrado, que veio substituir o pedaço quebrado que desequilibrava toda a peça. A pinha superior, cónica e também ela com caneluras torsas, que se encontrava mutilada, foi igualmente intervencionada, recebendo, ainda, dois ferros cruzados e, no topo, uma grimpa com esfera armilar encimada por uma cruz de Cristo, símbolos maiores do Império Português e da sua missão de civilização. Além destes trabalhos em ferro, foi, ainda, reproduzida a característica argola, colocada ligeiramente abaixo do anel que cinta o fuste. Com a inclusão destes elementos em ferro, realizados pela Empresa Metalúrgica Lisbonense (Benavente, 1965: Cx. 105, Pt. 670, Doc. 3), o architecto devolveu ao pelourinho, de forma integral, as suas características estéticas e práticas que permitiam, no cumprimento da justiça por parte do município, o castigo dos criminosos amarrados e açoitados (Chaves, 1948, p. 5).

Perante as propostas e orçamentos dos Irmãos Baptista Lda., dos levantamentos de Luís Benavente e das fotografias da época, constatamos que os três degraus octogonais do pelourinho, foram totalmente criados de raiz, substituindo outros, quadrangulares, que, em determinado momento do século XX, terão sido colocados. Sobre estes elegantes degraus surge a base, totalmente nova, que substitui a caixa anteriormente lascada. Daqui parte o fuste cilíndrico com caneluras torsas, no qual é evidente uma



Fig. 009 - O pelourinho da Ribeira Grande após o restauro na Metrópole, 1970. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX98-PT-639-DOC87.

Para terminar esta análise do processo de restauro desenvolvido, por Luís Benavente, entre 1962 e 1970, refira-se que o arquitecto não só demonstrou (Benavente, 1965: Cx. 152, Pt. 1220, Doc. 1), ao longo de todo o percurso, o desejo de seguir os princípios orientadores da Carta de Veneza para a conservação e restauro de monumentos e sítios, como efectivamente os seguiu. A obediência aos princípios orientadores mais relevantes daquele documento de 1964, em cuja redacção Luís Benavente participou, reflecte-se, imediatamente, com o entendimento do pelourinho como monumento, obra modesta de grande significado cultural (Fernandes, 1997, pp. 69-71), e como parte de um sítio meritório de classificação (*idem, ibidem*, pp. 69-71), mas, também, na preocupação com a realização de estudos históricos e escavações prévias (*idem, ibidem*, pp. 69-71), com a necessidade de devolvê-lo ao seu local, ao invés de deixá-lo na Metrópole (*idem, ibidem*, pp. 69-71), e com a documentação, através de desenhos, relatórios e fotografias, de todas as fases do processo de restauro (*idem, ibidem*, pp. 69-71)

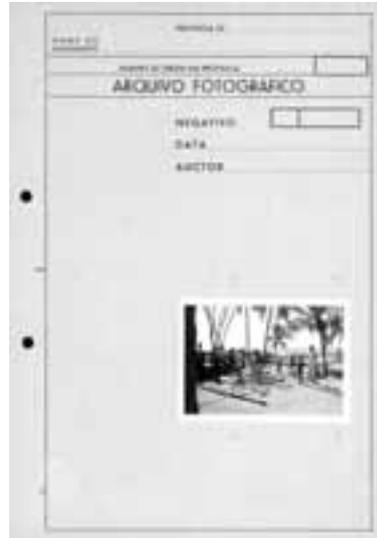


Fig. 010 - Registo fotográfico da montagem do pelourinho na ficha de inventário criada por Luís Benavente. Documento cedido pelo ANTT, PT-ANTT-LB-CX117-PT797-DOC1.

3.3. Os reflexos do restauro do pelourinho

Se, por um lado, o regime salazarista imbuído da sua ideologia nacionalista e colonial procurou, em períodos de contestação, sublinhar a legitimidade da presença portuguesa nos territórios ultramarinos através da recuperação e valorização do património histórico-artístico, eloquentes testemunhos memoriais de uma história secular, situação semelhante teve lugar após a independência daqueles locais.

Na verdade, assumindo o significado dos monumentos portugueses como algo mais do que construções mais, ou menos, modestas em pedra, os movimentos independentistas procuraram, também eles, justificar as suas pretensões através de acções que envolveram, de forma evidente, o património material. Assim se explica, por exemplo, a destruição ou desaparecimento, em 1975, do monumento ao Infante D. Henrique de Maputo, a deslocação da estátua de Sá da Bandeira da Praça Nova do Mindelo, a remoção das estátuas de Diogo Gomes, Nuno Tristão e Honório Barreto de Bissau, o desaparecimento da estátua de Luís de Camões no Lobito, a deslocação da estátua de Vasco de Gama na Ilha de Moçambique, o apeamento do monumento a António Ennes em Maputo, entre outros casos (Loureiro, 2006).

Curiosamente, durante as lutas pela independência lideradas pelo PAIGC e, mesmo, após o final de submissão a Portugal a 5 de Julho de 1975, o pelourinho não foi manifestamente afectado. Na verdade, como se pode depreender pela documentação fotográfica, o único elemento visado durante este processo foi aquele que, de forma mais evidente, recordava o imperialismo português ultramarino: a esfera armilar encimada pela cruz de Cristo. Ainda assim, o elemento em ferro forjado projectado por Luís Benavente nos anos 60 do século XX, não se perdeu, tendo sido conservado nos armazéns do Instituto da Investigação e do

Património Culturais (IIPC) de Cabo Verde (Brito, 2009, p. 15). Deste modo, tal como se pode observar actualmente, foi possível dotar o pelourinho, novamente, com a sua esfera armilar coroada pela Cruz de Cristo, contando, também, com um conjunto de correntes suspensas por ferros, uma forma de assegurar a conservação permanente deste monumento integrado no conjunto da “Cidade Velha” de Santiago.



Fig. 011 - Pormenor da esfera armilar coroada pela Cruz de Cristo, projecto de Luís Benavente, c.1962. Documento cedido pelo ANTT, PT-TT-LB-PT2085-DOC3.

Fig. 012 - Esfera armilar nos armazéns do IIPC para o processo de recuperação e recolocação. Fotografia de Martinho Robalo.

Fig. 013 - Vista da antiga cidade da Ribeira Grande a partir da Fortaleza Real de S. Filipe. Fotografia da autora.

Fig. 014 - O pelourinho como local de encontro da população local. Fotografia da autora.

Resta, ainda, referir que após o processo de restauro desenvolvido entre 1962 e 1970, o pelourinho voltou a ser intervencionado, desta feita em 2005. Esta intervenção, cuja concretização passou pela limpeza geral com jacto de areia (Brito, 2009, 15), método demasiado agressivo tendo em consideração a natureza do lioz, foi concretizada no âmbito das quatro fases de restauro desenvolvidas no momento da cooperação entre o Gabinete da Salvaguarda do Património e Espanha.

Esta intervenção e outras nos restantes monumentos da Ribeira Grande da Ilha de Santiago, todas elas realizadas, entre 1999 e 2004, com a cooperação de Portugal ou de Espanha, visaram e culminaram num momento fundamental para a história do local e, conseqüentemente, do elemento em estudo: a proposta e classificação da Cidade Velha como Património Mundial. O pelourinho faz parte, evidentemente, da proposta submetida à UNESCO em Janeiro de 2008, sendo descrito como:

“le plus petit des monuments de Cidade Velha est également l'un des plus significatifs, car il rappelle l'époque où les esclaves récalcitrants étaient publiquement châtiés. Construit en pierre au début du XVI siècle (1512 ou 1520), ce pilori en marbre blanc était le symbole du pouvoir municipal et de la sévérité de l'ordre esclavagiste. De style manuelin, il trône au centre de la place centrale. Ce témoignage a survécu au temps et fut l'un des premiers à bénéficier d'une restauration, vers la fin des années 1960” (Carvalho, 2008, p. 38).

Mais adiante, no capítulo relativo aos critérios segundo os quais a proposta é inscrita, refere-se, no âmbito do critério VI, relativo à associação dos bens com tradições vivas, ideias ou crenças, ou a obras artísticas e literárias de qualidade excepcional, que:

“le Piloni, monument apparu en Europe Méditerranéenne au Moyen-âge pour réprimer de forme exemplaire et spectaculaire les membres du Tiers-état cherchant à défier le pouvoir ecclésiastique et monarchique, arrive pour la première fois au sud du Sahara à Cidade Velha pour cette fois-ci réprimer les esclaves les plus récalcitrants. De là, l'exemple sera transféré au Brésil et plus tard vers les Caraïbes” (idem, ibidem, p. 57).

Ora, na nossa opinião, parece-nos que, nesta proposta, foi por demais valorizada a questão da associação do pelourinho ao escravagismo, realidade inegável na História de Cabo Verde (Albuquerque e Santos, 1995, pp. 17-76), em detrimento do seu primeiro significado enquanto símbolo da administração municipal e jurídica. Esta seria, a nosso ver, uma questão que merecia ser frisado de modo distinto, sublinhando-se, nesta ocasião, a ancestralidade da Cidade Velha enquanto primeira cidade criada pelos portugueses além-mar, dotada, como dá conta o pelourinho, de autonomia municipal.

Ainda assim, a Cidade Velha foi, com mérito, classificada Património Mundial, sublinhando-se, na avaliação da proposta submetida por Cabo Verde a indubitabilidade da sua autenticidade, para a qual terá contribuído o restauro do pelourinho, coordenado por Luís Benavente, *“carried out with a degree of respect for authenticity wich has been judged to be mediocre”* (UNESCO, 2009, p. 32). Esta classificação realizada pelo ICOMOS em 1992, segundo nos parece, tendo em consideração as parcas informações conhecidas à época (e mais recentemente) do processo de restauro em causa, parece-nos excessivamente negativa, como demonstrámos ao longo deste estudo. A propósito desta questão, a própria UNESCO defende que *“it must be admitted that this save the monuments from definitive ruin.”* (idem, ibidem, p. 32)

Para terminar, parece-nos fundamental sublinhar o facto do restauro levado a cabo pelo Arquitecto Luís Benavente, entre 1962 e 1970, segundo não apenas os preceitos da época mas, também, preconizando os princípios orientadores da Carta de Veneza, ter contribuído, inegavelmente, para a valorização do património histórico-artístico de Cabo Verde.

A importância deste programa traçado, obviamente, dentro da linha de acção de um regime nacionalista e imperialista, sai, manifestamente, valorizada se tivermos em consideração o seu enquadramento. Na verdade, o restauro do pelourinho da Ribeira Grande foi o primeiro e único que o arquitecto, fruto de problemas financeiros, burocráticos e políticos, conseguiu concretizar na totalidade nas ilhas de Cabo Verde, perfilando-se hoje como testemunho de um programa internacionalmente inovador que pretendia valorizar os monumentos portugueses ultramarinos.

A consagração da Cidade Velha como Património Mundial é, sem dúvida, a derradeira demonstração da importância do projecto traçado por Luís Benavente que foi, de resto, o primeiro a propor a classificação do todo como monumento nacional (Benavente, 1971: Cx. 116, Pt. 777, Doc. 13).

Conclusão

O estudo do processo de restauro do pelourinho da cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago, em Cabo Verde, reveste-se de uma importância incontornável para o conhecimento e compreensão do programa desenvolvido, entre 1958 e 1974, para a reabilitação e valorização do património português ultramarino. A incontornabilidade deste caso de estudo prende-se, como procurámos demonstrar, com as questões por ele levantadas ao longo da

sua concretização, ao nível de metodologia a seguir e, não menos importante, enquanto reflexo de um contexto político, económico e cultural muito concreto.

Apesar da abrangência e dinamismo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Metrópole e da actividade desenvolvida, desde cedo, ao nível da arquitectura e urbanismo nos territórios portugueses ultramarinos pela Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, a verdade é que, até perto dos anos 60 do século XX, havia uma quase total ausência de capacidade centralizadora ao nível do restauro dos monumentos do além-mar.

Neste sentido, como vimos, uma série de factores contribuíram para o desenvolvimento de uma área cujo florescimento, dado o estado de conservação daquele património secular, urgia. Em primeiro lugar, a ideologia nacionalista do Estado Novo implicava, consequentemente, a necessidade de valorização da História de Portugal, cujos testemunhos mais eloquentes e grandiosos eram, sem dúvida, os monumentos. Seguidamente, a ideia de império era, indubitavelmente, uma das questões chaves da ideologia do regime, entendendo-se a autoridade portuguesa sobre os territórios ultramarinos descobertos e colonizados a partir do século XV, como algo de incontestável. Finalmente, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas, assistiu-se, de forma paulatinamente mais aguerrida, à contestação internacional do colonialismo e, no caso de Cabo Verde, ao surgimento da luta pacífica e, depois, armada, liderada pelo Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, criado em 1958.

Se por um lado considerámos estes três factores como aqueles que mais contribuíram para o arranque do programa conducente ao restauro do pelourinho da Ribeira Grande, não podemos deixar de notar a existência de barreiras justificadoras do atraso daquele. Tendo em consideração a existência desde 1895, 1922 e 1943, de comissões provinciais de monumentos na Índia Portuguesa, Angola e Moçambique, respectivamente, parece-nos que o grande factor determinante deste atraso deveu-se, sobretudo, às dificuldades impostas a um movimento de centralização, nomeadamente por questões financeiras e administrativas que se prenderam, sobretudo, com a extraordinária extensão e variedade dos territórios em causa. Ora, é exactamente neste contexto político e cultural que vemos surgir, no ano de 1958, o Decreto n.º 41: 787, através do qual o Governo veio, finalmente, incumbir a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos. A criação deste decreto reveste-se, na nossa opinião, de uma importância incontestável, uma vez que este permitiu, apenas um mês depois, o arranque do programa de salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino, cujo início dar-se-ia com a ida do Arquitecto Benavente para S. Tomé e Príncipe.

Este primeiro contacto do Director do Serviço de Monumentos Nacionais em comissão eventual no Ministério do Ultramar, revelar-se-ia de uma importância extraordinária, sobretudo porque o contacto com os monumentos daquelas ilhas permitiu ao arquitecto traçar um programa que acabaria por se prolongar até à queda do regime. Efectivamente, foi esta primeira experiência e, naturalmente, a abertura do Ministério do Ultramar, que levou Luís Benavente a apresentar, logo em 1960, uma proposta de inventário, classificação, recuperação e valorização dos monumentos portugueses de além-mar. Entendendo, correctamente, que o inventário seria obrigatoriamente o primeiro passo, uma vez que não é possível proteger o desconhecido, o arquitecto dirigiu às províncias ultramarinas um questionário com aquele fim.

No entanto, aparentemente pelo facto do desconhecimento ser, inclusivamente local, ou devido à prévia existência de comissões de monumentos desinteressadas de uma actividade centralizadora, Cabo Verde foi, na realidade, a única província a responder ao repto.

Deste modo podemos, desde já, reconhecer a Luís Benavente um papel de grande importância no âmbito da promoção, agitação e intensificação de uma consciência patriomonal naquele arquipélago do Oceano Atlântico, ao qual o arquitecto chegou em 1962. Perante uma variedade notável de monumentos na ilha da Santiago, entre os quais se encontravam, sobretudo, igrejas e fortes, testemunhos da missão civilizadora defendida no passado e no presente, o pelourinho da Ribeira Grande, provavelmente devido ao seu estado de ruína e menor complexidade de acção, foi o primeiro monumento a ser intervencionado. Símbolo de justiça e da organização municipal, o pelourinho fustigado pelo tempo, incúria e acção humana, foi levantado e restaurado graficamente, logo em 1962, para, um ano depois, ser transportado para a Metrópole, local do qual viera fisicamente e simbolicamente no século XVI.

A intervenção gizada pelo Arquitecto Luís Benavente e executada pelos Irmãos Baptista Ld^a de Pero Pinheiro revelar-se-ia, como vimos, extraordinariamente morosa. Tendo em consideração o contexto político e económico, bem como os testemunhos de Luís Benavente e dos Governadores de Cabo Verde, somos da opinião que esta demora se deveu, sobretudo, à falta de liquidez da província, detentora do monumento. Esta falta de liquidez financeira, a par das constantes barreiras burocráticas que dificultavam as viagens do arquitecto a Cabo Verde, acabaria por reflectir-se, de forma evidente, na relação entre programa traçado e efectivamente concretizado, com restauros a decorrerem, num espaço de dez anos, apenas no pelourinho, igreja de Nossa Senhora do Rosário, fortaleza Real de S. Filipe e em algum património móvel.

Quanto à metodologia utilizada ao longo de todo o percurso, após a análise da documentação e do próprio monumento, podemos considerar que esta decorreu segundo as orientações da Carta de Atenas, documento no qual Luís Benavente participou enquanto redactor no ano de 1964. A título de exemplo, veja-se o modo como todo o processo foi documentado, por textos, projectos e fotografias, o próprio entendimento do pelourinho, obra artisticamente modesta, como monumento e, acrescido, do facto de ser entendido como parte de um sítio, a Ribeira Grande, que deveria também ele ser classificado.

De resto, não podemos deixar de sublinhar o facto deste monumento, intervencionado por um técnico ao serviço do regime, em monumento de plena actividade do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, ter resistido ao período de transição da administração portuguesa para a independência do arquipélago. Na verdade, como vimos, não houve qualquer tipo de delapidação posterior a este processo, como aconteceu com outros monumentos em diversas ex-colónias, assistindo-se apenas, por momentos, ao apeamento da esfera armilar e cruz de Cristo que coroavam a obra, símbolo mais óbvio do imperialismo português.

Para concluir, não podemos deixar de sublinhar a inegável importância deste programa de restauro que, independentemente das motivações políticas e ideológicas, evitou aquela que seria uma lamentável perda deste pelourinho. Mais do que evitar o desaparecimento, a intervenção levada a cabo entre 1962 e 1970, contribuiu, de forma incontestável, para o reconhecimento da Cidade Velha como Património Mundial, no ano de 2009.

Fontes e Referências bibliográficas

A) Fontes

1. Fontes Escritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Arquivos de Pessoas Singulares, Fundo Luís Benavente.

2. Fontes Imprensas/Artigos em Periódicos

BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, (24 de Maio de 1922), Série 1.

BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE, (20 de Fevereiro de 1943), Série 1.

Brásio, Monumentos Sacros de Santiago, (1960), Cabo Verde, Praia, n.º 130, pp. 28 a 31

Chaves, Luís, Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar, (1938), *O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literaturas Coloniais*, n.º 51, pp. 129 a 136, il. Por Além-Mar – Pelourinhos de África, Feira da Ladra, (1937), vol.III, pp. 53 a 56., il.

Gomes, Lourenço Conceição, O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde, (2006), *Ciências Humanas em Revista*, v.4, n.º 2, pp. 169 a 183, il.

Milheiro, Ana Vaz & Dias, Eduardo Costa, *Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)*, (2009) *Arq.urb*, n.º 2/segundo semestre, pp. 80 a 114, il.

Neto, Maria João Baptista, *Monumentos Nacionais – Memória, Propaganda e Poder (1929-1960)*, (2001), *Propaganda e Poder – Congresso Peninsular de História da Arte*, pp. 429 a 450, il.

Rodrigues, Adriano Vasco, Pelourinho da Cidade Velha, (2001), *Revista Africana*, n.º 6 – especial, pp. 155 a 157, il.

Salazar, António de Oliveira, *Propaganda Nacional*, (1933), *Discursos*, vol.I (1928-1934), Coimbra: Coimbra Editora, p. 259.

Salema, Vasco da Costa, Pelourinhos e Aquarelas, (1997), *Estudos de Castelo Branco*, p. 15.

B) Referências bibliográficas

Albuquerque, Luís & Santos, Maria Emília Madeira, coord., *História Geral de Cabo Verde*, (1991 e 1995) Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 2 vols.

Brásio, António, *Monumenta Missionária Africana*, (1963-2004), Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, 6 vols.

Cardoso, Nuno Catharino, Pelourinhos demolidos, (1935), Lisboa: Edição do Autor, p. 16, il

Chaves, Luís, Pelourinhos do Ultramar Português, (1948), Lisboa, Agência Geral das Colónias, p. 139, il.

- Fernandes, José Manuel, coord., Luís Benavente – arquitecto, (1997), Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, p. 158, il.
- Ferro, António, *Entrevistas a Salazar*, (2007), Lisboa: Parceria A.M. Pereira, p. 261, il.
- Mattoso, José, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, (2010), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 655, il.
- Medina, João, *Portuguesismo(s) (Acerca da Identidade Nacional)*, (2006), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 543, il.
- Neto, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, (1995), tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol.1, p. 688.

C) Web

- Brito, Martinho Robalo, “A Interpretação do Património Cultural – Pelourinho ou Picota da “Cidade Velha” Património da Humanidade”, 2009, site do Instituto da Investigação e do Património Culturais: http://www.iipc.cv/ficheiros/2_artigo_Martinho.pdf, consultado a 8 de Dezembro de 2011.
- Carvalho, Carlos, coord., *Cidade Velha: Centre historique de Ribeira Grande, Cap Vert – Proposition d’inscription sur la Liste du patrimoine mondial*, 2008, Ministério da Cultura de Cabo Verde, Praia, site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 7 de Agosto de 1958, I Série, site Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1958/08/17200/07560761.pdf>, consultado a 13 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 29 de Junho de 1957, I Série, site do Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1957/06/14801/06710686.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- DIÁRIO DO GOVERNO, 7 de Janeiro de 1936, I Série, site Diário da República Online: <http://dre.pt/pdfsdisip/1936/01/00500/00090036.pdf>, consultado a 14 de Dezembro de 2011.
- Loureiro, João, “Património e Memória – Facetas relevantes de Portugal no Mundo”, 2006, Alameda Digital: http://www.alamedadigital.com.pt/n1/patrimonio_e_memoria.php, consultado a 11 de Dezembro de 2011.
- UNESCO, Advisory Body Evaluation – Cidade Velha, UNESCO World Heritage Centre, 2009, site da UNESCO: http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1310.pdf, consultado a 14 de Dezembro de 2011.

Notas de Leitura

Handwritten text in Arabic script, likely a religious or historical document. The text is densely packed and written in a cursive style. Key phrases are difficult to discern due to the overlapping lines and dense handwriting, but some legible words include:

- اللهم صل على محمد
- وآله الطيبين الطاهرين
- الذين هم خلائفك
- وورثتك في كل عصر
- وسنة

Magie, Médecine, Missions, Saudades, Scandales et Sympathie

René Pélissier

p. 251-268

Dans l'ordre alphabétique français des thèmes traités, mais dans le désordre qu'impose la ventilation géographique venant bousculer cette boiteuse allitération. Commençons donc par les douleurs.

GÉNÉRALITÉS ET REGROUPEMENTS DE PLUSIEURS PAYS

L'euphorie s'est-elle évanouie dès les années 1980 ou plus tôt encore? On ne sait pas, mais lorsqu'il s'agit de publier un livre sur le résultat de leurs travaux, la vie est devenue difficile pour la plupart des jeunes ou moins jeunes politologues africanistes de langue anglaise. Ils sont beaucoup trop nombreux et, sauf exceptions louables, les éditeurs ne veulent plus investir dans des volumes «pointus» concernant tel ou tel pays plus ou moins obscur. Les comptables ont donc intronisé le concept du saupoudrage géographique ou thématique que l'on justifie par la nécessité du comparatisme. C'est désormais admis et, accessoirement, cela facilite la carrière des maîtres d'œuvre de ces textes collectifs. Tout, d'ailleurs, n'est pas négatif dans cette mode qui permet de surmonter le cloisonnement des ultra-spécialités et de mettre le pied à l'étrier à des débutants ou des malchanceux.

NEGOTIATING STATEHOOD¹ est un bon exemple de cette tendance. En piochant dans les travaux fournis par des experts de huit pays dont certains – tels la Guinée ou la Côte d'Ivoire – ne mobilisent vraiment pas les foules anglophones, les deux directeurs s'efforcent de nous révéler comment l'Etat africain et les acteurs non-étatiques qui en dépendent ou le subissent façonnent ou essaient de façonner des pays qui n'ont pas encore eu le temps de consolider une identité véritablement nationale. En fait, si nous avons bien compris, grâce aux études empiriques ou analytiques ici présentées, il s'agit de dire pourquoi et par qui l'hégémonie de l'Etat centralisateur est contestée ou subvertie par ceux qui veulent une part croissante du gâteau, en mettant en avant les bienfaits d'une plus grande autonomie locale ou sectorielle. Derrière ce paravent, s'exhalent trop souvent les parfums du tribalisme, pudiquement rebaptisé ethnicité par certains gourous. On voit donc défiler, selon les huit pays examinés, des cohortes de politiciens professionnels, de fonctionnaires, d'hommes d'affaires, de diplomates, de syndicalistes, de religieux, d'ONG et, beaucoup plus dangereux, de militaires avides. On recommandera le chapitre sur la région frontalière, aux confins du Congo «démocratique»

1 Tobias HAGMAN & Didier PÉCLARD (directeurs), NEGOTIATING STATEHOOD. DYNAMICS OF POWER AND DOMINATION IN AFRICA, Chichester, Wiley Blackwell, 2011, VIII-230 p.

et de l'Ouganda. Autre groupe de pression, celui des anciens combattants. On les voit, par exemple, se tailler des niches dans l'appareil répressif de la Namibie en s'agrippant aux souvenirs mythifiés et édulcorés de la guerre de libération conduite par le parti au pouvoir. Plus préoccupants à terme sont les problèmes posés par les appartenances ethniques entre Oromos et Somalis, dans une Ethiopie devenue fédérale. La reconfiguration politique en Côte d'Ivoire septentrionale est sobrement analysée par un Suisse alémanique dépourvu, semble-t-il, des partis pris hexagonaux. Moins familière des Lusophones et des Francophones, peut-être, est la situation d'un Etat *de facto*, le Somaliland, créé en 1991 qui, tout en étant non reconnu, est en train de constituer, dans une apparence de stabilité, une amorce de coagulation des clans qui l'habitent.

Les PALOP sont bien représentés par deux contributions. La première concerne l'Angola et l'émergence d'associations d'élites régionales dans le processus de transition politique, notamment dans la Lunda, au Cubango et chez les Nyaneka-Humbi. Les pages 105-113 éclairent des groupements méridionaux (surtout dans la province de la Huíla et dans le Sud-Est). Le Mozambique a droit à une vingtaine de pages sur le FRELIMO et la stratification sociale après le «socialisme».

Des tiraillements de la modernisation à marches forcées (deux générations à peine) de l'Etat et des sociétés qu'il est censé représenter, passons aux douleurs corporelles avec AFRICA IN THE TIME OF CHOLERA² dont le titre doit être entendu dans le sens littéral et médical du terme. La vie n'est pas non plus un long fleuve tranquille pour les historiens africanistes anglo-américains. Il y a une vingtaine d'années on en comptait au moins 2.000 aux Etats-Unis. La course à l'originalité est donc primordiale pour leur survie professionnelle. Avec l'étude épidémiologique d'Echenberg, nous suivons les ravages opérés par le choléra en Sénégal, en Ethiopie et à Zanzibar entre 1821 et 1894, puis en Afrique du Nord (Tunisie, 1835-1868; Egypte, 1823-1947) et finalement par la septième pandémie, de 1971 à nos jours, qui semble être l'une des plus sévères, car elle est devenue continentale, alors que l'on connaît depuis longtemps les origines de la maladie et les moyens de s'en prémunir et de la vaincre. Entre 1971 et 1990, l'Afrique enregistre 475 000 cas; de 1991 à 1997, 781 000 cas et 44 353 morts; de 1998 à 2005, 1 178 000 cas et 36 780 morts; de 2006 à 2009, 807 000 cas et 20 327 morts. L'explosion démographique, l'effondrement des systèmes locaux de prévention, les guerres, etc., sont plus forts que les fantomatiques services sanitaires, même dans des pays avancés comme l'Afrique du Sud. En 2006, l'Angola dénombre 2.722 morts, mais colonialisme ou «socialisme», le Mozambique est aussi frappé par la septième pandémie en septembre 1973, à Beira. Et la pauvreté, qui affecte les nouvelles concentrations urbaines, nées de l'exode rural, ne fait qu'aggraver le panorama. L'écologie locale, les déplacements de populations, les inondations, etc., justifient que l'auteur consacre au Mozambique une section (pp. 134-139) spécifique. Et une autre (pp. 160-162) à l'Angola devenu pourtant riche, mais pas pour les Angolais de base.

Passons ensuite à un autre genre de scandale grâce à une virulente dénonciation par deux journalistes, dont le sous-titre de leur livre-enquête délimite bien la cible. LE SCANDALE DES BIENS MAL ACQUIS³ se concentre en effet sur trois présidents d'Etats africains (Gabon, Congo-Brazzaville, Guinée équatoriale) et leur entourage, poursuivis en France pour

2 Myron Echenberg, AFRICA IN THE TIME OF CHOLERA. A HISTORY OF PANDEMICS FROM 1817 TO THE PRESENT, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, XVI-p. 208, photos noir et blanc.

3 Xavier Harel & Thomas Hofnung, LE SCANDALE DES BIENS MAL ACQUIS. ENQUÊTE SUR LES MILLIARDS VOILÉS DE LA FRANÇAFRIQUE, Paris, La Découverte, 2011, p. 237.

avoir détourné à leur profit des sommes colossales dont ils ont investi dans l'immobilier une partie en France. A notre avis, ils n'auraient pas dû s'arrêter en chemin, et c'est à la quasi-totalité des chefs d'Etat africains depuis l'indépendance qu'ils auraient dû s'en prendre. Seulement, un Robert Mugabe, un Menguistu, un Nino Vieira, etc., ne disent rien à la majorité des Français alors qu'un Omar Bongo, «faiseur de rois» (à défaut d'être un rain-maker nécessaire), était au cœur même de la politique hexagonale, puisque de ses valises bourrées de billets de banque, il appuya à peu près tous les partis politiques métropolitains pendant des décennies. Est-ce bien différent dans les Etats lusophones?

De tout temps – avec quelques rémissions brèves –, en Afrique le pouvoir au sommet, c'est d'abord une entrée royale dans l'autocratie et *ipso facto* l'enrichissement personnel, et ce quelle que soit la couverture politique quand celle-ci devient indispensable pour complaire aux laudateurs ou investisseurs étrangers. Le livre est fondé sur des sources provenant essentiellement des médias ou d'ONG. On y rencontre une «forêt de Bondy» de personnages de l'ombre, ou plutôt de cette «obscurité clarté», propre aux milieux des affaires «sensibles», de la politique (pas très limpide), des services secrets, de la «justice» contaminée, qui grouillent dans tous (ou presque) les pays se débattant dans les maladies infantiles de l'indépendance. A la période pré-coloniale, que certains Africains continuent à mythifier, le chef de telle ou telle société ou ethnie, doté de bien des vertus posthumes, était souvent un tyran sanguinaire exerçant un pouvoir absolu. Mais la faiblesse des économies locales de l'époque lui interdisait d'accumuler des richesses incommensurables. Même chez les pires esclavagistes! On ne peut pas quantifier en équivalents actuels l'importance monétaire des capitaux et des biens dont disposaient un Chaka, un Gungunhana, un Msiri, un Weyulu, une reine Nzinga, un roi du Kongo, etc. Nous avons cependant la conviction que leurs richesses auraient fait pâle figure à côté du patrimoine détenu par un Teodoro Obiang ou son fils Teodorin, de Guinée équatoriale, grâce au pétrole et au bois.

Curieusement, pour cette famille de Fang – des «Atrides» équato-guinéens échappés de la forêt vierge – qui est clouée au pilori (pp. 7-9; 28-31; 132-157), les deux auteurs n'ont pratiquement pas utilisé de livres publiés en Espagne, ni même ceux de l'intarissable pourfendeur suisse qu'est Max Liniger-Goumaz, dont le but suprême est d'être l'encyclopédiste du Rio Muni et de Bioko (ex-Fernando Poo). En tout cas, l'obtention d'un visa pour entrer dans cette république doit poser quelques problèmes aux deux journalistes précités. Et pas uniquement là.

Avec A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA⁴ on quitte la démesure et l'extravagance des nouveaux riches pour entrer dans des eaux historiographiques plus calmes. Ce recueil de contributions sur le régime de 1910 à 1926 concerne les relations internationales du Portugal avec la Grande-Bretagne, l'Allemagne, etc., à propos, notamment, des colonies. Le seul texte de synthèse relatif à l'Ultramar est celui de Pedro Aires Oliveira sur «Le facteur colonial dans la politique étrangère de la Première République» (pp. 299-332) qui aborde les réformes coloniales – réelles ou potentielles – et l'autonomie «relative» des Hauts-commissaires. En fait, les intentions étaient rarement suivies de résultats durables. Il rappelle les crises du «cacao escravo», la menace de partition anglo-allemande de 1913-1914, la mauvaise impression donnée aux Alliés dans les combats de Naulila et du Mozambique, les atrocités commises contre les Africains, les ambitions de l'Afrique du Sud, le refus d'un contrôle de

4 Filipe Ribeiro de Meneses & Pedro Aires Oliveira (directeurs), A PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA. DIPLOMACIA, GUERRA E IMPÉRIO, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 398.

la S.D.N., le Rapport Ross, la lutte contre l'opium à Macao, le nationalisme chinois dans cette enclave. Le chapitre de José Medeiros Ferreira contient aussi une longue section sur la S.D.N. et l'Organisation internationale du travail face aux colonies de Lisbonne.

Guinée-Bissau

Ouvrons cette section par deux livres en allemand qui ne bouleverseront probablement pas les études sur la Guinée-Bissau, mais qui pourront peut-être intéresser, respectivement, des spécialistes de la sociologie et de la missiologie. Le premier intriguera aussi les gastronomes. MAGGI IN GUINEA-BISSAU⁵ ne relève certes pas de la magie noire, mais plutôt de la physiologie du goût, du marketing et de la cuisine. Manfred Stoppok étudie pourquoi les cubes de bouillon ou de consommé de la marque Maggi ont autant de succès dans un pays aussi éloigné de la chimie culinaire suisse et allemande que la Guinée-Bissau. Nous avouons volontiers notre surprise, alors que le pays regorge de denrées alimentaires traditionnelles. Nestlé est-il plus fort que les magiciens et les cuisinières du cru? Apparemment oui. Pour amateurs d'énigmes ethnologiques.

Le livre d'Ursula Pasut, ARM UND DENNOCH REICH IST AFRIKA⁶ s'adresse aux Protestants qui espèrent évangéliser en profondeur ce pays essentiellement animiste ou musulman et accessoirement catholique. A ce niveau, l'invisible le reste, mais la foi fait vivre. L'auteure est une optimiste inoxydable qui a longtemps travaillé sur place, et elle nous donne des exemples de vies sauvées par Jésus-Christ et la Bible, en temps de crises (notamment pendant les guerres, les coups d'Etat, etc.). Elle fournit aussi des aperçus sur l'histoire de sa mission (notamment à Empada, à Bolama, aux Bissagos, etc.). Beaucoup d'anecdotes sur des faits peu connus (entre autres, pendant la Seconde Guerre mondiale, l'arrivée de 35 soldats norvégiens rescapés d'un navire coulé). Intéressantes aussi sont ses pages sur les missionnaires et leurs ouailles pendant la guerre coloniale, puis dans les premières années de l'indépendance. C'est un aspect à découvrir pour les profanes.

Dans un registre beaucoup plus savant, on citera également la publication du journal de terrain d'un grand géographe portugais, incontestablement un homme qui a marqué sa discipline et révolutionné les études de géographie tropicale au Portugal. Contrairement à une idée parfois répandue hors du Portugal, si la Guinée portugaise était, économiquement, sous l'Estado Novo, la cinquième roue du carrosse colonial, elle était loin d'être un cul-de-sac pour la recherche, grâce à quelques individualités brillantes comme Orlando Ribeiro, Avelino Teixeira da Mota et d'autres auteurs publiant dans le cadre du Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Dans la mesure où les questions et les dogmes politiques et l'Administration n'étaient pas remis en cause par ce Centro, il était devenu le phare qui balayait de ses lumières le peu de publications comparables émanant d'Angola et du Mozambique. Nous pensons même que le pays ayant très peu de colons civils enracinés – contrairement à l'Angola et au Mozambique –, ses auteurs avaient moins de contraintes et de pressions à subir. Même dans un circuit luso-impérial aussi fermé, si l'on rapporte la production scientifique luso-guinéenne à la population et à la superficie du territoire

5 Manfred Stoppok, MAGGI IN GUINEA-BISSAU. ÜBER DAS BRÜHWURFELPHÄNOMEN IN WESTAFRIKA, Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2011, p. 101, photos couleur.

6 Ursula Pasut, ARM UND DENNOCH REICH IST AFRIKA. DAS EVANGELIUM IN GUINEA-BISSAU, Eppstein (Allemagne), WEC International, 2011, p. 255.

dont elle traitait, l'avance du Centro était écrasante par rapport à ce qui sortait à Luanda et à Lourenço Marques dans les années 1947-1960 et au-delà. Après, les choses changèrent et malheureusement pas en mieux.

Donc, le volume intitulé ORLANDO RIBEIRO. CADERNOS DE CAMPO. GUINÉ 1947, publié sous la direction de Philip Havik et Suzanne Daveau, est un ouvrage de pionnier et de référence. Il comprend d'abord une présentation, – par les deux maîtres d'œuvre –, du texte sur la Mission de 1947 d'Orlando Ribeiro, une reproduction et une transcription du journal et des notes scientifiques de l'auteur, deux études complémentaires de sa plume sur la Guinée portugaise, un épais cahier de photographies prises à l'occasion de ladite mission, des cartes en couleur, un précieux glossaire (pp. 257-289) des termes et expressions *guineenses* apparaissant dans le journal, une bibliographie utile à la compréhension de l'ensemble et, *mirabile dictu*, un index. Compte tenu du sujet, prétendre que ce texte composite passionnera les foules serait exagéré, à commencer par les Guinéens eux-mêmes qui ont, apparemment, des préoccupations actuelles plus urgentes que sa lecture. Néanmoins, il est bon de connaître cet ouvrage pour comprendre ce qu'était une colonie portugaise – malgré elle, d'ailleurs – à l'issue de la Seconde Guerre mondiale. Pas de *saudades*, des faits bruts. Reste à savoir combien de bibliothèques lusophones sont en possession de ce titre que nous recommanderons à l'international, bien évidemment, mais qui n'y sera pas beaucoup utilisé, craignons-nous.

Changement vers le traditionnel destiné aux anciens combattants, à leur famille et à leurs amis? Cela ne fait de mal à personne et cela servira un jour aux historiens qui voudraient respirer l'air du temps pendant la guerre coloniale en Guinée, sous Spínola et un peu après. Les dates figurant dans Leonel Olhero, ULTRAJES NA GUERRA COLONIAL⁸ ne sont pas toujours faciles à repérer. Disons que nous sommes vers 1972-1973.

L'auteur cite abondamment la Bible, mais sans prosélytisme missionnaire. C'est un sous-officier de cavalerie du contingent, basé initialement à Bula (au sud du Rio Farim), ce qui n'est pas la pire des zones de guerre. Il va à Mansoa, Bissorã, etc. Il a la nette impression que, comme l'écrasante majorité des soldats métropolitains en Guinée, non seulement il s'agit d'en sortir vivant, mais que leur combat est condamné. Il n'y a pas d'opérations désespérées comme à Guileje et Guidaje. Quand on pense à ce que sont devenus les successeurs des guérilleros du PAIGC, on se demande qui, des Africains ou des Portugais, se sont le plus battus et sont morts pour rien de ce qu'on leur promettait.

A cet égard, nous conseillons la lecture du chapitre d'Henrik Vigh «Critical states and cocaine connections» dans AFRICAN CONFLICTS AND INFORMAL POWER⁹. Les politologues et les sociologues sont à leur affaire pour décortiquer et classer dans un langage ésotérique ce que nous autres, pauvres paysans du Danube, désignons par des termes compris par tout le monde: mafias et mafiosi à la tête de l'Etat ou dans les entourages du pouvoir africain. Ils viennent même de forger un nouveau concept qui fera rêver les linguistes: «Bigmanity». Bref, plus rien n'arrête les politologues scandinaves et autres Bataves lorsqu'il s'agit de communiquer entre spécialistes universitaires dans leur langue véhiculaire interdite aux

7 Philip J. Havik & Suzanne Daveau (directeurs) [& Orlando Ribeiro], ORLANDO RIBEIRO. CADERNOS DE CAMPO. GUINÉ 1947, Vila Nova de Famalicão (Portugal), Edições Humus & Porto, Centro de Estudos Africanos (CEAUP), 2010, 300 p., dessins et photos noir et blanc, cartes couleur.

8 Leonel Olhero, ULTRAJES NA GUERRA COLONIAL, Ermesinde, auto-édition (leonelolhero@gmail.com), 2011, 282 p. photos noir et blanc.

9 Mats Utas (ed.), AFRICAN CONFLICTS AND INFORMAL POWER. BIG MEN AND NETWORKS, London & New York, Zed Books, 2012, VII-255 p.

néophytes croyant connaître un peu l'anglais. Le livre en référence, débarrassé de son jargon, vaut pourtant beaucoup mieux que son armure lexicale, laquelle aurait fait s'indigner le Padre Vieira. De quoi parle-t-il, en termes simples? Des réseaux criminels avec ou sans uniformes qui sont en train de recoloniser de pseudo-indépendances pour diplomates hypocrites ou paranoïaques en Ouganda, en Sierra Leone, en Côte d'Ivoire, au Liberia, au Mali, en République démocratique du Congo et en Guinée-Bissau. Dans un sens, c'est un supplément à la mise en accusation dressée par les deux procureurs que sont Harel et Hofnung qui, eux, veulent toucher le grand public ou tout au moins en être compris sans le recours à un dictionnaire.

Vigh connaît bien le petit monde politique bissau-guinéen. Il n'a aucune illusion à son égard, quelles que soient ses professions de foi vertueuses. La «Côte de la cocaïne», alias les îles, les estuaires et les baies dépendant de Bissau, ne l'intimident pas plus que la mythologie entourant le regretté Amílcar Cabral et les *antigos combatentes*. Selon lui, le président Nino Vieira avait partie liée avec les cartels de la drogue colombiens (pp. 144-145) dont les «bakchiches» servaient à «arroser» les leaders des factions les plus menaçantes de cette Armée qui, au temps de sa gloire, avait pu décourager les forces portugaises déclinantes. Il va plus loin, et affirme que ces factions existaient dès la lutte pour l'indépendance: une situation bénie pour les Colombiens. De plus, ayant vendu ses droits de pêche aux étrangers qui ont dépeuplé ses eaux territoriales et leurs prolongements, le pseudo-Etat a plongé ses artisans pêcheurs dans la misère. De pêcheurs-chômeurs, ils sont devenus les transporteurs et les disséminateurs de la drogue dans leurs embarcations. La jeunesse citadine n'ayant aucun avenir, sinon l'émigration, les offres des trafiquants qui l'embauchent comme «mules» ne peuvent la laisser sans réaction.

On est loin des naïvetés évangéliques avec ce Danois, mais pourquoi n'évoque-t-il pas également les rivalités ethniques qui, tout autant que les stupéfiants, sont à la base de l'évaporation de l'Etat? Et pourquoi aussi ne dit-il rien des parties encore saines de la population rurale? Sa vision est trop urbaine, ses Big Men sont, pour la plupart, des animistes ou de prétendus chrétiens. Les Musulmans n'apparaissent pratiquement pas dans sa description infernale d'un naufrage annoncé par ceux qui connaissaient un minimum d'histoire locale. Serait-il effrayé par le dernier tabou, la muraille qui a été dressée par les manipulateurs et les gourous provisoires qui crient au racisme et au colonialisme honnis lorsque l'on parle du tribalisme qui pourtant est une donnée majeure de la Guinée-Bissau? Et pas seulement d'elle, hélas!

Angola

Détendons un peu l'atmosphère en présentant quelques fictions. Nous avons déjà dit ici qu'il faut se méfier des historiens romanciers portugais. Ils sont capables de tout, y compris d'écrire des chefs-d'œuvre et, ce faisant, d'éblouir leurs modestes confrères et les archivistes qui les nourrissent. João Pedro Marques est plus connu dans le milieu des spécialistes pour ses travaux sur l'esclavage et son «abolition» par les autorités de Lisbonne, sujets qui dépassent largement nos compétences, mais voilà qu'il se lance hardiment dans des histoires d'amours contrariées lors de l'implantation (1849-1859) de colons portugais venus du Brésil à Moçâmedes, puis à peu près à la même époque, d'Algarve à Porto Alexandre (Sud-Angola). Nous parions qu'il n'y a pas 10 % de ses lecteurs – et ils sont et seront très

nombreux – qui avaient déjà entendu parler de cet épisode, tant l'histoire coloniale de l'Angola au XIX^e siècle est une *terra incognita* pour les jeunes générations post-impériales. Peu importe pour le grand public qui sera transporté par les descriptions et les rebondissements de l'intrigue. Mais nous n'intervenons pas ici en tant que critique littéraire pour chanter les louanges de UMA FAZENDA EM ÁFRICA¹⁰, notre objectif étant simplement d'essayer de distinguer ce qui relève de l'invention de l'auteur, ou des faits réels, purs et durs, tels qu'il les a trouvés.

Et là nous sommes obligé de dire que João Pedro Marques a réalisé une symbiose prodigieuse, mariant le trivial et le quotidien d'une société esclavocrate, à la frontière de l'Afrique tribale, avec les volutes de son imagination. Il a su tricoter si habilement le vraisemblable en l'incorporant à l'impossible qu'à maintes reprises nous avons dû consulter nos sources pour savoir si tel personnage a bien existé, si l'auteur a légèrement détourné son itinéraire, ou carrément introduit des anachronismes pour mettre du piment dans l'action. Il fait agir et parler des gens connus (tels Luz Soriano, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, Fernando Costa Leal, etc.), leur prêtant parfois ou souvent des activités qu'ils n'ont pas eues, les plaçant même dans des situations inconciliables avec ce que l'on sait d'eux. Tantôt, il affabule légèrement, tout en restant dans les limites de l'obscurité des sources. Son chasseur allemand, par exemple, qui joue un rôle capital dans cette saga, est ainsi un «fantôme» qui *aurait* pu arriver en Angola dans une expédition commerciale hambourgeoise bien attestée (cf. George Tams, *Visita ás possessões portuguesas...*), ou qui *aurait* pu rester sur place après le rembarquement des colons allemands du Sud-Angola. Tantôt, il entre subrepticement ou en force dans le délire caractérisé. La visite à São João Baptista de Ajudá, puis à Abomey sous le roi Guezo, dont l'Allemand revient avec une Amazone dahoméenne, sorte de Diane chasseresse et vengeresse (une féministe mortelle, transplantée au Sud-Angola!) est du grand art où l'on reconnaît la patte d'un vrai historien sérieux. En quoi ce roman est-il finalement utile? Il rapproche le Portugais actuel, plongé dans la crise post-2008, d'un dépaysement «héroïque» que peut lui offrir une société de colons pionniers réussissant à s'accrocher à un contexte africain difficile, cinq ou six générations en arrière, sans cependant le pathos et la propagande des années 1940-1970, et sans occulter non plus les ridicules et les crimes commis. A notre connaissance, c'est la deuxième fois, en quelques années, que des romanciers portugais mettent en scène les premiers colons blancs du Sud-Angola, sans cacher leurs tares et leurs défauts, tout en exaltant leurs réussites relatives, mais précaires. Nous pensons que parmi d'autres livres nostalgiques, celui-ci donne une leçon d'espoir dans une période angoissante. Seulement, maintenant que la «frontière blanche» est fermée en Afrique et en Amérique, il n'y a plus que les Chinois au Sin-kiang et au Tibet qui croient dans les vertus combinées du chemin de fer, de l'espace vital et du colonialisme. Plus, évidemment, si elles ne suffisent pas, à la présence de quelques centaines de milliers de soldats et de policiers. Jaunes.

Comme les titres qui suivent immédiatement clôturent le cycle colonial en Angola, sans que leurs auteurs prétendent être historiens, mais seulement avoir été des participants, nous serons nécessairement plus rapide, bien qu'eux aussi aient des objectifs littéraires ou mémorialistes. ANGOLA, TERRA D'UANGA¹¹ en est à sa seconde édition et cultive un public de «*retornados*» (ou présumés tels). L'auteur est un aviateur professionnel à la retraite. Il

¹⁰ João Pedro Marques, UMA FAZENDA EM ÁFRICA, Porto, Porto Editora, 2012, p. 432, une photo noir et blanc.

¹¹ Luis Vieira da Silva, ANGOLA, TERRA D'UANGA, Lisboa, Chiado Editora, 2.^e edição, 2011, p. 413.

a une double expérience à relater puisqu'il achemina les premiers renforts portugais en 1961. Son témoignage romancé est, à ce titre, exploitable. Puis il passa au Mozambique où il devint pilote de taxis aériens, jusqu'à ce qu'il entre à la TAP. Il était commandant de bord lorsqu'en août-septembre 1975 il participa au pont aérien Luanda-Lisbonne. On a l'impression que l'intrigue de son roman n'est qu'un prétexte pour régler ses comptes avec les responsables portugais et angolais de l'époque qui mirent un terme sans gloire à ces fameux «cinq siècles» qui hantent encore les rêves de beaucoup de Portugais de sa génération, sauf ceux des historiens qui ont la tête froide.

CAFÉ AMARGO¹² a la même tonalité et la même finalité, mais au ras du sol puisque le roman se déroule essentiellement parmi les colons et quelques Africains dit «*assimilados*» ou «fidèles». On est dans les milieux blancs se considérant pour certains plus angolais que portugais. Le café est celui que l'on récolte dans les *fazendas* du Congo portugais. Le livre se veut polémique et rédigé pour dénoncer les erreurs commises par l'Administration portugaise, en premier lieu Salazar, et les responsables de la décolonisation. Il y a quelques portraits d'Africains intéressants, et la fin débouche sur la guerre civile. Fait rare, chez les auteurs «*retornados*», une grande partie de ce gros livre concerne une mission protestante adventiste à Bongo (*distrito* de Huambo) présentée sous un jour positif. L'auteur n'aime pas du tout le Parti communiste portugais et les gens du MFA, pas plus que l'Estado Novo. Il y a des annexes purement politiques qui visent à exalter la colonisation portugaise, ce qui est fréquent dans ce genre de littérature, mais avaient-elles leur place à la fin d'un roman? GERAÇÃO REJEITADA¹³ est l'autobiographie d'un véritable *retornado* sans guillemets puisqu'il est arrivé en 1951 à l'âge de six ans et a été élevé à Luanda dans une famille de Portugais illettrés. Il déplore l'insularisation politique imposée par le salazarisme, et l'inégalité raciale. Il assiste aux événements de février 1961, sans évidemment bien les comprendre. La partie la plus originale est offerte par la description de son service militaire (débutant en 1965), à titre de sous-officier dans une unité d'Africains locaux. Il semble que les colons d'Angola bénéficiaient, à cette époque, d'un régime privilégié, et ce pour des motifs divers, ce qui expliquerait certaines choses. La région de São António do Zaire n'était pas la plus dangereuse: quelques embuscades, mais il est douteux qu'il ait vu un seul guérillero pendant toute la durée de ses obligations. On était loin d'une situation à la rhodésienne. Son témoignage – trop court – sur la guerre civile à Luanda et la passivité ou la complicité des militaires métropolitains lui permet d'exprimer sa haine du MFA, du MPLA et surtout de l'amiral Rosa Coutinho et des communistes en général, ce qui est dans le droit fil de ce type de publications.

Toujours dans la *saudade* coloniale, mais dans un secteur bien délimité (les anciens colons du Huambo), on signalera un album d'Inácio Rebelo de Andrade: FICAVA EM ANGOLA E CHAMAVA-SE NOVA LISBOA¹⁴, agrémenté d'une courte chronologie (1911-1974) concernant la capitale du Planalto, laquelle avait même des prétentions à devenir un jour celle de tout l'Angola. Le livre est composé de 81 photos noir et blanc et couleur ou peintures, accompagnées d'un bref commentaire. Les sujets sont choisis en fonction des souvenirs

12 Afonso Soares Lopes, CAFÉ AMARGO. ANGOLA EM TEMPOS DE GUERRA, Lisboa, Chiado Editora, 2011, p. 746, photos noir et blanc, carte couleur.

13 António Serra Correia, GERAÇÃO REJEITADA. ENTRE ANGOLA E PORTUGAL. 1950/1980, Porto, Edições Ecopy, 2011, p. 671, photos noir et blanc.

14 Inácio Rebelo de Andrade, FICAVA EM ANGOLA E CHAMAVA-SE NOVA LISBOA (EVOCAÇÃO ILUSTRADA), Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 205, photos noir et blanc et couleur.

qu'ils peuvent susciter dans le lectorat ciblé: monuments, édifices, scènes de rue, etc. Et personnalités locales marquantes, y compris quelques personnages historiques (Norton de Matos), dont plusieurs étrangers, notamment le chirurgien de la mission adventiste de Bongo, l'Américain Roy Burley Parsons). Les photos d'Africains sont rares, car on était dans la blancheur citadine. Nostalgie quand tu nous tiens! Totalement indemne comme toutes les villes pendant la guerre coloniale, Nova Lisboa a été partiellement détruite par les combats entre MPLA et UNITA pendant la guerre civile. Débaptiser la toponymie n'a pas porté chance à Huambo où pendant des décennies les seuls Blancs qui y vivaient étaient surtout des soldats cubains et des humanitaires étrangers.

Nouveau changement de décor, on passe directement du Huambo au Bié et au Moxico avec le recueil de contes ou chroniques intitulé PARA ALÉM DA TERRA¹⁵ d'un contrôleur aérien devenu pilote et qui rassemble dans ce livre des scènes qu'il a vécues dans son enfance au Moxico, puis pendant la guerre coloniale, l'évacuation de 1975, la guerre civile et même après son dénouement (en 2002). On ne sait pas trop s'il invente ou s'il restitue fidèlement. L'intérêt est double: 1.^o) c'est écrit de façon imagée; 2.^o) il fait intervenir des Africains dans pratiquement toutes les pages. Mais pas du folklore rural. Ses personnages sont généralement confrontés à la vie moderne en ville, dans les transports, les hôpitaux, etc. Le glossaire comporte six pages bien nécessaires. On voit difficilement une séquence logique entre ses morceaux qui vont de l'agent de la PIDE au guérillero de l'UNITA. Malheureusement, ils sont peu ou pas datés. Mais les textes sur l'Est-Angola sont suffisamment rares pour qu'on omette de signaler cette pièce.

Repartons vers la *saudade* qui travaille et tarade la mémoire des anciens combattants, à telle enseigne que l'on se demande si dans vingt ans il y aura encore un seul ancien poste militaire luso-africain qui restera sans son petit Mendes Pinto, oublié dans un village perdu du Minho ou de l'Alentejo. Cette frénésie de témoigner à tout prix pour raconter sa guerre coloniale est un phénomène probablement unique en Europe et est symptomatique de la profondeur du traumatisme de 1961-1975. Il reflète également la traditionnelle sous-information des auteurs qui ignorent généralement ce que leurs camarades ont déjà publié, dix ou quinze ans avant eux, sur le même trou perdu dans les Dembos ou au Niassa. Du côté positif, cet emballement graphomane révèle aussi la diminution de l'analphabétisme au Portugal et la facilité avec laquelle le candidat auteur peut espérer trouver un éditeur ou un imprimeur compréhensif (moyennant un investissement relativement abordable, suppose-t-on).

RETALHOS DA GUERRA COLONIAL¹⁶ nous ramène donc pour la énième fois dans ces fameux Dembos d'Angola, la jungle du cauchemar pour des milliers de Portugais qui en 1974 avaient pourtant fini par le réduire à une petite chose vraiment peu dangereuse pour la sécurité des transports entre Luanda et les *fazendas* de café. L'ennui est que la paralysie des opérations après le 25 avril 1974 allait déboucher sur la débâcle de 1975 et l'effondrement total de l'économie des planteurs avant leur exode pathétique. L'auteur (alors *alferes*) est initialement basé à Quicabo où il restera un peu plus d'un an (1965-1966), puis son unité qui devait être transférée à Teixeira de Sousa (frontière du Zaïre) – attaquée, le 25 décembre 1966, par l'UNITA, sorcier en tête conduisant une horde de Quioco drogués qui se fit

15 José Cavalheiro Homem, PARA ALÉM DA TERRA, Póvoa de Varzim (Portugal), auto-édition (cavalheirohomem@gmail.com), 2010, p. 264.

16 Artur Osório, RETALHOS DA GUERRA COLONIAL. ANGOLA 1965-1967. Viseu, Edições Esgotadas, 2011, p. 118, photos noir et blanc.

décimer – ne le sera pas et sera finalement stationnée à Barraca, secteur calme sur la route asphaltée de Luanda à Dondo. L'auteur donne quelques indications sur un célèbre colonel de cavalerie, surnommé le «Totobola», qui apparaît dans plusieurs récits antérieurs. Cela nous confirme dans une impression inévitable à leur lecture: les officiers d'active très mordants étaient l'exception dans cette armée formaliste et routinière, composée de conscrits peu pressés de se faire tuer pour des colons qui ne les aimaient pas beaucoup. On était bien loin d'une «grande guerre patriotique» dans cette «Algérie lusitanienne», indéfendable devant un ennemi qui aurait été soudé par un sentiment véritablement national. On n'allait pas tarder à en constater l'absence, de 1975 à 2002.

Quicabo réapparaît dans les mémoires de guerre d'un auteur qui a toutes les raisons de ne pas avoir apprécié le salazarisme et le colonialisme ambiant puisqu'il eut le malheur d'appartenir à une classe d'âge qui, ayant déjà accompli son service militaire (avril 1958-septembre 1959), était démobilisée et travaillait, puis fut rappelée et envoyée en Angola (octobre 1961-février 1964), soit près de quatre ans et demi sous les drapeaux, dont vingt-huit mois en Angola. Cela ne le consolera absolument pas, mais son histoire me rappelle celle d'un de mes grands-oncles qui accomplissait et finissait son régiment (trois ans avant la Grande Guerre), était sur le point d'être démobilisé en 1914 et, sans même quitter l'uniforme, fut maintenu dans les vagues d'assaut et les tranchées jusqu'en 1918. Soit sept ans de service, dont quatre ans d'horreurs. Rui Rosado Vieira n'a évidemment pas connu le centième de ces souffrances, mais il n'aime ni les militaires, ni les colons, ni la PIDE, et il le proclame dès le titre: EM ANGOLA UNS SEMEARAM VENTOS OUTROS COLHERAM TEMPESTADES¹⁷.

L'avantage avec cet auteur politisé, alors sous-officier, est qu'il tenait son journal ce qui réduit les marges d'erreurs (encore que p. 207, une *gralha* dans une date amputé d'un an le décompte de son exil involontaire!) dans ce livre-confession. Ce n'est pas la violence des combats qui l'a traumatisé, ce fut le fait d'avoir été retiré de la vie civile pour défendre une cause à laquelle il n'adhérait pas du tout. Le quotidien dans les Dembos est banal : occupation d'une plantation, puis patrouilles inutiles. Cette affectation durera peu puisque la compagnie est retirée rapidement pour être acheminée dans la Gabela (janvier 1962) où tout est pacifique, sauf la barrière raciale dressée par les colons (y compris ségrégation au cinéma local, exploitation des travailleurs dans les *fazendas* de l'Amboim, spoliation foncière, etc.). On se croirait revenu en 1917, mais on est en 1962 (avec rafles, recherche de suspects dans les villages, etc.). Dans certains écarts éloignés, la peur des Blancs et de l'appareil administratif est un fait physique observé par l'auteur (pp. 95-96) qui s'informe et voyage beaucoup. Il va également au Colonato da Cela qui ne l'impressionne pas. C'est un négrophile qui penche visiblement du côté des opprimés (même à Luanda).

En septembre 1962, son unité est rappelée dans les Dembos à Quicabo où sont déjà en garnison plusieurs centaines de soldats. Le scénario est devenu classique: longues marches vers des maquis incertains, blessés, évacuations, répétition de l'opération, etc. En décembre 1962, une grande concentration de troupes est repoussée et enregistre six morts et dix-sept puis près de trente blessés. Ce n'est pas Verdun, mais cela décourage des soldats mal logés, mal nourris, mal entraînés, non motivés, mal commandés et mal soignés. Réins-

17 Rui Rosado Vieira, EM ANGOLA UNS SEMEARAM VENTOS OUTROS COLHERAM TEMPESTADES. MEMÓRIAS DA GUERRA (1961-1964), Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 233, photos noir et blanc.

tallée dans la grande *fazenda* Beira Baixa, à moitié détruite en 1961, son unité est ensuite chargée d'escorter les convois de ravitaillement régulièrement attaqués par des guérilleros maintenant bien armés.

En septembre 1963, son unité est transférée dans une zone calme du district de Malange, à Massango (ex-Forte República), puis à la frontière du Zaïre, selon un système prévoyant d'envoyer dans un secteur sans guérilla les unités ayant été engagées opérationnellement: une sorte de convalescence psychique avant le retour au Portugal. C'est l'Afrique du début du siècle (moins les guerres), avec des commerçants blancs abusant pour s'enrichir de l'ignorance des Africains (p. 184), à quelques dizaines de kilomètres et de mois de la révolte de la Baixa de Cassange en 1960-1961!

Ce texte précis est l'un des plus utiles pour connaître la situation dans les Dembos en 1962-1963 et – beaucoup plus rare – dans les zones caféières du Cuanza Sul et à la frontière orientale du Nord-Ouest, face au Zaïre.

Aux antipodes politiques de Rui Rosado Vieira et avec un objectif bien différent, lisons la défense et l'illustration corporatistes de l'efficacité de l'Armée portugaise en Angola en 1961, ce qui ne plaira pas à tous ceux qui ont fait la guerre sur le terrain et y ont laissé des plumes. Mais son auteur est dans son rôle puisque c'est un lieutenant-colonel en retraite, historien militaire des plus officiels qui, cinquante ans après la mort de son héros négligé, lui attribue le succès de la réoccupation du Nord-Ouest angolais en 1961. On peut en discuter à l'infini, mais ce n'est pas ici le lieu approprié pour le faire. Donc qu'y a-t-il dans son GENERAL SILVA FREIRE¹⁸? D'abord une recherche approfondie, à partir des archives militaires portugaises, ce qui n'est pas à la portée de tous les historiens, même portugais. Ensuite une volonté de réhabiliter la figure d'un officier général de l'Estado Novo que les Spínola et autres habiles stratèges ou bénéficiaires de la Révolution des œillets (1974), devenus généraux à leur tour et même maréchaux, ont eu tendance à faire oublier. Il n'était pourtant pas en mesure de leur faire de l'ombre puisqu'il périt (avec une grande partie de l'état-major local) dans un accident d'avion, le 10 novembre 1961, à la frontière du Sud-Ouest africain.

Au crédit de l'auteur, nous dirons qu'il ne doit aucune faveur à ce général qu'il n'a jamais rencontré. Nous supposons que c'est donc dans un esprit de justice professionnelle, de patriotisme, voire de nostalgie envers l'Estado Novo qu'il s'est attelé à cette biographie, et plus précisément aux cinq mois (juin-novembre 1961) où son général fut le commandant de la Région Militaire d'Angola, c'est-à-dire à la suite du général António M. Monteiro Libório. Celui-ci, à notre avis, par manque de moyens humains, par blocage de ses supérieurs, par attentisme politique, ou prudence personnelle dans un échiquier trouble à Lisbonne, ne fit pas grand-chose ou plutôt ne put redresser la situation militaire au Nord-Ouest. En fait, avec un Salazar qui dirigeait tout autocratiquement, un état-major vieilli, anesthésié et indécis en métropole, et une impréparation catastrophique de l'Armée portugaise en Afrique – intervenant dans une conflagration terrorisante en Angola, localisée, certes, au Nord-Ouest depuis le 15 mars 1961, mais menaçant de gagner le Centre, au sud du Cuanza –, la lenteur déjà traditionnelle des Portugais dans les affaires africaines était quasi inévitable. L'auteur, citant et exposant force documents militaires, secrets à l'époque, montre que Libório ne fut pas totalement inerte, mais il se concentre avant tout sur le plan tactique élaboré par son héros, Freire, visant à la réoccupation de tous les postes administratifs du

¹⁸ António Lopes Pires Nunes, GENERAL SILVA FREIRE. BRILHANTE ESTRATEGIA DA REOCUPAÇÃO DO NORTE DE ANGOLA EM 1961, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p. 239, photos noir et blanc.

Nord-Ouest – et ils étaient nombreux – et, surtout, concomitamment, à la réouverture des axes de communication de Luanda vers la frontière du Congo-Léopoldville. L'atout principal de Freire est qu'en août 1961 il disposait déjà en Angola de près de 30.000 soldats. On ne peut pas ici entrer dans le détail des opérations tri-directionnelles destinées à «casser» le foyer principal de la rébellion, Nambuagongo, dans les Dembos, ni de toutes celles qui permirent de circonscrire les foyers secondaires dans les autres jungles de montagne. Ce fut lent – très lent – car les axes étaient bloqués «artisanalement» par les insurgés. Mais en fait, il est patent que ces derniers, sur le plan strictement militaire, étaient totalement démunis en 1961, avec des pétoires, des machettes et des centaines de milliers de paysans à nourrir, face à une armée disposant d'une puissance de feu sans commune mesure avec la leur. Les Portugais avaient la jungle contre eux, certes, mais l'incapacité, la division et l'improvisation de leurs ennemis nationalistes étaient leurs meilleures alliées. En octobre 1961, les modestes centres administratifs perdus étaient tous redevenus portugais. Mais treize ans après coup, on n'avait pas encore fini d'éteindre totalement les foyers résiduels de l'UPA/FNLA et du MPLA au Nord-Ouest. C'était donc un conflit qui ne pouvait avoir de solution exclusivement militaire, d'autant moins que les finances portugaises et le vivier du recrutement en métropole étaient insuffisants pour conduire indéfiniment trois guerres lointaines. Techniquement, le général Silva Freire avait réussi à gagner du temps en 1961, mais le poids des chiffres, les pressions internationales, la mordacité du PAIGC et du FRELIMO, avaient effacé les succès de la reconquête sur le terrain. Le général Pereira de Eça en 1915 avait, lui aussi, réussi à vaincre l'adversaire mais le contexte en 1961 était totalement différent. Le temps ne travaillait pas pour Salazar, enfermé qu'il était dans un XVI^e siècle mental alimenté par des mythes historiques qui se retournèrent contre les intérêts nationaux du Portugal.

Nous ne connaissons pas une seule colonisation – blanche, bistre, noire, jaune ou rouge – qui ne soit pas une exploitation, tout au moins dans ses premières intentions, et quels que soient l'habillement, les motivations et les bienfaits dont on la pare après coup. Mais il y a des degrés d'exploitation, selon l'état culturel, social et économique du colonisateur et du colonisé potentiel. Le degré suprême, le sommet de l'abject, est: 1.^o) l'extermination radicale des plus faibles; viennent ensuite: 2.^o) l'esclavage et le commerce (achat et exportation) des vaincus; puis 3.^o) le travail forcé, la spoliation foncière et la fiscalité sans contrepartie. On pourrait en ajouter d'autres. Pour des raisons qu'il serait trop long de développer ici, à tort ou à raison, les critiques de la colonisation portugaise ont insisté et continuent à insister sur les étapes 2 et 3. FRONTERAS DE ESCLAVIZACIÓN¹⁹ se focalise uniquement sur la deuxième marche de cet escalier colonial descendant vers une base qui est rarement – ou jamais – atteinte. L'auteur de ce travail universitaire n'a pas adopté une approche moralisatrice ou philosophique, mais bien purement historique, et sa monographie concerne l'un des ports majeurs de l'embarquement des esclaves du Centre-Angola, à savoir Benguela, ou plutôt le Benguela, car elle y incorpore son hinterland immédiat, notamment Caconda et sa région. Pour autant que nous puissions en juger dans un domaine que nous ne maîtrisons pas, elle a dû bénéficier de la richesse des bibliothèques nord-américaines et des archives d'Angola, du Portugal et du Brésil. Le sous-titre recouvre bien la marchandise offerte et la période où la traite atteint son apogée. Et sa dénonciation également! Les chapitres

19 Mariana Pinho Candido, FRONTERAS DE ESCLAVIZACIÓN. ESCLAVITUD, COMERCIO E IDENTIDAD EN BENGUELA, 1780-1850, Mexico, El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011, p. 272.

détaillent notamment les termes de l'échange (si on peut dire), la vie sociale des esclaves, des vendeurs et des acheteurs, le rôle des femmes, etc. Il y a beaucoup de statistiques et de réflexions pertinentes. Pour un livre publié au Mexique, c'est-à-dire dans un pays anciennement colonisé, il est douteux que les africanistes locaux puissent la contredire en quoi que ce soit. Même chose au Brésil, mais dans une moindre mesure. En fin de compte, son public devrait se situer aux États-Unis et au Portugal. C'est déjà pas mal pour un bon livre en espagnol s'adressant aux spécialistes de la traite transatlantique dans sa dernière phase. Continuons avec un livre à cheval sur les deux rives de l'Atlantique, lui aussi, tout en ayant une incidence majeure pour le Brésil et Cuba, dans leurs composantes issues de la traite négrière, et avec un thème original: la sorcellerie, c'est-à-dire la magie noire, insérée dans le titre de notre chronique. Nous sommes évidemment très loin des préférences culinaires des ménagères de Bissau pour les bouillons cubes de Nestlé. Mais pour rester dans la section «Angola», nous recommandons le chapitre 10 de *SORCERY IN THE BLACK ATLANTIC*²⁰ où une anthropologue apparemment brésilienne développe un thème qui a déjà fait l'objet d'articles de presse, voire son apparition dans des livres en plusieurs langues: la persécution d'enfants très jeunes, généralement dans des familles bakongo, accusés de sorcellerie et parfois expulsés de leur milieu, abandonnés dans les rues, ou soumis à des rites de désenvoûtement, et même peut-être bien en quelques cas «liquidés» et entrant alors en pièces «détachées» dans les circuits de l'anthropophagie. La contribution de Luena Nunes Pereira examine le rôle des familles, des Eglises chrétiennes ou messianiques, des autorités et des ONG pour venir en aide à ces malheureux innocents dans une communauté – les *regressados* angolais rentrés du Zaïre – déjà en porte-à-faux économiquement et ethniquement dans la capitale, et suspecte aux yeux des autres Angolais. On apprend ainsi dans ce texte que la législation angolaise, dans la pureté marxiste initiale du MPLA, n'avait pas prévu les cas de sorcellerie. L'UNITA, elle, avait pendant un temps créé un village spécial regroupant les sorciers. On le faisait même visiter aux journalistes. Puis Savimbi s'était servi d'accusations de sorcellerie pour faire monter sur le bûcher quelques femmes âgées de son mouvement – et pas des moindres – pour «purifier» sa lutte, ce qui d'ailleurs se retourna contre lui. Mais ni les uns ni les autres n'avaient, semble-t-il, envisagé d'inclure des enfants dans la catégorie «sorciers» maléfiques. Alors si les Bakongo vivent encore maintenant dans la terreur de l'occulte à l'intérieur de leurs propres familles, on doit admettre que les explications des ethnologues officiels (cf. José Redinha) portugais à propos des méthodes utilisées par l'UPA en mars 1961 pour soulever une partie des paysans du Nord-Ouest n'étaient pas que des paroles en l'air, relevant de la propagande colonialiste. Dans le supermarché qu'annonce notre titre, nous hésitons à ranger le texte qui suit dans un seul rayon. On va le placer à la frontière entre la «médecine» et les «saudades», mais en le faisant également déborder vers le coin des promotions où l'offre de la semaine concerne la «sympathie». La nostalgie mélancolique n'affecte donc pas uniquement les *retornados* et les anciens combattants puisque maintenant quelques ex-membres d'ONG en sont atteints. Encore peu nombreux à s'épancher sur leurs expériences en Angola, voici que des Francophones entrent dans ce secteur de la bibliographie. La docte Marie-Eve Raguenaud avec sa SAUDADE²¹ raconte donc ce que furent ses activités entre l'été 1994 et les

20 Luis Nicolau Parés & Roger Sansi (eds.), *SORCERY IN THE BLACK ATLANTIC*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 2011, II - p. 300.

21 Marie-Eve Raguenaud, SAUDADE. CHRONIQUES D'UN MÉDECIN PENDANT LA GUERRE ANGOLAISE, Saint-Denis (France) Edilivre Edition AParis, 2011, p. 309.

premiers mois de 1995, non pas dans un hôpital accueillant des blessés de guerre, mais dans des centres de santé préventive éparpillés aux quatre coins du pays. On va donc la rencontrer à Uíge/ex-Carmona, sur le point d'être repris par le MPLA; à Xangongo/ex-Roçadas qui ne se remet pas des ravages opérés par les mines; à Saurimo/ex-Henrique de Carvalho tenu par le MPLA, mais où la nourriture arrive par avion et où une épidémie de méningite menace; à Cafunfo (bourgade-champignon née de l'exploitation des diamants du Cuango dans la Lunda-Norte), encerclé par l'UNITA, et où l'Endiama (successeur de la Diamang) a abandonné ses travailleurs africains. C'est déjà beaucoup pour une seule personne qui ne «domine» pas le portugais et travaille dans des conditions éprouvantes. Mais sa base est à Chibia dans la Huíla où elle monte une infrastructure sanitaire pour son ONG (Médecins sans frontières) chez une population épargnée par la guerre, ce qui lui permet de décrire également la situation de Namibe/ex-Moçâmedes, «squattérisé» par les Africains, et en pleine déliquescence économique.

Nous ne voyons pas pourquoi ce livre est présenté comme un roman, alors que c'est surtout un document honnête et précieux sur l'état du pays, vingt ans après le début de la guerre civile. Mais soit! Son importance est qu'il jette un coup de projecteur sur un milieu (une faune parfois arrogante, selon certains de ses détracteurs) d'humanitaires qui remplacent des autorités défaillantes, pour ne pas dire pire. Vers 2004, elle revient en Angola en paix pour évaluer une épidémie de la maladie du sommeil dans les approches des Dembos, à partir de Caxito. Jamais, pendant les années 1961-1974, les auteurs, ex-militaires, portugais n'avaient signalé une recrudescence de cette maladie dans cette région. Les services de santé coloniaux y avaient mis le temps et eu la main dure dans leur campagne d'éradication, mais ils se targuaient d'avoir largement endigué le fléau du Nord-Ouest. Un souhait (irréalisable?): toutes les ONG devraient, non pas en faire des spécialistes, mais administrer à leurs membres un minimum d'informations sur le passé et le présent des pays où elles les envoient avant de les catapulter dans l'inconnu.

Un homme qui connaît quelques mystères angolais, c'est bien l'ex-Rhodésien Neall Ellis, sacré par son biographe et ami, Al J. Venter, de prince des pilotes d'hélicoptères – tout au moins dans le monde des mercenaires –, qui ont fait leur apprentissage dans l'Aviation de Pretoria. On aime ou l'on n'aime pas ce genre de littérature pour un public de «petits bras» friands de surhommes, car la vie de bureau est bien terne et pâle à côté de celle d'un homme qui s'est battu contre les Migs cubains et angolais, du côté de l'UNITA, puis devenu mercenaire, s'est retrouvé toujours dans les airs, en Bosnie, au Congo, en Sierra Leone, en Irak, un temps ambulancier aérien au Sarawak (la vie est parfois dure pour les héros), en Tanzanie et qui continue, à plus de soixante ans, à piloter des hélicoptères russes en Afghanistan. Bref, un increvable philanthrope casse-cou, ayant eu une chance insolente dans tous ses combats et dont le but suprême est de voler et d'être payé pour cela, quelle que soit la cause, pourvu que ses défenseurs ou promoteurs règlent d'avance. On ne risque pas sa peau pour des nèflés dans la profession, et les assurances médicales sont très chères, quand on en trouve.

Donc, dans le livre mouvementé qui est consacré à ce super-Rambo de la voûte céleste, GUNSHIP ACE²², on ne s'arrêtera qu'aux phases angolaises de son parcours (pp. 43-112) à partir de 1982, jusqu'à ce qu'il quitte l'uniforme à 40 ans en 1989. En fait, le persona-

22 Al J. Venter, GUNSHIP ACE. THE WARS OF NEALL ELLIS, HELICOPTER PILOT AND MERCENARY, Philadelphie & Newbury (Angleterre), Casemate Publishers, 2012, XI - p. 324 + p. 32 de photos couleur, photos noir et blanc.

ge était trop indépendant pour supporter l'incompétence ou l'ineptie de certains de ses supérieurs. Le mercenariat était une porte de secours pour sa survie financière. A mesure que les langues se délient, on s'éloigne, en effet, de la légende dorée des années 1975-1989 où dans les sources sud-africaines, il suffisait de cinq ou six auteurs rivalisant de jactance pour que la suprématie au sol et dans les airs en Angola soit proclamée sans contestation possible. Ce livre montre qu'au contraire, il y avait de sérieuses carences dans le haut commandement des opérations de Pretoria. Mais de l'autre côté, ils ne valaient guère mieux.

Deux points qui ne souffrent pas la discussion, c'est bien l'ampleur des destructions opérées par les Sud-Africains au Sud-Angola et le chaos provoqué dans la vie économique locale par la fuite des colons portugais en 1975. Jamais les «autorités» civiles et surtout militaires portugaises de l'époque ne pourront effacer cette tache. Plutôt que de se lancer dans une longue polémique, lisons un témoignage extérieur et bien postérieur: TRANSNAMIB²³ de deux auteurs allemands qui en novembre-décembre 2009 relatent leur expédition consistant à traverser dans deux véhicules tout-terrain le désert du Namib, du Cap à Moçâmedes (et retour) en se tenant au plus près de la côte atlantique. Totalement étrangers à l'histoire controversée de l'Angola moderne, ils offrent une excellente description des «villes» fantômes de Namibie, abandonnées par les exploitants du diamant, mais ce n'est pas cette galerie de ruines capitalistes qui nous préoccupera ici, puisque les Sud-Africains ont laissé la Namibie physiquement intacte. Ils entrent donc en Angola par la route traditionnelle qui conduit aux chutes du Ruacana où, naturellement, ils se heurtent aux tracasseries habituelles et à la rapacité des autorités angolaises à l'égard des voyageurs terrestres. De la page 117 à la page 160, ils fournissent des informations (et des photographies) sur l'état du Sud-Ouest angolais, introuvables ailleurs, à notre connaissance. Leur parcours est original puisque, sitôt le Cunene franchi, ils obliquent vers l'ouest, via Chitado et Oncócu (deux localités en ruine), Iona (quelques maisons neuves, un poste médical et une école récente). Rien ne les arrête, ils atteignent la Foz do Cunene où la police a un poste, puis Espinheira (village en ruine, mais quelques constructions neuves). Ils sont dans le Parc national de Iona. A la Baía dos Tigres, abandonnée par les pêcheurs – sauf quelques Africains –, il y a encore deux policiers mais surtout des épaves de navires. Serrant la côte au ras des vagues, ils remontent par la plage et les dunes dangereuses jusqu'à Porto Alexandre (devenu Tombua) où ils trouvent une extrême pauvreté (mais pas de mendiants), un cimetière de bateaux échoués, une banque (c'est bon signe) et une police perdue dans les décombres de la défunte bureaucratie portugaise (le legs colonial empoisonné). L'arrivée à Namibe (ex-Moçâmedes) est une surprise: puissantes voitures neuves dans les rues, tourisme, hôtels. Ils estiment à 150 000 (?) habitants le chef-lieu de la province. Le retour par l'intérieur via Lubango/ex-Sá da Bandeira est un classique, n'apportant pas de nouveautés. En revanche, la descente vers Ruacaná s'effectue par une piste exécrable et les mêmes policiers les rancônent comme à l'aller. Ce passage n'est pratiquement pas emprunté par les touristes, donc ils sont exploités par des fonctionnaires en uniforme que l'on suppose être envoyés là à titre expiatoire.

23 Gabi Christa & Uwe Scharf, TRANSNAMIB. DIMENSIONEN EINER WÜSTE, Halblech (Allemagne), Sandneurosen-Verlag, 2010, p. 220, photos noir et blanc et couleur.

Mozambique

Les sens du terme «Missions» dans notre titre sont suffisamment nombreux pour que l'on regroupe sous ce vocable le livre d'une activiste catholique italienne, et une traduction fort utile d'un livre en allemand d'un missionnaire morave sur l'histoire du Mozambique. OPERAZIONE MOZAMBICO²⁴ décrit donc une mission d'aide d'urgence à la province de Tete, montée en 1984 par une ONG du nord de l'Italie, avec le concours de l'aviation militaire nationale. Il s'agissait d'apporter des vivres à une population en pleine guerre civile. Et avec un tel objectif, on ne peut pas penser du mal de son auteure. Elle s'enthousiasmera tant pour le Mozambique qu'elle deviendra ultérieurement l'une des chevilles ouvrières du grand élan d'implication de l'Eglise catholique et des autorités civiles de Rome pour parvenir à «imposer» la paix en 1992 à un pays rendu exsangue par la folie politique. Depuis, elle mène sa croisade pour faire connaître les réalités du Mozambique en Italie, ce qui est fort judicieux, mais on se demande si elle est bien entendue par les bibliothèques de son pays qui montrent des carences si énormes sur l'histoire et la situation de ce pays que mieux vaut en rire pour ne pas avoir à en pleurer. Pour comprendre un pays, il ne suffit pas d'avoir de bonnes intentions: il faut savoir d'où il vient et ce en profondeur. Le cœur, c'est bien, mais le cerveau et la connaissance, ce n'est pas totalement inutile non plus. Cette remarque vaut pour la plupart des ONG étrangères qui travaillent en Afrique en envoyant des techniciens et des bonnes volontés mal préparés à ce qui les attend sur place. Répétons-le. Autre dimension avec le Padre Paul Schebesta (1887-1967), linguiste, ethnologue reconnu, spécialiste des Pygmées, et devenu, selon nous, un très bon historien des missions catholiques en Zambézie. Et ce n'est pas seulement à ce titre que nous recommandons la traduction – tardive – de son classique autrichien de 1966. La lecture de PORTUGAL: A MISSÃO DA CONQUISTA NO SUDESTE DE ÁFRICA²⁵ nous montre que dans sa jeunesse il appartient aux pionniers de la Société du Verbe divin, envoyés en Zambézie (1911) pour remplacer les Jésuites expulsés par la République. Or, ces nouveaux missionnaires étaient tous allemands ou austro-hongrois, donc à peine avaient-ils pu travailler cinq années dans les anciennes missions des Jésuites qu'ils furent internés en 1916 comme ressortissants de pays ennemis du Portugal. Et là Schebesta devient un irremplaçable – quoique involontaire – démolisseur des accusations portées contre eux par des autorités locales paranoïques soutenant, contre toute vraisemblance, qu'ils avaient été les instigateurs de la grande révolte du Barué. Or, il est désormais établi (cf. René Pélissier, *Naissance du Mozambique*, Orgeval, Editions Pélissier, 1984, vol. II, *passim*) que c'étaient les insupportables contraintes imposées par les Portugais aux Zambéziens de la rive droite – à peine conquis – qui étaient la mèche qui les fit «exploser». La xénophobie et la recherche de boucs émissaires étrangers sont compréhensibles en temps de guerre, mais elles font mauvais ménage avec les historiens non parties dans une réelle polémique exotique qui fit quelques dizaines de milliers de morts, sinon beaucoup plus.

Il est bon que ce soit une filiale portugaise du même ordre que celui de l'auteur qui ait pris l'initiative de publier cette excellente traduction. Toutefois, deux remarques: 1.^o) il aurait

24 Paola Angelotti Sbrana, OPERAZIONE MOZAMBICO. DIARIO DI UN INTERVENTO DI EMERGENZA, Fucecchio, La Versiliana Editrice, 2011, p. 226 + p. 16 de photos noir et blanc.

25 Paul Schebesta, Portugal: A MISSÃO DA CONQUISTA NO SUDESTE DE ÁFRICA. HISTÓRIA DAS MISSÕES DA ZAMBÉZIA E DO REINO MONOMOTAPA (1560-1920), Lisboa, Missionários do Verbo Divino, 2011, p. 510 photos noir et blanc.

été utile d'inclure un index adapté de l'original; 2°) il eût été encore plus louable d'actualiser (et de corriger: Ex, Guyot, P. et non Guvot, F., p. 502) une bibliographie zambézienne qui était très pertinente en 1966, mais qui s'est considérablement enrichie en 45 ans. Et là, nous retombons dans l'éternel problème de la pauvreté des bibliothèques publiques dans les pays latins. Faute de mieux, un saut et un séjour à celle de la Société de Géographie de Lisbonne auraient quand même permis de valoriser encore plus un ouvrage remarquable en 1966 et qui le reste à bien des égards.

Nous nous bornerons à signaler un livre qui intéressera les pédagogues et les linguistes – deux variétés que nous respectons, les yeux fermés – et qui nous impressionne, venant d'un spécialiste mozambicain enseignant à l'Université Eduardo Mondlane, dont ni les politologues, ni les philosophes, ni les sociologues, ni les historiens locaux ne nous avaient frappé jusqu'à présent. Avec Feliciano Chimbutane, *RETHINKING BILINGUAL EDUCATION IN POSTCOLONIAL CONTEXTS*²⁶ nous sommes à la racine de l'unité nationale: comment, quand et où enseigner la langue commune à tous, alors que les enfants ont vingt (minimum) autres langues maternelles à la maison? C'est technique. Nous aurions cru que le swahili descendait beaucoup plus bas sur la côte nord. On en apprend à tout âge. Avec *SEXUALITY AND GENDER POLITICS IN MOZAMBIQUE*²⁷ on n'est absolument pas devant la vitrine d'un sex-shop danois car depuis trente ans et plus cette sociologue – danoise elle aussi – qui le signe a accumulé une masse de publications sur les femmes mozambicaines depuis 1975, leurs opinions, leur rôle dans la construction et la politique du pays et leur situation actuelle. On trouve dans cet ouvrage des chapitres très denses sur la modernisation, les initiations en pays macua et swahili (notamment à Ribáué et sur la côte nord), la sexualité féminine, les cultures animistes, les coutumes, la tenure foncière, la famille, la politique du FRELIMO au temps de sa tentative d'enrégimenter la société, le rôle de certaines ONG scandinaves, les danses rituelles, la ruralité contre l'ordre voulu par les intellectuels marxisants, la dot, les confréries islamiques, etc.

On ne sait pas si ce texte composé de morceaux divers se laissera facilement appréhender par les milliers de spécialistes américaines du genre, mais les politologues pourront y trouver leur bien. C'est plus douteux pour les historiens qui relèveront quelques erreurs facilement évitables si on lisait leurs œuvres. Le port d'Angoche était-il véritablement hors du contrôle portugais (p. 272) en 1898? Allons, allons! Ce sont les criques et l'intérieur de l'Angoche (pas son port qui était occupé) qui échappaient aux autorités coloniales.

Un auteur qui annonce qu'il mène une enquête de terrain depuis 2007 à la Feira da Ladra (Lisboa) ne peut pas nous laisser indifférent, et le sous-titre de son *LOURENÇO MARQUES*²⁸ non plus. De fait, il règle quelques comptes avec son enfance coloniale et avec le racisme ambiant de l'époque à Lourenço Marques qu'il est trop facile d'imputer à l'influence sud-africaine, comme si les Portugais par quelque intervention de la Providence en étaient génétiquement et miraculeusement absous. Donc, ce livre est un kaléidoscope de souvenirs émus, mais lucides, très précis et avec une toile de fond antisalazariste et anticolonialiste affichée comme telle. Son père fut un officier de marine républicain, déporté dans de

26 Feliciano Chimbutane, *RETHINKING BILINGUAL EDUCATION IN POSTCOLONIAL CONTEXTS*, Bristol & Buffalo & Toronto, Multilingual Matters, 2011, XI - p. 182.

27 Signe Arnfred, *SEXUALITY AND GENDER POLITICS IN MOZAMBIQUE. RETHINKING GENDER IN AFRICA*, Woodbridge (Suffolk), James Currey/Boydell & Brewer, 2011, XVIII - p. 310, dessins et photos noir et blanc.

28 Nuno Roque da Silveira, *LOURENÇO MARQUES. ACERTO DE CONTAS COM O PASSADO, 1951/1965*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p. 415, très nombreuses photos noir et blanc.

bonnes conditions, qui deviendra ensuite administrateur colonial à Timor (entre autres occupations plus lucratives) et professeur à Lourenço Marques. On ne peut suivre, pas à pas, l'auteur dans ses déambulations de jeune colon heureux, et même du bon côté de la colonisation (avec domestiques et aisance assurée), encore qu'il ne puisse s'empêcher de souligner a posteriori la discrimination raciale. Il y a donc une ambivalence entre sa situation privilégiée et ses tendances égalitaristes. Ils étaient nombreux à jouir, malgré tout, de cette contradiction inévitable.

Ce qui reste de son livre, au-delà des souvenirs vaguement *saudosistas*, c'est la description de la vie à Lourenço Marques (et environs) dans les années 1950, puis en 1965, pour la moyenne bourgeoisie coloniale de tendance libérale avancée, avant donc l'effondrement du Jardin d'Eden. Le livre est extrêmement bien écrit et édité et, de ce fait, il constitue une pierre angulaire pour qui voudrait reconstituer une société disparue.

Un autre auteur qui écrit bien sur le Mozambique, mais indépendant cette fois-ci (2009), c'est un jeune Brésilien blanc dont nous n'avons pas compris ce qu'il y faisait pendant cinq mois: «employé»? «touriste»? «photographe»? «artiste»? etc.? Peu importe. Son *BOIANDO EM MOÇAMBIQUE*²⁹ est un régal pour le lecteur sensible à l'humour grinçant d'un homme qui découvre un pays dont il entend la langue, sans se rendre peut-être compte qu'il est dans un univers mental très éloigné du sien (São Paulo). Il est à Tete, Moatize, Maputo évidemment, Beira aussi, Boroma, Cabora Bassa, etc. Il est, lui aussi, victime des policiers corrompus qui sont consubstantiels à l'indépendance.

Quelques piques contre les Portugais disparus et les experts brésiliens qui travaillent au Mozambique comme dans un pays de mission peuplé de «sauvages» mais ce cycliste émérite, quoi qu'il dise, est de l'autre côté de la barrière. Le colon, c'est lui. Il prépare l'un de ces *mestrados* brésiliens où l'on nage dans le superficiel et les apparences. S'il ne réussit pas dans les études, il pourra toujours devenir écrivain au Brésil. Mais comme cela ne nourrit pas non plus son homme, le métier de «travel writer» nous paraît tout indiqué pour un Livingstone brésilien qui aime les Africains, son blog et les chèvres. Comme c'est sympathique, on en restera là.

29 Rafael Moralez, *BOIANDO EM MOÇAMBIQUE*, São Paulo, Balão Editorial, 2011, p. 215, nombreuses photos noir et blanc et couleur.

Aneel Karnani

Palgrave MacMillan, 2011

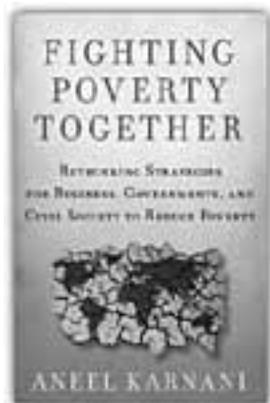
ISBN: 978-0-230-10587-4

Fighting the Poverty Together: Rethinking strategies for business, governments, and civil society to reduce poverty

Susana Costa e Silva*

Miguel Filipe Silva**

p. 269-273



Ao longo da obra *Fighting the Poverty Together*, Aneel Karnani oferece-nos uma argumentação muito sólida sobre o insucesso dos modelos de diminuição e erradicação da pobreza, que têm vindo a ser seguidos pelas organizações internacionais.

Karnani é contundente: a erradicação da pobreza é um imperativo moral e a sua não prossecução uma violação clara à justiça social. O autor desta obra, afirma que reduzir a pobreza é fundamental não por ela poder ser uma ameaça política ou uma oportunidade económica; não por asfixiar as causas do terrorismo ou elevar a humanidade a níveis de prosperidade sem precedentes. A pobreza tem, isso sim, que passar a ser apenas uma recordação sombria porque é um insulto para a dignidade não só dos pobres mas de todos nós (João Paulo II) e a pior forma de violência (Mahatma Ghandi). A crítica maior de Karnani é feita ao que ele chama *as pilulas douradas da redução da pobreza*: o microcrédito, a responsabilidade social das empresas e a abordagem “Bottom-of-Pyramid” (numa alusão clara ao livro *The Fortune at the Bottom-of-Pyramid*, de C.K. Prahalad, de 2004). Estas abordagens não aliviam, segundo o autor, a pobreza mas, em alguns casos, podem mesmo ter o efeito contrário. Para Karnani essas estratégias partem da premissa que o setor privado, o setor público e a sociedade civil (organizações como ONG, cooperativas, associações etc.) trabalham de costas voltadas, e construíram preconceitos uns em relação aos outros, os negócios são olhados como venais, explorando os mais fracos

* **Doutorada em Marketing pela University College Dublin (Ireland)**. Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), universidade onde leciona desde 1997 e onde é atualmente a Diretora do Departamento de Marketing e do Programa de Mestrado em Marketing. Investigadora do Centro de Estudos de Gestão e Economia da Faculdade de Economia e Gestão da UCP (Porto). Tem lecionado em várias universidades nacionais e estrangeiras, nomeadamente no Brasil (Pontifícia Universidade Católica e Escola Superior de Propaganda e Marketing, ambas em São Paulo). Tem escritos vários livros e capítulos de livros nas áreas do Marketing Internacional, Internacionalização e Cooperação Empresarial, em Portugal, no Brasil e nos EUA. Também tem publicações científicas nas mesmas áreas e ainda no domínio do Marketing Social, os quais têm sido publicados nos compêndios da área e apresentados em conferências científicas internacionais. Ganhou recentemente o prémio de Melhor Artigo de Marketing Internacional atribuído na European International Business Academy; e tem estado envolvida em vários projetos de cooperação, académicos ou não, nas áreas do marketing, marketing internacional, confiança, marketing social, novos modelos de negócio, criação de valor, etc. Tem realizado consultoria nalgumas destas áreas em Portugal e fora.

** **Doutorando em Estudos Africanos na UP. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)**. Pós-Graduado em Marketing pela Católica Porto Business School, instituição onde obteve também um MBA, com especialização em Marketing.

para obter lucros, os governos são considerados ineficientes e corruptos e a sociedade civil é ingénuo e ineficaz.

Para Karnani, no entanto, a erradicação da pobreza só será possível com a cooperação destes três setores: o empresarial porque tende a ser eficiente, motivado e possui bastantes recursos para conseguir impactos de maior escala; a sociedade civil porque trás consigo a paixão e a energia necessárias para colocar os “motores” em marcha; e os governos porque tem a capacidade coordenar e planificar e de criar as molduras legais necessárias para facilitar o processo. Este autor considera então que a ineficácia na resolução deste trágico problema se prende com as abordagens individuais até hoje realizadas, quando a virtude está num combate concertado entre os três setores referidos. Um combate que se pretende pragmático, procurando soluções caso a caso, evitando construir modelos universais, comprovadamente, segundo o autor, condenados ao fracasso.

Numa perspetiva carismática, Karnani defende que a redução da pobreza tem fundamentalmente duas dimensões: falta de rendimento e dificuldades no acesso aos serviços. Estas duas grandezas têm que ser resolvidas em simultâneo. Para o autor, uma das mais fortes medidas é a criação de emprego, sendo que para concretizar este objetivo o contributo planeado das empresas privadas e do Estado é crucial. Contudo, um segundo alvo deve ser apontado – garantir que os mais pobres possam ter acesso aos serviços públicos de saúde, de educação, de higiene sanitária, de segurança e a outras infraestruturas relevantes.

Estas medidas têm que ser complementadas com a disponibilização de bens adequados para esta população pobre mas - e aqui está a novidade - a preços que estas pessoas possam pagar. Esta é a responsabilidade social que se exige às empresas.

A crítica mais severa feita neste livro é, no entanto, desferida a outras duas “pílulas douradas” - o BOP e microcrédito.

Em relação ao microcrédito, o autor considera que apesar das suas boas intenções esta ferramenta foi sobrestimada. Tendo sido criada para proporcionar o acesso dos mais pobres ao sistema tradicional de crédito, financiando pequenos negócios, tem sido utilizado, em mais de 50% dos casos, segundo o autor, para o consumo privado. Por outro lado, a maior parte dos beneficiários não têm as necessárias características de empreendedorismo, fundamentais para transformar uma ideia num negócio rentável. Outrossim, estes negócios não conseguem, na sua maioria, obter as economias de escala necessárias para fortalecer e fazer crescer a empresa, não conseguindo assim atingir taxas de crescimento que permitam desenvolver vantagens competitivas, imprescindíveis nestes mercados muito concorrenciais e sem fortes barreiras à entrada. Por outro lado, as taxas de juro são surpreendentemente altas, entre 30 a 60%, podendo nalguns casos, atingir os 100%! Deste modo, se considerarmos que os investimentos tradicionalmente são alocados em negócios com um ROI (retorno do investimento) superior ao juro devido, percebemos que o sucesso do microcrédito está posto em causa, já que estaríamos a pedir a estes pequenos microempresários por força do enquadramento legal que, praticamente, descobrissem um negócio que fosse uma mina de ouro...

A existir algum sucesso nestas iniciativas, ele deve-se a pessoas com características particulares: espírito empreendedor, que não precisam do microempréstimo para pagar dívidas anteriores, que não utilizam o dinheiro em produtos de consumo e que o investem nos negócios com maior potencial. São estes, para Karnani, os casos de sucesso que, de tão divulgados, constroem uma ideia enviesada da importância e do sucesso desta ferramenta financeira.

Já no que diz respeito à formalização dos direitos de propriedade (propriedade privada), esta tem sido também apresentada como uma forma de combater a pobreza. De facto, vários são já os países, que acreditando nesta fórmula, tentaram constituir bolsas de propriedade privada, que serviriam como garantia para abrir para os mais desfavorecidos autênticas autoestradas de acesso ao crédito. Mais uma vez, para Karnani, esta perspectiva parece não ter qualquer evidência empírica – os pobres tendem, isso sim, a ser hostis ao risco e não parecem interessados em perder o pouco que têm para partirem numa aventura incerta.

No que diz respeito à abordagem que considera que a melhor estratégia para combater a pobreza é as empresas servirem a base da pirâmide (BOP), acreditando que este “segmento” de milhões (de pessoas e de dinheiro atomizado) pode ser trazido para níveis de consumo superiores, Karnani é igualmente cético, considerando-a uma ideia romântica, quase uma quimera. Se é verdade que este mercado pode valer os cinco triliões de USD, que C.K.Prahalad fala no seu livro, é mais verdade ainda que uma coisa é ter esse dinheiro dividido por alguns ou tê-lo fragmentado em mais ou menos quatro mil milhões de almas... De facto, na opinião de Karnani, as premissas do BOP criam expectativas irrealistas e falsas esperanças para a rentabilização de negócios do setor privado porque este mercado é, de facto, muito pequeno e pobre. Assim serão muito limitadas as oportunidades de as empresas poderem lucrar servindo os pobres. Para estes, tudo é mais *simples*: eles não têm dinheiro para pagar o que se lhes pede que consumam. Além disso, não é aumentando a oferta disponível aos pobres que eles deixam de o ser (Karnani não acredita que toda a oferta crie a sua própria procura...). Para o autor, a solução está no aumento de rendimento. Deste modo, esta enorme franja da humanidade deve ser olhada e auxiliada na sua dimensão de produtor e não na de consumidor.

No fundo, o primeiro problema com a abordagem dos BOP é ser muito questionável a existência de uma fortuna escondida na base da pirâmide. Era fundamental perceber, se isso fosse possível, quanto dinheiro e que opções de cabaz são feitas pelas famílias mais pobres. Uma família com quatro pessoas e com oito USD por dia não consegue comprar sequer bens de primeira necessidade. O segundo problema, segundo o autor, repousa nas ideias erradas, veiculadas em alguns países, do que são efetivamente os pobres e do que é efetivamente a pobreza extrema. De acordo com o relatório “Next 4 Billion”, 98,6% da população da Índia é pobre, contudo para o Banco Mundial “só” 75,6% são assim classificados. Parece claro que existe um problema para definir a linha da pobreza. O *The Wall Street Journal* considera a mesma coisa vender aos pobres e à população dos países emergentes – o que é falso, já que nos segundos começa a despontar uma classe média, esta sim interessante para as empresas privadas. Seria, então, decisivo descrever o BOP não em termos de tamanho mas de paridade de poder de compra (Purchasing Power Parity). No entanto, será pouco razoável exigir às empresas que considerem esta medida, uma vez que os seus proveitos seriam repatriados a uma taxa de câmbio financeira, e não de paridade de consumo...

Em terceiro lugar, os custos para servir este mercado da base da pirâmide podem ser extraordinariamente altos. Apesar do seu número imenso, os pobres não são todos iguais, nem estão concentrados numa área geográfica pequena e específica. Assim os custos de distribuição e marketing são muitas vezes incontroláveis. Este cenário leva muitas vezes as empresas a colocar preços mais altos nestas regiões e não o contrário, como seria desejável. E embora os olhos ocidentais, quando uma região é declarada pobre, não diferenciem

quem pode e quem não pode aceder ao mercado, a verdade é que os primeiros a conseguí-lo são, de facto, a classe média desse espaço geográfico.

Assim, nos casos em que a base da pirâmide é servida, ou não há realmente lucro considerável, ou a organização que promove este consumo não tem verdadeiramente fins lucrativos (ou então, está-se a servir uma classe média que pode estar a ser confundida com a base da pirâmide).

Outra falácia, para Karnani, são os produtos em embalagens unidose, que oferecem uma sensação de preço baixo, mas que na realidade não o são. Para tal, basta percebermos o rácio preço/dose. A única verdadeira solução para diminuir o preço e aumentar o poder de compra é reduzir os custos por unidade. E isto só é possível com embalagens maiores e não o contrário. Ou seja, percebe-se então que as unidoses não podem ser mais baratas, já que os seus custos são, pelo contrário, maiores. Também o ambiente e as condições sanitárias sofrem mais com esta “solução”, basta lembrar os mantos de plástico nas aldeias mais desfavorecidas e nos bairros mais pobres.

Por último, mas não menos importante neste livro é o desmontar da crença de que as oportunidades na base da pirâmide são socialmente responsáveis e ainda passíveis de reduzir a pobreza. Karnani acredita que este “isco” pode ser mordido pelo setor privado, em busca de beneficiar com as suas políticas de responsabilidade social, em vez de serem guiadas por uma real hipótese de lucro financeiro neste “mercado”. Karnani é radical: só se consegue reduzir a pobreza aumentando o poder de compra destas famílias e isto só é possível elevando o seu rendimento (olhar o pobre como produtor) e reduzindo fortemente os lucros das empresas, em cerca de 50%, e consequentemente os preços, ainda que sem comprometer a qualidade dos produtos.

A redução de custos pode ser, para Karnani, a outra peça deste puzzle. Para isso será preciso acreditar e investir em melhorias tecnológicas significativas, que conduzam a drásticas reduções dos custos de produção (uma “destruição criativa” como a definia Schumpeter...). Se há casos em que podemos acreditar nesta possibilidade, noutros ela é muito remota. Os casos de sucesso parecem a maior parte das vezes apenas fornecer evidências remotas e bastante forçadas, como é o caso do hospital “Arvind Eye Care”, onde a redução de custos foi conseguida pela escala que se alcançou e pelos subsídios obtidos e não por uma real alteração da estrutura de custos. Mesmo que estes casos, ou outros parecidos, sejam um exemplo de inovação empresarial, claramente mais eficientes que os “normais” hospitais, não chegam porém para contrariar a exagerada confiança na teoria do BOP, difundida pelos seus proponentes.

Numa perspetiva pragmática, e *desromantizada*, Karnani defende a necessidade de recursos para esta causa, recursos a uma escala que só um trabalho de verdadeira cooperação entre o setor privado e o Estado conseguirá obter. Enquanto o primeiro é motivado pelo lucro, o segundo é-o pelo consenso político, sendo por isso necessário um debate para se alcançar uma plataforma alargada de entendimento. Karnani lembra (lembra-nos?) que existe um acordo, celebrado em sede das Nações Unidas, em 1970, dos países ricos doarem 0,7% do seu PNB aos países pobres. No entanto só 0,3% em média tem sido alcançado. Para o autor, os governos dos países ricos não estão a cumprir por não acreditarem que os seus homólogos dos países pobres conseguem realmente desenvolver programas de redução da pobreza. Enquanto os partidos de esquerda entendem que a pobreza se deve a armadilhas causadas por falhas das instituições, os de direita tendem a acreditar que os pobres não são suficientemente ativos e diligentes para romperem o seu caminho até à erradicação da sua

dramática situação. Entretanto, milhões de crianças subnutridas, não vão à escola, não recebem vacinação e morrem muitas vezes de uma simples diarreia.

A obra termina afirmando que não é importante saber quem é culpado desta indigna situação. É preciso, antes, ir além das divisões ideológicas, adotando uma postura ativa e centrada na resolução caso a caso dos problemas, onde Estados, empresas privadas e sociedade civil trabalhem em conjunto e não cada uma no seu quintal e fugindo das suas responsabilidades.

Coleção Malungo

Mário Maestri (Org.) (2010)

Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil, Tomos I & II. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo

José Capela*

p. 275-282

Tendo Mário Maestri como coordenador, a coleção reúne em dois volumes um conjunto de 18 estudos contemplando tema tão vasto como é o da economia pastoril no Brasil. Prevalecendo como questão central posta à generalidade dos textos a mão-de-obra utilizada, dir-se-ia que será ela que, ao longo das páginas, será evidenciada, fazedora que é da economia na base da formação das grandes sociedades nacionais que são a América Latina. As condições de todo o género em que se desenvolveram tais civilizações e a economia que as sustentou constituem um universo historiográfico e histórico porventura sem precedentes nas dimensões do espaço e do tempo em que se desenvolveu. Por igual na diversidade do concurso humano que envolveu. Que tal hierarquia tenha sido respeitada na curiosidade da abordagem de tema prolixo é uma primeira constatação assinalável. Se a dispersão e, talvez, uma certa ilusão aparente do domínio da universalidade do processo em análise terá resultado em alguma superficialidade, em contrapartida ganhamos a consciência da extraordinária dimensão abrangida pela curiosidade historiográfica aí manifestada. Página a página somos incentivados a prosseguir e vamo-nos dando conta da inovação com que esta contribui para a modernização da historiografia brasileira que também é da América Latina e, de alguma maneira, de Portugal.

Desde logo, as contribuições que preenchem os dois volumes da *Coleção Malungo* subordinadas ao acima titulado apresentam-nos um panorama económico, ambiental, social e histórico que não careceria ela dos muitos outros atractivos que a tornam irrecusável, para além da designação emblemática: *Malungo*. O dicionário de Caldas Aulete é esclarecedor: “Nome, com que se designam reciprocamente os Negros que, no mesmo navio, saem da África (Bras.)”. Em línguas bantas do sudeste africano versões como *Muntu*, *Mulungo*, *Muzungo* designam Deus, senhor, a pessoa humana, assim como a força universal cósmica presente na raiz comum da designação de outras categorias tais como “coisa”, “lugar” e “tempo”. Pivotal na cosmogonia banta, os africanos escravizados, caminho das Índias Ocidentais, com ele blindaram a dignidade e a consistência da sua identidade.

A dimensão do tempo, dos espaços físicos, das suas economias, das sociedades que as promoviam, não são passíveis de interpretação fácil. É nessa dimensão que se insere a

* CEAUP.

mão-de-obra escrava, condição essencial à existência e ao desenvolvimento do universo em causa. Que tal tipo de mão-de-obra se tenha historicamente demarcado a si mesmo na transumância da imigração forçada, da forma como o fez, é algo invocador da nobreza intrínseca manifestada nos antípodas palpáveis da degradação a que estava a ser sujeita. Desde logo a omnipresença da mão-de-obra escrava em todo o tempo e espaços considerados. O que muito bem e adequadamente se reflecte ao longo dos escritos da *Coleção Malungo*.

Sobre o Plata e o Rio Grande do Sul

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos analisa *A Economia agropastoril no Brasil*

Resultado de pesquisa que, a partir de 2007, se propunha estudar a história da produção pastoril, de 1780 a 1930, no Piauí, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, onde essa produção foi predominante. Desde logo e para quantos limitam o universo da prestação do trabalho escravo às culturas do açúcar, do café e à mineração, as surpresas das Reduções, concentrações de índios em pequenos povoados, com garantias de protecção contra a *encomienda* e a escravidão. As Missões organizadas em unidades políticas e produtivas garantiam a posse da terra. Júlio Ricardo Quevedo conclui que “a economia agropastoril missioneira, baseada no trabalho comunitário e autosuficiente, permitiu que os guarani-missioneiros fossem os protagonistas e beneficiados pelo êxito socioeconómico em uma formidável experiência sem precedentes na América Espanhola”. Economia pastoril missioneira em oposição ao modelo colonial português com base na escravatura.

Mário Maestri em as *Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul*

descreve-nos como, a partir da perda do mercado da costa do Brasil com o fim da União Ibérica, o porto de Buenos Aires ficou limitado à exportação dos couros. A União Ibérica facilitou a redes e a inserção dos escravos africanos no Rio da Prata onde se verificava grande carência de mão-de-obra. Em 1805, 30% dos moradores de Buenos Aires eram africanos ou afro-descendentes. Desde os começos do século XVII a economia do Prata tinha como base os couros e derivados e, em finais do século seguinte, eram a sua grande exportação. Mas já nos princípios do mesmo século XVII as autoridades de Buenos Aires legislavam sobre a caça livre de gado que se fazia em capturas de milhares. No século seguinte há notícia de recolha de 40 000 a 50 000 cabeças levada a cabo durante três meses envolvendo 1 600 cavalos (dez por cavaleiro). Operações de caça para obtenção de couros, sebo e graxa prolongavam-se por mais de um ano. Descreve-se como o grande capital se apoderou da *vaqueria*, agenciando ou tomando de arrendamento as “*caçadas dos couros*”. Os couros europeus não tinham possibilidade de competir em preço com os americanos.

Eduardo R. Palermo, “*Como continuacion del Rio Grande del Sur*”: la hacienda sul-rio-grandense esclavista en el norte uruguayo (séc. 19)

A atracção exercida pelas extensões até Rio da Prata seria satisfeita com a doação de 35 sesmarias a soldados e oficiais das tropas portuguesas, em 1822/23. Também aí se encontram os africanos e afrodescendentes que constam de censos ao longo do século XVIII. As vicissitudes bélicas no Uruguai e a proibição de tráfico negreiro internacional a partir de

1850 levaria a verdadeira caça de antigos escravos para venda na fronteira com o Brasil que se prolongaria no tempo e tomaria formas diversas. O prolongamento da escravatura de facto em territórios do Uruguai e do Rio da Prata e a sua transumância ao longo das fronteiras não está suficientemente esclarecida, não obstante o valioso contributo que Palermo tem dado ao estudo deste facto histórico.

Newton Luiz Garcia Carneiro, *No Extremo Sul, uma elite diferenciada*

Se a abordagem anterior incide prioritariamente na população escrava e sua descendência, a de Newton Carneiro contempla o que designa elites pastoris sul-riograndenses. Elites essas que, ao longo do século XIX, terão estabelecido um Estado dentro do Estado uruguaio. Abrangendo uma população de cerca de 40 000 pessoas entre as quais se contavam milhares de escravos que assim subsistiam em um estado onde a escravidão havia sido abolida.

Estâncias fortificadas

Encabeçadas pela arquitecta e urbanista, mestra e Doutora em História Ester J. B. Gutierrez, os investigadores Claude Daiane Garcia Molet, Daniele Behling Luckow e Simone Rasmussen Neutzling, proporcionam-nos um panorama dilatado da ocupação colonizadora de Jaguarão, a sul do rio Piratini, Rio Grande do Sul, linha de fronteira com o Uruguai. O que nos permite acompanhar de perto como se processou a colonização dessa parte do Rio Grande do Sul tão tarde como em finais do século XVIII e primeiras décadas do século seguinte. Não deixa de se revestir de não pouca curiosidade constatar que o contrato enfiteútico, de origem medieval, tenha sido implantado no vale do Zambeze, sudeste africano, no século XVII, como instrumento de colonização, que aí tenha prevalecido para além de meados do século XIX e que, a décadas da sua extinção em África, venha a ser utilizado no Brasil. Nessas *estâncias*, como sempre, os escravos. São descritas várias conforme a situação actual, descrições ilustradas com imagens de edifícios dos quais ressalta a arquitectura herdada dos solares e das casas abastadas de lavoura do noroeste portugueses. Também fortins de estâncias. Não é despreciando de interesse o “quadro de bens inventariados de seis estanceiros em Jaguarão” referido a 1816-1865: os bens inventariados são, por igual: cativos, reses, vacas leiteiras, bois, novilhos, cavalos, éguas, potros, capões, ovelhas, imóveis. O proprietário que dispõe de maior número de cativos, 54, é senhor de 17 400 reses e o que dispõe de menos cativos, 7, conta 145 reses.

Sobre o Mato Grosso

Maria do Carmo Brazil, em *Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão*

Após referências históricas genéricas, em capítulo dedicado a “Família e Igreja” a autora insere a questão do escravismo no contexto da extinção do tráfico (1850). O que faz recorrendo ao comportamento de clérigos no desempenho de funções em que estão investidos ou do comportamento pessoal. Os senhores de escravos, adaptando-se à nova situação, vão alforriando os escravos e o padre Francisco de Sales Sousa Fleury, personalidade de grande

autoridade no meio social, promoveu a liberdade de muitos deles, tendo sido primeiros os de sua casa. Tal como em outros locais, nomeadamente em África, as alforrias eram condicionadas: os escravos ficariam a servir os senhores, neste caso até perfazerem 30 anos de idade.

Elaine Cancian com *Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (séc. 19)*

O desenvolvimento do Mato Grosso do Sul apenas terá ganho perspectiva em finais do século XVIII quando os criadores de gado promoveram as grandes propriedades rurais destinadas à pecuária. A mesma ocupação do território onde viria a edificar-se a cidade de Miranda apenas surgiria em 1797. O forte e as construções iniciais eram de pau-a-pique. Em meados do século XIX os habitantes de Miranda não ultrapassavam as duas centenas e eram brancos, caburés, nativos, mulatos e negros. As casas de barro e palha. No início do século XIX contavam-se por milhares os animais de rebanhos de gado vacum e cavalari abandonados pelos jesuítas e espanhóis no Pantanal do Mato Grosso do Sul com a extinção das reduções dos jesuítas. À volta de Miranda extensas pastagens que alimentavam o gado foram ocupadas por criadores oriundos de outras paragens. A década de trinta conheceu novo desenvolvimento na criação de gado que se prolongou até 1910. A assinalar o facto de este desenvolvimento pecuário na parte sul de Mato Grosso ser acompanhado pela omnipresença da mão-de-obra escravizada nas fazendas. As dimensões bíblicas de espaços, rebanhos, tempos e o mais legitimam a enumeração quase minuciosa de fazendas com proprietários, dimensões, culturas, animais e valores respectivos. Há subtítulos quase incidiosos: “jóias, cativos e engenho”; “porcos, cavalos e cativos...”.

Paulo M. Esselin, *A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense*

De entrada, uma descrição geográfica do Pantanal, explicitado o processo de ocupação do mesmo pelos espanhóis que mais não pretendiam que o acesso às ricas minas de prata dos peruanos e a ocupação geopolítica estratégica que permitisse impedir os portugueses de atingirem as riquezas dos metais do Peru pela rota de São Paulo. Referindo, de seguida, o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense pelos espanhóis, o autor recua até aos começos do século XVII e à fundação da que seria a cidade de Santiago e Xerex, atacada e quase destruída pelos indígenas imediatamente após a sua edificação. Também a presença dos padres jesuítas a partir de 1628. Com eles as reduções, por sua vez as mutações civilizacionais que provocavam, nomeadamente na implementação pecuária. Aí se verificaram as invasões dos colonos sobre as reduções, destruindo-as. Também os bovinos e equinos abandonados acabaram por contribuir para o desenvolvimento da pecuária sul-mato-grossense. Nos começos do século XIX, o Pantanal tinha extensas pastagens e rebanhos devolutos assim como outras boas condições para ocupantes do espaço. A região foi invadida por famílias e grupos que vieram a transformar-se em “senhor de engenho” ocupantes de grandes áreas. Proliferaram as fazendas com centenas de milho de hectares. Descrição pormenorizada dá-nos conhecimento da evolução da propriedade e da prestação de trabalho assim como das formações sociais emergentes em tal universo. O processo de expropriação dos indígenas da sua terra e do seu gado de par com o surgimento dos latifúndios. Finalmente, o desenvolvimento das charqueadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, século XX adentro.

Sobre o Piauí

Solimar Oliveira Lima, *Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí*

Finais do século XVI a produção de açúcar estava implantada no litoral nordestino. Um engenho requeria largos cabedais, equipamentos específicos, trabalhadores especializados oriundos da Europa, trabalhadores escravizados, estes um quarto do capital fixo da empresa, grandes extensões de terras. Os “senhores de engenhos” formavam uma elite dispendo dos melhores processos produtivos e os simples «lavradores» apenas plantavam a cana. A ocupação do território do Piauí e a inserção do trabalho escravizado na estrutura social em formação. As coroas portuguesa e brasileira terão desenvolvido os cativeiros inclusive através das sesmarias como foi o caso de fazendas no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro, além do Piauí. Em finais do século XVIII verificava-se uma diversificação de actividades incluindo o que é designado como agricultura mercantil, para tanto recorrendo a meios herdados da pecuária: o latifúndio e o trabalho escravizado.

As Fazendas Pastoris e a Escravidão no Ceará e nos Tocantins

Luís Mott, *A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818)*

De alguma maneira pormenorizando o anterior, este estudo regressa à “descoberta” do Piauí e à produção do açúcar como alicerces sobre os quais se edificou um mundo. Referência às sociedades indígenas com as quais os europeus se foram defrontar, “37 nações indígenas agressivas”, fazem duas linhas do texto. A expansão dos canais como que avassala o espaço disponível. E não obstante a necessidade de manter a criação do gado bovino e cavalar como alimento básico da população, também meio de transporte e força motriz dos engenhos. Atenção particular é emprestada à população imigrada, nomeadamente a que acudiu ao Piauí fugida à estagnação da economia canavieira, no século XVIII: criminosos, insolentes, falidos, pretos parte em cativo parte fugitivos, raríssimos os reinóis. Em uma *Composição da população do Piauí quanto à cor, em 1722* registam-se apenas 1131 índios, 5,9% do total que, além dos indígenas conta brancos, mestiços e negros. Mais do que a quantidade é a omnipresença dos escravos no início da colonização do Piauí. Das 129 fazendas existentes em 1697, 109 dispunham de escravos, sendo seis o maior número em fazenda. Menos de um século passado, em 1762 o panorama alterara-se substancialmente e um engenho regular dispunha em média de alguns 200 escravos. O absentismo do senhorio era generalizado muito para além do Piauí.

O autor assinala a feroz resistência dos índios à invasão das suas terras, em contraposição a corrente historiográfica brasileira de sentido inverso.

Adelmir Fiabani, *Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins*

Referindo o norte de Goiás, estado de Tocantins após 1988, palco de confrontações frequentes entre os fazendeiros e os sem-terra. Também aí a colonização começou com os criadores de gado. A descoberta do ouro, no século XVIII, proporcionou-lhe a ocupação e o desenvolvimento. Estão documentadas concessões de terras a partir de 1659. No século XIX, na pecuária, vai-se diluindo o trabalho escravo e tornando prevalecte o trabalho livre.

As Fazendas Pastoris no Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Andreia Oliveira da Silva, *“Coitado do home”: O posteiro em fins do século 20 no norte do Rio Grande do Sul*

Posteiro, “uma categoria social tradicional da economia pastoril sul-rio-grandense”, nos séculos XIX e XX, era personagem com moradia, horta e algum gado, em lindes da propriedade controlando entradas da mesma e vigiando fugas de gado e de cativos. Assalariado ou fazendo sua roça na terra do senhor. Autores referem-se-lhe com a designação de *capataz*. Que se tenha guindado a figura com especial representação no percurso da sociedade e da história rural brasileira, atesta-o a presença inofismável na historiografia e na literatura, se não, e por igual, na lenda. A cercadura das terras e a evolução nas condições da prestação de trabalho ditaram a extinção de personagem relevante na sociedade rural do Rio Grande.

Helen Scorsatto Ortiz, *A apropriação da terra no Brasil: da Lei de Sesmarias à Lei de Terras (1532-1850)*

Uma das mais curiosas trasladações da colonização portuguesa a oriente e a ocidente foi a da distribuição das terras: através do contrato enfiteúico, nomeadamente concessão de prazos e sesmarias. No vale do Zambeze, actual Moçambique, prevaleceram os “Prazos da Zambézia”², no Brasil as Sesmarias. A instituição feudal era assim transplantada para o sudeste africano, a partir de Goa, em cujo estado se inseriam as capitánias de Sofala, de Rios de Sena e de Sofala, actual Moçambique. O que se pretendia era atrair reinóis para aquela parte de África com o engodo das terras tituladas em senhorios femininos, as donas, com quem esses mesmos reinóis casariam. Não foram europeias as titulares dos prazos no vale do Zambeze mas mestiças da mais variada mestiçagem. A atracção de reinóis foi rara e as donas, tendo, em muitos casos, senhoreado as terras, não menos terão senhoreado as sociedades locais. Se a sesmarias, no seu carácter inicial, eram as terras abandonadas e por que abandonadas cedidas a quem se dispunha a cultivá-las, no Brasil terão sido a porta aberta para a conquista das mesmas, muitas delas ocupadas pelos indígenas. As experiências da Madeira e das costas de África induziram os portugueses, uma vez no Brasil, a explorarem as grandes áreas à mão, condição indispensável à monocultura para o mercado externo. Também a escravidão. O envolvimento desta na evolução que teve a instituição das sesmarias até ao seu desaparecimento está explicitado ao longo do texto que nos conduz até meados do século XIX.

Fabiano Teixeira dos Santos, *Fazenda serrana: arquitectura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19*

Restringido a área ao chamado Planalto Serrano, na divisória dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, subsistem construções das antigas propriedade rurais. A casa grande, currais e outras construções. Abordagem limitada de uma arquitectura rural reduzida à mais extrema simplicidade, não obstante exemplares onde se evidencia a inspiração das congéneres do noroeste português. Estas construções utilizando materiais como as rochas basálticas e areníticas. Outras, como a araucária, mantendo o mesmo porte e traçado,

2 Allen Isaacman, *The Africanisation of a European Institution The Zambezi Prazos, 1750-1902* (Wisconsin: University of California Press, 1973).

susceptíveis de prestarem agasalho e comodidade idênticos às anteriores mas incapazes de traduzirem a presença pró-solarenga que se adivinha nas primeiras. Contribuição importante para uma perspectiva de carácter estético e social da sociedade rural dominante no período referido.

Paulo A. Zarth, *escravidão nas estâncias pastoris da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*

Começando por referir uma historiografia que alimentou o mito da benignidade da situação da escravatura no Rio Grande, passa à inversão de tal perspectiva a partir da tese de doutoramento de Fernando Henriques Cardoso, em 1960. Com estatísticas, vai-nos apresentando a presença do escravo no charque, no pastoreio, nas oficinas, nos criadores de gado. Antes da abolição do tráfico internacional, em 1850, o preço de um escravo era de 200\$000 e 400\$000 réis, cerca de um a dois anos de salários de um peão. Após a abolição os preços subiram até 1 600\$000 réis, cerca de oito anos de salário de um peão. Prevalecem dúvidas sobre as exactas funções dos escravos, se *campeiros* ou não. A abolição da escravidão, em 1888 parece não ter apoquentado nem os criadores de gado nem as indústrias do Rio Grande.

Mário Maestri, *O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense*

Começando pela ideologia, mito e história da economia pastoril, o autor põe-nos a par da mistificação historiográfica que idealizou o universo da fazenda pastoril rio-grandense. Só em finais dos anos 70 do século passado é que foram dados a conhecer registos oficiais relativos a 1858 de onde consta a maioria dos cativos relativamente aos capatazes e piões livres e cativos nas estâncias do município de Legrete, em que os últimos eram maioria absoluta. Apresenta a fundamentação de uma historiografia que partia da incapacidade genética da mão-de-obra escrava africana para desempenhar as funções exigidas pela produção charqueadora.

Passando à evolução da produção pastoril no Sul, introduzida pelos jesuítas na margem oriental do Rio Uruguai e pelos espanhóis na margem setentrional do Rio da Prata. Desenvolveu-se localmente toda uma técnica de montaria ao gado pela carne e pelo couro, a técnica da doma em campo aberto, enfim tudo o que respeitava à lide e ao proveito das grandes manadas de gado terá sido, segundo o autor, invenção dos cavaleiros missioneiros e pampianos. As técnicas adoptadas para reduzir o todo de cada animal a couro para exportação, o mais grosso, o mais pesado. Na segunda metade do século XVIII exportavam-se couros a partir de Rio Grande, Montevidéu e Buenos Aires. A concentração dos animais nos rodeios, nas grandes fazendas *rodeios gerais* três vezes ao ano, para “*marcar, beneficiar, tropear*”. Segue-se descrição pormenorizada de *Costumes rio-grandenses*, os meios utilizados para demarcação das lindes das enormes propriedades, a *baixa produtividade-rentabilidade* da fazenda crioula sulina, a percentagem de cabeças vendável anualmente – *desfrute animal*.

Regressando ao tema da mão-de-obra, tanto a livre como a escravizada, nos séculos XVIII e XIX, era escassa e cara. Os salários elevados. Os preços dos escravos subiram astronomicamente após 1850. Ao longo dos diversos *items* titulados surge o cativo abordado

relativamente às suas capacidades de adaptação, nomeadamente as tarefas mais pesadas, as de *campeiro*, uma vez que carecia da experiência do pastoreio extensivo montado, inexistente em África. No entanto eram adaptados para se industriarem nessas tarefas. A parte final da exposição analisa aspectos diversos da produção pastoril, sendo geralmente presentes referências alusivas à mão-de-obra, nomeadamente a mão-de-obra cativa.

Lucas Caregnato (2010). *A Outras Face A Presença de Afro-descendentes em Caxias do Sul 1900 a 1950*. Caxias do Sul, RS: Editora Maneco

Não fazendo parte da *coleção Malungo*, de alguma maneira integra-se no espírito que a moldou. Recuperando nos afro descendentes a intervenção do segmento de origem africana na formação daquilo que poderíamos enunciar como a civilização brasileira. Em área onde prevaleceu a imigração de origem italiana, a presença da mão-de-obra de ascendência africana, na primeira metade do século XX, duas décadas após a abolição da escravatura, não deixa de alimentar curiosidade peculiar. Em contexto histórico que exigia a inovação dos meios de desenvolvimento do país subtraindo-o ao latifúndio e à monocultura, uma vez abolida a escravatura, a imigração de origem europeia afigurava-se como a solução. Os afro-descendentes, se aí não sofreram o estigma da escravidão, sendo proibido o trabalho escravo na Colónia, ao longo do tempo não deixou de se desenvolver uma rivalidade entre os grupos étnicos oriundos dos imigrantes e os de afro-descendentes. A forma como o autor distingue a comunidade oriunda da imigração *versus* a comunidade de afro-descendentes, a primeira detentora dos meios de produção e a segunda mera prestadora de trabalho, é esclarecedora acerca de uma herança histórica e do tipo da sociedade ali em formação. Se, por um lado, se apresenta repetidamente a paridade do que é designado por *negro* a trabalhar ombro a ombro com o imigrante branco, por outro lado, é evidenciada a atribuição de profissões socialmente com estatuto menos nobre serem preferencialmente desempenhadas pelos negros. É o caso dos *tropeiros*, os *almocreves* portugueses. Em anexo, entrevistas a afro-descendentes ilustram a exposição.

Tiago Moreira de Sá

Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola, Lisboa: Publicações D. Quixote, 2011

Carla Prado*

p. 283-285

Fruto de uma investigação de pós-doutoramento realizada no Instituto Português de Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa), esta obra vem contribuir para o estudo de uma temática cuja relevância tem vindo a acentuar-se nos últimos anos: a dimensão internacional da guerra colonial portuguesa e do subsequente processo de descolonização das antigas colónias africanas. Neste caso específico, o autor pretende perceber qual foi a dimensão do envolvimento norte-americano no conflito que opôs Portugal e Angola e, mais tarde, na guerra prolongada que resultou do confronto entre os dois maiores movimentos de libertação angolanos (Movimento Popular para a Libertação de Angola – MPLA – e União para a Independência Total de Angola – UNITA).

Para melhor compreender esta temática, o autor deparou-se, num primeiro momento, com várias linhas de investigação: em primeiro lugar, importava “*estudar a descolonização de Angola no seu conjunto*” (p. 13), tendo para isso que salientar vários aspectos – internos e externos – desse processo, a saber: a) o cenário político bipolar da Guerra Fria; b) o envolvimento português na questão; c) os factores internos angolanos que propiciaram a luta pela independência; d) o contexto regional (com especial destaque para a África do Sul e a Namíbia e e) o papel de outras potências que serviram de “actores por procuração” dos poderes em conflito (neste caso Cuba, alinhada com os soviéticos).

Como facilmente se pode perceber – e é reconhecido pelo próprio autor – tornou-se impossível estudar todas estas temáticas, uma vez que cada uma delas, por si só, constituía uma vasta esfera de investigação. Assim sendo, esta obra debruça-se sobre a vertente que considerou mais relevante: o enquadramento do conflito angolano no quadro internacional da Guerra Fria e a intervenção norte-americana naquele que foi um dos palcos principais do confronto bipolar entre estes e a União Soviética (concretamente entre o período que vai desde 1974 a 1976).

Para fundamentar a sua investigação – e aproveitando o facto de que, nos Estados Unidos, cada vez mais documentos oficiais sobre esta temática e este período em concreto estarão disponíveis – Tiago Moreira de Sá serviu-se de um vasto leque de fontes primárias,

* CEAUP.

tão abrangente que seria impossível citá-las a todas. Contudo, é importante salientar que a maior parte delas se encontra disponível na Ford Library (Michigan), nos *National Archives* e nos *National Security Archives* norte-americanos, sendo constituídas essencialmente por correspondência entre o Departamento de Estado e os postos diplomáticos em África e na Europa, memorandos internos da Casa Branca e até mesmo estudos levados a cabo pelos serviços secretos (destacando o facto de alguns destes documentos serem inéditos), sendo também importante salientar que algumas delas se incluem num anexo no fim da obra. Além das fontes disponíveis nestes arquivos, também é importante referir a consulta (ainda nos Estados Unidos) do arquivo pessoal de Witney Schneidman (um dos maiores especialistas e autor de obras de referência no que diz respeito à descolonização portuguesa) e, já em Portugal, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (embora estes últimos documentos pudessem ter sido mais explorados). A juntar a estas fontes documentais, é importante considerar também uma longa lista bibliográfica, incluindo testemunhos e memórias (das quais se destacam as de Mário de Andrade, Frank Carlucci, Gerald Ford, Franco Nogueira e Almeida Santos) e obras de autores tão reconhecidos neste tema como são Gerald Bender, David Birmingham, Norrie MacQueen, Witney Schneidman, António José Telo, Pedro Pezarat Correia, entre outros.

Uma vez citadas as fontes mais importantes, é possível denotar uma divisão da obra em duas partes: a primeira tem como objectivo contextualizar a política norte-americana para a descolonização de Angola e segunda procura reflectir sobre as várias fases desta política ao longo do tempo.

Assim sendo, podemos perceber que a linha de acção norte-americana para Angola foi sempre pautada por uma certa irregularidade: se, por um lado, era importante (no contexto da Guerra Fria) travar quaisquer hipóteses de avanços soviéticos na região (no seguimento dos processos de descolonização que paulatinamente ocorriam em países vizinhos), a verdade é que, por muito que os Estados Unidos (nomeadamente, nos anos 60, a administração Kennedy) se manifestassem contrários à ideia de colonialismo e apoiassem movimentos nacionalistas angolanos (como a UPA de Holden Roberto, por exemplo), a verdade é que a importância geoestratégica das relações bilaterais com Portugal nunca foi esquecida (concretamente, a importância da Base das Lajes nos Açores).

Depois de Kennedy, a administração norte-americana não foi, claramente, tão “entusiasta” no que diz respeito à questão angolana (o crescente envolvimento em solo vietnamita – Johnson – e o favorecimento de regimes de minoria branca – Nixon – são apontados como factores essenciais para este distanciamento). Aliás, o autor classifica a política norte-americana para Portugal e as colónias como uma política de “indiferença” – que, aliás, é o título de um dos capítulos da obra. Segundo Moreira de Sá, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 apanhou Washington de surpresa e, num primeiro momento, os norte-americanos não souberam como reagir à súbita mudança de regime e às convulsões políticas vividas em Portugal, sendo a descolonização e independência das colónias africanas o problema mais premente.

Não é, portanto, de admirar que as potências estrangeiras tivessem aumentado a sua intervenção no terreno (de salientar o crescente apoio logístico e militar da União Soviética ao MPLA e a intervenção cubana no território, alinhada com os interesses soviéticos) que alarmaram a administração americana para a possibilidade do estabelecimento de um governo de inclinações marxistas – como seja o MPLA – em Angola. Tal facto seria contrário aos interesses americanos na região e constituiria uma importante vitória de Moscovo na

competição pelo domínio político e estratégico do Terceiro Mundo e, por isso, era urgente tomar medidas, nomeadamente através dos países vizinhos e favoráveis aos interesses americanos. Entre estes, é importante referir a Zâmbia, cujo presidente à época, Kenneth Kaunda, foi dos primeiros a alertar Kissinger e Ford (num encontro datado de Abril de 1975 e que é, curiosamente, a primeira referência do livro e que, segundo o autor, mudou o rumo da política externa americana para Angola) que era necessário uma intervenção americana uma vez que a União Soviética já estaria a enviar conselheiros militares e armamento para o MPLA.

Contudo, os esforços americanos saíram gorados, uma vez que o Congresso proibiu o envio de fundos para Angola (Emenda Tunney, de Dezembro de 1975, e Emenda Clark, aprovada pouco depois e dando um carácter permanente à primeira), numa clara renúncia interna dos Estados Unidos em conflitos externos e que obrigou a uma desmobilização das fontes pró-americanas no terreno (a África do Sul, lembre-se, retirou-se no início de 1976). Em suma, o autor procura demonstrar que a questão angolana não se tratou simplesmente de um conflito que opôs uma colónia à metrópole. Pelo contrário, depressa assumiu um forte carácter internacional, devido ao que o autor chama de “cruzamento da actuação dos Estados Unidos e da União Soviética, que acabou com a derrota dos norte-americanos e a vitória dos soviéticos” (p. 322), ou seja, com a superioridade do MPLA face aos restantes movimentos de libertação.

Esta obra revela-se, assim, uma leitura obrigatória para compreender a questão da descolonização angolana, destacando-se das demais na sua tentativa de ver o conflito “a partir de fora”, ou seja, a partir de um ponto de vista que não tem directamente a ver com os dois países directamente envolvidos.

Resumos

O Desenvolvimento e a Ética

Manuela Silva

O texto percorre e critica vários conceitos de desenvolvimento. e adverte o leitor de que não é indiferente o conceito que se possa ter do desenvolvimento quando aplicado à economia e à sociedade. Em particular há que desfazer a confusão entre crescimento económico e desenvolvimento que tem estado na base de algumas políticas erradas. A este propósito, há que saudar a introdução do conceito de desenvolvimento humano e todos os esforços feitos no âmbito das Nações Unidas e não só no sentido de criar indicadores apropriados.

A comunidade mundial dispõe, anualmente, de um sistema de indicadores de desenvolvimento humano que muito tem contribuído para pôr em evidência as diferentes dimensões da pobreza e de como o desenvolvimento deveria tomar como seu objectivo nuclear a erradicação (ou redução) da pobreza, sobretudo no caso dos países emergentes.

A crise actual vem tornar urgente a incorporação da dimensão ética no conceito de desenvolvimento, por razões de sustentabilidade ecológica e de coesão social, democracia

Palavras-chave: crescimento económico, desenvolvimento, sustentabilidade, pobreza, coesão social, ética.

The article reviews several concepts of development, it shows different dimensions of this phenomena and underlines that each concept has concrete implications on the concrete strategies and policies.

It is important, namely, to distinguish clearly the frontiers between development and economic growth.

The concept of human development and all the efforts done by the United Nations and other international organizations to provi-

de the correspondent indicators has been of great help, namely for enlightening development programs in developing countries, to enable comparisons among countries or, simply to evaluate the undertaken efforts towards to eradicate poverty all over the world . The present crisis requires, more than ever, the effort to incorporate ethics in the concept of development in name of ecological sustainability, social cohesion, democracy.

Keywords: economic growth, development, sustainability, poverty, social cohesion, democracy.

Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mutua Exclusão

Guilherme d'Oliveira Martins

«A cultura não pode ser vista como um luxo. Depois de se ter criado a ilusão de que a riqueza crescia por força das aparências financeiras, temos de dar uma especial ênfase à cultura, à criação e à inovação. De facto, o que vale mais é o que não tem preço. Só a cultura criadora permite pôr a economia ao serviço das pessoas. Cultura e desenvolvimento completam-se, o que exige criatividade e justiça».

Palavras-chave: crise, desenvolvimento, cultura, cooperação, valores.

«Culture can't be seen as a luxury. Nowadays, after the illusion that wealth grows accordingly the appearances, we have to emphasize the culture, the creativity and the innovation. The most valuable (precious) is unpriced. Only the creative culture promotes the economy for the people. Culture and development are complementary, which demands for creativity and justice».

Keywords: crisis, development, culture, co-operation.

Solidaridad Internacional también en tiempos difíciles. Repensando la justificación de la cooperación internacional en la crisis económica

Luis Arancibia Tapia

La crisis económica está provocando una restricción de recursos y crecientes problemas sociales en el interior de las sociedades desarrolladas, que cuestionan la cooperación internacional, pública y privada, y exigen una profundización de los argumentos que la justifican. En este artículo se presentan algunas de las justificaciones éticas que siguen resultando válidas y deberían ser resaltadas, junto con otras motivaciones basadas en el autointerés inteligente. El espacio compartido por ambos, debe constituir la base para una revitalización y revisión de la solidaridad internacional en estos tiempos de dificultad.

Palavras chave: motivación de la cooperación internacional, solidaridad, ética, autointerés inteligente.

The current economic crisis is generating a constraint of resources and increasing social domestic problems in developed societies that are questioning public and private international aid. This is a major challenge that demands deeper and updated arguments justifying international cooperation. In this article, we present some of the ethic motivations that are still valid and should be emphasized, along with others based on intelligent self-interest. The intersection of both must be the base for reshaping and boosting international solidarity in these tough times.

Keywords: international cooperation motivation, solidarity, ethics, intelligent self-interest.

Accountability nas Ongd – Conceito e Perspectivas, Tipologias e Prioridades

Filipe Pinto

O artigo centra-se na *accountability* nas Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD), tendo como objectivos principais: discutir a evolução e amplitude do conceito de *accountability* para as ONGD e analisar as prioridades de *accountability* que estabelecem, face à diversidade de *stakeholders* com quem interagem e às múltiplas *accountabilities* que lhes estão associadas. Essas prioridades foram analisadas, articulando cinco mecanismos com três dimensões de *accountability*: ascendente-descendente, interna-externa, funcional-estratégica.

Palavras-chave: *accountability*, ONGD, *stakeholders*, mecanismos de *accountability*.

The article focuses on the Non Governmental Development Organizations (NGDO), and has as main goals: to discuss the evolution and extent of the accountability concept to the NGDO, and to analyze the accountability priorities that establish, according the diversity of stakeholders they interact, and the multiple accountabilities related. These priorities were analyzed by articulating five mechanisms with three accountability dimensions: upward-downward, internal-external, functional-strategic.

Keywords: accountability, NGDO, stakeholders, accountability mechanisms.

Projetos energéticos da EDP em África: Caso de estudo Kakuma

Jorge Mayer

A EDP é uma empresa multinacional de energia, presente em 13 países, focada essencialmente nos negócios do gás e da eletricidade. Sendo considerado líder mundial em Sustentabilidade, em 2010 e 2011, o grupo EDP pretendeu encontrar um projeto de responsabilidade social que fosse internacional, e refletisse a sua aposta na Sustentabilidade e nas energias renováveis. Em 2009 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a EDP estabeleceram uma parceria para implementar Soluções Sustentáveis de Energia e Ambiente para o campo de refugiados de Kakuma.

O projeto foi concebido com o intuito de melhorar o acesso à energia e à iluminação, aumentando a sustentabilidade do campo de refugiados. Pretendeu-se beneficiar não apenas a comunidade dos refugiados mas também a comunidade local, usar os recursos locais tanto quanto possível e capacitar trabalhadores para garantir a manutenção dos sistemas e a sua futura expansão.

A proposta da EDP para campos de refugiados baseia-se na verificação de que a presença de energia, em especial da iluminação, transforma a vida das pessoas. É motor de desenvolvimento local. A evidência disto mesmo foram os resultados escolares obtidos após apenas 3 meses de conclusão do programa, com o quase duplicar do número de alunos com aproveitamento positivo.

Tentou-se assegurar a sustentabilidade do projeto pela conjugação de três fatores distintos: utilização de recursos locais, capacitação dos agentes locais de instalação e manutenção com geração de renda.

Palavras-chave: acesso à energia, refugiados, kakuma, energias renováveis, Quênia, fundação edp, ACNUR.

EDP is a multinational energy company, present in 13 countries, focused essentially on the gas and electricity business. Being considered a world leader in Sustainability, in 2010 and 2011, the EDP group wanted to find a social responsibility project that was international, and would reflect its commitment towards sustainability and renewable energy.

In 2009 the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and EDP established a partnership to implement sustainable energy and environmental solutions to the Kakuma refugee camp.

The project was conceived with the aim of improving access to energy and lighting, enhancing the sustainability of the refugee camp. It was intended to benefit not only the community of refugees but also the local community, using local resources as much as possible and empower workers to ensure the maintenance of the systems and their future expansion.

The EDP approach for refugee camps is based on the verification that the presence of energy, in particular of lighting, transforms people's lives. It is a drive of local development. The evidence of it were the school results obtained after only 3 months of completion of the program, that nearly doubled the number of students with positive results.

In order to ensure the sustainability of the project, three distinct factors were combined: use of local resources, training of local staff on the installation of the solutions and maintenance with income generation.

Keywords: access to energy, refugees, kakuma, renewable energies, kenya, edp foundation, UNHCR.

A Quality based framework to challenge Development Aid Management: defies derived from Human Resource cultural background tension

João L. Serras Pereira

Por forma a ganhar competitividade, as PME do Sul da Bacia Mediterrânica e as Subsaarianas, em razão de disporem de mercados locais especialmente pequenos, têm uma necessidade acrescida de rapidamente atingir níveis internacionais da Qualidade para os seus produtos e serviços. Necessitam, num ambiente industrial, de poder participar em várias cadeias de fornecedores e de clientes. Nessas circunstâncias, a PME, participa, simultaneamente, em várias “Extended Enterprises”, empresas dinâmicas e virtuais orientadas ao produtos, empresas que requerem níveis e qualificações distintas e os quadros da PME deverão ser rapidamente adaptados a novas condições e ambientes operacionais. Assim, é necessário treino contínuo, e o nosso grupo derivou e estabeleceu um modelo de processos da Qualidade baseado no standard ISO CMM 1504 (Capability Maturity Model), integrado as melhores práticas das indústrias automóvel e aeronáutica e, contextualizado neste modelo, obtence um numero largo de dados sobre sucessos, incussessos, lições e correlações com objetivos de gestão; assim foi elaborada uma ferramenta de autoavaliação e uma de auditoria por forma a permitir a PMS ajustarem, consiante os seus objetivos estratégicos assumidos, os investimentos em organização e qualificação da sua força produtiva.

Neste artigo, apresentamos os resultados gerais atingidos, bem como a construção das ferramentas e os principais resultados.

Palavras-chave: autoavaliação, aprendizagem durante a vida, competitividade, boas práticas.

In order be able to compete, south Mediterranean and overall African SMEs do need to attain international quality levels for their products and services. In an industrial environment they need to be included in several supply chains and address the requirements of different suppliers and clients. The SME will then belong to a number of “extended enterprises” which may have several different requirements and company staff must dynamically learn and adapt to different environments.

Thus, rolling training is required, and a ISO 1504 CMM – Capability Maturity Model based process, supported on proved and documented best practices was derived for the aeronautical and automotive industries, a number of data points acquired and, from the model, a self-assessment tool was built so staff may improve their skills whilst operating at several supply chains.

In this paper we present the overall results attained, the building of the self-assessment tool and the set of keystone findings.

Keywords: self-assessment, life-long learning, best practices, competitiveness.

A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011)

Miguel de Barros

O que podemos dizer quando falamos da democracia e Sociedade Civil? Segundo Chabal (2008) a prática democrática conduz a benefícios que exigem mais democracia (individual e institucional), contribuindo para abertura de espaços a diversos actores - Sociedade Civil – gerando maior participação e consolidação democrática, compreendida como livre expressão e criação. Ora, a presente comunicação visa essencialmente

identificar e analisar as origens e progressos da Sociedade Civil na Guiné-Bissau, desde a liberalização política (1991) até à actualidade. Volvidos vinte anos após a instauração do multipartidarismo e profundamente abalado pelo conflito político-militar (1998-99), o presente trabalho pretende igualmente explicar o actual entendimento do conceito e da “imagem” da sociedade civil no contexto guineense, nas suas relações com outros actores e no seu interior. Deste modo, propõe-se reflectir sobre o conceito da Sociedade Civil, enquanto uma proposta conceptual que visa a superação do minimalismo institucional do carácter da democracia (realização de eleições e funcionamento das instituições formais), adoptando o colectivismo social (sentido da democracia), como forma de ampliar o campo de análise de outros actores (não formalizados) e de captação das dinâmicas endógenas, possibilitando assim o reconhecimento de outros valores culturais locais ou tradicionais

Palavras-chave: sociedade civil, democracia, desenvolvimento, participação.

What can we say regarding democracy and civil society? According to Chabal (2008), democratic practice leads to benefits which demand more democracy (individual and institutional), in this way contributing to the opening of spaces for different actors – Civil Society – generating more participation and consolidating democracy, understood as free expression. The present communication aims primarily at identifying and analyzing the origins and progresses of Bissau-Guinean Civil Society, from the political liberalization (1991) until the present moment. Twenty years after the adoption of a multiparty system and profoundly affected by the political/ military conflict (1998-99), the present work intends to explain the understanding and ‘image’ of Civil Society in the Bissau-Guinean context within itself and in its relations with other actors. In this way,

a reflection is proposed regarding the concept of Civil Society, as a conceptual proposal which overcomes the institutional minimalist character of democracy (elections and functioning of formal institutions), adopting social collectivism (meaning of democracy), as a way of amplifying the scope of analysis of other actors (non formal) and caption of endogenous dynamics, in order to render possible the recognition of other local and traditional cultures.

Keywords: civil society, democracy, development, participation.

Papel das associações no desenvolvimento rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau

Catarina Lopes

A participação das populações nos diversos sectores sociais, nomeadamente em África, tem crescido, manifestando-se de formas distintas no modo e na intensidade de envolvimento da comunidade. No caso da Guiné-Bissau, o Estado apresenta dificuldades em responder às principais necessidades das populações, constituindo-se estas em actores activos do desenvolvimento das suas tabancas (aldeias). Na região de Cacheu, onde se concentra grande parte da etnia manjaca, a mobilização tem sido feita através de associações de «amigos e filhos da tabanca», actuando em diversas áreas sociais e económicas, tais como a saúde, educação e agricultura. Estas associações são constituídas por membros nascidos na aldeia, residentes nela, noutra região do país ou no estrangeiro (França, Espanha, Portugal e Senegal). Os apoios são canalizados para a sua tabanca para financiar infraestruturas, recursos humanos (professores e enfermeiros) e materiais (equipamentos para escola,

centro de saúde ou recuperação dos terrenos agrícolas), constituindo-se como actores do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: democracia participativa, cidadania, associação, desenvolvimento rural.

O Silêncio e as Palavras: Reflexões à Volta da Participação e do Poder na Promoção do Associativismo em Cabo Verde

Elizabeth Pilar Challinor

Este artigo analisa um programa de cooperação em Cabo Verde que visa privatizar trabalhos estatais de obras de conservação do solo e da água através do fomento do associativismo. A partir de um estudo de caso de duas associações, examina a discrepância entre os planos de acção (as políticas) e a prática, à luz de diferentes abordagens teóricas sobre a participação. Ao penetrar o 'reino do silêncio', revela a complexidade das relações locais do poder, onde as pessoas marginalizadas dos processos de tomada de decisão se tornam cúmplices na representação pública da sua suposta inclusão e onde a evidente falta de protagonismo nas redes verticais com o Estado e os doadores oculta um proveito individual dos benefícios da cooperação. Os dados etnográficos não se encaixam num modelo que interprete a lacuna entre políticas e prática em função de uma oposição entre uma 'verdadeira' e 'falsa' participação: urge compreender melhor as relações locais do poder e o papel das políticas e das práticas em assegurarem o financiamento externo.

Palavras-chave: Cabo Verde, cooperação, associativismo, participação, poder.

This paper analyses an aid programme in Cape Verde aimed at privatising state-run soil and water conservation works through

the promotion of associations. Based on a case study of two associations, the paper examines the discrepancies between policy and practice in the light of the literature on participation. By penetrating the 'realm of silence', it elucidates the complexity of local power relations where social actors, marginalised from decision making processes, become accomplices in public representations of their supposed inclusion and where an evident lack of agency in vertical networks with the state and donors masks individual gain from the benefits of aid. The ethnographic data does not corroborate models that account for the gap between policy and practice in terms of the difference between 'true' and 'false' participation; instead, it points towards the need to deepen our understanding of the nature of local power relations and of the role of policy and practice in securing external assistance.

Keywords: Cape Verde, aid, local associations, participation, power.

Perspectivas de desenvolvimento a partir de "dentro": o caso de Cabo Verde no contexto da África Ocidental

Eufémia Vicente Rocha

Na presente conjuntura, em Cabo Verde, quotidianamente, convive-se com a presença de imigrantes provindos da África Ocidental. E, este trabalho, traz algumas reflexões que partem do facto de se associar a presença cada vez maior desses imigrantes a um crescimento do número de casas de "kórda"¹ e, assim, a um crescente apego dos cabo-verdianos a essa "ignorância" para a resolução dos seus problemas. Interessa aqui a forma como se concebe essa relação no campo das tradições africanas e uma possibilidade para pensar a "posição"

¹ Feitiço.

dos imigrantes discutindo ao mesmo tempo sobre uma perspectiva de desenvolvimento apoiado numa entrevista etnográfica.

Palavras-chave: Cabo Verde, cabo-verdianos, imigrantes da África ocidental, tradições africanas, desenvolvimento.

Abstract: Cape Verde, today, live with the presence of immigrants coming from West Africa. This work bring some reflections that leave from the association between the increased presence of these immigrants to a growing number of kórda, sorcery, witchcraft houses and, thus, a growing attachment of Cape Verdeans to this “ignorance” to solve their problems. Interest here how this relationship is conceived in the field of African traditions and a possibility to think about the “position” of the immigrants while I discuss a development perspective supported in an ethnographic interview.

Keywords: Cape Verde, cape verdeans, West African immigrants, african traditions, development.

**As Escolas Comunitárias de Luanda:
Um contributo para o
desenvolvimento sustentável da
escolarização em Angola**

Carolina Mendes

Este artigo relata um estudo que foi desenhado no sentido de conhecer as dinâmicas de ação da Associação das Escolas Comunitárias (AEC), uma ONG angolana, e perceber qual o seu contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização de comunidades mais carenciadas - uma resposta educativa complementar à do Estado. Perante a insustentabilidade da educação pública em Angola, este estudo indica que a resposta educativa da AEC,

que se desenvolve na periferia de Luanda, caracteriza-se pelas ações político-sociais de boa governança, apresentando-se como um contributo credível para o desenvolvimento sustentável da escolarização de base em Angola. É um estudo que foca uma problemática atual e que reflete as iniciativas educativas de uma comunidade ativa e devidamente organizada.

Palavras-chave: participação comunitária, sustentabilidade educacional, boa governança e redes.

This study was designed to contribute to the understanding of the practices implemented by the Communitarian Schools Association (Associação das Escolas Comunitárias – AEC), an Angolan NGO, and its role in the sustainable development of schooling in poor communities, by creating an educational response that complements the action of the Government. Facing the unsustainable public education in Angola, this study presents some evidence that the parallel educational response of AEC, offered in Luanda’s periphery, is characterized by political and social measures of good governance, being a believable contribution for the sustainable development of elementary schooling in Angola.

Key-words: communitarian involvement, sustainable education, good governance and networks.

**Ke Mese, a casa do professor em
S. Tomé
Partilha de uma experiência
de construção**

**Sandra M. C. Fernandes
Sofia R. V. Alexandre**

Em Outubro de 2010, no Liceu Nacional de S. Tomé, situado em S. Tomé e Príncipe, podia ler-se: “Ke Mese. Já Abriu! Sejam

bem-vindos senhores professores!”. Foi nessa altura que os professores santomenses tiveram o primeiro contacto com o Centro de Formação e Recursos para professores em S. Tomé, o *Ke Mese*, que quer dizer no crioulo forro de S. Tomé, Casa do Mestre. O *Ke Mese* pretende ser, efetivamente, a casa dos professores. Um espaço santomense, vivo e cativante, um lugar de encontro entre professores, que disponibiliza recursos didático-pedagógicos e técnicos adequados à melhoria da prática docente, que proporciona um ambiente propício ao estudo e ao trabalho e que incorpora dinâmicas promotoras da troca de experiências e aprendizagens.

O artigo que se apresenta é uma partilha da experiência de pensar, criar e gerir esta casa, em contexto santomense, num processo colaborativo realizado entre atores portugueses e santomenses do meio educativo.

Palavras-chave: São Tomé, professores, educação, recursos, formação, serviços, desenvolvimento, sustentabilidade.

In October 2010, at the Liceu Nacional of São Tomé, located in São Tomé and Princi-

pe, one could read the following: “*Ke Mese*. It is now open! Welcome, teachers!” It was then that saotomean teachers contacted for the first time with the Professional Development and Resource Center for teachers in São Tomé, *Ke Mese*, which means House of the Teacher in *forro* creole of São Tomé. In fact, *Ke Mese* is intended to be the teachers’ home. A saotomean space, lively and captivating, a meeting point for teachers, which grants them access to educational and technical resources that enable teaching improvement, which offers a studying and working friendly environment and which incorporates activities that promote experience and learning exchanges.

The article handed here shares the experience of thinking, creating and managing this house in a saotomean context and by means of a collaborative process between Portuguese and saotomean actors belonging to the educational environment.

Keywords: São Tomé, teachers, education, resources, training, services, development, sustainability.

Legendas das ilustrações

1. Escola Primária da Missão de Okanautoni, Província do Kunene, Angola, 2011. Foto de Maciel Santos.
2. Projeto de Alfabetização, Bairro da Graça, Benguela, Angola.
3. Recreio, Escolinha Comunitária do Niassa, Moçambique.
4. Escola Ondjiva, Kunene, Angola – 2011. Foto de Miguel Silva
5. Biblioteca de projecto – 2006. Foto: Leigos para o Desenvolvimento.
6. Ondjiva, Kunene, Angola – 2011. Foto de Maciel Santos
7. Estação Ferroviária, Cuamba, Moçambique.
8. Tabanka do setor de Sonaco – Gabú - Programa Educar sem Fronteiras – GEED 2007.
9. Tinka Dobe Baía, Cabo Verde. Foto de Carlos Couto.
10. Encontro DCR, Joanna Wheeler à esquerda do grupo, Idaci Ferreira à direita do grupo.
11. Idaci Ferreira – fotografia enviada pela entrevistada.
12. Joana Wheeler - fotografia enviada pela entrevistada.
13. Reconhecimento hidrográfico da Baía de Bazaruto, Moçambique, 1894. Foto do Arquivo Histórico da Marinha Mapa 13/6.
14. Muleque com criança. Beira, Moçambique, 1900. Fotografia da Coleção particular de António Faria e Angela Camila.
15. Forte de Arzila, Marrocos. Foto de Nizar Tajditi.
16. Pelourinho da Ribeira Grande (ver Fig. 009 – p. 241).

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias ou outros sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim como a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

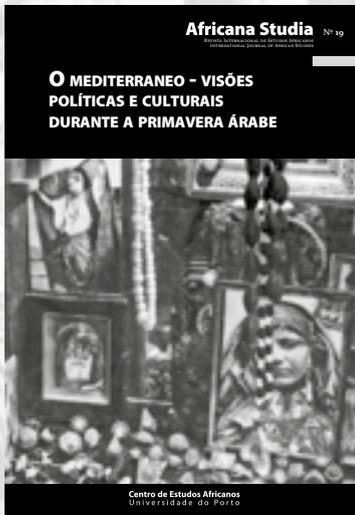
Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *italico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8, pp. 12 a 35.
 - § Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.



AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

N.º 19 - 2.º semestre - 2012

O MEDITERRANEO - VISÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DURANTE A PRIMAVERA ÁRABE



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP
Africa na Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal
Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal.....	22 €
U.E. (European Union).....	28 €
PALOP's.....	32 €
Resto do Mundo (Rest of the world).....	32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Neccessário juntar comprovativo (add copy of bank tranfer)

(Assinatura / Signature)